



# CADERNO DE TESES

Fortaleza/CE  
12 a 17 de junho / 2012







# FICHA TÉCNICA

## DIRETORIA COLEGIADA - TRIÊNIO 2009/2012

### *Secretaria Geral*

José Rivaldo da Silva

### *Secretaria de Administração e Finanças*

Ana Zélia Almeida dos Santos

### *Secretaria de Anistia*

Emerson Marcelo Gomes Marinho

### *Secretaria de Assuntos Jurídicos*

Manoel de Lima Feitosa

### *Secretaria de Assuntos Raciais*

Robson Luiz Pereira Neves

### *Secretaria de Estudos Sócio-Econômicos*

Heitor Fernandes Filho

### *Secretaria de Formação Sindical*

Moysés Leme da Silva

### *Secretaria de Imprensa e Divulgação*

Alexandre Takachi de Sá

### *Secretaria da Mulher*

Henrique Areas de Araújo

### *Secretaria de Política Sindical*

Geraldo Francisco Rodrigues

### *Secretaria de Relações Internacionais*

Rogério Ferreira Ubine

### *Secretaria de Saúde do Trabalhador*

Paulo André Nogueira da Silva

## SUPLENTES DA DIRETORIA COLEGIADA

Afonso Meireles Rufino

Alexandre Ramos Queiroz

Amanda Gomes Corsino

Francisco José Nunes

Golbery Felix Valória

José Gonçalves de Almeida

Luiz Aparecido de Moraes

Reinaldo de Jesus

## CONSELHO FISCAL

Geraldo Jesus França

Luiz Flavio da Silva

Maria de Lourdes Paz Félix

## SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

José Aparecido Santos

Maxmiliiano Velazques Filho

**Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT)**

SDS Ed. Venâncio V Bloco R loja 60 Brasília/DF - 70393-900 - Fone/Fax: (61) 3323 8810  
www.fentect.org.br - fentect@fentect.org.br - CNPJ: 03.659.034/0001-80

Secretário de Imprensa: Alexandre Takachi de Sá

Capa: Ronaldo Alves - Projeto Gráfico/ Diagramação: Media House Comunicação

Caderno de Teses para o 11º CONTECT (Congresso Nacional da FENTECT/ Fortaleza/CE)





**Tese 1**

Articulação Sindical/Movimento Sindical de Base (MSB) \_\_\_\_\_ 09

**Tese 2**

Corrente Ecetistas em Luta \_\_\_\_\_ 33

**Tese 3**

CUT Socialista Democrática (CSD) \_\_\_\_\_ 109

**Tese 4**

Frente Nacional dos Trabalhadores dos Correios (FNTC) \_\_\_\_\_ 119

**Tese 5**

Intersindical \_\_\_\_\_ 143

**Tese 6**

Movimento de Resistência e Luta dos Trabalhadores nos Correios (MRL)\_\_\_\_151





## ARTICULAÇÃO SINDICAL/ MOVIMENTO SINDICAL DE BASE (MSB)

### I – Análise de Conjuntura Internacional

Decorridos três anos do último congresso, somos testemunhas de um mundo ainda mais conturbado, que no período anterior. Existe uma turbulência econômica, política e social, aonde fatos relevantes, como: guerras, conflitos étnicos, catástrofes ecológicas, fome e doenças vêm interferindo negativamente na estrutura mundial, contribuindo para o aprofundamento da crise e tornando o mundo cada dia mais instável.

Entretanto esse quadro já era conhecido, mas, foi agravada em dimensão por uma crise econômica, que teve início no mercado imobiliário americano e tornou-se global levando à falência de muitas instituições financeiras, nos Estados Unidos e na Europa e afetando o sistema financeiro global.

Ao longo desse período, o cenário econômico de crise foi se intensificando e a auto-regulação, um dos pilares do capitalismo, foi abandonado com a intervenção de governos na economia, objetivando evitar que mais bancos e empresas falissem, bem como buscando reduzir o impacto nas bolsas de valores e nas finanças de países mais vulneráveis economicamente.

O auxílio dos governos veio por intermédio dos bancos centrais, que injetaram um volume muito grande de recursos, no sistema financeiro mundial, no intuito de evitar que a crise atingisse economia real, entretanto várias economias dão sinais de recessão, com a queda do consumo, aumento de preços e redução no nível de emprego.

Assim sendo, o desenvolvimento da crise sinaliza para um agravamento, ainda maior, produzindo efeitos, como: aumento do endividamento de governos, falência de empresas, diminuição do crédito, redução do investimento e consumo, aprofundamento na desigualdade de distribuição de renda, recessão econômica, falta de credibilidade em uma solução, dentre outros tantos aspectos negativos.

Este contexto gerado pela crise contribui diretamente para a diminuição no nível de atividades econômicas, nos diversos países. Nesse cenário a classe trabalhadora e os cidadãos mais pobres e desamparados são afetados imediatamente com impactos, como: redução de salários e aumento do desemprego. Vale ressaltar que a recessão já atingiu milhões de trabalhadores, que foram demitidos e tiveram seus postos de trabalho fechados, dificultando o retorno.

A Europa, região mais afetada tem um dos expoentes de suas fragilidades, a Grécia, palco de violentos protestos oriundos da profunda crise, alimentada pelo descontrole do orçamento público. A Grécia gastou muito além do que o orçamento permitia e para pagar as contas, o Estado contraiu empréstimos junto às instituições bancárias e governos. O país encontra-se com sua economia enfraquecida, mergulhado em dívidas e sem ter como quitá-las, e apesar dos aportes financeiros que cessaram o risco de efeito cascata pela Europa a situação ainda é muito crítica.

Outro exemplo significativo e emblemático é o da Espanha que também já efeitos mais pesados, um dos reflexos é o elevado índice de desemprego, atualmente um em cada quatro espanhóis da população economicamente ativa está desempregado, sendo que o que mais preocupa é o grande



número de desempregados entre os jovens, nessa faixa um em cada dois encontra-se sem emprego.

Os governos europeus sabem da necessidade urgente de resgatar a economia européia e estancar esses problemas mais drásticos, evitando com isso que a crise se alastre por toda região, bem como acabe por contaminar toda a economia mundial. Contudo, o que percebemos é um descrédito total das cidadãs e cidadãos da Europa, exemplo disso é a queda de onze governos. Onde as oposições desses países (tenham a coloração política que for) vêm obtendo êxito nos pleitos eleitorais, em virtude da incompetência dos governos em conter os efeitos da crise, como exemplo mais recente temos a alternância de poder na França, agora sobre comando dos socialistas.

Dessa forma, propostas e medidas apresentadas no sentido de impor aos trabalhadores europeus o maior ônus da crise, têm feito aumentar as manifestações de rejeição aos variados governos. Entidades de trabalhadores e as populações em geral têm sinalizado de forma clara para a necessidade de mudanças efetivas, as propostas até agora apresentadas pouco efeito têm produzido, e são geralmente, medidas como: aumento de impostos, redução de salários e aposentadorias e medidas comerciais protecionistas.

Até o momento, ainda, não foi encontrada uma solução definitiva para esta crise que tem se aprofundado, acirrando conflitos que vêm dificultando a construção de uma solução.

Importante também destacar que a crise e seus reflexos não se resumem a Europa, nem somente a aspectos econômicos. Verificamos o desemprego acentuar-se em várias regiões do mundo, bem como o crescimento da instabilidade política e social.

São noticiados pela imprensa, todos os dias, que milhares de pessoas são mortas, no Iraque, no Afeganistão, na Palestina, vítimas de conflitos armados. Outros milhares de pessoas morrem de fome e doenças. A miséria é crescente. Observamos ainda, que conflitos envolvendo Irã e Coréia do Norte, fundados no perigo de seus projetos envolvendo energia nuclear e em suas aplicações, tais episódios contribuem ainda mais para aumentar o nível de tensão mundial.

Destacamos ainda que outro evento importante produzido pela conjuntura política atual é a chamada “primavera árabe”. Movimento motivado pelo desejo de liberdade, justiça social e desenvolvimento, dos países do chamado mundo árabe. Inúmeros protestos realizados no Oriente Médio vêm ocorrendo, desde dezembro de 2010. Iniciados por manifestações na Tunísia os protestos alastraram-se por outros países, gerando um cenário de instabilidade, conflitos e lutas.

Todo esse movimento tem ajudado a construir uma nova ordem, governos vêm sendo derrubados por todo o mundo árabe, como na Tunísia, no Egito e na Líbia. Na Síria, estamos ainda presenciando uma luta violenta, com a produção de muitas vítimas civis. O presidente Bashar L-Assad vem massacrandos sua população, bem como desrespeitando os acordos firmados com a ONU, no intuito de preservar o poder a base da força.

Vale observar que todos esses protestos são baseados em questões sociais, políticas e econômicas; na busca pela liberdade, emprego e justiça social. Destaca-se ainda, que a grande maioria dos ativistas é jovem, e têm na internet um aliado na busca de informações e na articulação das manifestações, superando o poder repressivo de desmobilização dos governos. A “revolução da juventude”, como foi chamada no Egito, é exemplo claro de como a internet repercutiu o processo vivido lá, para outros países.



Importante destacar que nesse cenário de crise internacional, temos países como Brasil, China, Índia, e outras raras exceções, que vem contribuindo com o seu crescimento, para minimizar os efeitos da crise global. O Brasil nesse contexto vem tentando superar os efeitos da crise com aplicação de uma série de medidas e até o momento vem obtendo êxito, no sentido de conseguir evitar os efeitos mais danosos, e mantendo a economia brasileira em crescimento, ressalta-se a participação do Brasil como sexta economia no ranking mundial.

Acreditamos que a superação para esse quadro é o estabelecimento de um novo modelo, baseado no desenvolvimento sustentável. Onde os processos produtivos levem em consideração os efeitos sobre as pessoas e o meio ambiente. Também nesse aspecto poderemos ser protagonistas de um novo parâmetro a partir, da realização no Brasil, da Conferência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

A conferência será o momento propício para reflexão sobre temas como: utilização de solos e água, produção de alimentos, aquecimento global, desmatamento, energia nuclear e os efeitos climáticos pra humanidade. O debate contribuirá para resgatar e divulgar os reflexos do acidente nuclear de Fukushima, os impactos na vida e saúde de pessoas e meio ambiente, e seus efeitos na economia. A oportunidade é de criarmos um novo marco desenvolvimento para o Brasil e para o mundo.

## II - Análise de Conjuntura Nacional

Os últimos anos têm nos revelado a consolidação de um projeto político de cunho popular, projeto esse iniciado em 2003, com o governo Lula, que amparado em uma série de programas e ações governamentais tem mudado a fisionomia do Brasil.

A política implementada têm como foco principal, os cidadãos mais necessitados, as comunidades mais carentes, a regiões menos desenvolvidas, a partir do estabelecimento de ações de inclusão. A retomada do crescimento do país, com investimentos em infraestrutura foram fundamentais para dar sustentação a um crescimento sólido. O estabelecimento de programas de transferência de renda, como: bolsa-família, que atende atualmente, mais de 13 milhões de pessoas; o combate ao trabalho escravo; a redução da pobreza e da desigualdade social; a diminuição do desemprego; a política de reajuste real do salário mínimo; o aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora; a ampliação da classe média, o controle da inflação, foram fatores relevantes para o sucesso dessa política.

Como reflexo disso temos o crescimento médio do produto interno bruto (PIB), superior a 4% ao ano; a criação de mais de 15 milhões de empregos, com carteira assinada; uma expansão produtiva consistente. Verificamos outros aspectos relevantes, como: a reforma no judiciário, com a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); na área de educação, foram criadas novas universidades públicas federais e o estabelecimento do programas de acesso ao ensino superior.

Contudo, vale observar que, muito ainda deve ser feito, em áreas como: saúde, segurança pública, saneamento básico, habitação, reforma agrária e recursos hídricos. Apesar do país ter conseguido reduzir a pobreza, a desigualdade na distribuição de renda ainda é muito grande. Convivemos com um déficit habitacional muito elevado, onde programas governamentais como “Minha Casa Minha Vida” são de vital importância para amenizar os efeitos desse grande problema.



Entretanto é importante também tecermos críticas e pontuarmos questões ainda não solucionadas, onde apesar de ações realizadas ainda é grande a deficiência na ação dos agentes público. A saúde é exemplo disso, os recursos são insuficientes para atender as necessidades do país. Em relação à segurança pública o país atravessa um dos períodos mais críticos de sua história, as dificuldades em combater o narcotráfico o tráfico de armas, o alto nível de violência com assaltos, sequestros e assassinatos, principalmente, nos grandes centros, além da violência crescente no trânsito.

Em relação à crise econômica mundial, o governo Lula a enfrentou com ousadia, e encontrou na economia doméstica as bases para continuar crescendo e gerando emprego, mesmo em rota contrária da maior parte dos países. Em 2009, a crise mundial acabou por interferir no desempenho da nossa economia, houve uma retração na atividade econômica, com redução significativa nas exportações e com a desaceleração do nível de emprego.

Mas, mesmo assim o Brasil foi um dos países menos afetados pela crise, pois o país agiu rápido para combater os seus efeitos nocivos, tomando medidas, como: a redução na taxa básica de juros e IPI, expansão do crédito, estímulo ao consumo, manutenção da política de aumento real de salário. A aplicação dessas medidas permitiu manter a economia em crescimento e a estabilidade do Brasil frente à crise, apesar de revelar indicadores menores que as expectativas, do governo e do mercado.

Ficou claro que muito ainda precisa ser feito, mas a avaliação positiva e aprovação do governo Lula, com índices superiores a 80%. A eleição da presidente Dilma, para dar continuidade ao projeto político, demonstraram que o caminho é esse. A postura governo atual, primando pela competência, pela austeridade e pelo princípio republicano, através do combate à corrupção e de uma postura firme em relação à crise gerou como consequência uma grande representatividade e respeito na política internacional, consolidando o país como uma potência emergente.

O Brasil em sua política externa, vem primando pela valorização dos organismos internacionais, pela democratização e aprofundamento das relações políticas e comerciais, pelo fortalecimento de parcerias estratégicas para o país, trazendo mais prestígio ao país e conseguindo inclusive ampliar o volume de investimentos estrangeiros.

A posição de destaque, que o Brasil vem exercendo no cenário internacional é motivada por uma série de ações, dentre elas: atuação decisiva na integração dos países da América do Sul, com o consequente fortalecimento do Mercosul; pagamento da dívida externa com o FMI e equilíbrio das contas públicas; ampliação do comércio internacional com o estabelecimento de novas rotas; associação nos BRICS juntamente com Rússia, Índia, China e África do Sul; além do estabelecimento de novos acordos com a União Europeia. Além disso, vale destacar a atuação do Brasil de forma solidária, em várias ações de ajuda humanitária a diversos países.

Em relação às ações ambientais, o país vem atuando de forma ainda tímida, mas, com determinação. Exemplo disso foi o estabelecimento da política nacional de mudanças climáticas, a criação de reservas florestais, a fiscalização de áreas visando a redução do desmatamento. Contudo enfrentamos ainda um grande debate acerca do novo código florestal, onde a disputa se faz presente de forma acirrada, onde a pressão de forças políticas, como: ruralistas, representantes do agronegócio, ecologistas, movimento de trabalhadores sem terra, dentre outros tem dado o tom do debate.

Em 2012, o Brasil se prepara para mais um ano eleitoral, aonde a disputa política vêm ganhando des-



taque e contornos, e nesse processo político, é importante salientar o comportamento e a atuação do congresso nacional e dos governos estaduais e governo federal. Além disso, presenciamos também a atuação de forças políticas diversas que compõe o cenário político do país, o que nos impõe uma grande responsabilidade, que é a de lutar para evitar qualquer retrocesso no processo político brasileiro e na busca da consolidação dessa nova era.

Outro tema de profunda relevância, que temos presenciado e vivido no dia-a-dia, trata-se das variadas denúncias de corrupção, por todo o país. Exemplo mais claro disso é “CPI do Cachoeira”, que motivadas por denúncias contra o Senador Demóstenes Torres, tomou uma dimensão imaginável envolvendo, outros políticos como: deputados, governadores e prefeitos grandes empresários e empresas num esquema de corrupção que afronta a todos os cidadãos. Contudo, vale salientar a postura republicana da presidente Dilma que vem cerrando fileiras com todos aqueles que combatem esse tipo de prática e tomando medidas duras contra a “praga da corrupção”.

Também concluindo essa análise de conjuntura nacional não podemos deixar de mencionar toda polêmica envolvendo o Código Florestal e sua tramitação no Congresso, que após um longo tempo de idas e vindas, consegue produzir um texto atrasado que compromete a vida de diversos biomas por todo país, além de querer anistiar e beneficiar grandes empresários ruralistas. Sobre esse aspecto também é importante observar a postura do governo Dilma, que já sinalizou com vetos ao texto produzido.

### **III - Avaliação da Gestão e das ações desenvolvidas pela FENTECT**

No processo de avaliação é sempre importante destacarmos que a federação é fruto de uma composição de forças políticas que atuam no movimento sindical dos trabalhadores dos correios. Entendemos que a atuação coletiva de todos esses dirigentes com objetivo de construir e produzir avanços na luta dos trabalhadores é o primeiro aspecto positivo que merece ser destacado.

Acreditamos que nessa gestão evoluímos do ponto de vista da atuação, as ações desenvolvidas pela atual diretoria da FENTECT, certamente contribuirão para melhoria de vida dos trabalhadores da ECT, bem como na defesa de reivindicações histórias e na manutenção de conquistas que são permanentemente ameaçadas, mas principalmente na luta em defesa da empresa pública e dos empregos.

Gostaríamos de citar alguns pontos relevantes desenvolvidos pela diretoria da federação, como: a política de relações internacionais que proporcionou o estabelecimento de relações com entidades de várias partes o mundo.

Outro aspecto positivo na gestão da federação que queremos destacar é a implantação do Programa de Benefício Medicamento. Trata-se de conquista que permite aos trabalhadores dos Correios o acesso imediato aos medicamentos, facilitando o tratamento. São mais de 600 medicamentos contemplados no programa. Destacamos ainda, que o sistema também poderá ser utilizado para acompanhamento das maiores necessidades, facilitando nossa atuação em campanhas de prevenção. O programa é fruto de um debate de mais de cinco anos, entre trabalhadores e empresa e certamente contribuirá para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.



Importante ainda salientar a atuação expressiva da secretaria de imprensa que vem desempenhando um papel fundamental ao longo dessa gestão, o papel estratégico na interação com entidades sindicais, instituições da sociedade civil, órgãos de governo, bem como com a imprensa de forma geral, mas principalmente com a categoria, a partir da produção de informações. Contribuiu ainda na divulgação do projeto político desenvolvido pela federação.

Cabe destacar a importância de nossa imprensa na produção de informações que contrapõe às divulgadas de forma inadequada ou inverídica pela empresa. Dessa forma, podemos afirmar que os canais de comunicação, desenvolvidos pela FENTECT, vem contribuindo de fato para a construção de nosso movimento.

Conseguimos implantar o jornal da entidade além de construir um site, que tem possibilitado a divulgação de informações relevantes para a construção e desenvolvimento da luta dos trabalhadores dos Correios. Outra conquista importante foi à realização de seminários e debates que possibilitarão a divulgação das ações de nossa entidade.

Vale ainda destacar nossa atuação na promoção do diálogo entre a FENTECT e as forças políticas que compõe os Correios. Destacamos que a atuação visa prioritariamente à manutenção de um correio público e de boa qualidade, que tem como principal finalidade o atendimento à população. Entretanto é importante salientar que apesar de toda a tentativa de construir relações saudáveis, nos deparamos com freqüência com atitudes por parte da direção da empresa que vêm em sentido contrário. Exemplo disso foi o estabelecimento de forma arbitrária do SAP – Sistema de Avaliação de Produtividade que em nosso entendimento constitui numa afronta a todos os trabalhadores. Trata-se de uma imposição à categoria.

Temos claro que, em toda empresa estruturada existe um sistema para avaliar o processo produtivo, e que a intenção é proporcionar melhorias para trabalhadores, empresa e público, entretanto é inaceitável a adoção de um sistema construído sem a participação e contribuição dos trabalhadores e das entidades representativas.

Defendemos um sistema de avaliação com critérios claros e objetivos, onde trabalhadores saibam que estão avaliados, dessa forma acreditamos na possibilidade de construir um sistema que produza bons resultados. Assim sendo defendemos um sistema de avaliação que tenha credibilidade e respeito pelo trabalhador e que possa ser totalmente revisto, partindo do debate com trabalhadores e entidades. Vale ressaltar que sistema atual, tem contribuído para o aumento do assédio moral, pela violação de direitos trabalhistas.

Observamos que precede analisarmos as condições existentes, antes de pontuarmos o debate sobre produtividade. Temos que considerar a atual situação de sucateamento da empresa, e as péssimas condições a que os trabalhadores estão sendo submetidos, ou seja, jornada de trabalho excessiva, assédio moral dentre outros.

Acreditamos que um processo de avaliação de desempenho decente deve estar focado nos trabalhadores, visando sim à qualidade do serviço prestado, mas também a saúde e o bem-estar daqueles que o prestam. Assim sendo não pode ser feito de forma aleatória, ou seja, sem o conhecimento prévio dos trabalhadores, pois os únicos efeitos produzidos são a tensão e o medo. Nesse cenário, condenamos veementemente o SAP e não mediremos esforços para combatê-lo.



## IV - Estratégias para Federação – Gestão 2012 a 2015

Quando vamos definir as estratégias de nossa entidade, à condução de nossas lutas, à consecução de nossos objetivos, devemos estar pautados pela visão de entidade, principalmente, de sua missão. Assim sendo temos sempre que destacar, a nossa visão “classista, pluralista, democrática, de unidade na luta e de representatividade, com a participação dos trabalhadores na base”.

Cabe a direção da federação, estar atenta as demanda da categoria, o cenário político no qual nos encontramos, e ter como tarefa primeira a de estar sempre orientando, informando e contribuindo com sindicatos, dirigentes e lideranças na construção e definição de políticas e na organização e estruturação de nossa entidade, buscando o seu fortalecimento e unidade.

Entendemos ainda que devemo-nos orientar pelo estabelecido nas resoluções da 13ª Plenária Nacional da CUT, que propõe: “compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e o socialismo”. E cabe destacar que dentre os compromissos estão: o de lutar pela emancipação dos trabalhadores na perspectiva da construção da sociedade socialista.

Assim sendo, orientamos em nossa estratégia que a formulação de objetivos imediatos, propostas e reivindicações, sempre destaque o princípio da independência de classe e na luta contra toda forma de opressão e exploração dos trabalhadores. E nesse sentido devemos estar sempre cobrando dos governos ações no sentido de almejarmos tal condição, e vale ainda salientar que independente do governo, estaremos sempre defendendo a causa dos trabalhadores dos Correios, e em geral.

## V - Saúde dos Trabalhadores e Condições de Trabalho

Acreditamos que o tema saúde do trabalhador constitui um dos temas mais relevantes que envolvem o trabalhador e pelo qual a federação deve ter um tratamento todo especial. Entendemos que apesar do viés político muito determinante, aspectos técnicos também devem ser considerados em nossa análise e desempenho. Assim sendo devemos qualificar ao máximo nossa atuação, e para isso faz-se necessário ações planejadas e organizadas e com a participação de todos os trabalhadores, pois a saúde é de interesse coletivo, mas também individual, assim sendo temos que ter participação maciça.

A atuação deve ser cotidiana tanto na elaboração quanto no desenvolvimento dos processos de trabalho, tal conceito visa buscar evitar situações que coloque em risco a saúde física e psicológica de todos. Sabemos da importância da normatização dos riscos nos locais de trabalho, mas isso é apenas uma parte do que podemos e devemos fazer. Quando levantamos o tema saúde do trabalhador temos que ter a visão mais ampla possível abordando os aspectos políticos, sociais, históricos, culturais e técnicos.

Outro aspecto de extrema importância é a intervenção direta no ambiente de trabalho, procurando torná-lo mais adequado em todos os sentidos, ou seja: na estrutura física, nos processos de trabalho, mas também nas questões de relacionamento, com o objetivo de impedir situações



que coloque em risco a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. Temos que ter a compreensão que a atenção à saúde dos trabalhadores, deve ser abordada em sua amplitude, primando pela promoção da saúde; pela prevenção de doenças, traumas e distúrbios e pela cura e reabilitação dos acometidos por qualquer tipo de doença seja ela profissional ou outras.

Sabemos que a saúde dos trabalhadores no Brasil como um todo, bem como nos Correios é determinada por condições históricas, e que em seus processos produtivos acabam por causar sofrimentos, acidentes, lesões temporárias ou permanentes e variados tipos de doenças. Podemos exemplificar tal situação pela jornada excessiva de trabalho, pela cobrança de níveis inalcançáveis de produtividade, e por condições precárias nos ambientes de trabalho (interno e externo).

Quando falamos em condições de trabalho é fundamental destacar, tanto aspectos relacionados às dependências, aos mobiliários e aos procedimentos internos e também em aspectos relacionados à dinâmica de distribuição de correspondências e outros objetos. Atualmente os trabalhadores (carteiros) são submetidos a péssimas condições de trabalho, a equipamentos inadequados e em desenvolver suas atividades em horários inadequados, ou seja, os trabalhadores são submetidos às condições climáticas as mais diversas e desfavoráveis atuando em horários inapropriados a saúde humana.

Vale observar que além da exposição a toda diversidade de condições climáticas verifica-se também outros fatores adversos, como: trânsito caótico, níveis altos de poluição e a insegurança motivada pelo grande número de assaltos, praticados contra esses companheiros. Destacamos ainda o índice elevado de doenças como exemplos a LER-DORT e as doenças de fundo psicológico causadas principalmente pelo alto nível de exigências e por assédios morais.

Cabe ainda salientar que as condições de trabalho para os carteiros continuam desfavoráveis, mediante as adversidades e riscos impostos a estes trabalhadores, e apesar de termos conquistado o adicional de risco, é preciso estar sempre vislumbrando melhorias, e para tanto ações e políticas de caráter nacional devem ser discutidas e implantadas em todo o país.

Outra área que precisa ter uma solução definitiva envolve o atendimento comercial, os trabalhadores estão em constante tensão motivados pelas condições inadequadas, mas principalmente pelos riscos inerentes as atividades do Banco Postal. Convivemos atualmente com aumento generalizado da violência, e sem dúvida tais ambientes estão expostos a ações criminosas devido à fragilidade das instalações e pela falta de vigilância adequada para ambientes dessa natureza

Nesse sentido entendemos ser necessário o desenvolvimento de uma política que tenha como finalidade dotar tais ambientes de equipamentos de segurança e de profissionais de vigilância treinados para o desempenho dessas atividades. Além de intensificar a luta pela equiparação dos atendentes aos trabalhadores bancários, estendendo aos mesmos todas as conquistas inerentes ao desempenho desse tipo de atividade.

Assim sendo, precisamos consolidar a Secretaria de Saúde do Trabalhador da FENTECT, desenvolvendo políticas de orientação e conscientização das entidades e da categoria e atuando de forma efetiva na prevenção e no tratamento de doenças profissionais. Defendemos uma secretaria de saúde com profissionais qualificados (médico, psicólogo e advogado) para atuar, na orientação, prevenção, tratamento e na defesa dos direitos relacionados à saúde do trabalhador.



## **VI - Mesa Permanente de Negociação - A Importância da Representação Sindical**

A velocidade das mudanças no mundo do trabalho nos impõe a obrigação de estarmos sempre buscando atualizar as nossas ações e práticas tendo como objetivo uma melhor prestação de serviços à categoria, bem como uma melhor representação. Temos claro também a necessidade de estarmos bem qualificados para atuarmos de forma mais efetiva no processo negocial.

Tais mudanças apontam ainda para estarmos sempre atualizando a organização e a estrutura da FENTECT motivados, principalmente pela dinâmica nas relações que envolvem a federação, sejam elas: políticas, sociais, econômicas, culturais ou administrativas.

Propomos para tanto o estabelecimento de mesa permanente de negociação que atuará nas relações entre Correios, entidades representativas e trabalhadores, tendo como meta dinamizar as relações, bem como manter em pauta constante todas as demandas da categoria.

Temas como saúde, condições de trabalho, anistia, reajuste salarial, dentre outros devem assuntos de interesse dos trabalhadores da ECT.

Defendemos ainda que a mesa seja composta por representantes das entidades: federação e sindicatos, fazendo com isso reafirmar e reforçar o papel das representações sindicais. Assim sendo sugerimos como critérios: proporcionalidade estabelecida pelo Congresso; os membros deverão ser diretores da FENTECT; as decisões de inclusão, supressão ou modificação de cláusulas deverão necessariamente ser aprovadas em assembleias dos sindicatos; quórum mínimo de cinqüenta por cento mais um dos sindicatos, para aprovação de mudanças e mandato de três anos.

## **VII - Plano de Ação e de Lutas**

Plano de Ação constitui-se num instrumento de planejamento das e ações indispensáveis para obtermos resultados almejados. Entendemos ser o plano de ação a ferramenta apropriada para definirmos as ações prioritárias para nossa gestão, bem como resgatar lutas históricas de nossa categoria, além de realçar o nosso compromisso com a categoria e com a empresa pública. Importante ainda observar que para o sucesso de nossas ações é importante o envolvimento dos sindicatos e dos trabalhadores de forma geral, dessa forma estaremos mais próximos de atingir nossos objetivos.

Por experiência destacamos que as linhas gerais devem ser definidas pelo Congresso da categoria, entretanto para efetivamente atingirmos nossos objetivos estratégicos devemos elaborar ações que permitam alcançar nossos objetivos de forma mais eficaz.

Assim sendo sugerimos que o 11º Congresso da categoria que delibere no sentido que o Plano de Ação e de Lutas respeite e se oriente pelas seguintes diretrizes:

1. Valorizar as ações coletivas, com a finalidade de garantir a eficiência de nosso plano, realizando periodicamente a atualização do plano mediante a alteração de cenários, ao realinhamento de estratégia. Para tal defendemos com instrumento essencial a realização de planejamento estra-



- tégico para aprofundamento das questões e estruturação das ações para gestão 2012-2015;
2. Lutar pela democratização das relações na ECT e por políticas mais democráticas no Conselho de Administração e na Diretoria de Recursos Humanos;
  3. Lutar pelo estabelecimento de um piso salarial que atenda as necessidades dos trabalhadores ecetistas, propondo e defendendo ações que amplie a distribuição de renda na ECT, e pela construção de um Plano de Cargos de Carreiras e Salários que atenda aos interesses da classe trabalhadora dos correios.
  4. Intensificar a luta por eleições diretas no Postalis aos cargos de direção do fundo;
  5. Defender de forma intransigente e em conjunto com outras entidades afins a valorização das questões relacionadas a gênero, raça;
  6. Lutar pela melhoria de condições de trabalho e pela saúde dos trabalhadores ecetistas;
  7. Intensificar e qualificar a luta em defesa de um correio público, pelo fim da terceirização, em defesa do monopólio postal e contra a privatização;
  8. Lutar em defesa e pelo fortalecimento da CUT;
  9. Combater todas as formas e práticas de violência contra a organização sindical e contra os trabalhadores: como práticas anti-sindicais e assédio moral;
  10. Ampliar e fortalecer as relações políticas do movimento sindical nos níveis local e mundial, valorizando as relações no interior do Mercosul, visando ampliar a integração da América Latina;
  11. Consolidar o projeto político-organizativo, garantindo sua atualização mediante o cenário político e institucional, realizando as alterações estruturais necessárias ao funcionamento da federação;
  12. Lutar pela ratificação da Convenção 158 da OIT;
  13. Lutar pela regulamentação Convenção 151 do OIT, já ratificada pelo Congresso Nacional
  14. Lutar pela democratização das políticas administrativas na ECT;
  15. Lutar em defesa manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas;
  16. Combate à terceirização;
  17. Lutar pela redução da jornada de trabalho;
  18. Fortalecimento da estrutura e organização da nossa Federação
  19. Lutar por um PCCS que valorize os trabalhadores, possibilitando seu crescimento na ECT;

## VIII - Atuação Política da FENTECT

A atuação do movimento sindical foi relevante no último processo eleitoral, quando assumiu a postura de defender um projeto político mais amplo que contemplasse de fato os trabalhadores e a maioria da população brasileira.

A nossa participação na construção desse projeto político representando pelo campo democrático-popular, pela defesa de interesses dos trabalhadores e pela criação de espaço para manifestação dos movimentos sociais, foi sem dúvida um dos pontos relevantes de nossa gestão.

A consolidação de conquistas importantes, no segundo mandato do governo Lula, como: a política de reajuste para o salário mínimo, a geração de milhões de empregos, a concretização do MERCOSUL, a auto-suficiência na produção de combustíveis, foram essenciais, mas precisamos avançar.

Acreditamos que a continuidade desse projeto se daria com a eleição da presidente Dilma. Assim sendo no Congresso passado da categoria defendemos o apoio aberto a essa proposta por considerar o



momento político histórico importante para a sociedade brasileira, do qual não poderíamos ficar de fora, além de seguir a deliberação da CUT nesse sentido.

O papel da FENTECT foi fundamental no processo de esclarecimento e convencimento de companheiros e companheiras em todo o país, dos projetos políticos apresentados.

Mas o trabalho é contínuo e constante e que agora nos apresenta a necessidade de uma atuação firme e contundente junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, na busca consolidação dos Correios, enquanto, empresa pública, com a promoção de mudanças em sua política administrativa e em sua gestão, qualificando e democratizando seus fóruns, além de buscar garantir e ampliar direitos econômicos e sociais dos trabalhadores.

E para sermos exitosos nessa tarefa, é importante cada vez mais atuar de forma coletiva com as direções dos sindicatos, sem divisionismos, ou personalismos, mas sim tendo como perspectiva a construção de acordos coletivos satisfatórios e melhoria das condições de trabalho.

## **IX - Política de Formação de Dirigentes**

A FENTECT tem com premissa que para construção de uma entidade forte, combativa uma sólida política de formação. O cenário aponta ainda para um momento delicado para o movimento sindical, de reafirmação e legitimação junto aos trabalhadores. Nesse sentido torna-se cada vez mais importante a unidade no movimento sindical. Assim sendo, precisamos valorizar nossos fóruns de debates, como os: encontros nacionais e regionais.

Além disso, as mudanças profundas que vem ocorrendo no mundo do trabalho, bem como a necessidade de reafirmação de nossas políticas. Esse cenário aponta cada vez mais para a qualificação de nossos dirigentes, para que os mesmos possam atuar de forma eficiente.

Temos claro que uma política de formação bem estruturada contribui para fortalecimento das entidades, mas principalmente para dar segurança aos dirigentes em seu cotidiano de trabalho, tanto junto à base, quanto em processos negociais.

A formação sindical proporciona também uma melhor compreensão do ambiente de trabalho e suas relações, possibilita uma melhor avaliação de cenários, além de contribuir no processo de organização e consolidação das entidades.

## **X - FENTECT e as Relações Internacionais**

A política de relações internacionais adotada pela federação tem trazido um importante legado para nossa instituição, bem como para nossa categoria. As experiências adquiridas pelo estreitamento das relações com entidades de outros países têm contribuído para entendermos melhor o processo em todo mundo, mas principalmente o nosso.

Outro avanço significativo em nossa gestão foi o intercâmbio e a participação em debates com sindicalistas de outras nações mundo. A atuação da delegação da Fentect em encontro com dirigentes sin-



dicais, em Portugal, na Argentina e nos Estados Unidos, propiciou a troca de informações e experiências.

Em Portugal tivemos a oportunidade visitarmos unidades de trabalho dos Correios de lá. O intuito da iniciativa foi no sentido de trocar experiências, haja vista que lá a instituição está incluída num programa de privatizações do governo. A interação propiciou a troca de informações, o que entendemos ser fundamental para compreendermos o processo de universalização dos Correios.

Assim sendo destacamos que a política de relações externas da Fentect que vem atuando na troca de experiências, bem como estreitando laços com entidades e trabalhadores, conhecendo outros modelos de atuação. E que tem priorizado a construção de relações fortes e estáveis com países do Mercosul e de língua portuguesa.

Um dos pontos centrais de nossa luta é pela preservação dos Correios enquanto empresa pública. O que temos presenciado em outros países é uma tendência crescente, principalmente, na Europa, de privatização de Correios motivada em grande parte pela crise econômica.

Somos testemunhas de experiências num passado muito recente, onde empresas públicas brasileiras privatizadas tiveram em seus trabalhadores o segmento mais penalizado, com a promoção de demissões e precarização das condições de trabalho.

Isto posto vale aumentarmos nossa precaução, e uma das medidas que sinalizamos como proteção ao emprego e a manutenção da empresa pública é o combate a criação de subsidiárias, por entender que tal medida pode desencadear um processo de concessões e de privatização.

A experiência vivida, atualmente na Europa, faz reforçar a necessidade de intensificar nossa luta pelo fortalecimento dos Correios, e na defesa pela melhoria das condições de trabalho e no serviço prestado a sociedade.

Vale destacar que o modelo brasileiro, figura atualmente, como um dos cinco melhores do mundo, e certamente este posto é ocupado em virtude, do monopólio postal, do compromisso dos trabalhadores e do respaldo da população.

## XI - Mercado Postal e a Crise Mundial

A crise europeia tem produzido reflexos em diversos segmentos da economia, o mercado postal também está sendo penalizado com as transformações. A orientação dos governos é de exterminar o monopólio postal, deixando os trabalhadores em situação delicada, haja vista o fato de não existir qual tipo de regulação.

Nesse cenário a UNI e seus sindicatos, através da criação de um comitê que tem como objetivo buscar o diálogo no segmento postal na, principalmente no que se refere a: regulação social, gerenciamento das políticas e a obrigatoriedade dos serviços universais.

Atualmente convivemos com o seguinte cenário no segmento postal, existem três frentes de luta dos trabalhadores postais no mundo, são elas: a desregulamentação do setor e a quebra do monopólio,



facilitando a atuação de empresas privadas no setor, apenas naqueles mercados rentáveis.

Outro foco de luta dos trabalhadores é contra o processo de privatização dos correios públicos, nos países mais afetados pela crise. Vale destacar que tal sugestão resgata modelo neoliberal. Desse forma presenciamos uma migração de trabalhadores para empresas privadas, obviamente sem alternativas em virtude da liquidação das empresas públicas. Ressaltamos as perdas significativas impostas a esses trabalhadores, tanto do ponto de vista econômico, quanto social. Cabe observar que tais mudanças já chegaram até o MERCOSUL, com o processo de privatização dos Correios da Argentina.

A Secretaria de Relações Internacionais esteve bem atuante nessa gestão construindo uma relação solidária e de troca de experiências com companheiros dos Correios de outros países.

## **XII - Estrutura e Organização da FENTECT**

As transformações no cotidiano do trabalho e as mudanças constantes nos Correios obrigam a federação estar sempre atualizando práticas e buscando novos métodos de atuação sindical. As alterações propostas pelo Projeto de Conversão, que altera o Estatuto dos Correios, bem como atribui novas funções e cria possibilidades de alteração na atual estrutura, impõe constantes avaliações de cenários e posicionamentos da entidade. Dessa forma exigindo a ampliação e o fortalecimento da federação, bem como a qualificação de seus dirigentes, almejando a melhoria da representação sindical.

Este cenário nos apresenta a necessidade de estar sempre repensando a federação e suas estruturas organizativas, e também a utilização de ferramentas mais eficientes para o desenvolvimento da ação sindical. Dessa forma devemos lutar sempre para consolidação de nossa entidade.

As reivindicações históricas, como liberdade e autonomia sindical, fim do imposto sindical nos alçaram a condição de representantes legais e legítimos do processo de emancipação política, social e econômica da classe trabalhadora.

Esse quadro dinâmico apresenta-nos a necessidade de estar sempre atualizando e modernizando as estruturas da federação, além de estarmos organizados e articulados, consolidando relações políticas institucionais com a Central Única dos Trabalhadores.

Defendemos o alinhamento a política desenvolvida pela CUT, tendo em vista o papel relevante desempenhado na luta dos trabalhadores e no processo de democratização do país. Dessa forma aproveitamos para criticar qualquer política que aponte para o enfraquecimento, divisão ou de criação de outra federação, propostas constantemente apresentadas por outras forças políticas que atuam no movimento e que infelizmente contribuem de forma inconseqüente para o enfraquecimento de nossa luta

Assim sendo sinalizamos para o fortalecimento das relações políticas e sindicais com a CUT, o que propiciará também o fortalecimento e o estreitamento de relações institucionais.



### XIII - Democracia Racial e Igualdade de Oportunidades

A história do Brasil revela uma condição de desigualdade étnica, reproduzida desde a colonização do país. A situação que acabou por influenciar na formação das instituições brasileiras, dentre elas os Correios, criando uma cultura nefasta de favorecimento de uns em detrimento de outros. Para combater essas práticas é importante sempre estar colocando luz sobre a questão, pois só assim conseguiremos de fato promover mudanças rumo à democracia racial.

Mas, a luta para mudar esse cenário tem sido muito intensa, e apesar de ainda não termos conseguido construir uma sociedade democrática racialmente, temos avançado significativamente. Destacamos que em nosso entendimento o aspecto de maior relevância, seja a presença constante do debate sobre a questão racial na pauta nacional.

Salientamos que o tema vem ganhando espaço e avançando em todos os segmentos de nossa sociedade, em alguns de forma mais rápida em outros em passos mais lentos. Mas, sem sombra de dúvidas a questão é destaque e esta situada entre as mais relevantes para a sociedade brasileira.

Hoje podemos afirmar - na nossa compreensão - que o maior avanço se manifesta na consciência da sociedade da importância da luta pela democracia racial e pela igualdade de oportunidades. Já existem alguns exemplos emblemáticos, dentre eles destacamos, a aprovação pelo STF do regime de cotas nas universidades federais, medida essa que entendemos ser essencial no processo de construção de uma sociedade mais justa e igual.

Ressaltamos que dentro do projeto político da FENTECT, a questão racial figura com um dos pontos mais relevantes, e temos a convicção de estarmos contribuindo de forma efetiva nessa discussão. A federação em seu projeto político vem desempenhando um importante papel nessa construção, exemplo disso foi à realização de vários debates, abordando análise de conjuntura nacional e internacional da população negra, Estatuto da Igualdade Racial, a situação do trabalhador negro no mercado de trabalho e nos Correios, saúde da população negra, violência contra os negros, cotas raciais. Outro fator a destacar foi à capacidade da federação em estabelecer relações com entidades do movimento negro, ou que tenham como preceito a defesa da democracia racial.

Contudo, infelizmente, não evoluímos muito na ECT, no que se refere à construção de políticas internas que tenha como finalidade suplantar qualquer tipo de preconceito, discriminação ou desigualdade entre trabalhadores. Ainda convivemos com ações racistas e de descriminação em nosso cotidiano de trabalho.

Assim sendo, assumimos o compromisso de intensificar o movimento visando eliminar toda e qualquer distorção, bem como na perspectiva de construir um cenário diferente do atual. Para isso propomos ações centradas na proteção dos trabalhadores e na promoção da igualdade racial, dentre outras.

Entendemos que o desenvolvimento de ações visando igualar condições no mercado de trabalho, de esclarecimento e qualificação de dirigentes e lideranças, e principalmente, o estabelecimento de medidas duras no sentido de punir civil e administrativamente àqueles que praticarem atos racistas ou discriminatórios.



Por fim destacamos ainda como de extrema importância a construção em nosso acordo coletivo, de instrumentos políticos e jurídicos que amparem a nossa luta pela igualdade de oportunidades e salários para todos, bem como compromisso de implantar todas as deliberações de congressos e plenárias da categoria, e também as deliberações e orientações da CUT, nesse sentido.

#### XIV - Mulheres nos Correios – Política de Gênero

Com a eleição da presidente Dilma a política de gênero ganhou força e espaço no cenário nacional. Contudo a luta por melhores condições de vida e trabalho, por igualdade de condições e pelo respeito às condições específicas da mulher se faz presente a muito em nossa categoria.

A luta das mulheres no Brasil ganhou força, mas precisa de uma melhor organização para que consiga obter êxito. Assim sendo, faz-se necessário o fortalecimento da Secretaria da Mulher da federação e da Comissão de Mulheres como elementos essenciais para a consolidação da luta.

Nesse momento vale ressaltar a necessidade de debatermos as peculiaridades e especificidades, a fim de estabelecer uma política que as contemple e garanta melhores condições de trabalho, horários adequados, condições de saúde física e psicológica.

Vale ainda destacar a importância da implantação de estratégias que proporcione a participação das mulheres em todos os fóruns da ECT, que amplie o combate a todas as formas de discriminação e violência; que reforce as políticas de proteção e informação à saúde da mulher, bem como estabeleça medidas que contribuam para o fortalecimento Secretaria da Mulher, enquanto órgão de representação do segmento.

Temos a convicção que a realização do 13º Encontro Nacional de Mulheres em Brasília constituiu-se num marco importante na luta das mulheres ecetistas. O evento contou com a participação de delegadas de todas as unidades da federação, que na oportunidade debateram sobre temas de relativos à política de gênero.

Outro fato relevante, desdobramento do encontro foi realização de ato público em frente ao prédio central dos Correios, em Brasília. Na ocasião foi reafirmada pelas companheiras a necessidade de igualdade no tratamento entre homens e mulheres, o fim da discriminação e do assédio moral e sexual, bem como o reforço na manutenção e ampliação de direitos como: licença maternidade com o pagamento integral da participação de lucros; auxílio creche desburocratizado e com repercussão em todo o país.

Destacamos ainda como fruto da mobilização das mulheres o afastamento definitivo do então diretor de recursos humanos, que sempre se negou a receber a representação de mulheres. Ainda como pontos importantes fruto da luta das companheiras, podemos salientar a intensificação no combate ao assédio e a violência contra as mulheres e pelo fim da disparidade salarial entre gêneros.



## XV - Para onde caminham os Correios?

Há cerca de um ano, a presidente Dilma editou a medida provisória que alterou o estatuto da ECT, as alterações, interferem na estrutura dos Correios. A MP autoriza a empresa a atuar no exterior, a constituir ou adquirir empresas subsidiárias, bem como propõe a exploração de serviços de logística integrada, postais eletrônicos e financeiros.

A FENTECT sempre se posicionou contra mudanças unilaterais defendendo que quaisquer propostas de mudanças devem ser debatidas com as entidades representativas dos trabalhadores (centrais sindicais, federação e sindicatos). Consideramos a atitude do governo lamentável, pois a fez, sem consultas prévias e sem realizar audiências públicas, para debater o tema com os trabalhadores e com a população.

A FENTECT através da organização e do debate com os trabalhadores definiu por levar a discussão para o Congresso Nacional, na perspectiva de envolver a sociedade no debate sobre o modelo de Correios que queremos para Brasil, bem como e principalmente na defesa da empresa pública.

Com a aprovação pelo Senado a admissibilidade do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/11, fruto da Medida Provisória 532, autorizando os Correios a constituir subsidiárias ou adquirir o controle ou participação em outras empresas.

O projeto ampliou o âmbito de atividades e atuação dos Correios, contudo fica o receio da possibilidade da ampliação da terceirização de serviços, bem como criar perspectivas futura privatização.

A abertura do capital da ECT cria um cenário que pode no futuro abrir espaço para discursos e ações de privatização. E mesmo com a vedação para outras empresas de atuarem no serviço de entrega domiciliar, e apesar da determinação da condução de trabalhadores do quadro permanente para ocupação de funções gerenciais e técnicas em âmbito regional, fica temor quanto à privatização. E apesar de anúncios contra a promoção da terceirização e pela manutenção monopólio do serviço postal, não podemos abaixar a guarda, pois sabemos que a alternância de governos pode suscitar a implementação de medidas contra a manutenção da empresa pública e, portanto, temos que estar vigilantes para impedir qualquer tipo de ação com esse intuito.

## XVI - A ECT que queremos

Quem não se lembra, há alguns anos atrás, quando era comum usar os Correios como exemplo de empresa pública: eficiente, eficaz, competente e de credibilidade. A ECT era concebida como modelo de empresa a ser seguido, tanto por empresas e órgãos públicos, quanto por organizações privadas.

Entretanto, a ECT ao longo dos anos vem sofrendo com uma política de sucateamento e de desmoralização. Os ataques só minimizaram com a eleição de um governo democrático-popular, o governo Lula. Atualmente, a ECT tem dificuldade em estabelecer uma boa relação com seus trabalhadores e de resgatar seu prestígio na coletividade.



Temos a compreensão que para reverter esse cenário é necessária a implantação de uma série de mudanças, visando à recuperação econômico-financeira, o restabelecimento da credibilidade, o início de um processo de modernização e de definição de procedimentos de trabalho, tendo como finalidade primeira o estabelecimento de relações de trabalho respeitosas e da valorização do quadro de trabalhadores.

Assim sendo para que possamos atingir tal objetivo, devemos ter a implantação de uma política que estimule a geração de emprego (via concurso público), o estabelecimento de uma política de qualificação profissional.

Estamos convictos que mudanças na estrutura administrativa da ECT constituem-se num dos eixos de intervenção da FENTECT. A federação defende uma política que tenha como principal objetivo o fortalecimento da empresa e defesa da empresa pública e do monopólio postal.

A nossa intenção é a construção de uma empresa que respeite os trabalhadores e seus direitos, reconheça e negocie com a representação dos trabalhadores, que zele e defenda valores éticos, princípios morais. Assim sendo acreditamos que somente com a democratização da ECT e participação dos trabalhadores nas instâncias de decisão, como no Conselho de Administração permitirão que alcancemos tais objetivos.

Para tanto, torna-se imperativo a definição de parâmetros gerais de funcionamento; o estabelecimento de critérios objetivos de promoção e ascensão profissional; remuneração; distribuição de funções e um maior equilíbrio na definição e no pagamento de produtividade, além da construção de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que contemple a todos os trabalhadores.

No campo da representação político sindical, defendemos a organização dos trabalhadores, a unidade da categoria, com direitos sindicais reconhecidos e respeitados. Defendemos ainda a construção de acordos coletivos de trabalho mais justos. Outras bandeiras importantes que defendemos são: a redução da jornada de trabalho, a imediata realização de concurso público para um contingente de 25 mil novos trabalhadores, que em nosso entendimento são necessários, para equilibrar a empresa. E queremos, principalmente, construir uma empresa que se preocupe com a qualidade de seus trabalhadores e familiares, que elimine a terceirização como forma de contratação.

## XVII - Campanha Salarial e a Greve da Categoria

No debate sobre campanha salarial e seus reflexos é fundamental destacarmos, a mudança ocorrida no governo Lula, onde obtivemos a recuperação do poder aquisitivo do salário, por intermédio de uma política de reposição de inflação com incremento de ganhos reais. Contudo é importante frisar que essa política sofreu um retrocesso e um recrudescimento no governo Dilma. A direção da ECT vem tendo posturas antidemocráticas e agindo na contramão da história, quando estimula práticas anti-sindicais, implementa medidas que comprometem a imagem da empresa, bem como na tentativa de inviabilizar uma boa relação empresa/trabalhadores.

O movimento grevista deflagrado em todo o país, além de ser um direito constitucional e legítimo, dos trabalhadores na luta por direitos trabalhistas e pela melhoria das condições de vida e trabalho, ficou caracterizado, principalmente, pela incapacidade da direção da ECT em dialogar



com os trabalhadores. Assim sendo, podemos qualificar a greve, como resultado do fracasso no processo de negociação.

Vale observar que a falta de capacidade dos dirigentes da ECT em conduzir o processo de negociação e em esconder sua incompetência administrativa, levou-os a utilizar de atos arbitrários e truculentos, na tentativa de desqualificar o movimento dos trabalhadores, mas também em alguns casos esconder a falta de compromisso com o monopólio postal e com a empresa pública.

Durante todo o período de duração do movimento a direção da empresa tentou atribuir a responsabilidade da greve aos trabalhadores e seus sindicatos, camuflando sua inépcia, revelada pela atitude transferência de responsabilidades para o TST.

Outro aspecto importante a destacar é que os gestores, que tiveram sua origem no movimento sindical e nas lutas sociais, quando desqualificam a luta dos trabalhadores, revelam que não se pautam por princípios, mas sim por interesses particulares. Aproveitamos para repudiar a postura antidemocrática de algumas diretorias regionais para com os trabalhadores e entendemos nosso repúdio ao Ministro Paulo Bernardo e ao presidente da ECT, que tentaram desqualificar o movimento e ignorar a categoria e a greve.

Os vinte e oito dias de paralisação revelaram a indignação da categoria, com o excesso de serviço; falta de funcionários e material para execução do serviço; além da promoção de mudanças na empresa sem qualquer tipo de diálogo prévio com a categoria, utilizando-se como instrumento a MP 532.

Quando avaliamos a greve do ponto de vista econômico, acreditamos ter avançado, por meio da conquista de ganhos reais de 9% linear, reajuste de 6,87%, abono de R\$800,00, vale alimentação de R\$ 25,00, vale cesta de R\$ 140,00 e vale extra de R\$ 575,00, resultado esse melhor que outras categorias nacionais. Entretanto, entendemos que a determinação do TST para o desconto de sete dias foi uma derrota imposta à categoria.

Em relação à PLR ressaltamos que do ponto de vista dos critérios não apresentou prejuízo a nenhum trabalhador. Conseguimos a partir de negociações, a redução do interstício entre os maiores e os menores valores pagos (de quarenta para cinco vezes), com isso proporcionando o pagamento de uma participação nos lucros e resultados, mais justa. Contudo defendemos ainda uma aproximação ainda maior entre os valores da PLR, valorizando com isso todos os trabalhadores.

Do ponto de vista político avaliamos que o aspecto mais positivo produzido pela greve foi a capacidade de mobilização e organização da categoria. Gostaríamos de salientar a disposição e o espírito de luta da categoria que se manteve unida durante todo o movimento grevista. Dessa forma, entendemos estar contribuindo para a construção de fato de um novo modelo de desenvolvimento para o país, com base em uma distribuição de renda mais equânime, na igualdade da geração de oportunidades, na afirmação de valores sociais e, principalmente, na luta por uma empresa pública, de qualidade e democrática.

### XVIII – Anistia: Luta intensa e constante

Em nossa avaliação é importante destacar o compromisso e a luta da secretaria de anistia e do coman-



do dos anistiados, quando falamos em anistia nos correios é importante realizarmos um resgate histórico de nossa luta, em relação ao esclarecimento das diversas leis de anistia que abrangem a categoria, no intuito de solucionarmos questões como: a luta dos trabalhadores já contemplados e que ainda não tiveram suas portarias publicadas.

Destacamos o relevante papel da comissão de anistia, o trabalho árduo e minucioso e imprescindível que vem construindo junto com a Secretaria de Anistia da FENTECT, na possibilidade do retorno de vários trabalhadores ao seu local de trabalho. Temos a clareza que não bastam leis de anistia, para fazer com que o trabalhador retorne ao trabalho, é necessária a realização de uma série de procedimentos burocráticos que irão de fato garantir a reintegração tão esperada pelos trabalhadores demitidos e por seus familiares.

Dessa forma, o trabalho permanente de informação aos anistiados, a atuação junto a parlamentares objetivando explicar o conteúdo de nossas reivindicações, a realização de eventos como o Encontro Nacional de Anistia, tornam-se elementos cruciais para qualificarmos o debate e organizarmos melhor nossas ações. Podemos citar como resultado positivo de todo esse trabalho os 144 anistiados que retornaram ao trabalho em 2011.

Importante destacar que a Secretaria de Anistia e a CNA vem atuando de forma unificada e com isso vem conseguindo garantir o retorno dos trabalhadores demitidos e anistiados para reassumir suas funções na ECT. Mas, para atingir tal objetivo estamos atentos e envolvidos em todas as leis e projetos, como: as Leis 8.632/93 (Paulo Rocha I), 11.282/06 (Paulo Rocha II), Lei: 10.559/02 (Artigo 8º), Lei: 8.878/94 (Plano Collor), Lei Eleitoral 7.773/89 e o Projeto de Lei Nº 7320/06 (Dep. Maria do Rosário), sendo que são nessas leis que amparamos a e organizamos a nossa luta anistia.

No processo em defesa do retorno dos companheiros demitidos adotamos como premissa a divulgação por meio de relatórios detalhados de todas as ações. As informações são repassadas a entidades e dirigentes dando ciência do trabalho desenvolvido. Outra medida adotada é a publicação dos trabalhos do plantão no Diário Oficial da União.

O nosso trabalho consiste ainda em orientar aos companheiros (anistiando, anistiado e anistiável, que busque informação junto ao seu sindicato dos processos. Dessa forma, acreditamos estar também contribuindo para a valorização da representação sindical e para o fortalecimento das entidades. Outra medida adotada é a disponibilização das informações por meio eletrônico na página da federação.

Temos a convicção de que estamos trilhando o caminho certo, e o êxito alcançado é fruto do compromisso em torno da questão e a atuação firme decisiva da Secretaria de Anistia da FENTECT e da Comissão Nacional de Anistia. Nesse sentido avaliamos que discussão política e administrativa sobre a anistia conquistou um importante espaço, mas somente os processos jurídicos são capazes de consolidá-los.

O trabalho continua intenso e processos vêm sendo encaminhados para análise e deferimento, e esperamos com isso que os trabalhadores retornem ao trabalho, o mais breve possível. Assim sendo, o nosso empenho está orientado, no sentido de garantir a anistia de mais companheiros.

Destacamos ainda o projeto Lei 7320 (ampliação da Lei 11.282/06 abrangendo o retorno dos trabalhadores demitidos por participação em greve ou perseguição política desde 1988), e as ações políticas desenvolvidas junto aos parlamentares para aprovação do projeto. Mas, o êxito só será



alcançado com a participação e empenho efetivos de todos os sindicatos e forças políticas.

Concluindo confiamos que o trabalho desenvolvido pela secretaria e pela comissão de anistia produziu e continua produzindo resultados positivos graças à determinação dos companheiros, que estão cotidianamente lutando e defendendo o retorno de todos aqueles companheiros injustamente demitidos.

## XIX - Reforma Estatutária

Tendo em vista a necessidade de estar sempre atualizando nossa organização e estrutura, propomos as alterações no Estatuto que se seguem:

### CAPITULO I DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CORREIOS E TELEGRAFOS E SIMILARES.

**Art. 3º.** São finalidades da FENTECT:

I - Representar e coordenar a defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos de seus associados, inclusive nos seus envolvimentos social, econômico, político e cultural, em juízo ou fora dele;

X - Trabalhar para o progresso e desenvolvimento geral da sociedade humana e do meio ambiente, propugnando pela implantação do socialismo no Brasil e no mundo;

### CAPITULO V DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO, DE CONTROLE E DE DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

**Art. 14º.** São fóruns deliberativos FENTECT:

**Parágrafo 1º** - Aos fóruns deliberativos compete à orientação política, geral e setorial, do movimento sindical de Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares.

**Parágrafo 2º** - São instâncias consultivas os Coletivos de Trabalho: Mulher; Racial; Anistia; Comunicação; Saúde do Trabalhador; Jurídico; Jovem Trabalhador; e Internacional, os quais serão organizados pelas respectivas Secretarias e Comissões, sendo as atividades de seus membros custeadas pelos Sindicatos.

**Art. 15.** O Conselho Fiscal - CONFI - é a organização responsável pela fiscalização das movimentações financeiras da FENTECT.

### SEÇÃO I DO CONECT

**Art. 17.** O CONECT é a instância de deliberação soberana a Federação, tendo poderes para, quando convocado e instalado de acordo com este estatuto, decidir todas as questões relativas a FENTECT;



**Parágrafo 1º** - O CONTECT será constituído:

- a) por delegados (as) sindicalizados (das) eleitos (as) pelos Sindicatos filiados, em assembléia geral, na proporção de 1 (um/uma) delegado (a) para cada 400 (quatrocentos) trabalhadores na respectiva base territorial ou fração superior a 200 (duzentos), assegurado o número mínimo de 5 (cinco) delegados para cada Sindicato filiado, com cota de no mínimo, 30% por gênero, obrigatoriamente, sob pena de vacância na delegação. Caso uma chapa eleja apenas um delegado, esse pode ser homem ou mulher.
- c) os diretores da FENTECT e suplentes são delegados natos ao CONTECT;

**Parágrafo 3º** - Cópia da ata de eleição dos delegados (as) e observadores (as) será enviada a Diretoria Colegiada da FENTECT, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início do CONTECT;

**Parágrafo 4º** - Poderão participar ainda, delegados (as) eleitos (as) em assembléias gerais independentes dos Sindicatos serem filiados ou não, desde que reconhecida pela Diretoria Colegiada como Oposição representativa da categoria na respectiva base territorial, obedecendo à mesma proporção indicada no parágrafo primeiro deste artigo.

**Parágrafo 7º** - Nas assembléias que elegerão os delegados para o CONTECT só poderão ter direito a voto e serem votados os sindicalizados, com mais de três meses de sindicalização, dos respectivos sindicatos.

**Art. 18.** Compete privativamente ao CONTECT:

II – Analisar as contas dos três anos de gestão da Diretoria Colegiada, com prévia manifestação do Conselho Fiscal;

IV - Alterar estatuto, ou propor fórum específico para alteração;

**Art. 19.** O CONTECT ocorrerá ordinariamente, em junho a cada 3 (três) anos e, extraordinariamente, por convocação da Diretoria Colegiada ou de um terço dos Sindicatos filiados a FENTECT, desde que em dia com as suas obrigações sociais. A Diretoria Colegiada definirá a data do CONTECT Ordinário e do Extraordinário.

**Parágrafo 4º**- Os diretores da FENTECT são delegados natos ao CONTECT, com direito a voz e voto;

**Art. 21.** O CONTECT será instalado, em primeira convocação, com a presença mínima de metade mais um de seus delegados e, em segunda convocação, com pelo menos um terço, e em terceira convocação com os números de participantes presentes. As convocações serão simultâneas.

**Art. 23.** As deliberações do CONTECT serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes.

**Parágrafo Único** - Exige-se maioria absoluta de votos para resoluções sobre as matérias previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do Art. 18º.



## SEÇÃO II DO CONREP

**Art. 27.** Compete ao CONREP:

Elaborar seu regimento interno, e submetê-lo a aprovação do CONECT;

Definir os planos de lutas da categoria;

Eleger entre os delegados e observadores presentes ao CONREP o Comando de Mobilização que será composto por 7 (sete) membros sendo no mínimo 30% (trinta por cento) por gênero, conforme a proporcionalidade do CONREP;

## SEÇÃO III DA PLENÁRIA NACIONAL

**Art. 31.** A Plenária Nacional será composta por delegados (as) eleitos (as) entre os filiados ao sindicato, em assembléia geral na proporção de 1 (um/uma) delegado (a) para cada 1000 (mil) trabalhadores na base territorial do Sindicato filiado ou Oposição reconhecida, com cota de no mínimo, 30% por gênero, obrigatoriamente, sob pena de vacância na delegação. Caso uma chapa eleja apenas um delegado, esse pode ser homem ou mulher.

**Parágrafo 3º.** Os diretores da FENTECT são delegados natos a Plenária Nacional;

## SEÇÃO V DO ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES

**Art. 35 –** O Encontro Nacional de Mulheres é um fórum deliberativo da FENTECT, no que se relaciona às questões relativas às mulheres trabalhadoras da ECT:

**Parágrafo 5º -** A Secretaria de Mulheres á delegada nata ao Encontro Nacional de Mulheres;

## SEÇÃO VI DO ENCONTRO NACIONAL DE ASSUNTOS RACIAIS

**Art. 36 –** O Encontro Nacional de Assuntos Raciais é um fórum deliberativo da FENTECT, no que se relacionam às questões relativas questões raciais dos trabalhadores da ECT:

**Parágrafo 5º -** O Secretário de Assuntos Raciais é delegado nato ao Encontro de Assuntos Raciais;

## SEÇÃO VII Do Encontro Nacional de Anistia

**Art. 37 –** O Encontro Nacional de Anistia é um fórum deliberativo da FENTECT, no que se relaciona às questões relativas às questões dos trabalhadores demitidos, anistiados e anistiáveis da ECT:

**Parágrafo 5º -** O Secretário de Anistia é delegado nato ao Encontro Nacional da Anistia;



## CAPÍTULO VI DA NEGOCIAÇÃO

**Art. 62.** As negociações salariais serão conduzidas pela diretoria da FENTEC

**Parágrafo Único** – A diretoria da FENTEC será assessorada na campanha salarial pelo Comando de Mobilização;

## CAPÍTULO VI DO COMANDO DE MOBILIZAÇÃO

**Art. 63.** O comando nacional de mobilização é a instância de assessoramento a diretoria da FENTECT durante as campanhas salariais da categoria.

**Parágrafo 1º.** A composição do comando será feita pelo critério da proporcionalidade definida no CONREP, e a sua dissolução ao fim da campanha salarial com a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho.

## CAPÍTULO VIII DAS ELEIÇÕES

**Art. 63.** As eleições serão realizadas no Congresso, a cada 3 (três) anos.

**Parágrafo 2º** - A renúncia coletiva será caracterizada pela renúncia de mais de 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos e suplentes do órgão;

**Art. 66.** Até 2 (duas) horas antes do inicio da votação, os candidatos deverão se registrar perante a Mesa Diretora do CONTECT, formando chapas.

**Parágrafo 3º** - Considera-se inabilitada o registro a chapa que não oferecer nomes para os cargos efetivos e 50% (cinquenta por cento) para os cargos suplentes do CONFI e da Diretoria Colegiada.

**Art. 67** - A Comissão Eleitoral será formada:

II - Por 1 (um) representante de cada chapa, mesmo quando houver uma única chapa.

**Art. 73.** O dirigente da FENTECT que, tácita ou expressamente, renunciar, não poderá candidatar-se na primeira eleição subsequente que venha a ser realizada. (antigo artigo 77)





## CORRENTE ECETISTAS EM LUTA

### Primeira Parte I - Introdução

#### 1) Superar a crise da Fentect colocando-a sob o controle dos ecetistas

A Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios atravessa a maior crise de toda a sua curta história. Uma ala do bloco dominante, o PCdoB, com o apoio do PSTU, responsável direto pela assinatura do acordo bianual e outras derrotas das lutas da categoria, decidiu perpetrar uma traição maior que todas as anteriores e lançar-se à destruição da maior conquista da categoria em todo este período, ou seja, a divisão da Fentect, a sua organização unitária nacional.

Esta crise é o resultado da completa falência da política seguida nos últimos dez anos pelo bloco PT-PCdoB de impor aos trabalhadores uma política abertamente patronal. Esta política foi condenada pelos trabalhadores e esta condenação se manifestou de maneira ainda mais clara na greve de 28 dias da campanha salarial anterior e no seu resultado, ou seja, no fato de que a maior greve da categoria nas últimas duas décadas tenha terminado sem nenhuma conquista.

A história do movimento sindical dos correios nos últimos 10 anos é a história da luta contra o controle deste movimento por um bloco abertamente patronal – desenvolvendo até as últimas consequências as características burocráticas da etapa anterior. No Congresso da Fentect de 2003, a direção do movimento nacional cai sob o controle majoritário do bloco PT-PCdoB que, de comum acordo com a direção da ECT, na qual centenas de sindicalistas deste bloco viriam a ocupar cargos de confiança dos patrões, coloca em prática uma política abertamente patronal. Esta política choca-se diretamente contra o movimento nacional levando a burocracia a uma crise terminal, na qual se encontra neste momento. Podemos dizer, nesse sentido, que o movimento nacional dos correios ocupa um papel de ponta na evolução geral do sindicalismo pelo fato de se colocar frontalmente em oposição à política do governo de colaboração de classes do PT.

A estabilidade do regime burguês desde os anos 90 repousa diretamente sobre o controle que o PT tem sobre as organizações operárias mais importantes do país por meio da burocracia que controla a Central Única dos Trabalhadores, mais poderosa organização sindical brasileira. O choque dos trabalhadores dos correios contra a política do PT e seus agentes burocráticos no interior deste movimento é, em certo sentido, um fato excepcional no panorama sindical brasileiro, ainda que seja apenas a vanguarda de um movimento mais amplo que deverá inevitavelmente abranger toda a classe trabalhadora.

A tentativa de destruir o movimento nacional dos correios é, nesse sentido, a melhor defesa que se poderia fazer, dentro das organizações operárias para estrangular as tentativas da classe trabalhadora de se libertar da camisa de força que representa a política de colaboração de classe do PT. Não é por acaso que é levada adiante pelo partido que tem encabeçado boa parte do trabalho sujo do governo do PT contra as massas como a entrega da Petrobrás aos especuladores estrangeiros, os crimes cometidos em nome da Copa do Mundo contra a população operária e a aprovação em favor do latifúndio de mãos ensanguentadas do sangue de milhares de companheiros de luta do Código Florestal.



Daí a importância, não apenas para os trabalhadores dos correios, mas para toda a classe operária brasileira do XI Congresso da Fentect a ser realizado nos dias 12 e 13 de julho de 2012.

A tarefa do atual congresso, no entender dos militantes da Corrente Ecetistas em Luta, é a de superar a crise por meio da única maneira possível, ou seja, derrotando a burocracia sindical e colocando a Fentect sob o controle efetivo da sua base de trabalhadores, destruindo os entraves burocráticos à participação direta e efetiva dos trabalhadores nas decisões, tornando a atividade da federação transparente para a categoria, em resumo, eliminando o caráter burocrático da entidade, estabelecendo uma nova direção para o movimento nacional, que não pode ser uma mera troca de pessoas, mas de métodos, instituições e de programa.

Acima de tudo, consideramos imperativo para combater as tendências criminosas que se esforçam para dividir a categoria e entregá-la de mãos e pés amarrados à direção da ECT e à burguesia em geral, é preciso dar, neste congresso, passos decisivos no sentido de eliminar toda a ambiguidade da organização nacional e criar o sindicato nacional dos trabalhadores dos Correios.

As graves ameaças contra a unidade da categoria aparecem – e não por coincidência – no momento em que está colocada sob o maior ataque patronal de todos os tempos, a saber, a privatização dos Correios, que está sendo realizada pelo PT por exigência dos tubarões internacionais. Desarmar os trabalhadores é a condição sem a qual não é possível impor aos trabalhadores dos correios e a todo o país a privatização dos serviços postais, porque o único verdadeiro inimigo da privatização é a classe operária, em primeiro lugar, os operários do correio.

## II - Conjuntura

### 1) A Crise Capitalista, a “saída” dos capitalistas e a alternativa dos trabalhadores

#### a) Avança o colapso capitalista

Em todo o mundo acelera-se a crise do capitalismo, resultado do seu esgotamento histórico. Anos depois dos arautos do imperialismo – inclusive no interior do movimento operário – proclamarem, mais uma vez, a sua suposta eternidade e o fortalecimento desse regime econômico e social de opressão da imensa maioria da humanidade por uma pequena parcela de grandes capitalistas, estes não conseguem mais ocultar – diante da gravidade de uma série de acontecimentos internacionais – que a economia e a política mundiais caminham a passos largos para a crise generalizada.

Já não se trata – como muitos querem fazer crer – de uma crise passageira ou de mais uma etapa de recessão com uma suposta capacidade de regeneração do regime econômico de opressão da imensa maioria da população por um punhado de especuladores e parasitas capitalistas e seus governos. A economia capitalista vive um verdadeiro colapso que arrasta o conjunto dos regimes políticos de todo o mundo e que vem impulsionando um novo ascenso das lutas operárias e populares em todo o mundo.

Estamos diante de uma crise histórica do capitalismo, que apresenta claros sinais de que vai assumir proporções colossais de todos os pontos de vista: econômico, político e social.



Essa crise que vem se aprofundando nas últimas três décadas, foi relativizada à custa da intensificação da exploração da classe operária e das massas pobres em todo mundo (“neoliberalismo”, deflação, superexploração / “escravidão” nos países do Leste Europeu “reconvertidos” ao capitalismo e no regime “comunista” da China etc.).

Das regiões mais pobres do Norte da África e da Ásia e nos grandes centros capitalistas como os EUA e na Europa, essas massas exploradas apresentam claros sinais de que “não aceitam continuar sendo governadas como antes”, estabelecendo uma situação revolucionária ou pré-revolucionária em diversas partes do planeta: Iraque, Afeganistão, Palestina, Egito, Birmânia, Paquistão, Venezuela, Bolívia, Grécia e a desestabilização de regimes políticos em grandes centros do capitalismo mundial, com manifestações de massa que prenunciam a crise revolucionária em toda a Europa (como Espanha, França, Itália, Grécia etc.).

A profundidade e a abrangência da crise alcançam níveis não vistos desde as vésperas da Segunda Guerra Mundial, tanto do ponto de vista econômico (crise financeira, crise imobiliária, prejuízos recordes, recessão etc.), como do ponto de vista político (falência dos governos conservadores da Europa, derrota dos EUA e das tropas imperialistas no Afeganistão e Iraque, derrota de ditaduras pró-imperialistas no Norte da África etc.) e, inclusive, militar (derrota no Iraque, retomada de 55% do Afeganistão pelos talibãs etc.).

### **b) Os trabalhadores se levantam em todo o mundo**

O enfraquecimento geral do imperialismo, do capitalismo – evidente no fato de que a crise debilita os regimes imperialistas (EUA, Europa) – está criando condições cada vez mais favoráveis para o desenvolvimento de uma tendência revolucionária na situação mundial.

No mundo inteiro, desenvolve-se uma importante etapa de retomada das lutas das massas operárias (greves nos países europeus, 500 mil greves por ano na China, mobilizações operárias e populares nos EUA, luta contra as ditaduras no Oriente etc.) e, sobre a base desta retomada, uma etapa de recomposição das organizações operárias, tanto política como sindicalmente.

As velhas organizações burocratizadas vão, lentamente, dando lugar a novos movimentos e organizações de luta das massas, bem como se desenvolve uma intensa crise entre a burocacia sindical e as direções das massas em todo o mundo.

O avanço do colapso do capitalismo já está produzindo um confrontamento crescente entre as massas, em particular as massas operárias, e as burguesias. Para a burguesia a única “saída” para crise é continuar promovendo uma crescente expropriação dos trabalhadores para prolongar a subida de um regime falido, particularmente dos banqueiros parasitas que controlam a maior fatia da economia mundial, com seus “planos de austeridade” que visam descarregar a crise sobre as massas.

Não há dúvida de que a crise tende a se transformar em um colapso dos regimes burgueses através da mobilização revolucionária das massas. E que a única alternativa real dos trabalhadores diante do colapso capitalista é a luta para que os capitalistas paguem pela crise: expropriar os bancos e os grandes monopólios capitalistas.

Contra os governos burgueses e seus “planos de austeridade”, organizar os trabalhadores de forma independente da burguesia para lutar por suas reivindicações, pela revolução proletária, por



governos dos trabalhadores da cidade e do campo e pelo socialismo.

### c) A crise no Brasil e o fim da “estabilidade” econômica e política

No Brasil, a crise se desenvolve de maneira mais lenta, uma vez que o país canaliza o excesso de capital especulativo sem aplicação nos países em crise. No entanto, os principais sinais da crise já se manifestaram: tendência inflacionária, falência do Estado, recessão. Da mesma forma que em todo o mundo, a burguesia e todos os seus governos (do federal aos municípios) agem para aprofundar a política de desvio dos orçamentos públicos (sustentados pelos impostos pagos pela classe trabalhadora) para garantir os lucros dos grandes capitalistas, seja diretamente pelo financiamento do Estado dos capitalistas parasitários (banqueiros, especuladores imobiliários etc.), seja com as privatizações e a entrega da riqueza nacional (petróleo), seja com os cortes nos orçamentos voltados para o atendimento de necessidades da população (saúde, educação, previdência etc.).

Este princípio de crise bastou para colocar em movimento, ainda que de maneira incipiente, diversos setores da classe trabalhadora. A greve dos Correios do ano passado foi o mais importante sinal desta tendência que deverá se desenvolver de forma cada vez mais rápida a partir de agora.

A greve dos correios mostrou com clareza a dificuldade que terá daqui para frente o principal pilar de sustentação do regime burguês diante das massas, o PT, para utilizar o seu principal instrumento político que é o controle que exerce sobre o movimento operário, em particular o mais organizado e dinâmico como os petroleiros, bancários, metalúrgicos, correios, etc.

Outro aspecto da crise é a decomposição por cima, ou seja, a decomposição interna do regime burguês cuja causa, em última instância é a crescente pressão das massas. A crise combinada da ala direita do regime, PSDB-DEM, é a expressão mais aguda desta crise. No entanto, a decomposição atinge também o próprio bloco governamental, atingindo duramente o segundo partido do bloco, o PMDB.

As eleições municipais deste ano deverão traduzir esta tendência com uma crise generalizada dos partidos burgueses. A crise tende, no entanto, a atingir também o PT que deverá arcar, cada vez mais isoladamente, com o ônus de conter o movimento de massas que começa a se manifestar.

### d) O governo do PT a serviço dos banqueiros, latifundiários e grandes capitalistas

O problema central da próxima etapa, diante da decomposição do regime burguês e da experiência que as massas realizam com o PT no governo, que começa a se manifestar em choque agudo entre a política do imperialismo que este partido coloca em prática e as necessidades das massas, é o da organização política dos trabalhadores da cidade e do campo.

Até aqui, sem ser um partido operário, o PT fez as vezes do partido operário e a sua crise recoloca de maneira mais aberta e mais ampla o problema de organização política da classe operária, a qual deverá partir da luta econômica e política no âmbito dos sindicatos e evoluir para a luta política geral.

A crise coloca a burguesia na defensiva e esta se apressa, utilizando a cobertura de um governo de esquerda de colaboração de classes a “fechar” o regime atacando duramente as liberdades democráticas o que forçará a mobilização, organização e evolução da consciência política de classe das amplas massas. Assim as liberdades de expressão e manifestação, bem como o direito de greve são duramente atacados



pela burguesia, utilizando-se de subterfúgios (ética, defesa das minorias) para agrupar em torno ao regime uma opinião de classe média (inclusive de esquerda) contra a ameaça potencial da classe operária.

A defesa intransigente e sem compromisso das liberdades atacadas, bem como de um programa que parta das necessidades fundamentais dos trabalhadores da cidade e do campo é o meio fundamental para fazer evoluir a consciência de classe e a organização da classe trabalhadora.

Contra a política entreguista do governo do PT e de toda a burguesia nacional os trabalhadores precisam se armar de um programa de luta por suas reivindicações diante da crise, se opondo à política de entrega da economia nacional (privatizações, submissão aos bancos etc.), defendendo a estatização sob o controle das organizações dos trabalhadores de setores fundamentais da economia (como os bancos, do petróleo, do comércio exterior etc.) e dos serviços essenciais à maioria da população (saúde, educação, transporte etc.).

Contra as tentativas de aprofundar a repressão contra a população trabalhadora e cassar as liberdades democráticas, mobilizar em defesa dos direitos democráticos da população, na defesa de questões fundamentais como: pela imediata retirada das tropas das PM's e das forças federais das favelas e comunidades operárias do Rio de Janeiro e de todo País; liberdade irrestrita de greve; abaixo a intervenção do Estado nas organizações sindicais; não à censura e à perseguição aos jornalistas; fim dos processos contra sem-terra, estudantes e trabalhadores e todos os explorados que lutam contra a política de expropriação do regime.

#### e) *Por um governo dos trabalhadores*

A “luta pela democracia” não é uma luta da classe trabalhadora. A classe operária luta pelo governo operário e pelo socialismo, os quais nada têm a ver com a democracia burguesa, mesmo que esta seja entendida de uma maneira muito mais ampla do que o simulacro de democracia burguesa que existe hoje no Brasil ou, mesmo, no mundo, nesta época de decadência da burguesia e, portanto, da própria democracia.

A classe operária luta pelos seus direitos democráticos contra a burguesia e contra o regime democrático da burguesia para criar as condições para levar adiante a sua luta de classe contra a burguesia. O movimento operário não luta por um regime burguês ideal, mas por liberdade para se organizar politicamente, atuar politicamente e vencer a burguesia.

O regime político brasileiro não é apenas antidemocrático, mas uma monstruosidade antidemocrática.

A classe operária e suas organizações têm que se organizar de forma independente não só da burguesia e da esquerda governamental, o contingente efetivo da esquerda oportunista como PT e PCdoB, mas também daqueles que, como PSOL e PSTU, lhes apresentam como solução a mesma política levada adiante pela frente popular do PT-PMDB-PCdoB-PSB-PTB etc.

A reivindicação de um governo que seja formado exclusivamente pelos trabalhadores, tanto da cidade quanto do campo, sem a participação da burguesia e contra a burguesia deve constituir o principal ponto do programa de qualquer organização verdadeiramente voltada para a defesa dos interesses dos trabalhadores na etapa atual.



Isso porque, a experiência do governo da frente popular comprova que as reivindicações fundamentais dos trabalhadores diante da crise capitalista, como o salário mínimo vital, a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, estatização da educação e da saúde etc. não podem ser, atendidas pelos governos tradicionais, pois vão contra os interesses da classe que esses governos e seus respectivos partidos representam; a burguesia. Tanto a questão do salário quanto a redução da jornada do trabalho – por exemplo –, estão entre as preocupações centrais dos capitalistas, pois são justamente essas questões que atingem diretamente os seus lucros.

Questões como a educação também são completamente prejudicadas nos governos burgueses; por um lado o governo fornece dinheiro público para as universidades privadas, como é o caso do Fies (financiamento estudantil), que são de péssima qualidade e cobram mensalidades exorbitantes não permitindo o acesso da maioria da população. Por outro lado, o governo corta o dinheiro da educação pública para enviar aos banqueiros internacionais, na forma de pagamento da dívida externa.

Essas e todas as outras reivindicações só podem ser atendidas efetivamente e de modo integral através de uma mobilização massiva, unitária e consciente, ou seja, revolucionária, da classe e dos demais setores oprimidos e explorados da sociedade, como os negros, as mulheres e a juventude, que derube o estado burguês e forme um governo exclusivamente operário, apoiado pelos demais setores explorados. Não pode, por isso, contar com a presença de elementos da burguesia que têm interesses completamente opostos ao da população em geral e da classe operária em particular, constituindo-se em um governo das organizações operárias e populares, dos trabalhadores da cidade e do campo para abrir caminho para a liquidação do capitalismo em todo o mundo e para o estabelecimento de uma sociedade socialista, sem exploração do homem pelo homem.

**f) Não às privatizações. Por uma campanha nacional contra a privatização dos Correios e pela reestatização da Petrobrás sob o controle dos trabalhadores**

O centro da luta dos trabalhadores dos Correios é a luta contra a privatização. A privatização é uma política de conjunto do governo, da direção da ECT e da burguesia contra os trabalhadores. Até o momento, os trabalhadores dos Correios não têm respondido a esta política de conjunto com a sua própria política de conjunto. A resistência tem se dado de forma isolada na base da categoria. A greve na campanha salarial, a luta contra o PCCS, a questão da compensação das horas, a luta contra o SAP etc. são lutas parciais e fragmentárias contra a privatização, levadas à frente pelos trabalhadores, uma vez que a orientação do Bando dos Quatro foi aprovar todas as propostas da empresa neste terreno. Importante lembrar que o atual PCCS foi assinado pelo Bando dos Quatro, da mesma forma que o sistema de compensação de horas.

A privatização tem como base aumentar a exploração dos trabalhadores para oferecer um retorno ao capital especulativo que cobiça a ECT.

O problema central é a redução do valor da mão-de-obra dos trabalhadores dos Correios para aumentar a mais-valia dos capitalistas (lucro). O investimento especulativo busca um lucro superior à lucratividade média das empresas porque, para ele não se trata de um investimento normal na produção, mas de ganhos no mercado financeiro. Os Correios oferecem esta possibilidade devido ao avanço cada vez maior do comércio por meio da internet e do avanço dos próprios meios de comunicação por computador que podem ser utilizados para obter um lucro acima da faixa normal de lucratividade do mercado. O correio é também uma empresa que se baseia na utilização de capital variável (mão de



obra) em escala muito superior ao capital fixo (máquinas e instalações) os quais nada mais são que instalações e meios de transporte tradicionais com pouca utilização de máquinas industriais e automáticas. Nessas condições, o aumento da exploração da mão-de-obra através da redução do salário direto e indireto, do aumento ou intensificação da jornada de trabalho cumpre um papel fundamental na política traçada pelo governo do PT e pelos especuladores.

A terceirização, a reformulação do Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS), o virtual congelamento salarial imposto pela ECT, os aumentos não proporcionais, a PLR em substituição aos aumentos salariais, o ataque ao convênio médico, o Sistema de Avaliação de Produtividade (SAP) e outras questões são aspectos da mesma política de aumentar a mais-valia, reduzindo o montante geral da folha de pagamento da ECT.

Para conseguir unificar efetivamente um movimento amplo em torno destas questões, é preciso uma campanha contra a privatização, com uma ampla mobilização da opinião dos trabalhadores, com conferências nacionais e regionais, com materiais diversificados e uma política que responda à privatização, exigindo a revogação da transformação da empresa em Sociedade Anônima e que seja colocada sob o controle dos trabalhadores, com uma completa independência administrativa do Estado capitalista.

Nossa categoria deve convocar à unidade nesta luta contra a entrega da ECT para os abutres capitalistas, toda a população e, particularmente, os trabalhadores de empresas “estatais” como a Petrobrás.

A verdadeira privatização da Petrobrás, que hoje tem mais de 70% de suas ações nas mãos de especuladores internacionais, rebaixou as condições de vida e de trabalho dos petroleiros como no caso da terceirização que atinge 4/5 da categoria, impondo uma situação insustentável para os trabalhadores, na qual cresceu, inclusive, o número de mortos e acidentados no trabalho.

Com a privatização da Petrobrás e do petróleo nacional, por meio dos leilões iniciados no governo FHC e mantidos nos governos do PT (com o PCdoB no comando da ANP) a imensa riqueza do petróleo brasileiro (pré-sal etc.) está sendo entregue para os especuladores internacionais deixando de promover a melhoria de vida dos verdadeiros donos desta riqueza: o povo brasileiro. Unir com os petroleiros e todos os trabalhadores para realizar uma grande campanha nacional contra as privatizações, começando pela luta contra a privatização dos Correios e pela reestatização da Petrobrás, sob o controle dos trabalhadores.

### **III – Algumas propostas de resoluções específicas sobre a conjuntura**

#### **1) Por um novo e verdadeiro partido dos trabalhadores, sem patrões, independente da burguesia, de luta por um governo dos trabalhadores**

A profunda crise dos sindicalistas do PT e do PCdoB, cada vez mais repudiados pela categoria e do governo do PT, que atua sistematicamente contra o trabalhador, tem feito com que os chefes e pelegos espalhem a ideia de que os sindicatos e os próprios trabalhadores devem ser “apartidários”.



Esta ideia é uma tentativa de armar uma arapuca para os trabalhadores. Os patrões e chefes estão organizados politicamente no PT, no PCdoB, no PMDB, no PSDB e outros partidos patronais, mas o trabalhador não pode se organizar politicamente porque deveria ser apartidário.

Os trabalhadores não apenas têm direito como precisam de uma organização política justamente para lutar contra os patrões e seus governos que interferem diretamente na vida do trabalhador e dos sindicatos.

Muitos trabalhadores dos correios participaram da construção do PT pensando em construir um verdadeiro partido dos trabalhadores para a defesa dos interesses dos trabalhadores, um partido operário. No entanto, este partido foi roubado deles por políticos patronais vigaristas e por pessoas que acabaram se corrompendo nas mãos dos empresários.

Hoje, um número cada vez maior de trabalhadores está adquirindo a consciência de que o PT é um partido do trabalhador apenas no nome e que é na realidade o partido dos chefes dos correios, dos diretores da empresa e dos patrões e banqueiros em geral. Um partido inimigo dos trabalhadores.

Os trabalhadores precisam tirar desta situação uma conclusão: está na ordem do dia a discussão para a organização de um novo partido de trabalhadores, sem patrões, sem corruptos, independente dos empresários e governos patronais, que lute pelos interesses imediatos do trabalhador, como salário e emprego, que lute por um governo dos trabalhadores e pelo socialismo.

## **2) Sobre a independência dos sindicatos**

O governo e a direção da empresa procuram controlar os sindicatos dos trabalhadores dos correios em escala nacional através de sindicalistas corrompidos pela ampla distribuição de cargos altamente remunerados, de cargos menores de supervisão e outros favores.

A crise dos sindicalistas a serviço dos patrões, do PT e do PCdoB, obrigou a direção da ECT a adotar uma nova política e tentar controlar os sindicatos diretamente através dos chefes e não mais dos sindicalistas. Os sindicalistas passariam a ser meros testas-de-ferro da direção da empresa.

O Congresso dos trabalhadores dos correios deve chamar todos os trabalhadores: a - Não aceitar qualquer ingerência dos chefes e da direção da empresa nos sindicatos com a desfiliação de todos os chefes das entidades sindicais; b - A lutar pela completa independência dos sindicatos diante da empresa e dos patrões; c - A denunciar nacionalmente a política criminosa do PT, com a ajuda do PCdoB, de colocar os sindicatos diretamente sob o controle da direção da empresa.

## **3) Pelo direito irrestrito de greve**

Uma das maiores conquistas operárias e da nossa própria categoria contra a ditadura militar foi a conquista do direito de greve. Este direito não foi conquistado no Congresso ou na Justiça, mas nos locais de trabalho, exercitando a greve contra a repressão policial militar.

Os governos ditos “democráticos” foram sorrateiramente arrancando pedaço por pedaço este direito dos trabalhadores.



Na última greve, os juízes do TST incluíram a nossa categoria nas categorias essenciais, uma regulamentação antigreve. A Fentect e todos os sindicatos da categoria devem colocar em primeiro plano na próxima campanha salarial e nas lutas da categoria o direito de greve que, para ser real, precisa ser irrestrito.

#### **4) Em defesa das liberdades democráticas**

As liberdades democráticas fundamentais (direito de greve, liberdade de expressão, direito de manifestação etc.) têm sido cada vez mais atacadas tanto pelo Executivo como pelo Legislativo e Judiciário. A repressão policial contra a classe trabalhadora atinge níveis inéditos.

O Conect deve se pronunciar decididamente pela defesa das liberdades democráticas como sendo um instrumento fundamental da organização e da luta da classe trabalhadora contra a burguesia e chama todos os trabalhadores a se mobilizar em torno delas.

#### **5) Abaixo a opressão e a ditadura contra os negros no Brasil**

Centenas de milhares de negros e demais explorados do Rio de Janeiro e de outras grandes cidades do País encontram-se sob um verdadeiro estado de sítio, vivendo como prisioneiros em suas casas e bairros. Usando como pretexto o combate ao narcotráfico (um negócio de bilhões de dólares controlado por grandes capitalistas, poderosas máfias políticas e oficiais das forças militares) e amparado por uma enorme campanha enganosa dos poderosos monopólios da comunicação (como a arqui-inimiga das lutas populares, a Rede Globo), os governos do Rio de Janeiro e da União (PT – PMDB etc.) estão ocupando militarmente as comunidades operárias – de esmagadaria maioria negra – como o Complexo do Alemão, Rocinha etc., impondo um verdadeiro regime de exceção contra a população dessas regiões.

Muito além do que mostra a TV, casas são invadidas sem ordem judicial; mulheres, crianças e homens trabalhadores desrespeitados, ameaçados, agredidos, roubados e até submetidos a torturas, como vêm denunciando moradores e organizações populares do Complexo do Alemão (invadido há um ano pelas tropas) e de outras comunidades. Casas estão sendo desapropriadas sem qualquer consulta popular, numa clara operação de favorecimento da especulação imobiliária.

A Globo e os governos ocultam que toda esta violência contra a população operária e negra dessas comunidades está destinada a garantir os interesses de um punhado de grandes capitalistas interessados em lucrar milhões com a especulação imobiliária e os grandes negócios que estão sendo realizados com dinheiro público para garantir bilhões de lucros para méia dúzia de monopólios em eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), que serão realizadas à custa do trabalho semiescravo do povo brasileiro que deles não poderá participar. Está em marcha um amplo confisco das comunidades negras em favor dos negócios bilionários da Copa do Mundo.

A propaganda global e os discursos de governantes e políticos a serviço dos capitalistas escondem também que toda essa repressão contra a população visa tentar impedir as evidentes tendências do povo negro e trabalhador de se rebelar contra a situação de miséria e opressão em que vivemos, diante de um regime político e social em que cerca de 40% das bilionárias somas de impostos arrecadados da população trabalhadora são desviados para os cofres dos banqueiros sanguessugas para pagamento de juros, ao mesmo tempo em que se cortam gastos públicos com serviços essenciais como moradia, saneamento, saúde, educação, transporte público etc.



A violência contra a população pobre e negra estende-se a todo o País, na repressão à luta dos sem terra e sem-teto (de maioria negra), no assassinato pelas Polícias Militares (e outras) de milhares de jovens e trabalhadores negros, executados sem nenhum tipo de julgamento, quando os verdadeiros ladrões e criminosos desfilam em ricos ternos por luxuosos escritórios e pelos “palácios” governamentais. Está em marcha um recrudescimento da repressão que lembra os anos sinistros do regime militar, e a população negra encontra-se na primeira linha das vítimas desta ofensiva.

A violência e o regime de verdadeiro apartheid social contra o povo negro é visível (ainda que de forma distorcida) nos próprios números oficiais. De acordo com dados do IBGE do censo 2010, divulgados na última semana, os negros representam 70,6% dos desempregados e mais da metade da população negra trabalhando está inserida no mercado como autônomos (27,7%), em cargos secundários no setor público (7,2%) ou trabalhando como empregados domésticos (9,4%). Mesmo no setor público, há 30% a mais de negros do que brancos trabalhando sem carteira assinada.

O salário dos negros brasileiros é em média 40% menor do que os salários dos brancos. De acordo com o PED do IBGE, o salário médio de um trabalhador negro no Brasil foi em 2010 de R\$ 778, enquanto a média entre os brancos chegou a R\$ 1.100.

Todos os projetos governamentais divulgados como sendo feitos para atender às necessidades da população negra, são usados para garantir os lucros milionários de tubarões capitalistas de maioria branca, como é o caso da distribuição de bolsas em cursos superiores (Prouni), que visa garantir os lucros de universidades privadas (“fábricas de diploma”), ao mesmo tempo em que se cortam verbas para o ensino público e se reprime a luta dos estudantes e professores contra a privatização das universidades públicas e pelo fim do vestibular, para garantir o livre acesso da população negra e trabalhadora às universidades públicas.

O Conect deve se colocar ao lado dos negros e de toda a população explorada, contra qualquer restrição e censura na liberdade de expressão, contra todo tipo de repressão e cerceamento dos direitos democráticos que a burguesia e seus governos tentam impor contra a população negra e explorada no Brasil e em todo o mundo, e apoia – incondicionalmente – toda a luta levada adiante, “pelos meios que forem necessários” (como assinalou Malcolm X) contra esse regime de dominação.

Defendemos desde as reivindicações mais imediatas e limitadas das organizações do movimento negro e dos explorados em geral (como as cotas nas universidades públicas atacadas pela direita racista) e apontamos a necessidade da luta unificada de todos os explorados, com base em um programa independente da burguesia e de suas organizações, em defesa das reivindicações fundamentais do povo negro e trabalhador, dentre as quais a necessidade da luta por um governo próprio dos explorados, um governo das organizações operárias, camponesas e populares, por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo, um governo de maioria negra, erguido por meio da luta revolucionária do nosso povo contra o regime de opressão dos banqueiros, grandes capitalistas, latifundiários assassinos e todos os escravocratas do povo brasileiro.

- Fora a PM e todas as forças de repressão das comunidades negras do Rio de Janeiro!
- Abaixo a ditadura contra a luta dos negros, dos trabalhadores e da juventude!
- Por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo, de maioria negra!

## **6) Abaixo a repressão contra o movimento estudantil**



As mobilizações estudantis do último período foram duramente reprimidas pelos governos federal e estaduais. PT e PSDB juntos se lançaram a esmagar os estudantes, em particular da Universidade de S. Paulo.

Até agora, são mais de 150 militantes estudantis processados por terem se manifestado politicamente em defesa da educação pública e gratuita e pela derrubada da ditadura que existe nas universidades. O XII Conect se pronuncia pelo fim de todos os processos, pelo fim da repressão policial na universidade, pela retirada das forças policiais dos campi universitários, pelo ensino público e gratuito e pelo governo da universidade pelos estudantes, professores e funcionários com maioria estudantil.

### **7) Em defesa dos sem-terra. Expropriação do latifúndio**

No governo do PT a repressão e os assassinatos no campo se intensificaram e as conquistas dos trabalhadores sem-terra decaíram em função da cooptação estatal e corrupção dos dirigentes dos movimentos da terra.

Denunciamos esta repressão e exigimos: imediata libertação de todos os presos da luta pela terra, punição dos assassinos dos sem-terra e mandantes, imediata organização dos movimentos dos sem-terra para a autodefesa contra os assassinatos, nacionalização da terra, distribuição da terra para quem nela trabalha, expropriação do capital agrário.

### **8) Contra o roubo dos aposentados. Revogação da Reforma da Previdência**

O XII Conect deve repudiar toda a reforma da Previdência realizada até agora tanto pelo PSDB como pelo PT contra os aposentados e as aposentadorias, como sendo o mais cruel ataque contra a classe trabalhadora e deliberar a luta pela:

- a) Revogação de toda a reforma previdenciária;
- b) Lutar pela aposentadoria integral para todos, pelo pico dos salários, sem necessidade de comprovação de depósito e sem necessidade de comprovação do tempo trabalhador, apenas pela idade;
- c) Aposentadoria aos 25 anos para mulheres e 30 anos para os homens;
- d) Sustentação do fundo previdenciário pelas empresas capitalistas;
- e) Confisco de toda a previdência privada sem prejuízo para os contribuintes.

### **9) Colocar a ECT sob o controle dos trabalhadores**

A direção da empresa, sob o controle do PT, procurar destruir o movimento sindical subornando os seus representantes eleitos ou trabalhadores que simplesmente participam do movimento sindical. Nenhum trabalhador deve aceitar este suborno, mas defender uma política que atenda verdadeiramente o interesse da categoria e da classe trabalhadora.

O Congresso dos trabalhadores dos Correios deve deliberar:

- Lutar pelo controle total da empresa pelos trabalhadores;
- Eleição democrática de todos os cargos de chefia e diretoria com mandatos controlados pelos trabalhadores e revogáveis a qualquer momento.



## **10) Mobilização os trabalhadores da cidade e do campo para derrotar o Código Florestal do latifúndio e do agronegócio**

O Congresso Nacional aprovou um projeto que aumenta o poder dos latifundiários sobre as terras no País. Estima-se que 75% dos latifundiários multados em mais de um milhão de reais serão anistiados pela lei. Além disso, o novo Código Florestal cria uma série de regras que embora possam ser facilmente cumpridas ou burladas pelos latifundiários, criam sérios impedimentos para os pequenos produtores e praticamente legaliza o desmatamento.

A aprovação do Código responde aos interesses de boa parte dos parlamentares, pertencentes à bancada ruralista e mesmo os que não pertencem propriamente a essa bancada, mas defendem os interesses desse setor contra a população.

Os parlamentares e governantes são representantes dos interesses dos latifundiários, grandes capitalistas e banqueiros e têm, na realidade, pouca margem para ação. Acreditar que possam realizar alguma mudança de fato, portanto, não passa de ilusão.

A única força de fato capaz de mudar a situação são as massas populares e de trabalhadores.

Por isso a política das organizações de luta dos trabalhadores deve estar voltada sempre a impulsionar a mobilização das massas, de maneira independente do governo e da burguesia, desenvolver sua consciência etc.

Em alguns casos, reivindicar algo do governo pode ajudar nesse processo, mas esse não é o caso do voto.

Em primeiro lugar porque o próprio mecanismo do voto presidencial é um mecanismo que revela a farsa que é o tal regime democrático brasileiro. O Legislativo aparece como um Poder infantil, não emancipado, que precisa da aprovação do Executivo para fazer qualquer coisa. Reivindicar o voto é não apenas alimentar a ilusão de que é possível usar um Poder contra o outro, como se não respondessem à mesma dominação, mas também de que Dilma Rousseff seria uma espécie de “salvadora da pátria”, que viria bravamente vetar a lei dos latifundiários maus.

Não se trata disso em absoluto. O PT participou ativamente na elaboração e aprovação do Código Florestal, não combatendo em nenhum momento o projeto dos latifundiários.

Na realidade, todo o governo do PT tem sido de apoio a esse setor, que Lula já chegou a chamar de “heróis”. Tanto que a última década foi marcada por uma diminuição no número de assentamentos de sem-terra e por um aumento dos assassinatos no campo, todos impunes e realizados sob a cobertura do governo de esquerda do PT.

A mobilização em torno da questão deveria se dar em primeiro lugar por um amplo esclarecimento do que é o Código Florestal e quais os prejuízos para toda a população, partindo desse debate para mobilizar amplamente os trabalhadores e em particular os setores mais diretamente afetados por ele, como os camponeses e trabalhadores do campo.

Essa mobilização deve sair da esfera parlamentar e ir para o mundo real, das lutas e confrontos



reais da população com o Estado e a burguesia para poder ser minimamente bem sucedida. A mobilização em torno do voto simplesmente, ou seja, de pedir para que a presidente tome uma medida que não está baseada em nenhuma mobilização real das massas, é uma completa ilusão.

É preciso mobilizar as massas de trabalhadores na cidade e no campo para derrotar o Código Florestal, na luta pelo fim do latifúndio, pelo controle da população sobre a terra e pela revolução agrária.

### **11) Contra a política pró-imperialista do governo do PT**

O governo de Dilma Rousseff, ampliando a política de Lula deu início a um amplo programa de entrega do dinheiro público aos capitalistas falidos. Os bancos já engolem cerca de 30% do orçamento do Estado, os subsídios do Estado aos mais diversos capitalistas aumentou exponencialmente com o PAC e as obras da Copa do Mundo, usada para atacar ainda mais os trabalhadores e finalmente Dilma amplia as privatizações feitas por Lula.

- Confisco de toda a dívida pública com os bancos e especuladores, confisco e estatização de todo o sistema financeiro, controle dos trabalhadores, investimento na pequena produção e em obras para acabar com o desemprego e a miséria;
- Campanha contra a privatização dos Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília realizados pelo governo de Dilma Rousseff;
- Controle das obras da Copa pelas organizações operárias;
- Dinheiro do PAC deve ser utilizado pelo Estado através de controle das organizações operárias.

## **IV – Sobre a Fentect**

### **1) Abaixo o divisionismo do PCdoB e do PSTU que enfraquece nossa luta: unidade dos trabalhadores dos correios contra a privatização e em defesa de nossas reivindicações na campanha salarial**

No último período, à medida que a mobilização dos trabalhadores aumentava, aumentaram também as tendências no interior dos sindicatos burocráticos a romper a unidade nacional dos trabalhadores por meio da destruição da Fentect.

A primeira coisa que deve ficar absolutamente clara é que a ruptura de sindicatos com a Fentect é uma política de destruição da Federação e da unidade dos trabalhadores e mais nada. O golpe do PCdoB contra os trabalhadores de São Paulo e do Rio de Janeiro nada mais é que uma tentativa de autopreservação da burocracia destes sindicatos e dos seus privilégios à custa da unidade nacional da categoria. Outros agrupamentos, caso do PSTU e setores da chamada FNTC, propõem a mesma política com um mal elaborado discurso esquerdista.

Denunciamos que se trata de uma escancarada política patronal, feita pelas costas da categoria, em troca de privilégios burocráticos para uma minoria de sindicalistas e chamamos os trabalhadores a repudiar ativamente esta política e impedir a destruição da Fentect combatendo os que levam adiante esta política criminosa e patronal.



A criação da Fentect, resultado de uma dura luta dos trabalhadores e da sua vanguarda de ativistas sindicais, é a maior conquista dos trabalhadores dos Correios nestas duas décadas de luta, e foram apenas as suas greves nacionais que impediram que as condições de vida dos trabalhadores caíssem ainda abaixo da situação atual.

Esclarecemos que a defesa da Fentect não passa apenas por impedir a sua destruição pelos elementos patronais divisionistas. A defesa da Fentect implica, também, a luta contra a direção burocrática da ala majoritária do PT e do PCdoB que levaram a federação à atual situação de crise e pela luta pela reorganização da federação sobre bases verdadeiramente democráticas, que permitam que o trabalhador comum, e não uma burocracia de dirigentes sindicais privilegiados tenha em suas mãos as decisões sobre os interesses dos trabalhadores.

Os militantes do PSTU espalharam o mito sem sentido e mentiroso de que as federações e centrais sindicais podem ser fragmentadas porque não são sindicatos, como se fosse algo lógico que os trabalhadores dessessem lutar por se unificar em escala municipal ou local, mas deveriam preferir ficar divididos em escala estadual ou nacional. Trata-se de uma teoria de idiotas ou de pessoas de má fé. A própria reacionária legislação varguista reconhece que as federações são “associações sindicais de grau superior” (artigo 533 CLT) mostrando que o “super esquerdista” PSTU está atrás da própria legislação varguista, propondo o não reconhecimento das federações como entidades sindicais.

A história do sindicalismo operário mundial é a história da luta pela unidade e esta luta pela unidade sempre foi uma luta contra o sindicalismo patronal. Porém, no caso da Fentect, esta teoria divisionista é uma falsificação ainda maior e uma tentativa ainda mais cínica de enganar o trabalhador. No caso dos Correios, a Fentect é a entidade que negocia e assina o acordo coletivo nacional da categoria. Não há acordos por estado ou município, mas uma única convenção coletiva nacional, o que é uma grande conquista. Destruir a Fentect significa também destruir a convenção coletiva nacional unitária.

## **2) Por um sindicato nacional dos trabalhadores dos Correios**

A Fentect foi um grande passo no sentido da centralização nacional dos trabalhadores dos Correios e a sua maior conquista. Ela é, no entanto, uma obra incompleta, um misto de sindicato nacional com federação de sindicatos, quando, na realidade atua como sindicato nacional. Nesse sentido, a existência de 35 sindicatos, que não detêm o poder de contratação coletiva ou de alterar uma única cláusula da convenção coletiva nacional, mas apenas questões locais, é um obstáculo e um anacronismo.

A criação de um sindicato nacional implica em uma reorganização completa da organização sindical dos trabalhadores dos Correios, possibilitando criar uma organização local, municipal e regional mais adequada para a luta e efetivamente colocar a luta nacional sob o controle das bases.

Propomos ao XI Conect aprovar a criação do sindicato nacional dos trabalhadores da ECT, o Sinatect, e iniciar o processo de reorganização geral dos sindicatos e da Federação, que deve ser transformada neste sindicato nacional com centenas de regionais em todo o País, com diretorias eleitas.

## **3) Campanha salarial 2012**

Iniciar imediatamente a preparação da campanha salarial:  
organizar assembleias na base dos sindicatos dissidentes para unificar a campanha salarial;



Aumentar o número de membros do Comando para um para cada sindicato mais 10 eleitos no Conect ou Conrep;

Distribuir a proposta de pauta em toda a categoria através de um material especial;

Retornar ao número de 2/3 dos sindicatos para a aprovação do acordo coletivo.

## V – Algumas resoluções específicas sobre o movimento sindical

### 1) Os sindicalistas que assumiram cargos de confiança dos patrões são inimigos dos trabalhadores

Os ex-sindicalistas que assumiram cargos, como, por exemplo, o traidor “Teixeirinha” em Minas Gerais, são elementos comprados pela empresa para atacar o trabalhador. São cães de aluguel da empresa para combater o movimento sindical e a luta dos trabalhadores. Estes sindicalistas não são representantes dos trabalhadores porque não foram escolhidos pelos trabalhadores e sim pelos patrões e porque foram subornados por altos salários. Todos os sindicalistas que assumiram cargos devem ser considerados não apenas fora do movimento sindical, como seus inimigos e repudiados pelos trabalhadores e pelo movimento sindical.

### 2) Defender o convênio médico dos Correios

O convênio médico dos Correios é uma das maiores conquistas da categoria.

A direção da ECT estabeleceu como um dos seus objetivos centrais a demolição deste convênio para reduzir o valor da força de trabalho para tornar a empresa mais atraente para os tubarões internacionais. Nesse sentido o Conect deve deliberar:

- Realizar uma ampla campanha nacional de defesa do convênio médico; - Exigir que as normas de atendimento sejam controladas por uma comissão de trabalhadores; - Que todas as empresas médicas retiradas do cadastro sejam reinseridas; - Que sejam inseridas novas empresas e ampliadas as condições de atendimento.

### 3) Trabalhar para viver e não viver para trabalhar: redução da jornada para 35 horas semanais, sem redução dos salários

A direção da ECT tem aumentado exponencialmente a utilização do trabalho aos sábados e domingos, tornando esta atividade ilegal compulsória sobre a base de ameaças de punições e retaliações. Mesmo assim, muitos trabalhadores, por falta de esclarecimento, entendem que este trabalho extra é uma forma de aumentar os salários, quando, na realidade, é uma forma de aumentar o trabalho, reduzindo os salários. O salário dos trabalhadores não é determinado pelo tempo de trabalho. Isto é uma ficção que os capitalistas usam para enganar o trabalhador, pagando o salário por hora. Na realidade, esta forma serve para diminuir os salários quando o trabalhador falta etc. Salário é determinado pelo mercado, pela oferta e pela procura e corresponde ao necessário para a sobrevivência do trabalhador. Quando ele trabalha mais para aumentar o salário, este suposto aumento é rebaixado (pela inflação, por cortes de benefícios etc.) e transforma-se no salário efetivo e o salário nominal fica ainda mais rebaixado, abaixando assim o salário de todos. Quando as horas-extras se generalizam, portanto, o trabalho aumenta e o salário cai.



Por uma campanha nacional pelo fim do trabalho de final de semana, pela fixação da jornada, irreduzível de 35 horas semanais, sete horas por dia cinco dias por semana e por um piso salarial de 3.000,00 reais para o trabalhador admitido.

#### **4) Pelo fim da terceirização**

A terceirização é uma forma jurídica e política encontrada pelos patrões para atacar, ao mesmo tempo, o valor da força de trabalho e a organização sindical dos trabalhadores, com vistas a diminuir ainda mais a sua capacidade de barganha.

A grande tarefa do sindicato e de todos os sindicatos é unificar, sobre uma mesma base, os trabalhadores contratados e terceirizados impedindo a divisão da categoria e o enfraquecimento da sua organização sindical de luta.

É preciso fazer com que cada trabalhador compreenda que o rebaixamento dos terceirizados é um esquema patronal principalmente para atacar o trabalhador efetivo.

Para isso, é preciso levantar como reivindicação que o contrato de trabalho dos trabalhadores concursados seja aplicado a todos os terceirizados.

Os terceirizados devem ser encorajados a se filiar no sindicato oficial, uma vez que seus sindicatos são inexistentes e meras fachadas burocráticas criadas pelos patrões. Propomos a publicação de um boletim especial para os terceirizados. Que o Congresso da Fentect aprove uma campanha de sindicalização dos terceirizados e pela isonomia de todos os terceirizados. A luta contra a terceirização se deve dar em forma típica de um movimento de trabalhadores, estimulando a solidariedade entre todos os explorados contra o inimigo comum e buscando a unidade entre concursados e terceirizados. Reivindicamos da direção da ECT o fim de todas as terceirizações e a contratação de todos os terceirizados.

Propomos ainda a organização de uma campanha nacional, com todos os sindicatos de luta, pelo fim da terceirização.

#### **5) SAP: PT ressuscita sistema de opressão da ditadura contra os trabalhadores dos Correios**

Depois de atacar duramente a greve dos trabalhadores dos Correios no mês de outubro de 2011, os “técnicos” dos Correios ligados ao PT, que ganharam seus cargos pisando na cabeça do trabalhador, para justificar sua posição de traidores, foram buscar nos arquivos empoeirados da empresa um programa para perseguir a categoria ecetista.

O programa desenterrado pelos petistas, que o denominaram de SAP – Sistema de Acompanhamento de Produtividade – nada mais é que uma cópia piorada de um programa de controle dos trabalhadores nos Correios criado nos anos 80, na Diretoria Regional de São Paulo, que tinha como diretor o direitista Edson Comin, homem de confiança da ditadura militar dentro dos Correios.

Quando Edson Comin tentou nos anos 80 e 90 estabelecer metas abusivas para os carteiros dentro dos Correios, através do extinto “GD” – Gerenciamento de Desempenho”, os trabalhadores se levantaram contra a direção da Empresa e desmoralizaram completamente a administração ditatorial do diretor carrasco representante da ditadura militar.



Esse programa de controle da categoria só poderia sair de uma mente perversa, como a de um ditador, que visa controlar suas vítimas com terror e ameaça.

Os valores das metas do SAP do PT é uma réplica do GD de Comin, copiando os valores das metas estabelecidas de forma aleatória pelo ditador, como a de triar 1.917 objetos por hora, como se os trabalhadores fossem máquinas.

Os traidores do PT pioraram ainda mais a exploração aos carteiros.

Os trabalhadores dos Correios jamais imaginaram que o método de super-exploração criado por Edson Comin poderia renascer das cinzas e, como um defunto sem alma, aparecer de forma mais aterrorizante como o que está sendo empurrado pelos traidores do PT, através do SAP.

Nem Edson Comin, filhote da ditadura, teve coragem de vigiar os trabalhadores sem avisá-los de que estavam sendo acompanhados e muito menos a de fazer este acompanhamento todos os dias.

#### *a) Boicotar o SAP e organizar a luta na base*

Com o SAP, a direção dos Correios vai impor um verdadeiro clima de terror entre os trabalhadores. Todos os dias, uma amostra de carteiros do setor será avaliada sem saber. Mais ainda, está prevista também a existência de uma “pesquisa” entre os clientes atendidos pelo carteiro para avaliar como está sendo feita a entrega.

A política do chicote da ECT não se limita a avaliações do serviço e do rendimento dos trabalhadores. O manual do SAP, que deve ser seguido à risca pelos chefes, detalha bem como deve ser a postura das chefias no setor, chegando ao cúmulo de proibir explicitamente até mesmo o cafezinho do carteiro ou a conversa entre os funcionários.

Enquanto isso, nenhuma palavra é dita por exemplo em relação ao excesso de trabalho, à falta de funcionário, às péssimas condições de serviço nos setores, revelando com nitidez que a política é esfolar o trabalhador, através da vigilância e da perseguição.

O objetivo mais imediato é a super-exploração dos trabalhadores, mas o interesse final da empresa é claramente o de criar pretextos para a demissão em massa da categoria. Isto está dito claramente: “Na 4a avaliação e o empregado ainda continuar a apresentar algum resultado ANA (Assiduidade não Alinhada) ou DNA (Desempenho não Alinhado), colher suas justificativas por escrito e adotar as providências gerenciais cabíveis previstas no MANPES (Gradativamente – Advertência verbal, Advertência por escrito, Suspensão Disciplinar, Demissão sem Justa Causa por Baixo Desempenho e Dispensa por Justa Causa [grifo nosso])”.

Moral da história: com o SAP, se o trabalhador não for demitido depois de tanta perseguição, vai ser pressionado a pedir demissão devido ao assédio.

Aumentar os lucros dos Correios, através da super-exploração e das demissões para aumentar cada vez mais a terceirização na empresa, é a política que prepara a ECT para os capitalistas nacionais e estrangeiros que querem colocar as mãos nos Correios.

#### *b) A transformação dos CDDs em senzalas*



Ainda no documento enviado aos gerentes, a direção da empresa recomenda, em tom de ameaça: “É injustificável um Gerente de CDD alegar que não foi possível realizar a pesquisa do SAP em função de sobrecarga ou falta de empregado. É nessa situação que necessitamos e precisamos do aumento da produtividade dos carteiros [grifo nosso]”. A direção da ECT prepara os gerentes para chicotear os trabalhadores.

Quem for considerado pela chefia como “não alinhado” sofrerá punição que vai desde uma advertência verbal até a demissão por justa causa.

Essa política de assédio, exploração e escravidão já está sendo colocado em prática dentro dos setores. O que a direção da ECT está fazendo com o SAP é oficializar essa política.

### **c) Lutar contra o SAP é lutar contra a privatização**

Com mais esse enorme ataque contra os trabalhadores, a direção dos Correios e o governo do PT deixam claro que estão dispostos a tudo para privatizar a empresa. Para que seus planos sejam bem sucedidos, a empresa precisa esmagar os trabalhadores e suas organizações.

No entanto, do outro lado, os trabalhadores dos Correios dão mostras que não deixarão barato. Isso ficou bem claro na greve de 28 dias do ano passado, quando protagonizaram uma das maiores mobilizações dos últimos 15 anos, que apenas foi derrotada novamente graças à traição dos sindicalistas do Bando dos Quatro (PT-PCdoB-PSTU-Psol).

Mesmo com mais essa traição e mesmo com a ditadura que a direção dos Correios e o TST estão tentando impor, a categoria não se rendeu e continua enfrentando esses ataques.

É importante ressaltar e denunciar a responsabilidade do Bando dos Quatro pela implantação do SAP. A derrota na greve, após a debandada defendida pela maioria dos sindicatos, abriu espaço para que a empresa investisse contra a categoria. Anteriormente, a aprovação do PCCS da escravidão e da privatização assentou os alicerces para a implantação do SAP.

Portanto, a única maneira de enfrentar o SAP é através da organização da luta dos trabalhadores nos setores e a criação de um movimento nacional que enfrente os ataques da empresa e a privatização.

A mesma tendência de luta expressa na greve e na recusa de muitos trabalhadores a aceitar as convocações forçadas será a usada para boicotar o SAP. Chamamos os trabalhadores a rejeitar todo o tipo de “avaliação” e qualquer documento relativo aos sistema e a denunciar todas as tentativas de assédio moral que venham ocorrer nos setores.

- Não à ditadura nos setores;
- Não ao SAP;
- Contratação imediata de 30 mil trabalhadores;
- Não ao assédio moral e à escravidão;
- Controle da empresa pelos próprios trabalhadores.

### **6) PCCS/2008, o PCCS da Escravidão**



### **a) PCCS/2008: uma das maiores traições da burocracia sindical da Fentect**

A direção da ECT vem tentando desde os anos 90, desde a era FHC, conseguir do movimento sindical dos Correios um aval para sua política de privatização da ECT, através de assinatura de acordos que facilitem o processo de exploração do valor da mão-de-obra do trabalhador ecetista. PCCS - Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Correios, é a base da organização da empresa no que diz respeito ao desenvolvimento das relações de trabalho entre patrão e empregado, por isso os capitalistas que estão por trás da privatização da ECT vêm exigindo desde o governo FHC, de Lula e de Dilma, que modifiquem o PCCS da empresa, tornando a ECT uma empresa “enxuta”, ou seja, com salários achatados e com uma produção elevada, nem que isso tenha que custar a saúde ou a vida dos trabalhadores.

Dentro deste espírito privatista, a direção da ECT preparou um PCCS para os trabalhadores dos Correios, que em momento algum discutia o salário, o desenvolvimento profissional em seus cargos e carreiras, mas apenas a legalização do desvio de função, aumento da produtividade, terceirizações etc, criando as bases para o processo de privatização dos Correios.

Como o PCCS/2008 é totalmente contrário aos interesses dos trabalhadores, a direção da ECT foi comprando vários representantes dos trabalhadores nas mesas de negociação do PCCS/2008. Citamos apenas alguns ex-sindicalistas que se transformaram em chefes no decorrer destas negociações: Manoel Cantoara do PT-AL, Luis Ferrer do PT - BA, Eduardo do PCdoB de Juiz de Fora etc. Em 2008, a direção da ECT conseguiu que todos os membros da Comissão de negociação do PCCS pela Fentect, liderados pelo sindicalista do PSTU de São Paulo, Ezequiel Filho, vulgo “Jacare”, assinassem o PCCS/2008, que ficou conhecido como PCCS da Escravidão.

Diante da revolta dos trabalhadores com mais esta traição, a direção da ECT, junto com o Bando dos Quatro, a partir de 2009 considerou aprovado 90% do PCCS da escravidão e vem se reunindo para discutir, sem nenhuma vontade de mudar nada, 10% do Plano, ou seja, apenas cláusulas que são verdadeiras “perfumarias”, como a questão da progressão por escolaridade, pois a essência do documento assinado em 2008, já está sendo implementada pela direção da ECT a todo vapor. Entre as questões centrais mais prejudiciais aos trabalhadores, aprovadas no PCCS/2008 pelos sindicalistas traidores do Bando dos Quatro estão:

### **b) Criação do Cargo Amplo**

O PCCS/2008 autoriza a direção da ECT a extinguir cargos para a legalização do cargo amplo. Com essa medida a ECT praticamente extinguiu o cargo de motorista, pois não vai contratar mais nenhum trabalhador com este cargo e promoveu o desvio de função de milhares de trabalhadores. Se não fosse o bastante, o PCCS/2008 da direção da ECT pode extinguir no futuro, o restante dos cargos que sobraram nesse PCCS, conforme explicitamente colocado no item 8.3.1: Quando ocorrer disponibilidade de empregados em razão de inovações tecnológicas ou racionalização de processos, devidamente comprovada por estudos aprovados pela Diretoria de Área correspondente, que caracteriza necessidade de extinção parcial ou total de cargos/atividade/especialidades. Os empregados abrangidos poderão ser reenquadradados em outros cargos/atividades/especialidades.

### **c) Carteiros com função de atendente comercial**

PCCS/2008 abre caminho para o desvio de função dos trabalhadores dos Correios onde a ECT não só poderá exigir que os carteiros façam a atividade de entrega de correspondência diária,



mas também a de venda de carnês ou telesenas, como a de que vendam produtos de bancos, cartão de crédito e todos os demais serviços exercidos hoje pelo Atendente Comercial.

No item 1. pág. 2 Anexo I do PCCS/2008, item 5: “Executar as atribuições relativas ao atendimento e vendas nas Unidades de pequeno porte, seguindo os padrões e normas para atender o plano de trabalho estabelecido pela Empresa”, complementado pelo item 6: “Executar outras atribuições de mesma natureza e complexidade que compõem a atividade na Unidade para atender o plano estratégico da Empresa.”

Esse fato pode acarretar mais problemas para o trabalhador devido aos riscos de assalto e desviando a função do carteiro.

#### ***d) Aumento da exploração do trabalhador do Correio***

O PCCS de 2008 estabelece um verdadeiro regime de escravidão dentro do Correio, através dos mecanismos conhecidos como GCR (Gerenciamento de Competência e Resultados), metas abusivas e o absenteísmo, que juntos colocam o trabalhador em condições de trabalho extremo e degradante.

PCCS/2008 manteve e legalizou a política de aumento de exploração do ecetista com a manutenção da política de desempenho.

odiado GCR e as metas foram mantidas para ser estabelecido um regime de cobrança para pressionar e intimidar os ecetistas através dos chefes. As metas estabelecidas pela direção da ECT têm que ser atingidas independente se há falta de funcionários, péssimas condições de trabalho ou materiais adequados para a realização do serviço.

absenteísmo é uma política onde os patrões exercem uma pressão nos trabalhadores, para que estes não faltem do trabalho, mesmo doentes, sem condições físicas ou de qualquer outra natureza como forma de aumentar a exploração dos trabalhadores.

#### ***e) Rebaixamento salarial***

PCCS/2008, além de piorar as relações de trabalho no interior da ECT para o conjunto dos trabalhadores dos Correios, os “técnicos” da ECT e os traidores do Comando de negociação do PCCS pela Fentect, aprovaram um rebaixamento nos ganhos da categoria em relação às referências salariais referente a promoção por antiguidade e merecimento para os inferiores 2,3%. Mais um item no PCCS que contraria um direito adquirido pelos trabalhadores no Plano anterior.

#### ***f) Aumento da terceirização***

O PCCS/2008 “regulamenta” a terceirização dentro dos Correios e foi colocado favorecendo a privatização e a substituição de trabalhadores efetivos e concursados por trabalhadores contratados de empresas que são extremamente exploradoras com salários e benefícios muito mais reduzidos que os concursados. Por isso a terceirização tomou conta da empresa e esse número cresce exponencialmente a cada ano.

#### ***g) Bando dos Quatro (PT-PCdoB-Psol-PSTU) aprovou o PCCS/2008***



### ***da escravidão para favorecer a ECT***

O PCCS/2008 da escravidão foi aprovado pelas costas dos trabalhadores, mesmo com a esmagadora maioria da categoria sendo contrária a este instrumento dos patrões. O Bando dos Quatro (PT-PCdoB-Psol-PSTU) e a direção da ECT aprovaram o acordo a portas fechadas, com todo tipo de fraude nas assembleias para justificar mais esta traição.

Tanto é assim, que depois da assinatura fraudada no acordo do PCCS/2008, todas as outras assembleias realizadas nas bases dos sindicatos da Federação, o PCCS/2008 da escravidão foi rejeitada por ampla maioria dos Trabalhadores, obrigando a direção da ECT e o Bando dos Quatro, a se defender no TST das diversas irregularidades constitucionais que o acordo apresentava.

A desmoralização dos traidores que assinaram o PCCS/2008 da escravidão foi tamanha perante os trabalhadores, pois mentiram para categoria dizendo que este PCCS era uma conquista dos trabalhadores, que traria “supostas” vantagens. Quando o PCCS/2008 começou a ser implantado a revolta foi tamanha que o principal articulador da aprovação do plano o sindicalista conhecido como “Jacaré”, do PSTU/Conlutas, foi afastado e substituído pelo ex-diretor do sindicato de São Paulo, “Jacozinho”, atualmente lotado no DF, o qual, junto com o restante do Bando dos Quatro acabou com qualquer discussão sobre o assunto, transformando a Comissão do PCCS em uma disputa por liberação do trabalho.

PCCS/2008 representa um importante passo na privatização da ECT e na política do governo do PT de destruir uma das maiores e mais importantes estatais da América Latina.

#### ***h) Pela imediata revogação do PCCS/2008***

Por este motivo, os trabalhadores dos Correios não podem tirar de sua pauta a imediata revogação do PCCS/2008, da escravidão e do cargo amplo, e que o PCCS dentro dos Correios represente aumento dos salários, para que o piso da categoria custeie as mínimas necessidades de uma família ecetista, que hoje não poderia ser inferior a R\$ 3.000,00 de salário. Que o cargo na empresa seja determinado por eleição direta para todos os níveis, desde presidente a supervisor, escolhido pelos trabalhadores e com o poder dos mesmos revogarem-no a qualquer momento. Quanto à carreira que ela seja determinada pela antiguidade, oferecendo ao trabalhador uma referência salarial (5%) a cada ano trabalhado.

## ***VI - Luta das Mulheres***

#### ***a) O golpe contra a Secretaria de Mulheres***

Em 2003, ano em que os trabalhadores dos Correios se levantaram em uma importante greve, assumiu a pasta de secretária de Mulheres da Fentect a representante da oposição nacional Ecetistas em Luta (PCO), a companheira Anaí Caproni. A política combativa levada adiante em relação, tanto aos problemas gerais da categoria, como em relação à discussão das mulheres, política essa impulsionada pela então recente mobilização da categoria, sofreu grande resistência de toda a burocracia sindical.

Entre 2003 e 2005, várias iniciativas foram tomadas para organizar a luta das mulheres ecetistas.



Até que em 2005 foi realizado o maior encontro de mulheres já organizado pela Fentect.

Esse encontro foi organizado pela secretaria de mulheres com uma ampla discussão na base. Ocorreram encontros regionais importantes em São Paulo, Paraíba, Piauí, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, apenas para citar alguns estados onde a secretária de mulheres esteve presente, além de estados como Goiás e Brasília onde foram feitas reuniões nos respectivos sindicatos para que se chegasse a um acordo para fazer o encontro. Nestes encontros foi discutida pauta de reivindicações distribuída na base nacionalmente com problemas gerais e específicos das mulheres ecetistas.

Logo depois foi realizado o Encontro Nacional, com a participação de mais de duas centenas de mulheres que foram eleitas representantes a partir das discussões regionais.

Diante da evidente mobilização das mulheres ecetistas, a corja da burocracia sindical agiu para destruir o Encontro e atacar a secretária de mulheres e a corrente Ecetistas em Luta através dos artifícios típicos usados pelos patrões: calúnias e golpes.

O Encontro de 2005 terminou em pancadaria após a provocação comandada pelos testas de ferro do Bando dos Quatro, comandado por PT-PCdoB. Merecem destaque para a participação ativa na agressão, a atual Diretora de Recursos Humanos da DR de Goiás, Sandra Martins, da sindicalista do Ceará que quer ser diretora Regional, Lurdinha Diretora Regional e da ex-sindicalista da Bahia, Ana Nery, que desapareceu do movimento sindical, logo que perdeu o cargo no sindicato da Bahia e a sempre presente Zélia “Ginsp”, do PCdoB.

Sandra Martins, a “defensora das mulheres”, hoje tem o cargo de gerente de Recursos Humanos na DR de Goiás, com certeza, pelos enormes serviços prestados à direção da ECT quando era sindicalista contra os trabalhadores e as trabalhadoras. Lurdinha, também conhecida como “Lurdinha Diretora Regional”, a secretária-geral do Sintect-CE é famosa por defender chefes nas assembleias dos trabalhadores e por ter passado um abaixa-assinado (!) para ser diretora regional no Ceará. Como ainda não conseguiu o seu tão almejado cargo na ECT, Lurdinha ainda hoje mantém seus ataques contra a corrente Ecetistas em Luta. O desprestígio destas sindicalistas é tamanho que a eleição para delegados no CE só começou depois de ampla convocação para que as chefias comparecessem, o que efetivamente sustenta este tipo de pseudo sindicalismo chapa branca.

Após a baixaria, os representantes da direção da empresa conseguiram finalmente destruir o encontro de mulheres. O pretexto para os ataques foi a oposição da companheira Anaí Caproni em transformar o Encontro de Mulheres em palanque eleitoral de parlamentares do PT e do PCdoB que absolutamente nada tinham a ver com a categoria, nem com a luta das mulheres e em farra financeira às custas da categoria.

Após esse ataque, a maioria da direção da Fentect iniciou uma política de isolamento e aberto boicote à Secretaria de Mulheres transformando o encontro em mera formalidade, sem qualquer atuação na defesa das mulheres da categoria.

### **b) A intervenção na secretaria de mulheres**

Todas as iniciativas da secretaria de mulheres foram boicotadas pelo Bando dos Quatro na maioria das secretarias da Fentect.



Um dos principais exemplos desse boicote são as sistemáticas recusas de publicar um jornal regular da mulher ecetista. Todas as desculpas para não tomar essa iniciativa foram encontradas para não publicar o jornal ou qualquer publicação que seja sobre o tema. As desculpas, como sempre, só servem para não fazer nada: tudo é a falta de dinheiro, a falta de “pernas” ou qualquer outra coisa.

O boicote chegou ao ponto de serem cortadas das reuniões da colegiada as discussões sobre as mulheres.

O funcionamento formal da secretaria de mulheres da Fentect, que é o órgão da diretoria colegiada da entidade responsável por criar condições para a mobilização feminina na defesa de seus interesses contra a empresa e na ampliação da participação política da mulher no movimento da categoria, demonstra ser uma secretaria de fachada, ocupando o papel de uma sub-secretaria, uma vez que diferente das demais secretarias está sob constante intervenção da tesouraria e da direção da Federação.

É a única secretaria onde a tesouraria da Federação tem poder praticamente igual ao da secretaria de mulheres.

O golpe encontrado pela burocracia sindical PT-PCdoB, sempre com o apoio do PSTU, foi utilizar a comissão de mulheres para interferir em todas as questões. Utilizaram a maioria que tinham na comissão para bloquear a secretaria de mulheres e transformar o trabalho de mulheres na convocação de encontros anuais na beira da praia, onde efetivamente nada é deliberado, a não ser a realização de outro encontro, servindo simplesmente para o famoso caixa 2 da Fentect. Essa verdadeira submissão forçada da secretaria à comissão de mulheres perdura ainda hoje.

Esta situação foi legalmente criada a partir de mudanças estatutárias feitas, não por acaso, em 2006, as quais obrigam que a data do encontro de mulheres seja definido em conjunto com a Comissão Nacional de Mulheres. Da definição da data, a própria organização e a estrutura política é toda definida com base nas decisões do Bando dos Quatro, transformando a secretaria de mulheres numa figura decorativa.

Graças ao trabalho do Bando dos Quatro e seus testas-de-ferro a secretaria de mulheres foi praticamente extinta. Na gestão posterior à da companheira Anaí Caproni, assumiu a pasta a atual gerente da DR de Goiás Sandra Martins, que concluiu o processo de destruição da organização da luta das mulheres na Fentect. O compromisso de todas as forças com esta política reacionária fica claro pelo fato da gestão da atual gerente ser elogiada por Geraldinho da Conlutas, na última reunião da diretoria colegiada da Fentect, por ter feito, segundo ele “um ótimo trabalho”, ou seja, de liquidação do trabalho de mulheres.

Na atual gestão da secretaria, novamente tendo à frente a companheira Anaí Caproni, o golpe e a intervenção contra a pasta de mulheres se afirmaram novamente a ponto da companheira sequer ser convidada para o encontro nacional que se realizará em Fortaleza, o qual não foi discutido em nenhum estado, para o qual não há pauta de reivindicações discutida e sequer foram eleitas delegadas. Na última reunião da federação foi aprovada pelo Bando dos Quatro que deveriam participar somente as delegadas já eleitas para o ConTECT, uma vez que não houve preparação e a Fentect não teria condições de cobrir os custos, uma vez que era iminente a realização do ConTECT.

### c) A era dos encontros praieiros



A destruição das iniciativas combativas de realização de encontros que realmente fossem representativos das reais reivindicações das mulheres ecetistas custou inclusive a extinção, na prática, da secretaria de mulheres.

Nos últimos anos, a secretaria de mulheres praticamente não toma nenhuma decisão, tudo é feito pelo Bando dos Quatro o qual utiliza a comissão de mulheres para homologar decisões tomadas nos bastidores, com total cooperação dos sindicalistas do PSTU.

O que tem prevalecido são encontros regionais fantasmas, onde a categoria sequer fica sabendo que existiram, isso nos poucos lugares em que eles ainda são feitos, apesar dos gastos astronômicos e das denúncias frequentes de utilização do encontro como caixa 2.

Para se ter uma ideia, apenas a inscrição de delegadas para o encontro de 2011 custou R\$ 1.600 por pessoa. Somente com os souvenires do encontro foram gastos, segundo o próprio secretário-geral da Fentect, José Rivaldo Talibã e a secretária de finanças, Ana Zélia, R\$ 150 mil.

Quer dizer, enquanto todas as iniciativas para levar adiante a luta, como por exemplo o jornal, são barradas com as mais diversas desculpas, gasta-se sem qualquer preocupação com encontros onde não há nenhuma discussão prévia e nenhuma deliberação, nem plano de lutas específico para as mulheres. O resultado da total paralisia, uma vez que o Bando dos Quadro só aprova a realização de uma reunião anual para a organização do famoso encontro “caixa 2” é que o número de mulheres no correio vem retrocedendo e as condições de trabalho para a mulher se precarizam dia a dia.

Atualmente, estima-se que as mulheres sejam cerca de 24% dos trabalhadores, alguns estimam que este número não ultrapasse 22%. Na área operacional este número é ainda muito menor, na medida em que nos últimos concursos feitos pela empresa são aplicados testes físicos cujo objetivo é a reprovação de mulheres. É exigido desempenho que vários homens não conseguem atingir. É evidente que a empresa, na política de privatização, quer diminuir a folha de pagamento com licenças maternidades, auxílio-creche e utilização do convênio médico pelas mulheres.

O retrocesso feminino no movimento sindical do Correio é tão evidente que inúmeros sindicatos não conseguem cumprir os 30% necessários para a cota feminina (no passado o número de mulheres era superior a 30%) por não terem militância feminina em suas bases, uma vez que os encontros praieiros e a disputa por administrar os gastos nos encontros não só não criam nenhuma militância feminina, como pelo contrário, desmoralizam qualquer militância minimamente séria naquelas que já atuam na diretoria dos sindicatos.

Não é segredo para ninguém a crise com a secretaria de mulheres nos sindicatos de São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo a secretária de mulheres “eleita” no último “processo eleitoral”, seguindo o exemplo de várias outras, se afastou da secretaria de mulheres e pediu demissão do Correio, disparando inúmeras críticas aos “companheiros do PCdoB”.

A própria Comissão Nacional de Mulheres é uma metamorfose ambulante, uma vez que suas participantes são trocadas frequentemente, seja por abandono da atividade, seja por pedirem demissão do Correio, uma demonstração extrema da total falta de apego à militância sindical.

O atual Encontro de Mulheres foi organizado sob estas mesmas bases, pegando carona nos enormes



gastos do Conect de um milhão de reais em Fortaleza.

A categoria deve repudiar a burocracia por utilizar a luta das mulheres para fazer caixa 2 e turismo sindical.

O encontro de mulheres deve ser um espaço democrático em que as discussões sejam abertas e as posições políticas que existem dentro da categoria possam ser expressas e debatidas pelas trabalhadoras como período prévio à deliberação unitária de lutas e mobilizações em prol da causa feminina. Hoje, os encontros são mera formalidade burocrática e, após eles, nenhuma medida em defesa dos interesses da mulher ecetista é tomada.

#### ***d) Retomar a luta da mulher ecetista***

Os problemas sentidos pelas mulheres nos Correios, como o assédio e as péssimas condições de trabalho, estão relacionados com a tentativa da burguesia (e mais particularmente das suas alas mais direitistas) de atacar todos os direitos das mulheres, que representam mais da metade da classe trabalhadora de nosso País. As trabalhadoras não devem aceitar um encontro para agradar apenas a burocracia sindical, como se fosse um clubinho de amigos, para justificar os privilégios da burocracia com as diárias e hotéis.

Nós, da Corrente Ecetistas em Luta, defendemos que seja organizado um encontro político, que trate dos problemas da categoria e da mulher, para iniciar uma ampla mobilização das mulheres ecetistas contra os abusos mais sofridos. Que os encontros sejam precedidos de boletins na base e de atividades no 8 de março para preparação do encontro no 2º semestre.

Reivindicamos:

#### ***e) Garantia de descanso remunerado no período de amamentação***

A ECT assegurará à trabalhadora durante a jornada de trabalho, dois descansos especiais de uma hora e 30 minutos cada, para amamentar seu filho, até que este complete 1 (um) ano de idade, podendo prorrogar caso a interessada venha a participar do programa de amamentação implantado pela ECT ou em caso de prescrição médica.

A empregada poderá pleitear um só descanso diário, com duração de três horas, em substituição aos dois descansos especiais, estabelecidos nesta cláusula.

A ECT providenciará transferência provisória, a pedido da empregada que estiver amamentando para o local mais próximo de sua residência, com o objetivo de garantir o efetivo direito desta cláusula.

#### ***f) Assédio sexual e moral***

Será garantida, a criação de uma comissão de trabalhadoras, eleitas pelas próprias ecetistas, para apurar o assédio sexual/moral, a discriminação e opressão às trabalhadoras na ECT. A ECT punirá exemplarmente o autor (a) do comprovado assédio sexual praticado nas suas dependências, denunciando inclusive à justiça para melhor juízo e definição de pena garantindo o instrumento de ampla defesa.



A pessoa assediada terá estabilidade durante o período que perdurar a investigação, sendo que, uma vez constatado o fato, a vítima terá sua estabilidade prorrogada por um ano.

Durante a investigação, e mesmo depois de apurado e confirmado o fato, a vítima de assédio sexual/moral não poderá ser transferida do seu local de trabalho, a não ser por livre escolha.

Confirmados os fatos, o assediador deverá ser punido com demissão por justa causa.

A ECT disponibilizará a vítima de assédio sexual/moral total apoio psicológico, mantendo o acusado afastado do convívio da vítima durante as investigações.

Será criada por cada sindicato uma Comissão, com acompanhamento de um representante da ECT, para avaliação e acompanhamento e encaminhamentos das denúncias de Assédio Sexual e moral.

#### ***g) Adaptação em período de gravidez***

A ECT garantirá, com acompanhamento do sindicato, a transferência imediata da empregada gestante, a partir da confirmação da gravidez, e especialmente aquela da área operacional (Carteiro, Motorista, Motociclista e OTT), para locais de trabalho que preservem o estado de saúde da mãe e da criança, sem perda de nenhum dos adicionais por trabalho externo.

#### ***h) Banheiros específicos, masculinos e femininos, com adequação para deficientes físicos e com vestiários e ducha higiênica nas unidades de trabalho.***

*i) Fornecimento de uniforme para o sexo feminino diferenciado do sexo masculino, inclusive para gestante, com fornecimento de meias de pressão para prevenção de varizes, conforme prescrição médica.*

*j) O peso máximo para as empregadas movimentarem e transportarem, não poderá ser superior a 06 (seis) quilos.*

*l) A ECT ficará obrigada a criar um sistema alternativo de entrega, porta a porta, que não coloque em risco a trabalhadora e nem prejudique o cliente.*

*m) Redução da jornada de trabalho em duas horas para companheiras que estiverem com TPM ou iniciado período de menopausa, mediante prescrição médica.*

*n) A ECT garantirá à empregada o direito de exercer a função motorizada.*

*o) Trabalho interno para carteiro feminino, no mínimo de três dias no seu ciclo menstrual.*

*p) Jornada externa reduzida para as mulheres.*

#### ***q)Licença-adoção***

A ECT concederá 150 (cento e cinqüenta) dias corridos, a título de licença-adoção, aos trabalhadores (as) que adotarem crianças na faixa etária de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos de idade, iniciando-se a con-



tagem do benefício a partir da comprovação oficial da guarda da criança, mesmo que provisória.

*r) Licença maternidade automática de 180 dias.*

*s) Auxílio - creche automático para todas as mãe com filhos pequenos, sem necessidade de prazo e obrigatoriedade de apresentação de recibo para comprovação.*

*t) Ampliação da idade para fornecimento do auxílio - creche.*

*u) Auxílio creche para todos os funcionários da ECT - homens e mulheres.*

*v) Fim dos testes físicos nos exames de admissão.*

## **Segunda Parte**

### **Balanço da Fentect**

#### **I - A importância deste balanço**

Os processos políticos só podem ser realmente conhecidos por meio do seu desenvolvimento. A crise atual na Fentect, com a ameaça de divisão da parte dos sindicatos de São Paulo e Rio de Janeiro requer uma compreensão da raiz dessa crise.

Ela é a crise de uma determinada política, que esteve à cabeça de todas as etapas percorridas pelo movimento nacional. Para compreendê-la, portanto, é preciso compreender essa política em seu desenvolvimento.

Nesse sentido, apesar de ser uma discussão complexa e longa, fazemos o esforço neste texto de explicar cada uma das etapas e a política seguida pelas direções, a formação dos blocos dirigentes etc.

#### **II - A 1º etapa**

##### **1) A formação do movimento nacional dos Correios: a etapa das grandes lutas e conquistas**

O movimento dos trabalhadores dos Correios começa no fim da década de 70, com a greve de agosto de 1979 em Minas Gerais (seguindo os exemplos das greves dos metalúrgicos do ABC e da Mannesmann, em Contagem). Ele se consolida a partir de 1984, com a criação das associações, uma vez que a sindicalização estava proibida nos Correios pelo regime militar. A empresa era considerada um setor de segurança nacional e era dirigida diretamente pelos militares.

A greve de 1985, acompanhando a grande onda de greves do governo Sarney, em São Paulo rompe o esquema de contenção existente nos Correios e dá lugar à criação dos sindicatos de trabalhadores da ECT em todo o País.

Os sindicatos ecetistas foram, no entanto, sendo formados na luta, em São Paulo, Minas Gerais,



Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba etc. Em 1989, forma-se a Fentect que, neste momento, conta com uma maioria de dirigentes combativos, opondo-se à Federação pelega, apoiada pela direção da ECT, a Findect, cuja base se encontrava em Bauru, reduto do tradicional pelego Chico de Bauru. Hoje, o PCdoB está buscando ressuscitar a Findect para se opor à Fentect, realizando o sonho frustrado da ditadura militar e da direção da ECT.

O movimento, no início, está dominado por sindicalistas antiburocráticos e combativos que surgem espontaneamente da onda de greves expressando essas tendências de luta. Dessa importante geração de militantes, que realizaram as mais importantes lutas da categoria, restam hoje muito poucas pessoas. A principal expressão, que permaneceu, foi a direção do Sintect-MG, ligada à corrente Ectistas em Luta.

Devido à grande radicalização da categoria, a corrente sindical ligada à burocracia do PT, a Articulação Sindical, e setores menores da burocracia pequeno-burguesa – que viriam a dominar completamente os sindicatos – conseguiram apenas uma pequena formação, extremamente débil, embora os ativistas fossem quase totalmente do PT, o que era, naquele momento, um partido muito distinto do que é hoje.

A criação da Fentect, resultado direto do movimento de luta da categoria, foi a maior conquista do movimento. É preciso lembrar-se sempre de que a evolução da consciência dos trabalhadores e as conquistas organizativas, que são o resultado dessa consciência, são as únicas conquistas reais da classe trabalhadora, porque permitem ao movimento continuar avançando e defender as conquistas materiais da categoria, dentro dos limites impostos pela situação política, bem como abrir caminho para novas conquistas.

## **2) As forças políticas no movimento dos correios**

### **a) O movimento classista**

O movimento nacional dos Correios e a maioria dos sindicatos foram criados por um conjunto de militantes classistas. Uma parte desses militantes vieram se organizar na corrente Ectistas em Luta e o restante deslocou-se para a burocracia no período de refluxo que se seguiu às grandes greves de 85 e 86.

Esse movimento acompanha o movimento geral dos sindicatos combativos dos anos de 1980, após um grande crescimento em 83, 84 e 85, quando é criada uma oposição que representa quase metade dos delegados do Congresso da CUT de Minas Gerais em 1988. Esse movimento será destruído pelas suas limitações políticas e pela pressão da burocracia, com o apoio da esquerda pequeno-burguesa dentro da CUT (PSTU, PSOL etc.).

Nos Correios, permaneceram apenas os setores que conseguiram evoluir a consciência no sentido da luta por um partido operário, ingressando no PCO como foi o caso da direção do Sintect-MG. O prolongado refluxo da classe operária brasileira e mundial após 1990 viria a consolidar o poder de uma burocracia sindical ligada à direção da ECT nos sindicatos dos Correios.

### **b) O PSTU**

O fato de que a federação nacional e os próprios sindicatos serem uma criação recente, sem nenhuma



burocracia pré-existente, de terem sido criados em um momento de grande mobilização e radicalização dos trabalhadores explica uma situação peculiar à categoria dos Correios.: o processo de burocratização desses sindicatos e da federação nacional será iniciado e realizado por uma década (1990-2002) sob a hegemonia política do PSTU, partido centrísta e ala extrema esquerda dos partidos mais significativos da frente popular e da burocracia sindical cuja hegemonia é detida pelo PT. Daí o excepcional papel que a análise do PSTU, um partido não apenas secundário, como efetivamente sem função e programa próprio dentro do movimento operário, desempenha nesse balanço, um papel que não é comum a nenhum outro movimento desta envergadura, exceto, ocasionalmente nos professores de São Paulo) no qual cumpre um papel muito mais secundário de auxiliar da política do PT. Em nenhum outro movimento nacional o PSTU teve um papel desta envergadura.

Mesmo assim, é importante lembrar que apesar do importante papel e da amplitude da sua iniciativa na história do movimento nacional dos Correios, não deixa de ser um apêndice e um mero instrumento da política do setor fundamental e majoritário da burocracia, o que se revelará claramente a partir da crise de 2003.

#### *c) O PCdoB*

O PCdoB é, desde o início das greves operárias, um inimigo ferrenho tanto das lutas operárias como das iniciativas independentes como no caso da tentativa de formação de uma central sindical. A serviço direto da burguesia, serve como tropa de choque para dissolver pela violência as tentativas de formação das oposições sindicais nas greves, assembleias e eleições sindicais a serviço dos pelegos que viriam a formar a Força Sindical.

O partido ingressa na Fentect e na CUT no final dos anos de 1980, formando aí sua Ala direita. Ao mesmo tempo, os elementos oportunistas e centrísta, na ausência de qualquer alternativa organizada da burocracia, ingressam todos no PSTU, que serve como uma cobertura conveniente para se opor aos elementos de esquerda do PT e ao PCO, que dirige o sindicato dos Correios de Minas Gerais e da Paraíba e tem uma forte presença na direção nacional da Federação. A base da direção burocrática é a aliança PSTU-PCdoB, na qual o segundo partido ocupa um papel subordinado, ocultando a sua política detrás do discurso aparentemente radical do PSTU.

#### *d) O PT*

No primeiro momento, o PT é um mosaico de grupos centrísta e a Articulação Sindical, corrente da burocracia, cumpre um papel inexpressivo, uma vez que a sua função política é cumprida efetivamente pelo bloco PSTU-PCdoB o qual apoia discretamente. A Artsind lulista tenta agrupar os núcleos centrísta do PT sem sucesso.

Os agrupamento centrísta nada mais são do que a expressão da crise e do esfacelamento do bloco combativo que formou a Fentect em seu início e que, sob a pressão da burocracia e do refluxo, evoluem à direita e foram um amplo campo de confusão política que, na prática, colabora para a vitória da política do bloco PSTU-PCdoB.

#### *e) A evolução do movimento na primeira etapa*

A relação de forças favorável à burocracia não conseguirá formar-se no interior da Fentect devido à radicalização sindical da categoria que se destaca como uma das mais combativas do País



no final da década de 80. Por iniciativa dos integrantes da corrente Sindical Ecetistas em Luta/PCO é aprovado um dos mais democráticos estatutos sindicais de uma federação nacional.

A corrente classista e revolucionária, no entanto, sofrerá pelas condições a que fica submetido todo o movimento operário e o movimento dos Correios, ou seja, de isolamento dos seus elementos de luta, de liquidação do poder das bases nas organizações sindicais e domínio da burocracia. Esta situação levará a um isolamento de todas as tendências revolucionárias, combatidas pela burocracia sindical dominante por meio de uma imensa campanha de calúnias e de falsificações que acompanham as manobras para agrupar os grupos centristas dispersos detrás de uma política patronal.

### III - 2<sup>a</sup> Etapa

#### **1) A burocracia toma conta dos sindicatos: a aliança PSTU-PCdoB foi a base da burocratização da Fentect**

Nos anos 90, a direção majoritária da Fentect era controlada pela burocracia sindical formada pelo bloco PSTU-PCdoB, que com o correr do tempo será transformado em um triunvirato formado por PSTU, PCdoB e PT, sendo que o PSTU era conhecido nos Correios pela sigla MTS (Movimento por uma Tendência Socialista), a qual tinha a maioria da direção da Fentect e servia como cobertura de esquerda para o crescimento e domínio da burocracia sindical patronal sobre a entidade.

A aliança do PSTU com o PCdoB vai servir como base para a consolidação da burocracia no interior da Fentect, uma vez que a Articulação Sindical lulista do PT vai participar aí como uma corrente bastante minoritária até meados da década de 90.

Fica claro, no entanto, que o PSTU é o eixo em torno do qual se articula a burocratização da Fentect, que não é outra coisa que a dominação política da burocracia sobre a entidade. Sem o PSTU, esta manobra jamais teria sido possível, porque o movimento nascido de uma grande radicalização foi, durante muito tempo, composto por uma maioria de forças centristas. Ora, o PSTU, partido centrista de direita, muito próximo das correntes oportunistas-reformistas, tem como especialidade a exploração das limitações e preconceitos políticos do centrismo em geral. Ele mesmo, como partido, é formado por uma burocracia solidamente direitista e uma base centrista mais ampla. Daí a sua importância transitória, por mais de uma década na Fentect e no movimento nacional dos Correios.

Durante todo o período de burocratização da Fentect, o PSTU foi a sua corrente majoritária e, em diversas oportunidades, elegeu o secretário-geral da entidade em aliança com o PCdoB e em negociações de bastidores com a direita do PT. Elegeu o secretário geral da Fentect, Milton Saldanha, do Sindicato do Vale do Paraíba e por diversas vezes controlou os cofres da Fentect, por meio do secretário de Finanças, Ademir Loureiro, do PSTU/MTS do Rio Grande do Sul. Hoje o mesmo Ademir é Asget - na DR-GO.

Esses anos de dominação do triunvirato PSTU-PCdoB-PT foram anos de derrotas e mais derrotas da categoria, a qual perdeu inúmeras das suas conquistas garantidas nas vigências das associações e nos primeiros anos de existência dos sindicatos e da Fentect.



## **2) Consolida-se a Articulação Sindical do PT na Fentect e nos sindicatos a partir da crise do PSTU**

A política seguida pelo PSTU e pelo conjunto da esquerda centrista no interior da Fentect que, em um primeiro momento, garantiu-lhes uma posição de destaque nos privilégios da burocracia foi, também, a causa da sua decadência e da sua profunda crise atual, à medida em que os trabalhadores realizam uma ampla e dolorosa experiência de derrotas e traições.

Na Fentect, enquanto a política do PSTU conseguiu efetivamente conter a crise e estabilizar a dominação da burocracia, a sua ala direita foi rompendo com o PSTU – ou, o que dá na mesma, com a sua corrente sindical, o MTS (Movimento por uma Tendência Socialista) – para constituir o núcleo central da atual burocracia que domina a Fentect, ou seja, a Articulação Sindical.

É isso o que explica que nos últimos anos todos os dirigentes importantes da Articulação Sindical nos Correios, que hoje se transformaram em diretores e assessores da empresa, tenham sido dos quadros do PSTU e do MTS. A mesma coisa ocorreu com vários militantes de menor envergadura que hoje oprimem os trabalhadores dos Correios na qualidade de chefes nos Centros de Distribuição Domiciliaria (CDDs) e nas Agências em todas as regiões do País.

Exemplos não faltam. 1- Milton Saldanha, ex-presidente do sindicato de São José dos Campos e membro da Fentect em 4 gestões consecutivas, ora como secretário-geral, ora como secretário de finanças. 2 – Ademir Loureiro, ex-dirigente do Sintect-RS e ex-secretário de finanças da Fentect, hoje é ASGET da ECT na região de Goiás. 3 – Rodolfo Amaral, ex-presidente do Sintect-AM e ex-diretor da Fentect, foi diretor regional da ECT no Amazonas. 4 – Leonardo Ogélio , ex-dirigente do Sintect-RJ e da Fentect, hoje é assessor da Diretoria Geral de Relações de Trabalho da ECT no RJ. 5 – Gerdivan, ex-diretor do Sintect-PB, hoje é assessor da diretoria regional da ECT na Paraíba.

Em um conhecido texto sobre a questão do centrismo, o revolucionário russo Leon Trótski assinalou que os partidos centristas são como galinhas que chocam ovos de pato, ou seja, criam os quadros e as bases para o oportunismo e eventualmente para a esquerda revolucionária e proletária (O que é o centrismo, Leon Trótski). Na conduta do PSTU e dos demais grupos centristas, tanto nos Correios como em inúmeros outros sindicatos, podemos ver uma confirmação milimétrica dessa tese.

## **3) O papel decisivo do Sintect-SP**

O PSTU também possuía, durante esse período, uma posição muito privilegiada nos sindicatos fundamentais, em particular o de São Paulo, maior sindicato da Federação. Nesse sindicato, o PSTU/Conlutas dividia a direção com o PT e o PCdoB, numa diretoria proporcional, que nada mais era que uma forma de composição de uma frente única entre essas três forças, tendo o PSTU a maioria dos cargos.

Nas Comissões de Negociação da Fentect, o PSTU/MTS também sempre foi majoritário, apresentando como o seu “melhor” negociador, Ezequiel Filho, vulgo “Jacaré”, militante do PSTU do Mato Grosso do Sul, intimamente ligado à burocracia patronal da ECT. Por meio de uma transferência para São Paulo, sem permuta, na época do carrasco Edson Comin, Diretor Regional da DR-SPM, se transformou em coordenador do PSTU/MTS no principal sindicato da federação.



“Jacaré” foi protagonista da assinatura de umas das traições mais prejudiciais à categoria em uma campanha salarial realizada pela Fentect. Em 1996, ele e seu companheiro de partido, Heitor Fernandes, do PSTU fluminense, concordaram com a troca da data base da categoria, que antes era em Dezembro, mês estratégico para as lutas da categoria, devido ao acúmulo do tráfego postal, passando para agosto, um mês morto. Esse foi um dos piores prejuízos já sofridos pelos trabalhadores, numa história de grandes prejuízos.

Se não bastasse isso, o acordo ainda trazia o cancelamento do vale-refeição nas férias e nos afastamentos médicos, por acidente de trabalho ou auxílio-doença.

Nesse período, o triunvirato impôs aos trabalhadores dos Correios uma situação de congelamento salarial, de acordo com a política do governo FHC, do PSDB, substituindo os aumentos salariais por abonos.

Outra técnica utilizada pela burocracia tripartite do PSTU-PT-PCdoB foi a de levar as greves para o TST, quando estas resistiam a ser estranguladas nas assembleias. As greve eram liquidadas pela decisão judicial, com enormes derrotas para a categoria. Nessa época, o PSTU ganhou nas bases o apelido de TSTU. Essa política foi seguida em vários sindicatos.

A crise do PSTU, que começa nesse momento, é o resultado direto das traições deste período, onde encabeçavam o bloco pelego. A partir daí, o PSTU vai perder militantes para a direita, principalmente, e para a esquerda. A traição da greve de 2003 vai ser o golpe de misericórdia no PSTU, que entra em crise total.

#### IV - 3<sup>a</sup> Etapa

##### **1) A crise da burocracia: começa a desmoronar a triunvirato**

No início do século XXI, devido aos acordos traidores assinados pelos elementos do triunvirato (PSTU - PT/Articulação - PCdoB), o Congresso da Federação de 2001 é marcado por forte oposição das correntes centristas, refletindo as tendências da base, ao predomínio do triunvirato.

Uma chapa unitária dos grupos opositores de diversas orientações políticas – PCO, MRL, ASS e MSB - elege o secretário geral da Federação.

Nessa oportunidade, o PSTU/MTS era sem sombra de dúvida a maior delegação. Possuía, sozinho, 91 delegados, quase 35% de todo o Congresso.

A formação de uma chapa entre Ecetistas em Luta/PCO, MRL, ASS e MSB deu a este Bloco a secretaria geral da Fentect, que, por meio de um acordo, determinou o rodízio na secretaria geral das quatro forças políticas. O PSTU elegeu novamente, o secretário de Finanças e vários diretores.

O bloco oposicionista, muito imaturo pela sua composição centrista, acaba entrando em crise devido à pressão dos integrantes do triunvirato, mas constitui uma primeira manifestação da crescente oposição dos trabalhadores à burocracia da Fentect.



## V - 4<sup>a</sup> Etapa:

### 1) Aprofunda-se a crise da burocracia: a eleição de Lula e o Congresso da Fenect de 2003

Com o governo Lula, vários sindicalistas do PT e do PCdoB, e do próprio PSTU, principalmente os diretores da Fenect, foram comprados pela direção da ECT em troca de cargos na empresa.

Diante da interferência direta da ECT no movimento sindical, o Congresso foi marcado pela presença de vários Diretores Regionais e assessores de DRs, que eram ex-sindicalistas da Fenect, como João Rocha, do PT do Mato Grosso do Sul, Rodolfo do Amaral, do PT do Amazonas, Eu-gênio Valentin, do PT de São Paulo, Luís Eduardo do PCdoB do Ceará, além de chefes menores.

Esse bloco é, também, o resultado direto da crise do triunvirato, expressa na crise do PSTU que, a partir daí, vai perder a liderança em praticamente todos os sindicatos em que dominava, tornando-se a partir daí uma corrente bastante minoritária. O triunvirato é substituído pelo bloco PT-PCdoB.

Essa mudança de forma é o resultado direto do período anterior, uma vez que a política da burocracia sob o triunvirato foi se tornando cada vez mais direitista e burocrática. Todo o movimento foi levado para a direita, favorecendo a formação de uma ala mais direitista da burocracia, que se agrupa no interior do PT/Articulação a qual, com a presença de burocratas do PT na direção da empresa, vai se consolidar como o núcleo fundamental da burocracia.

Com as bancadas do PT/Articulação e PCdoB apoiadas por chefes da ECT e usando a estrutura da empresa para eleger delegados, arrastando para suas posições os grupos da ASS/PT e MSB/PT, o bloco direitista chegou ao Congresso com uma maioria esmagadora de delegados, mais de 70% dos delegados eleitos.

Diante da interferência direta da ECT, com seus chefes, nesta bancada de direita (PT-PCdoB), formou-se no Congresso um bloco de oposição composto pela Corrente Ecetistas em Luta/PCO, PSTU, MRL/PT e independentes.

Com diversas intervenções da oposição contra os sindicalistas que se venderam para a ECT, a oposição foi ganhando espaço e ao final, aprovou-se a votação secreta para eleição da nova diretoria da Fenect, a fim de que os delegados não ficasse intimidados pelos chefes presentes, o que resultou em uma perda de 15% da bancada da empresa, diminuindo a diferença da situação para 60% a 40% dos votos dos delegados.

Essa pequena modificação dos votos neste Congresso do Espírito Santo mostrou que a Oposição iria crescer e o bloco direitista teria muita dificuldade para levar a política de apoio à direção da ECT e do Governo de Lula. Continuava, na realidade, sob novas formas, a crise da burocracia e o processo de evolução da consciência dos trabalhadores, acentuado pela direitização da política da burocracia.

Na sequência ao Congresso, foi aprovado em um Conrep que os chefes da ECT não poderiam mais participar dos fóruns da Fenect.

### 2) O triunvirato na campanha salarial de 2003



A Campanha salarial de 2003 marcou o início da crise terminal da burocracia sindical do Sintect-SP, formada pelo PSTU, PT e PCdoB principal base de sustentação da direção pelegra da Fentect, ligada ao PT e PCdoB

A primeira campanha salarial nos Correios do governo Lula foi marcada por grande expectativa pelos trabalhadores e pela maré montante da inflação. O governo Lula, no entanto, não ofereceu nada para os trabalhadores e a categoria fez umas das maiores greves do movimento dos Correios. o governo esperava quebrar a greve com a compra dos sindicalistas pela direção da ECT.

A campanha salarial de 2003 mostrou a verdadeira política do PSTU diante de um grande movimento grevista nacional da classe trabalhadora.

Na campanha salarial, o PSTU, percebendo a tendência de luta dos trabalhadores e procurando, como sempre, aproveitar-se dela em proveito de uma política oposta ao interesse dos trabalhadores, forçou que a greve começasse o mais rapidamente possível e sem nenhuma preparação.

Esse é outro velho esquema pelego. Na impossibilidade de conter a greve, estimularam uma greve prematura para ser quebrada com maior facilidade. Aliam a essa manobra outra, a de colocar em segundo plano as reivindicações da categoria em favor de um chamado abstrato “à luta”. Esta situação cria uma confusão que termina sempre na liquidação do movimento grevista e na derrota das reivindicações operárias.

O PSTU foi durante anos seguidos a maior corrente na diretoria do Sintect-SP, o maior da categoria e o que congrega o mais importante setor de trabalhadores em função da rentabilidade da empresa.

Durante vários anos, todas as greves da categoria foram derrotadas pelo Sintect-SP, dirigido pelo triunvirato, com maioria do PSTU. Enquanto a greve se alastrava pelo País, acabava em São Paulo, seguido do Rio de Janeiro (onde o PSTU também era uma força importante e numerosa), deixando os demais sindicatos a ver navios. A direção da ECT, com a ajuda da direção da Fentect, seguramente controlada pelo triunvirato PSTU-PT-PCdoB, divulgava para os enfurecidos ecetistas que o maior setor da categoria e o mais decisivo já não estava em greve.

A imaginação e a criatividade nunca foram o forte da burocracia sindical de forma que, na campanha de 2004, voltaram com a velha fórmula. A greve iniciou-se com força em São Paulo, apesar de ser prematura e de não ter nenhuma preparação e absolutamente nenhuma organização da parte do sindicato, que não organiza os piquetes e sequer é capaz de publicar um informativo de greve apesar de arrecadar nada menos que R\$ 1.000.000,00 dos trabalhadores anualmente!

Uma tradição em São Paulo era a de que as assembleias eram todas dirigidas por um diretor do sindicato pertencente ao PSTU, Daniel dos Reis, que comandava o desmonte das greves. Alguns dias depois de começada a greve, a diretoria da ECT convocou os membros da direção do Sintect-SP, ligados ao PT e ao PCdoB, e ordenou que quebrassem a greve que estava dando um prejuízo diário de R\$ 5 milhões. O bloco pelego do triunvirato estava decidido a acabar com a greve, como sempre, para cumprir a política da direção da ECT. As greves sempre eram encerradas em São Paulo. O PSTU, como de hábito, foi incumbido de organizar a assembleia realizada na frente do CTP Jaguaré, maior centro operacional da categoria em todo o País com cerca de 3.000 trabalhadores. No entanto, com medo de bater de frente com o movimento para quebrar a greve na assembleia, o PSTU entregou o comando ao PCdoB e ao



PT.,

Os dirigentes do PT, incapazes de manipular a massa de trabalhadores, ao estilo do PSTU, partiram pura e simplesmente para o estupro, encenando uma votação que não aconteceu, decretando, cincicamente, a greve como encerrada. A radicalizada massa de trabalhadores, à medida em que foi assimilando a informação de que estavam dando a greve por encerrada, lançou-se furiosamente sobre a direção do sindicato, procurando virar o carro de som. Vários diretores do sindicato foram agredidos pelos trabalhadores e tiveram que sair da assembleia escoltados por uma parcela iludida da categoria.

Ao mesmo tempo, cronometradamente, a Rede Globo começou a anunciar que a greve havia acabado em São Paulo, procurando desmobilizar o movimento nacional que ainda perdurou por vários dias. No Comando de Negociação, um elemento do PT, comprado pela empresa por um cargo na burocracia da estatal, o “Teixerinha”, da Oposição de Minas Gerais, informou simplesmente à imprensa que o acordo estava aceito e a greve acabada. Logo depois foi empossado em um cargo de R\$ 5.000,00 em Minas Gerais.

A Oposição Ecetistas em Luta chamou os trabalhadores a desconhecer a decisão fraudulenta da assembleia de São Paulo e convocou uma nova assembleia. O PSTU, confuso e vacilante, pressionado de todos os lados, concordou com a realização da assembleia.

A assembleia foi realizada dois dias depois, com o PSTU, maioria na direção do Sintect-SP, boicotando ostensivamente a convocação.

Na assembleia foi realizada uma votação na qual o PSTU, contra a posição de Ecetistas em Luta, fazendo uma enorme chantagem contra a categoria, defendeu o retorno ao trabalho, ou seja, legitimou a fraude já realizada na assembleia anterior no CTP Jaguaré, que quebrou a greve a serviço da direção da ECT.

### **3) PSTU entrega o Sintect-SP para a ala direita da burocracia**

Na eleição do Sintect-SP, o PSTU, apesar de ter quase 50% da diretoria e contar com o seu secretário-geral, inexplicavelmente permitiu que o processo eleitoral fosse completamente controlado pela ala PT-PCdoB, uma coisa completamente inexplicável.

A eleição não chegou ao fim. Tendo consciência de que iria perder as eleições, não para o antigo sócio do triunvirato, mas para a oposição Ecetistas em Luta, que canalizava a profunda rejeição da categoria a todos os setores do triunvirato, a ala PT-PCdoB tomou o sindicato de assalto, com a ajuda do aparelho do PT e da CUT, encerrou as eleições, apoderou-se das urnas, apresentando um resultado completamente falsificado.

Num primeiro momento, o PSTU ergueu um fraco protesto, puramente aparente, contra a fraude das eleições para a qual ele mesmo havia aplainado o caminho quando tinha todas as condições de se opor vigorosamente à fraude. Mas seu descontentamento durou muito pouco.

A burocracia do bloco PT-PCdoB, totalmente incapacitada de realizar uma assembleia da categoria, não convocou assembleia para eleger delegados para o Conselho de Representantes da Fentect, realizado pouco depois. A oposição Ecetistas em Luta convocou uma assembleia na praça da Sé, local tradicional de realização das assembleias da categoria, o que obrigou a burocracia a



convocar timidamente outra assembleia em um local totalmente desconhecido dos ecetistas e cercada de seguranças.

O PSTU, entre manter a política de aparência contra a diretoria ilegítima e apoiar a iniciativa da Oposição de contestar a legitimidade da diretoria do PCdoB e PT, não hesitou em comparecer à assembleia fajuta e escondida da categoria realizada pela diretoria ilegítima em troca da indicação de um delegado.

Daí em diante, o PSTU procurou em todas as oportunidades dar legitimidade à diretoria que fraudou criminosamente as eleições. Nas assembleias da campanha salarial de 2004, a diretoria “paraguaia” do Sintect-SP impediu a oposição Ecetistas em Luta de falar nas assembleias, apresentando o PSTU despudoradamente como “oposição” para consolidar a manobra! Prática que se transformou em política oficial de todas as diretorias ilegítimas do Sintect-SP a partir daí. O PSTU passou de carro chefe da burocracia a um papel de mero auxiliar secundário das traições realizadas pelo PT e PCdoB. Não houve mudança de conteúdo na política, mas apenas de forma e da proporção da composição do bloco burocrático.

#### **4) A crise do PT e do conjunto da burocracia**

A crise do PSTU no Sindicato de São Paulo e nacionalmente, rapidamente seguiu-se a crise do PT neste mesmo sindicato, o mais importante da categoria e eixo de organização da burocracia. Acossado pela crítica da oposição Ecetistas em Luta e pela revolta dos trabalhadores, o bloco petista, liderado por Rogério Trabuco, entrou em uma crise terminal e somente a muito custo e através da formação do Bando dos Quatro (PT-PCdoB-PSTU-Psol) foi possível evitar o crescimento da oposição e a derrota da burocracia em São Paulo.

Com o colapso do PSTU e do PT, a única alternativa para dirigir o Sintect-SP era o PCdoB. Após uma lenta agonia da burocracia, é montada nas eleições de 2007 uma ampla operação para dar ao PCdoB a vitória. A Justiça decreta a intervenção no Sindicato, até então dirigido pelo PT, mas com a concordância do próprio PT e indica uma comissão interventora encabeçada pelo principal dirigente do PSTU, Ezequiel Filho, o “Jacaré”, que organiza as eleições, passando por cima do estatuto da entidade. Sob o controle do dirigente do PSTU, a ala mais fraca da burocracia organiza uma fraude espetacular, sendo derrotada na capital e vitoriosa no interior. A apuração da eleição, foi noticiada por determinação do dirigente do PSTU e do interventor, que seria feita no quartel da ROTA da PM paulista, obviamente para impedir qualquer protesto dos trabalhadores, mas o lugar é trocado devido às denúncias da corrente Ecetistas em Luta. Finalmente a vitória é dada ao PCdoB, que se tornaria, a partir daí, o principal instrumento patronal para a derrota das campanhas salariais pelo governo do PT e pela direção petista da ECT.

Este episódio mostra claramente a necessidade da aliança de todos os setores da burocracia para levar adiante a política da burguesia, uma vez que as suas principais alas haviam entrado em crise.

A dominação do PCdoB sobre os sindicatos do Rio de Janeiro e de S. Paulo é a fase terminal de crise da burocracia, tendo as outras alas, PT e PSTU, se esgotado completamente devido à luta dos trabalhadores contra elas.

#### **5) A tentativa de recuperação: a formação do Bando dos Quatro**



A crise geral da burocracia tornava essencial a formação de um novo bloco político ou, melhor dizendo, de uma nova forma de composição do bloco burocrático. Isso viria a acontecer com a formação do Bando dos Quatro, ou seja, através da colaboração entre o bloco PT-PCdoB e um novo bloco formado entre o PSTU e os setores centristas da categoria, todos levando a mesma política sem realizar a formação de um bloco formal e de uma política formal.

A forma que assumiu essa nova composição é a forma tipicamente parlamentar, em que uma ala atua como situação e outra como oposição, mas levam adiante uma política combinada entre eles contra o povo ou, neste caso, contra os trabalhadores dos Correios.

A crise da fraude das eleições do Sintect-SP em 2004, levou a direção majoritária da Fenect a promover eleições fantasma para tirar delegados ao Congresso de 2006 em Brasília, a ponto da assembleia de eleição dos delegados de São Paulo ter sido feita sem nenhuma divulgação, escondida dos trabalhadores, às 17 horas. Somente o PT, PCdoB e PSTU foram avisados do local e hora para eleição de delegados, como neste horário ainda havia muitos trabalhadores em serviço, a direção da ECT liberou alguns setores para legitimar a votação dos delegados do PT e PCdoB.

Em vários outros sindicatos controlados pelo PT e PCdoB sequer houve assembleia, sendo os delegados escolhidos pelo próprio presidente do sindicato.

Diante de tamanha fraude, a Corrente Ecetistas em Luta/PCO chamou a Oposição a protestar e não legitimar a fraude, questionando a validade do Congresso, exigindo a convocação de novas assembleias e nova data para o Congresso.

Diante da colaboração do PSTU e MRL/PT, o bloco majoritário da Fenect formado pelo PT/Articulação/MSB/ASS e PCdoB decidiu bancar a fraude, colocou catracas e contratou seguranças para o Congresso para impedir a entrada de trabalhadores, oficializando a farsa.

A função do congresso era a de fortalecer, com mudanças estatutárias, a ditadura da burocracia, em crise diante da revolta das bases.

Neste Congresso, a burocracia sindical da Fenect aprovou mudanças burocráticas no estatuto da Federação para diminuir ainda mais o poder dos trabalhadores nas decisões sobre os interesses da categoria. Reduziu de 2/3 para 50% mais 1 o número de sindicatos necessários para aprovar as propostas patronais nas campanhas salariais. Criou o Consin (Conselho de Sindicatos) da Fenect - constituído de um representante por sindicato, para eliminar a realização de Plenárias e Con-reps nas decisões a serem tomadas. Criou a Comissão permanente da Fenect, composta por sete diretores da federação para poder negociar com a empresa por fora das Comissões de negociação eleitas em Encontros Nacionais.

Foi neste Congresso, sem a participação da Corrente Ecetistas em Luta, que a burocracia da Fenect inaugurou a atuação do Bando dos Quatro (PT-PCdoB-PSTU-Psol), que nos anos de 2006 a 2009 vão se juntar para aprovar vários acordos, decisões contra os trabalhadores, como por exemplo o PCCS 2008 da escravidão, o Saldamento do Postalis, Banco de horas, aceitar o veto de Lula ao adicional de periculosidade dos carteiros, transformando esta luta em um adicional de produtividade, acordos salariais rebaixados etc.

A função da formação do Bando dos Quatro foi a de impedir o desenvolvimento de uma oposição classista nacional através do isolamento da corrente Ecetistas em Luta e do Sintect-MG. A função



do PSTU era a de legitimar as ações da direção majoritária com um discurso de aparência oposicionista e agrupar os setores que buscavam romper com a política da burocracia sindical. Por um período, conseguiram isolar a oposição classista, mas a sua política patronal iria colocar também o Bando dos Quatro em uma crise terminal e levá-lo à dissolução enquanto força coesa com uma política comum.

A viabilidade do Bando dos Quatro se deu por um único fator: a partir de 2003, a política de colaboração de classes do governo do PT e o seu controle sobre as organizações operárias permitiu reduzir e estrangular as greves de 2003, restritas a Correios, bancários e algumas poucas categorias e lançar uma política de controle da inflação, assegurando uma estabilidade econômica precária que durará até a crise internacional de 2008. Nessa conjuntura favorável, o Bando dos Quatro, uma vez mais conseguiu isolar a oposição classista.

Uma das iniciativas para o isolamento da oposição classista foi a criação, patrocinada pelo Diretor Regional de Minas Gerais e pelo PCdoB de uma oposição patronal, por meio de farta distribuição de dinheiro para a corrupção de ativistas, na base do Sintect-MG, a qual tentou, na Justiça, tomar o sindicato, sem qualquer resultado devido à ampla rejeição na base da categoria.

Esta política do Bando dos Quatro, aliada ao apoio ao Secretário Geral da Fentect daquele momento, Manoel Cantoara do PT/Articulação, que logo depois de entregar estes acordos, recebe um cargo na direção da ECT em Brasília, levou o Bando dos Quatro a uma crise que vai estourar no acordo Bianual de 2009.

Mas antes disso, a crise do Bando dos Quatro foi exposta no Congresso de 2009 da Fentect, em Guarapari (ES). Neste Congresso, o PSTU se juntou com o PCdoB para propor a desfiliação da Fentect da CUT, abrindo terreno para que os sindicatos de São Paulo e do Rio de Janeiro se filiassem à CTB – a pseudo central sindical do PCdoB, um mero aparato eleitoral.

O objetivo do PSTU e do PCdoB com a tentativa de formação deste bloco era o de colocar em marcha uma operação demagógica no sentido de se apresentar como bloco de oposição ao governo, para conseguir maior liberdade de movimento, para manipular e derrotar as lutas dos trabalhadores sob a cobertura de uma fachada de independência da direção da empresa, política que está sendo relançada neste momento por meio da tentativa de romper com a Fentect da parte de ambos componentes do bloco.

Ao ser combatido no Plenário pela corrente Ecetistas em Luta/PCO, demonstrando que a política do PSTU era só a de dar cobertura de esquerda para os planos burocráticos do PCdoB, ou seja, para a criação de uma força patronal camouflada, estabeleceu-se uma crise na bancada do PSTU/Conlutas. Já a bancada do PT se afastou do seu maior aliado, o PCdoB, criando rachaduras no núcleo duro (PT - PCdoB) do Bando dos Quatro. Diante das contradições impostas para o bloco direitista, para reestabelecer a aliança PT/Articulação e PCdoB, o Congresso ficou congelado por dois dias sem discussões em plenário, para que as lideranças do PT e PCdoB pudessem restabelecer suas bancadas, o que só foi possível com a vinda de dirigentes políticos destes partidos, diretamente ligados ao governo e a direção da ECT, trazendo na mala cargos para distribuir aos dissidentes partidários da política patronal. Foi recomposto o bloco PT-PCdoB, completamente enfraquecido.

Restabelecido um acordo, o Congresso retornou no último dia, apenas para votar a Comissão de negociação e a nova direção da Fentect.



O Bando dos Quatro mostrava sua fratura exposta, que transformaria em uma agonia no fraudado acordo bianual do mesmo ano, logo após este Congresso.

#### **6) O acordo bianual aprofunda a crise da burocracia**

A campanha salarial começou para burocracia como nos anos anteriores, tendo maioria no Comando de negociação, com o PCdoB exercendo a função de cão de guarda dos interesses da ECT. Com destaque para os sindicalistas do Rio de Janeiro, Ronaldo Martins, vulgo Ronaldão, assinando todas as atas que a direção da ECT propunha nas reuniões de negociação salarial.

No entanto, os trabalhadores da base já sem confiança alguma depois das diversas traições do Bando dos Quatro, como o acordo do PCCS da escravidão, estavam preparados para recusar qualquer proposta rebaixada defendida pelos pelegos da maioria da direção da Fentect.

Sem perceber isso, a direção da ECT, para cobrar a fatura de ter dado um cargo ao secretário geral da Fentect e líder do Bando dos Quatro, Manoel Cantoara, exigiu que a burocracia da Fentect assinasse um acordo com validade por dois anos, o Acordo Bianual que correspondia à política de contenção de despesas do governo, aplicada em vários sindicatos.

A oposição Ecetistas em Luta liderou a denúncia do acordo bianual, apresentado pelo Bando dos Quatro em um primeiro momento como uma “conquista”. O próprio PSTU havia aprovado acordos semelhantes em outras bases sindicais.

Os trabalhadores em vários sindicatos dos Correios rejeitaram o acordo bianual e saíram em greve contra mais este ataque à categoria, o que obrigou o PSTU, MRL e setores da ASS a se afastar da ala direita do Bando dos Quatro, PT e PCdoB. Deixando o PT/Articulação e PCdoB em minoria no Comando de Negociação da Fentect, situação inédita nas negociações das campanhas salariais desde 2003 e um sinal claro da crise terminal da burocracia.

Diante da impossibilidade de assinar o acordo sem passar por cima da vontade dos trabalhadores, a direção da ECT exigiu que o PT/Articulação e PCdoB fraudassem as assembleias de TO e MT e assinassem o acordo de forma fraudulenta mesmo sendo minoria da Comissão de Negociação.

### **VI - 5º Etapa**

#### **1) Sem opções para a burocracia: a formação do Bloco dos 17**

Diante da fraude, 17 sindicatos do país se reuniram e formaram o Bloco dos 17 sindicatos contrários ao fraudado acordo bianual.

Esta formação política que tinha em seu interior a corrente Ecetistas em Luta/PCO, o PSTU, MRL/PT e setores da ASS/PT, estabeleceu reuniões regulares para anular o fraudado acordo bianual e expulsar na luta os traidores da categoria. Foi elaborado pela corrente Ecetistas em Luta um processo judicial para impugnar na Justiça o acordo, utilizando o peso de quase 50% dos sindicatos da Federação.

O PSTU que foi obrigado pela força do movimento a se integrar ao Bloco, já na primeira reunião



apresentou a proposta divisionista e salvadora para o PT e PCdoB, a de romper imediatamente com a Fentect e formar uma nova Federação, abandonando a luta no interior da Fentect, no exato momento em que o PT e o PCdoB tinham decretado sua morte no movimento sindical dos Correios.

Esta política já estava indicando o caráter terminal da crise da burocracia, que já não conseguia controlar mais o movimento pelos métodos habituais e necessitava da divisão do movimento nacional para enfraquecer os trabalhadores.

Por diversas vezes essa política foi derrotada no interior do Bloco dos 17 sindicatos, mas não satisfeitos, atuavam para desmoralizar o Bloco e toda atividade oposicionista, até que conseguiram acabar com a credibilidade do Bloco ao levarem o MRL e formar uma chapa com eles e um dos principais articuladores do Acordo Bianual, José Rivaldo, vulgo Talibã, secretário geral da Fentect, do PT, para eleição do Sindicato dos Correios da Grande São Paulo, chapa esta dominada pela Articulação.

A desmoralização foi tamanha, que o PCdoB, colocado no sindicato de São Paulo em 2008 por uma fraude eleitoral, em que havia articulado a assinatura do acordo no Comando de Negociação, por meio da Intervenção do Estado, ganhou as eleições para direção do Sintect-SP de 2011 dizendo que a chapa do PSTU/MRL e Talibã era a chapa do Acordo Bianual.

Esta iniciativa liquidou o Bloco dos 17 como força oposicionista ao acordo bianual e desmoralizou completamente a luta contra o acordo bianual. Não era possível manter o bloco se um dos seus integrantes fazia, no principal sindicato do país, um acordo com não apenas o partido, o PT, mas a pessoa, o secretário-geral da Fentect, o “Talibã”, que representava a imposição do acordo bianual aos trabalhadores.

A ausência de campanha salarial no ano seguinte promoveu a depressão do movimento temporariamente, o que permitiu ao PSTU aliciar, por meio de intrigas alguns sindicatos menores para a formação de uma federação paralela, excluindo o PCO. Juntamente com isso, e com base na desmoralização da luta contra o acordo bianual, que neutralizava temporariamente a pressão da bases da burocracia, a direção da empresa corrompeu alguns dos principais dirigentes de uma das alas do bloco, como Nilson do Carmo, presidente do Sindicato do Paraná, Sandra Martins diretora do Sindicato de Goiás, Maurício Rosa, do MRL de Santa Catarina do bloco oposicionista, o que levou à sua liquidação final, recolocando-se, sobre novas bases o isolamento da política classista.

## **2) Tentativa de formar novamente o Bando dos Quatro**

Com isso, o PT e PCdoB buscaram novamente formar o Bando dos Quatro, impugnando 4 delegados da corrente Ecetistas em Luta/PCO do Conrep de 2011, para entregá-los a oposição patronal do PCdoB e da oposição patronal de Minas Gerais. O acordo foi fechado com todas as forças políticas (PT-PCdoB, PSTU e PSOL), mas o Bando dos Quatro não contava que a corrente Ecetistas em Luta iria reagir a este abuso, e o Conrep acabou em um confronto físico com a bancada patronal do PCdoB, liderada pelo traidor do acordo Bianual, “Ronaldão” do PCdoB.

A crise mostrou com muita clareza o colapso da burocracia sindical e a sua falta de força para conter o movimento dos trabalhadores com os seus habituais métodos burocráticos e manobras.

Como já não sabia mais o que fazer, o Bando dos quatro se reuniu, entregou a direção do Conrep



para Geraldinho do PSTU e votaram pela expulsão de todos os delegados da Corrente Ecetistas em Luta, uma decisão de abuso extremo, uma vez que expulsaram todas as pessoas que tivessem vínculos políticos com a Corrente Ecetistas em Luta e com o PCO, independentemente de ter participado do confrontamento em plenário. Os militantes do PCdoB que participaram do confrontamento logicamente não foram punidos. Ficava claro que a medida sequer contava com nenhum disfarce estatutário, mas visava apenas excluir a corrente de oposição da deliberação da campanha salarial e do Comando de Negociação para evitar a repetição da crise de 2009.

Como tornou-se habitual, não houve qualquer protesto da base da pseudo oposição formada em torno do PSTU contra este atentado extremo contra a democracia operária.

Mais uma vez o Bando dos Quatro não avaliou a revolta que os trabalhadores manifestavam contra as traições defendidas por estes sindicalistas e na campanha salarial, os trabalhadores de todos os Estados encheram as assembleias e entraram em greve com a decisão de que os sindicalistas do Bando dos Quatro não iriam conseguir quebrar o movimento.

A greve foi crescendo na mesma medida em que a direção da ECT e o governo petista de Dilma Rousseff não aceitavam negociar. Com o impasse nas negociações, a corrente Ecetistas em Luta lançou a proposta de caravanas para Brasília, ganhando a adesão dos trabalhadores, mas sendo boicotada pelas direções sindicais do Bando dos Quatro.

Depois de duas Caravanas de ônibus dos trabalhadores de Minas Gerais e Campinas, as direções de alguns sindicatos foram obrigados a organizarem a ida com os trabalhadores para Brasília, e a terceira e última caravana se deu justamente no dia da audiência de conciliação do dissídio da categoria no TST.

Neste dia, com mais de três mil trabalhadores à frente do TST - Tribunal Superior do Trabalho, a Comissão de negociação da Fenect, formada pelo Bando dos Quatro, participou da audiência para aceitar a proposta patronal e tentar com isso quebrar a greve da categoria, no entanto, eles não esperavam que os trabalhadores reunidos enfrente ao TST exigissem a reprovação da proposta. Com isso, os trabalhadores em todos os Estados sequer permitiriam que houvesse a defesa da proposta pelos pelegos do Bando dos Quatro.

Em São Paulo, os dirigentes sindicais do PCdoB, que iriam defender a proposta, trouxeram mais de cinquenta bate-paus para garantir que a proposta fosse aceita, no entanto, os mais de 4 mil trabalhadores presentes a assembleia rejeitaram que a diretoria mafiosa (Divisa, Peixe e Silvana) do sindicato sequer lessem a proposta.

Pela primeira vez os 35 sindicatos do país permaneciam em greve há mais de 20 dias passando por cima das manobras das direções sindicais pelegas desses sindicatos.

Os sindicalistas do Bando dos Quatro só conseguiram se salvar diante da intervenção direta do Governo Federal, que exigiu que os juízes biônicos do TST fizessem um julgamento político da greve e determinasse a volta imediata dos trabalhadores, com o pagamento dos dias parados e multa aos sindicatos.

Diante da derrota que já haviam sofrido dos trabalhadores, os sindicalistas do Bando dos Quatro simplesmente se juntaram aos juízes e orientaram a categoria a retornarem ao trabalho sem sequer realizarem assembleia para decidir a questão. A falta de experiência da categoria, a levou



a ficar sem reação diante da manobra dos sindicalistas do PT, PCdoB e da federação anã que organizaram a debandada dos trabalhadores por fora das assembleias gerais.

Somente os sindicatos de Minas Gerais e Campinas fizeram assembleia e levaram a paralisação por mais um dia, suspendendo o movimento após amplo debate com a base.

## VII - 6º Etapa

### **1) A derradeira tentativa de sobrevivência da burocracia: destruir a Fentect e o movimento nacional dos trabalhadores dos Correios**

Crise terminal da Burocracia, incapaz de se sustentar nos sindicatos e acuada pelo movimento nacional, leva à política de destruição da Fentect, ou seja, de destruição do movimento nacional para enfraquecer os trabalhadores e fortalecer a burocracia agonizante.

A derrota que os trabalhadores tiveram na greve de 28 dias, levou a burocracia da Fentect a perder completamente a credibilidade perante os trabalhadores, principalmente as diretorias dos Sindicatos de São Paulo e Rio de Janeiro, controlados pelo PCdoB. Mais ainda a perder o controle sobre os trabalhadores a partir do aparelho burocrático.

Aliado ao fato de que uma nova leva de dirigentes sindicais do PT está sendo comprada pela direção da ECT - com cargos e que dirigentes sindicais do PCdoB estão saindo desse partido e indo para o PT, uma vez que é visível a crise do PCdoB em suas relações com a direção da ECT, pelo fato de que o PMDB, seu eterno padrinho, perde espaço dentro da ECT para a burocracia do PT -, o PCdoB já não é mais capaz de suportar a pressão das bases operárias tanto dos sindicatos dirigidos por ele como do movimento nacional.

Esta situação levou o PCdoB a decidir se salvar da crise e sair da Fentect e formar sua própria Federação para não serem engolidos pelo PT e pela briga que existe entre o PT e outros partidos que são seus aliados, como o PMDB, na luta pelo controle da direção da ECT. Isto mostra que a política do PSTU de aliança com o PCdoB e de formação de uma minúscula federação nada mais eram que um prenúncio, um esboço da solução inevitável buscada pela burocracia para a sua crise. Incapacitada de controlar o movimento nacional, a burocracia busca destruí-lo para enfraquecer os trabalhadores revoltados e controla-los novamente.

Em março de 2012, o sindicato do Rio de Janeiro e o sindicato de São Paulo, controlados pelo PCdoB, outrora o maior aliado ao PT/Articulação anunciou que não iriam participar do Congresso da Fentect e ainda se desfiliar da Federação, dividindo nacionalmente o movimento dos trabalhadores dos Correios.

Para trair a categoria e dificultar a organização nacional dos trabalhadores, o PCdoB se juntaria aos pelegos de Bauru, herdeiros do pelego Chico de Bauru, ressuscitando a Findect, Federação pelega, criada pela empresa para combater a Fentect no início do movimento.

### **2) O PSTU e sua Federação anã: um discurso de esquerda para encobrir a traição aos trabalhadores**



O PSTU procurou desmoralizar o bloco dos 17, pregando a divisão da categoria e o racha com a Fentect, até conseguir destruir qualquer ideia de oposição ao Acordo Bianual. Com isso dividiu a oposição em São Paulo, dando maioria ao Bloco da Articulação na composição da chapa com o pai do Acordo Bianual, José Rivaldo, vulgo “Talibã” e colocou em prática seu projeto de retirar da Fentect os sindicatos de oposição, formando um Bloco de seis sindicatos pequenos para formar uma Federação Anã, (a FNTC).

Sem ter concordância entre os sindicatos que compõem a Federação anã, o PSTU vinha, propositalmente, levando uma política dúbia com seus aliados, dizendo que estavam propondo um bloco de oposição aos pelegos da direção da Fentect, esperando o momento ideal para rachar e formar a sua própria Federação a fim de dar prosseguimento à política de cargos e privilégios aos seus sindicalistas em fim de carreira, “Geraldinho”, Heitor, “Jacaré”, Barbosa, “Jacozinho” etc.

No entanto, a saída do PCdoB da Fentect, principal aliado do PT no interior da burocracia sindical da Federação, roubou a camuflagem do PSTU e a estragou, já que o PCdoB desmascarou completamente a sua política de ruptura, mostrando que até os maiores traidores e pelegos podem utilizá-la para enganar e traír a categoria, usando o discurso supostamente oposicionista para defender a mais desbragada luta por cargos, privilégios e o divisionismo estimulado diretamente pela direção da ECT. Segundo o PCdoB, a ruptura se dá porque a Fentect é muito pelega!!! O PSTU ainda tentou comicamente apresentar o PCdoB como rompendo com o governo, não conseguindo convencer nem mesmo os seus aliados!

Diante disso, o PSTU resolveu passar por cima de seus aliados e forçar a ruptura imediata com a Fentect, para enfraquecer o Bloco de oposição e colocar em marcha uma clara defesa da divisão operada pelo PCdoB, o que já sinaliza qual o real objetivo do racha defendido pelo PSTU.

Como salvar também o PT/Articulação que perdeu seu principal aliado no controle da Fentect e terá de enfrentar uma bancada oposicionista no próximo Congresso que poderá aprofundar ainda mais a sua crise e sua derrocada no interior do movimento dos trabalhadores dos Correios? A divisão da Fentect e do movimento nacional é a derradeira tentativa de sobrevivência dos trabalhadores e um meio para permitir que os chefes da ECT dominem os sindicatos. A divisão não é contra o PT, embora os seus interesses de se apresentar dentro da empresa como uma poderosa força na base dos sindicatos fica prejudicado com a divisão, mas uma manobra para tentar resgatar a burocracia em seu conjunto da sua crise terminal, enfraquecendo os trabalhadores. A federação projetada pelo PSTU é uma verdadeira nulidade política, com menos de 7% dos trabalhadores da base. A própria iniciativa do PCdoB, embora aparente ser uma iniciativa poderosa por deter a direção dos dois principais sindicatos do País é também frágil uma vez que carece totalmente de apoio dos trabalhadores e, mais, aprofunda a oposição dos trabalhadores às direções do PCdoB.

### **3) Propostas para a reorganização da Fentect**

- Criar imediatamente uma subsede da Fentect na base do Sintect-SP e do Sintect-RJ para disputar a base com as direções falidas;
- Aumentar o número de diretores da Fentect para 30 membros efetivos;
- Realização do congresso da Fentect no máximo a cada 2 anos, como era antes de 2006.
- Plenárias deliberativas da Fentect com delegados eleitos em assembléias na proporção de 1 delegado para cada 800 trabalhadores
- Conrep com eleição de delegados em assembléia na proporção de 1 delegado para cada 400 trabalhadores



- Realização do Contect com delegados eleitos na proporção de 200 trabalhadores para cada delegado;
- Permissão de que qualquer trabalhador da base possa participar como observador;
- Reduzir o prazo máximo de realização dos Conreps para quatro meses;
- Aumentar o número de delegados nos Conreps, na mesma proporção do Contect;
- Transformar o Consin em organismo consultivo.

**Terceira Parte**  
**Pauta Nacional de Reivindicações 2012-2013**  
**Manutenção de todas as conquistas garantidas**  
**em acordos anteriores**  
**I - Cláusulas econômicas**

**a) Reajuste salarial**

Reajuste integral das perdas salariais mais aumento real de 20% (vinte por cento), incidindo sobre os salários a partir de 1º de agosto de 2012 a 31 de dezembro de 2013.

Gatilho salarial em favor dos empregados da categoria toda vez que a inflação atingir 5% (cinco por cento);

piso salarial de R\$3.000,00 (três mil reais), reajustados automaticamente de acordo com os percentuais da alínea a;

incorporação nos salários dos trabalhadores de toda a inflação de planos econômicos anteriores; isonomia salarial para todos os empregados;

pagamento de adicionais de penosidade, periculosidade e insalubridade para os profissionais das áreas operacionais e administrativas, que estejam expostos e/ou submetidos a condições penosas, perigosas e insalubres, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o salário;

correção da defasagem, incorporação e equiparação do adicional (diferencial) de mercado, pelo seu maior valor, a todos os empregados;

a ECT concederá a título de Progressão Horizontal por Antigüidade 7 (sete) STEP's em cumprimento ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS de 1995;

correção da defasagem de todas as gratificações de funções aos trabalhadores;

incorporação de todos os proventos, vantagens e benefícios no código salário dos trabalhadores quando faltar ao mesmo cinco anos para se aposentar.

**b) Anuênio**

Anuênio de 2%, retroativo à data de criação da empresa (20/03/69) a todos os seus empregados. A



vantagem prevista nesta cláusula não gera prejuízo a direito consolidado e cada novo anuênio será pago no mês em que o empregado completar mais um ano de casa. Esse direito será estendido aos demitidos e anistiados, corrigidamente.

**c) Gratificação de quebra - de - caixa**

Quebra de caixa equiparada aos trabalhadores do Banco do Brasil para todos os Atendentes Comerciais.

Seguro mensal no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para cobrir eventuais prejuízos no atendimento nas ACs, e UD,s extensivos aos Carteiros, OTT's da área operacional que trabalhem com SEDEX, Cartão de Crédito, Talão de Cheques, encomendas e no setor de registrados.

**d) Horas extras**

Fim das Horas extras e imediata contratação de 30 (trinta) mil trabalhadores para dar conta da demanda existente.

A ECT somente convocará os empregados para realizarem horas extras em caso de real necessidade, com planejamento prévio, discutido com o sindicato e os representantes/delegados sindicais e por intermédio de reuniões específicas, sendo que o funcionário deverá ser comunicado com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

O valor de cada hora extra diurna será de 250% sobre o valor da hora normal e será paga todo dia 15 de cada mês. A hora extra noturna será acrescida do adicional de hora extra (250%) mais o adicional noturno de 100% (cem por cento) cumulativamente.

As horas extras integrarão, pela sua média, a remuneração de férias, 13º salário, repouso semanal, aviso prévio e gratificação de férias.

As horas e/ou frações de hora que o empregado foi oficialmente liberado não poderão ser compensadas com as horas extras trabalhadas em outros dias.

**e) Trabalho nos fins de semana e feriado**

A ECT abolirá os trabalhos aos sábados e incorporará os 15% (quinze por cento) desse direito adquirido aos salários de todos os empregados, independentemente do tempo de serviço trabalhado ou não aos sábados.

A ECT pagará aos seus empregados convocados para trabalhar no sábado, domingo ou feriado, desde que eles expressamente concordem com a convocação, remuneração 250% (duzentos e cinquenta por cento) superior à da hora normal, além dos vales-refeição/alimentação e transporte.

A chefia imediata do trabalhador deverá acatar a opção do mesmo sem prejuízo das vantagens acima mencionadas, por duas folgas em data por ele escolhida.

**f) Gratificação isonômica de função**

A ECT concederá e pagará aos trabalhadores que ocupam a função de motorista operacional,



carteiro motorizado, motociclista, ciclista, operador de carrinho tracionado (eco-cargo) para distribuição e operador de empilhadeiras e quem trabalhe no setor de registrados, gratificação isonômica pelo maior valor daquela paga ao supervisor operacional, em todo território brasileiro.

A classificação de todos os carteiros motorizados para motorista e motociclistas.

A ECT pagará percentual de função para os trabalhadores, motociclistas e motoristas que não estejam na função independentemente dos dias trabalhados.

Os trabalhadores que forem aprovados no Sistema Motorizado terão sua habilitação custeada pela ECT.

O trabalhador que estiver afastado, por restrições médicas, problemas de saúde ou por qualquer motivo e retornar ao serviço não perderá a função.

Incorporação no salário das gratificações após 6 (seis) meses de exercício da função.

#### ***g) Trabalhador OTT***

O Operador de Triagem e Transbordos terá equiparação de salários e benefícios com os Carteiros, bem como, será fornecido a eles condições e uniformes adequados de trabalho.

Será dado aos OTT's, condições de higiene de malas e caixetas; organização de bancadas e ferramentas para o trabalho; proibição de trabalho contínuo e em pé; definição de peso máximo para malas, malotes e caixetas por eles manuseados.

#### ***h) Banco postal***

Correio não é banco. Não ao Banco Postal. Enquanto mantêm-se a atividade banco postal, a ECT pagará, além do quebra de caixa, uma remuneração adicional no valor de um salário base a todos os atendentes que trabalham com o Banco Postal.

Pagamento da periculosidade a todos os funcionários das agências.

Seguro de vida pela ECT para todos os funcionários e seus dependentes legais.

Garantia de condições necessárias de trabalho, com prevenção, à segurança dos trabalhadores em todas as agências.

Exigência do cumprimento do contrato com o Banco do Brasil no que se refere ao recolhimento dos valores da agência.

Os trabalhadores Ecetistas do Banco Postal terão sua jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, igual à jornada dos bancários, que atenda os 15 (quinze) minutos de descanso.

Que a ECT forneça todos os documentos referentes ao contrato do Banco Postal aos sindicatos e à FENTECT, para análise dos trabalhadores afim de esclarecimentos à categoria.



### i) Não à terceirização

Fim da terceirização, encampação dos terceirizados nos quadros da ECT e imediata abertura de vagas para contratação através de concurso público.

### j) Participação nos lucros e resultados (PLR) da empresa

A ECT pagará a todos os trabalhadores a PLR, conforme lucros ou resultados obtidos, acrescidos de um abono de cinco salários mínimos.

Que a empresa constitua uma comissão de trabalhadores eleitos pela FENTECT, para levantar o lucro da ECT, através do controle mensal de objetos manipulados; verificação dos contratos com os médios e grandes clientes e gastos com fornecedores e despesas gerais.

Que a PLR seja igual para todos os trabalhadores e desvinculada do GCR.

Que esta PLR seja incorporada aos salários.

As negociações sobre o pagamento da PLR, se dará logo após a ECT apresentar os resultados do trabalho feita pela categoria, ou seja: no início do ano.

Abertura das contas da Empresa à Comissão eleita pelos trabalhadores.

## II - Benefícios

### a) Vale refeição/ alimentação

A ECT manterá a entrega de 30 (trinta) vales-refeição/alimentação, gratuitamente em crédito no Cartão Magnético, no último dia útil da primeira quinzena de cada mês cujo valor facial será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) com reajuste mensal de acordo com a inflação. Este benefício será concedido aos empregados afastados por auxílio doença/acidente de trabalho por prazo indeterminado, por licença gestante, que estejam de férias, aposentados e pensionistas.

A ECT concederá, gratuitamente, vale café da manhã no valor de R\$ 10,00 (dez reais) a todos os seus empregados para cada dia trabalhado.

A ECT fornecerá o 13º (décimo terceiro) bloco de ticket's até 15 de dezembro..

A ECT concederá o vale-alimentação/refeição nas férias de seus empregados, que será entregue no último dia útil do mês que antecede ao gozo de férias do empregado.

Aos empregados afastados por doença está garantido o pagamento integral do auxílio alimentação/refeição.

### b) Cesta básica

A ECT fornecerá gratuitamente a seus trabalhadores cesta básica ou em cartão magnético de



acordo com a opção do trabalhador. A cesta corresponderá a 50 (cinqüenta) kg de alimentos de boa qualidade, extensivo aos aposentados e pensionistas, afastados por auxílio doença ou acidente de trabalho por tempo indeterminado e empregados em férias, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), aplicando-se o reajuste do aumento das mercadorias da mesma.

O fornecimento e a distribuição das cestas, bem como seus produtos, serão regionalizados pela região operacional, não podendo no entanto, haver alteração no peso correspondente.

A ECT entregará a cesta no domicílio do empregado sem ônus para este.

Cabe as representações dos empregados a avaliação da qualidade e conteúdo dos produtos que compõem a cesta e, em caso de reclamação, encaminharão à ECT para que tome as providências. É dever da ECT zelar para que chegue à mesa do empregado Ecetista produtos de boa qualidade.

Os sindicatos passarão para cada DR uma lista contendo 3 (três) marcas para cada tipo de produto que compõe a cesta básica.

A empresa deverá fornecer uma cesta básica no aniversário do empregado.

#### *c) Auxílio-creche*

O auxílio-creche será pago mensalmente a todos empregados (as) pela ECT, até o último mês do ano que o dependente legal completar 14 (quatorze) anos de idade. O auxílio será reajustado mensalmente para manter-se as condições de atendimento devido a desgastes econômicos.

O valor do auxílio creche será de R\$ 500,00 (quinhentos e oitenta reais), sendo reajustado mensalmente, para manter-se as condições de atendimento devido ao desgaste econômico.

O empregado (a) poderá fazer a opção pelo auxílio babá mediante comprovação através da Carteira de Trabalho devidamente assinada.

Quando o beneficiário completar 14 (quatorze) anos e 1 (um) mês de idade o auxílio creche será transformado em auxílio educação que será pago até os 18 (dezoito) anos de idade.

A ECT compromete-se a pagar o auxílio até a construção das creches nos locais de trabalho para os filhos de todos seus empregados.

A ECT assegurará ao trabalhador 8 (oito) liberações no ano para fins de comparecimento a reunião escolar de seus filhos.

O direito é extensivo à empregada em gozo de licença-gestante e/ou acidente de trabalho e ainda a todo aquele licenciado em geral.

Ficam asseguradas aos dirigentes sindicais, representantes e delegados sindicais, e aos seus dependentes durante liberação com ou sem ônus para os sindicatos, as garantias que constam nesta cláusula.

#### *d) Auxílio-casa própria*



A ECT garantirá os procedimentos administrativos para o financiamento da casa própria de seus empregados, mantendo um setor permanente, encarregado de recolher os documentos necessários para dar entrada junto ao Sistema Financeiro de Habitação, a ECT sendo fiadora, mesmo com restrição de crédito, uma vez que o salário da maioria deles não é suficiente para aprovação do cadastro junto as instituições de financiamento, custeando o valor de um e meio salário mínimo, a título de auxílio-casa própria.

A ECT promoverá em conjunto ou em parceria com o Ministério das Cidades, POSTALIS e CEF um programa Habitacional visando atender com Casa Própria todos os servidores sem teto, além do auxílio da casa própria.

A ECT doará para os trabalhadores Ecetistas terrenos para construção de complexos habitacionais.

#### **e) Auxílio educação aos trabalhadores e seus dependentes**

A ECT reembolsará a seus empregados, mensalmente, a título de auxílio educação, as despesas decorrentes de sua manutenção e/ou a de filhos e demais dependentes, em estabelecimentos de ensinos de primeiros, segundos e terceiros graus.

#### **f) Assistência médica/ hospitalar/odontológica**

A ECT ampliará junto à rede particular o Serviço de Assistência Médico-Hospitalar, odontológica (ortodontia etc), psiquiátrica, fonoaudióloga, psicóloga, dentre outras especialidades, estendendo este benefício aos cônjuges, companheiros, dependentes de qualquer idade, aposentados, independente da aposentadoria e pensionistas, gratuitamente, e para cadastramento dos aposentados, afastados por demissão voluntária ou demissão sem justa causa.

A ECT arcará com cirurgias corretivas e reparadoras de ortodontia (próteses, blocos e canais) e também de queimaduras de 3º grau e de estética, fonoaudiologia e tratamento gratuito para os trabalhadores, dependentes, aposentados e inativos de todas as Diretorias Regionais.

A ECT estabelecerá convênios com clínicas especializadas para empregados e dependentes que tenham a saúde prejudicada por falta de aparelhos e os fornecerá gratuitamente como: audição, visão, fala etc.

No caso de falecimento do empregado, o benefício da assistência médico-hospitalar e odontológica será assegurado por prazo indeterminado, e de forma totalmente gratuita, aos dependentes legais, pensionistas e aposentados.

A ECT concederá auxílio-funeral no valor maior para o caso de falecimento de empregado e seus dependentes legais.

A ECT fará convênio com o INSS para que os benefícios previdenciários sejam pagos pela empresa a todos os empregados afastados para tratamento de saúde, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste ACT.

Fica assegurado ao dirigente, representante e delegado Sindical e seus dependentes, durante a liberação com ônus para os sindicatos, as garantias que constam desta cláusula.



Manutenção da assistência médica para todos os empregados lesionados e afastados com problemas de saúde, bem como aos seus dependentes por tempo indeterminado

Substituição das guias de consultas ou de exames médicos por cartões magnéticos.

A ECT aumentará o atual limite para 3 salários mínimos para adesão dos pais como dependentes no sistema de saúde da ECT, sem limite de idade.

Não haverá mais o compartilhamento de despesas médicas e odontológicas, por parte do trabalhador, a partir de 01/08/2012.

A ECT fornecerá medicamento gratuito e vale transporte ao empregado, vítima de acidente de trabalho e doença ocupacional em tratamento.

Volta dos ambulatórios médicos regionais que foram fechados, sendo que os laboratórios odontológicos da ECT devem ser equipados e possam oferecer todos os tratamentos dentários sem ônus para o empregado.

Que a ECT garanta a operação de laqueadura e vasectomia, quando as conveniadas assim desejar, sem nenhuma restrição.

A ECT garantirá cirurgia de correção visual a seus trabalhadores e dependentes, sempre que for solicitada pelo Oftalmologista.

Até que seja implantado o cartão magnético, todas as guias médicas necessárias ao atendimento preventivo e/ou curativo, deverão estar à disposição dos trabalhadores e de seus dependentes nas unidades e/ou postos de saúde, nos municípios onde os mesmos exercem suas respectivas funções. Fica vedada a interferência do GRH ou outros setores da ECT no que diz respeito à limitação de emissão de guias a quem necessitar

***g) Auxílio para os empregados dependentes de cuidados especiais e seus filhos enteados e tutelados.***

A partir da data vigente deste acordo, a ECT pagará auxílio a seus empregados e aposentados dependentes de cuidados especiais/excepcionais e aos filhos, enteados e tutelados dos empregados que tenham necessidades dos cuidados especiais/excepcionais, sem qualquer limite de idade, para cobrir todas as despesas das instituições escolares, clínicas especializadas, medicamentos, todos os serviços prestados, e despesas com alimentação especial, etc, mediante apresentação de laudo médico.

O direito previsto nesta cláusula é extensivo a filhos adotivos, enteados(as) e tutelados(as) que estejam sob a dependência do empregado(a), aposentados.

A ECT credenciará fonoaudiólogos e psicólogos junto à sua assistência médica, com vistas ao atendimento dos filhos portadores de necessidades especiais, independente dos pareceres de seus médicos. Após a aposentadoria ou morte do funcionário, deverá ser mantido o auxílio de necessidades especiais aos dependentes portadores de necessidades.

O reembolso será mantido mesmo quando os respectivos empregados se encontrarem em licença



médica.

A ECT concederá redução de 50% da jornada de trabalho aos empregados cujos filhos, enteados e tutelados, dependam de cuidados especiais.

#### ***h) Gratificação de férias***

A ECT concederá a todos os empregados gratificação de férias no valor de 70% (setenta por cento) da remuneração vigente, estando incluído neste percentual o previsto no Inciso XVII do artigo 7º (sétimo) da Constituição Federal, assegurados os direitos anteriormente adquiridos pelos empregados. § 1º - No caso de a concessão de férias ocorrer em dois períodos, a gratificação de férias será paga proporcionalmente a cada período. § 2º - A vantagem prevista nesta cláusula não gera direitos em relação a pagamentos pretéritos.

Empregados afastados por auxílio doença

A ECT garantirá o salário e todos os benefícios ficam garantidos enquanto durar a divergência sobre a alta entre a ECT e o INSS.

### ***III - Saúde do trabalhador***

#### ***a) CIPA***

A ECT realizará eleições da CIPA em todas as suas unidades na proporção de 1 (um) cipeiro para cada 20 (vinte) empregados. A eleição será direta para todos os membros, inclusive presidente, vice-presidente e secretário. Nos locais de trabalho com menos de 20 trabalhadores, será assegurada a eleição de um representante da CIPA.

A eleição para a CIPA será convocada 90 (noventa) dias antes do término do mandato e realizada com antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias do seu término. Os sindicatos dos trabalhadores deverão receber notificação do edital de convocação para eleição da CIPA e participar de todo o processo eleitoral. Em caso de mobilização sindical (greve) a eleição ficará suspensa.

Aos cipeiros será garantida 1 (uma) liberação por semana, para o desenvolvimento de suas atividades (ida aos locais de trabalho, elaboração de mapa de risco, reuniões, etc.).

A ECT fornecerá aos sindicatos todas as atas de todas as reuniões das CIPAS, 5(cinco) dias após a sua lavratura.

A empresa colocará em seus quadros de avisos, nos diversos locais de trabalho, todas as informações sobre os riscos a que estão submetidos os empregados e as medidas que estão sendo adotadas para a prevenção de acidentes, incidentes e doenças ocupacionais.

As bicicletas deverão conter adaptador de garrafa para água ou bebida energética distribuída pela ECT.

A ECT fica obrigada anualmente a garantir que os sindicatos realizem cursos relativos à CIPA aos



empregados eleitos e reeleitos, titulares e suplentes para o exercício do mandato.

A ECT obriga-se a fornecer qualquer documentação solicitada pelos Cipeiros. Caso o documento solicitado não faça parte dos documentos básicos, a mesma obriga-se a solicitá-los aos órgãos competentes.

A reunião extraordinária poderá ser convocada pelo membro titular ou suplente da CIPA, não podendo haver veto de qualquer integrante da mesma.

A ECT garantirá a visita do médico do trabalho acompanhado dos cipeiros e Diretores Sindicais em todos os locais de trabalho uma vez por mês para verificar as condições de riscos de setor.

A CIPA participará de todos os estudos de compra de EPI's e EPC's a que o trabalhador dê avaliação, após teste adequado antes da compra.

A ECT permitirá a liberação do Cipeiro para participar de cursos externos, seminários, simpósios etc, para que os mesmos se atualizem nos assuntos referentes à área de segurança e saúde do trabalhador. Quando o Cipeiro for convocado para reunião da CIPA, em horário diferente de sua jornada de trabalho fará jus ao abono das horas em que participou da reunião.

É facultativo a todos os trabalhadores Motoqueiros, usarem os capacetes abertos ou fechados.

#### **b) Empregado portador do vírus hiv ou doenças crônicas**

Por solicitação e interesse do empregado portador do vírus HIV ou outras doenças crônicas degenerativas, a ECT promoverá o seu remanejamento para posição de trabalho que o ajude a preservar seu estado de saúde, sendo, também vedada a sua dispensa.

A ECT, quando solicitada pelo portador do vírus HIV ou outras doenças crônicas degenerativas, manterá o sigilo e autorizará a realização de todos exames necessários e fornecendo os medicamentos para tratamento da doença, sem restrição e sem ônus para o empregado.

A ECT assegurará ao trabalhador portador de dependência química todo acompanhamento psicológico, assistência social e tratamento clínico quando necessário.

A ECT garantirá a permanência de assistente social em cada REOP para melhor assistir o empregado e seus dependentes.

#### **c) Fornecimento de CAT/lisa**

A ECT emitirá a CAT nos casos de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho mesmo nos casos suspeitos, assim como em situações que possam gerar agravos à saúde dos empregados, assaltos, atividades esportivas e outros eventos promovidos pela Empresa, pela ARCO e pelos Sindicatos.

A ECT enviará aos sindicatos, 24 (vinte e quatro) horas após o acidente, cópia das CATs emitidas com os respectivos laudos médicos, devidamente preenchidos, para acompanhamento das entidades sindicais.



A ECT é obrigada a emitir a CAT pela chefia imediata a todos os trabalhadores que forem assaltados, mesmo quando não ocorram agressões físicas, devendo encaminhar esses trabalhadores para uma avaliação e tratamento psicológico.

#### *d) Itens operacionais de uso e proteção ao empregado*

A ECT fornecerá aos empregados, gratuitamente, uniformes de boa qualidade, de acordo com a região, adequados ao sexo e ao clima e testado previamente pelos trabalhadores.

Aos operadores de triagem e transbordo, motoristas e motociclistas será fornecido uniforme compatível com a função, de acordo com a NR-06.

A ECT fornecerá meias de pressão, joelheira e cinturão ergonômico para todos(as) carteiros(as), OTT's e Atendentes Comerciais.

A ECT assegurará: Luvas adequadas aos trabalhadores que manuseiam malas e caixetas; condições de higiene nas bancadas e ferramentas adequadas; proibição do trabalho em pé continuamente e definição do peso máximo das caixetas e malotes manuseados, conforme NR.

A ECT fornecerá aos carteiros(as) tênis providos de amortecedores com gel para proteção da coluna vertebral, bem como camisa de manga longa em malha especial e chapéu com aba a fim de aumentar a proteção à exposição solar a critério do trabalhador.

O uniforme, incluindo o calçado, será distribuído a cada 3 (três) meses, sendo que a bermuda, de uso opcional, será encaminhada para distribuição em todas as regiões no verão. Em caso de acidente o uniforme será reposto imediatamente.

Para o motoqueiro, o EPI será composto de no mínimo 2 peças de cada item (capacete para inverno/verão, luvas ¾, calça, jaqueta de couro, bota e macacão apropriado para motociclista), conforme NR 6.

A ECT fornecerá gratuitamente protetor solar n.60 e óculos de sol/grau para todos os trabalhadores que executam atividades externas de acordo com a NR 6 e interna, conforme orientação médica, com marca escolhida pelo trabalhador, além de guarda chuva e capas de chuva, de qualidade, aprovados por uma comissão de trabalhadores de cada sindicato.

A ECT fornecerá protetor auricular aos OTTs e demais trabalhadores que estão expostos ao barulho das máquinas de triagem, empilhadeiras etc.

A ECT deve fornecer máscaras para os trabalhadores que estão expostos à poeira ou fumaça.

A ECT deve promover cursos gratuitos, discutidos e controlados por uma comissão de trabalhadores, abertos a todos e amplamente divulgados entre os empregados para a operação de empilhadeiras e paleteiras elétricas. Somente empregados que tenham passado pelas etapas desse curso poderão operar esses equipamentos.

A ECT deve promover, através de uma comissão de trabalhadores, um estudo para resolver o problema dos OTTs de CTEs e CTCEs que trabalham na indução. Deve ser desenvolvido um aparelho que possibilite o trabalho sentado.



A ECT deve proibir a utilização de empilhadeiras em locais de muita movimentação de empregados. As áreas demarcadas e os limites de velocidade das empilhadeiras devem ser novamente estudadas para aumentar a segurança de todos.

Sob acompanhamento e opinião de cada sindicato, a ECT dará total orientação e treinamento aos empregados para o uso dos equipamentos de proteção individual e coletivo.

Todo EPI adquirido pela ECT deverá ter um parecer técnico da CIPA e do CESMT e de uma comissão composta por trabalhadores/usuários deste EPI, de cada sindicato.

A ECT garantirá o cumprimento do PPRA nos locais de trabalho pelo técnico de segurança do trabalho mensalmente.

A ECT promoverá campanhas de conscientização contra os perigos da exposição solar conforme modelo da OMS, realizando palestras com órgãos profissionais de combate ao câncer de pele e outras doenças de pele.

A ECT assegurará a manutenção e a substituição anual das bicicletas de uso dos carteiros testadas e aprovadas previamente pelos mesmos.

A ECT fornecerá jaqueta de nylon com forro para todos os trabalhadores.

A ECT equipará todas as motocicletas com antena anti-cerol e polaina de guidon.

#### e) *Readaptação profissional*

A ECT garantirá o número de vagas necessário à readaptação de seus funcionários, com recomendação médica, sem o aumento de suas jornadas de trabalho.

A ECT fará a readaptação profissional dos empregados com acompanhamento da entidade sindical, mediante laudo médico emitido por qualquer instituição médica ou profissional especializado, e apresentado pelo funcionário.

A ECT promoverá através de profissionais especializados bem como dos próprios funcionários a compreensão e o respeito ao trabalhador em reabilitação.

Fica vedada a dispensa do empregado que tenha passado por processo de reabilitação profissional ou licença médica até a sua aposentadoria.

Fica garantida a manutenção de todos os empregados nos quadros da ECT, a partir da assinatura deste acordo.

A ECT fará readaptação profissional dos empregados mediante laudos médicos, constando código de acidente de trabalho 91, e 31, quando licença.

A ECT promoverá imediatamente a substituição do empregado readaptado bem como garantirá sua estabilidade, mesmo que o afastamento tenha sido por auxílio doença.



A ECT compromete-se a não readaptar um profissional lesionado na mesma função ou equivalente, para não agravar seu quadro de saúde.

Quando o processo de reabilitação for realizado pela ECT devido à perca da capacidade de trabalho, a empresa encaminhará ao INSS todo o processo solicitando o pagamento do auxilio acidente ao trabalhador acometido da incapacidade conforme o artigo 86 das resoluções da Previdência Social.

A ECT garantirá o pagamento de tratamentos em academias de ginástica/yoga/natação e outros, de acordo com prescrição médica, mesmo fora do seu domicílio, até que o funcionário fique apto ao trabalho de acordo com a perícia do INSS, quando afastado.

A Empresa garantirá ao empregado lesionado e readaptado, tempo de adaptação necessário ao setor.

#### f) *Prevenção de doenças*

A ECT realizará campanhas de saúde preventiva, ininterruptamente, abordando prioritariamente os temas relacionados à saúde do empregado e doenças relacionadas ao trabalho e possibilitará a todos os empregados o acesso a todos os exames segundo os critérios médicos vigentes. E também garantirá o cumprimento das NR's, inclusive a NR-17. Fornecimento gratuito de complemento alimentar, com orientação médica, aos empregados que executem atividades desgastantes no dia. Os empregados, quando em afastamento, receberão todos os benefícios inclusive vale transporte e vantagens pagos aos empregados na ativa, enquanto durar o afastamento.

A ECT fará a prevenção da LER/DORT através da adaptação dos equipamentos aos empregados, com o acompanhamento de ortopedistas, que desenvolverão estudos ergonômicos com acompanhamento de especialistas. A ECT contratará médico específico e promoverá convênio para tratamento da LER/DORT.

Será incluído no exame periódico os exames de câncer de mama, câncer uterino, câncer de próstata, câncer de pele, exame dermatológico e oftalmológico, para definir o fator de proteção epidérmico e verificação de grau do óculos para o trabalhador, densidometria óssea e ainda outros, conforme necessidade do empregado no ato do exame. A ECT arcará com tratamento gratuito para quaisquer doenças detectadas nos exames periódicos.

Programa de vacinação gratuito contra gripe, para todos os Ecetistas.

A Empresa está obrigada a enviar aos sindicatos, a fim de que esses possam acompanhar as medidas de segurança e higiene do trabalho, os seguintes documentos:

- a) o Plano de Controle de Medicina e Saúde Ocupacional- PCMSO, elaborado pelo médico responsável, homologado pelo médico do trabalho.
- b) documentos referentes à estrutura e desenvolvimento do Programa de Prevenção de Risco Ambientais - PPRA.
- c) relação dos empregados credenciados para operação de empilhadeiras, tratores, barcos e de mais veículos para deslocamento de cargas.



*d) laudos de insalubridade, periculosidade e condições de trabalho em geral elaborados por técnicos da empresa, a serviços desta, ou por instituições fiscalizadoras.*

*e) perfil epidemiológico dos empregados.*

*f) análise ergonômica do trabalho.*

*g) Fornecimento do P.P.P. para todos os empregados conforme Instrução Normativa 99 do INSS.*

*h) A ECT garantirá a participação de trabalhadores, nunca em quantidade inferior aos representantes da ECT, eleitos em assembleia do sindicato, na Comissão que trata de Ergonomia.*

*i) Enquanto durar o Banco Postal, a ECT garantirá balcões adequados aos serviços postais/bancários, levando em conta a estatura do trabalhador de cada região, utilizando estudos ergométricos.*

*j) A ECT ficará obrigada a adaptar os locais de trabalho com rampas e/ou elevadores para garantir o livre acesso aos trabalhadores e usuários portadores de deficiência física.*

A ECT fará levantamento nacional dos problemas de articulação ósseos crônicos, bem como bico de papagaio, hérnia, esporão de galo, câncer de pele, LER/DORT. Em seguida reconhecerá junto ao INSS, estas enfermidades, enquanto doenças ocupacionais pelo exercício da função.

A Empresa se compromete a entregar ao empregado a cópia do seu prontuário médico, onde deverão estar todos os exames de saúde ocupacional, laudos, pareceres e resultados de exames admissional, periódicos e demissional, se for o caso.

O trabalhador e seus familiares têm o direito de consultar e fazer os exames necessários quantas vezes forem necessário sem a interferência da ECT.

A ECT receberá e não indeferirá qualquer atestado médico apresentado pelos empregados, sendo opcional ao empregado a revelação ou não à empresa dos sintomas ou nome da doença. Em caso de afastamento com CID's diferentes, superior a 15 dias, a ECT não encaminhará o funcionário ao INSS.

A ECT arcará com o ônus e providenciará para que o empregado faça exame de seu estado físico através de tomografia computadorizada, ressonância magnética e outros, sempre que for solicitado.

A ECT fará a limpeza e manutenção periódica e permanente dos reservatórios (caixas d'água, cisternas, etc) com cronograma de visitas as unidades com a participação de um Cipeiro eleito pelos trabalhadores.

A ECT não poderá se recusar a autorizar a realização de cirurgias necessárias aos empregados e dependentes sob a alegação de falta de documentos ou previsão orçamentária.

Atendimento gratuito para todos os funcionários e seus dependentes, independente da idade que tenham, e enquanto durar o afastamento médico, pela rede conveniada e ambulatorial, inclusive os apenados, genitores, aposentados, terceirizados, deficientes físicos e estagiários com pagamento de diárias nos casos em que o empregado se deslocar de sua cidade de origem.



A ECT promoverá pelo menos duas vezes ao ano cursos e palestras de orientação e prevenção a casos de dependência química.

A ECT contratará profissionais como, professor de ginástica ou fisioterapeuta para promover um programa de exercício físico necessário em cada local de trabalho, antes de começarem as atividades diárias, com o objetivo de prevenção de LER e DORT.

Até que seja implantado o cartão magnético, todas as guias médicas necessárias ao atendimento preventivo ou curativo, deverão estar às disposição dos trabalhadores e seus dependentes nas unidades e/ou postos de saúde no municípios onde os mesmos exercem suas respectivas funções. Fica vedada a interferência do GRH ou outros setores da ECT no que diz respeito à limitação de emissão de guias a quem delas necessitar.

#### ***g) Atestado de saúde na demissão***

A Empresa fará obrigatoriamente a homologação das rescisões contratuais dos empregados nos sindicatos, devendo apresentar cópia do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e P.P.P (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

A Empresa encaminhará cópia de todas as rescisões, acompanhadas do ASO, dos empregados que foram demitidos nas unidades do interior cujas homologações foram realizadas nas DRT's, bem como daqueles que foram demitidos antes de completarem um ano de serviço e fizeram a homologação na própria Empresa.

O exame pré-demissional será feito nos mesmos moldes daquele feito no momento da admissão, cabendo ao empregado a escolha do local e indicar outros exames se não se sentir contemplado, com ônus para a ECT.

#### ***h) Averiguação das condições de trabalho***

A Empresa garantirá o acesso das comissões de saúde dos Sindicatos, acompanhados de seus respectivos médicos e engenheiros do trabalho, aos locais de trabalho, sempre que solicitado pelos trabalhadores, para averiguação das condições a que eles estão submetidos.

A ECT não recusará ou questionará CAT preenchida pelo Sindicato.

#### ***i) Plantão ambulatorial***

Nos setores de trabalho no período noturno e diurno, a Empresa manterá plantão ambulatorial e um veículo para eventuais emergências. A ECT criará mecanismos diretos para credenciar os empregados aos convênios, findando o uso do cheque caução, substituindo-o por cartões magnéticos, extensivo aos dependentes.

A ECT manterá ambulatório com medicamento básico, médico e enfermeiro(a) em todas as unidades que tenha o efetivo a partir de 10 trabalhadores.

A ECT firmará convênio hospitalar para disponibilizar ambulância ou implantará um sistema próprio de transporte, para atendimento de emergência ou seja, deslocamento de casa ou do trabalho para o hospital e vice versa, extensivo aos aposentados.



Os trabalhadores acidentados serão levados imediatamente para um hospital conveniado. A empresa contratada deverá ter ambulância (UTI) e se responsabilizará por qualquer descumprimento do contrato.

É obrigatório a existência de banheiros em todos os ambulatórios.

#### *j) Convênio farmácia*

A Empresa estabelecerá convênios com farmácias e/ou drogarias para fornecimento gratuito de remédios aos empregados na ativa, inativos ou licenciados, extensivo a todos os dependentes, sob o controle dos trabalhadores, através de comissões eleitas em assembléas de cada sindicato.

### ***IV - Relações sindicais***

#### *a) Da relação de empregados*

A ECT fornecerá mensalmente aos Sindicatos relação nominal contendo o número de empregados existentes, admitidos, demitidos e afastados até o 3 (terceiro) dia útil do mês subsequente.

#### *b) Liberação de dirigentes sindicais*

A ECT manterá a liberação de todos os trabalhadores que façam parte da Diretoria dos Sindicatos e da FENTECT, regularmente eleitos, sem prejuízo de suas remunerações, gratificações no trabalho em fins de semana e proventos, bem como de outras vantagens previstas em lei com ônus para a ECT.

Não sendo assinado o ACT no prazo limite, a liberação do dirigente será prorrogada até a sua assinatura.

Independente da liberação prevista nesta cláusula, a ECT liberará semanalmente 1(um) dia, por solicitação do Sindicato, dos Representantes/Delegados Sindicais eleitos, sem prejuízo da remuneração e outras vantagens.

A liberação do dirigente com ônus para o Sindicato não trará prejuízo na contagem de tempo para fins de anuênios, aposentadoria, nem haverá dilatação do período aquisitivo de férias, sendo garantida a data de admissão na ECT.

O pagamento de dirigentes, representantes e delegados sindicais, bem como dos cipeiros ou participantes de alguma atividade sindical, que tenham sido liberados com ônus para o sindicato será feito normalmente, cabendo à ECT processar os descontos relativos a essas liberações, no repasse das mensalidades do respectivo mês, por intermédio da folha de pagamento encaminhada por ela ao Sindicato. Não constará no contracheque a palavra falta nas liberações com ônus para o Sindicato ou FENTECT. Fica assegurado aos Representantes e Delegados Sindicais e Cipeiros a liberação com base no artigo 543, § 2 da CLT, para a participação em reuniões promovidas pelos sindicatos.

A ECT liberará, sem ônus para os Sindicatos e Federação, todos os empregados eleitos em assembléia



para a participação nos fóruns do movimento sindical, independente das unidades.

O Comando Nacional de Negociação da FENTECT, eleito em assembleia, um por cada sindicato, ficará liberado com ônus para a ECT, até assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho.

A ECT reconhece a estabilidade sindical de todos os componentes dos Sindicatos, da Federação, Representantes e Delegados Sindicais, devidamente eleitos e com até dois anos de estabilidade após o término do mandato.

A ECT concederá a liberação de representantes e delegados sindicais, cipeiros, membros de Comissões, trabalhadores eleitos para direção da CUT e representantes de oposição reconhecida quando solicitada pela representação sindical.

O tempo de afastamento para exercício de atividade sindical, de representação ou de delegação será considerado como de licença, remunerada ou não, de acordo com a liberação.

A ECT revogará todas as punições aplicadas a partir de 1984 aos trabalhadores militantes sindicais, Cipeiros, Delegados Sindicais, representantes sindicais, dirigentes sindicais, militantes partidários e ou qualquer trabalhador vítima de perseguição na ECT e/ou perseguição política.

A ECT promoverá a reparação financeira e profissional de todos os trabalhadores mencionados nesta cláusula.

#### *c) Repasse das mensalidades do sindicato*

A ECT compromete-se a descontar em folha de pagamento as mensalidades dos empregados filiados e outros descontos em favor das respectivas representações sindicais e associações, mediante comprovação do respectivo valor ou percentual pelas atas de assembleia que as autorizarem.

O repasse para as entidades sindicais, será feito no mesmo dia do pagamento dos salários dos empregados da ECT e dentro do horário útil bancário.

Todos os pedidos de desfiliação serão encaminhados somente aos sindicatos, ficando estes responsáveis pela comunicação à Empresa.

Os trabalhadores que se candidatarem a qualquer cargo como: Dirigente Sindical, representante sindical, Delegado Sindical, cipeiro ou outra representação, terá sua gratificação de função ou qualquer outro benefício mantido.

Os dirigentes sindicais que tiveram prejuízos com perda de referência salarial por estarem liberados com ônus para o sindicato ou FENTECT no período das negociações coletivas do acordo 2012/2013, serão resarcidos com efeitos financeiros retroativos.

#### *d) Acesso às dependências*

Os Dirigentes, representantes e Delegados Sindicais, Cipeiros e médicos indicados pelo Sindicatos, terão livre acesso às dependências da ECT para analisarem os setores e discutirem assuntos de interesse dos empregados.



Nos Centros de Distribuições Domiciliares - CDD's e demais Unidades, as reuniões com todos os trabalhadores do setor terão duração mínima de 1(uma) hora, durante a realização do expediente interno da Empresa, cuja data será comunicada pelos Sindicatos à ECT.

Os dirigentes sindicais e funcionários dos sindicatos devidamente autorizados poderão realizar sindicalização dos trabalhadores da ECT na primeira e última semana de cada mês, dentro das dependências da empresa, devendo as chefias dos locais criar condições necessárias para o cumprimento deste parágrafo.

Será garantida pela ECT, a panfletagem dos sindicatos no interior das UNIDADES.

#### **e) Desconto assistencial**

A ECT procederá o desconto assistencial, aprovado em assembléia geral da categoria, na folha de pagamento de todos empregados.

A ECT não poderá induzir os trabalhadores a desautorizar o desconto por intermédio de requerimentos ou outros meios.

#### **f) Fornecimento de documentos básicos**

A ECT, quando solicitada, fornecerá à FENTECT e aos Sindicatos cópias de Documentos Básicos e quaisquer outros do interesse da categoria. A ECT fornecerá mensalmente aos sindicatos, cópia dos CAT/LISA, emitidas no período até o 10º dia do mês subsequente.

#### **g) Quadros de avisos**

A ECT assegurará a afixação e manutenção de quadros de aviso dos Sindicatos acompanhado do dirigente/representante sindical ou ao trabalhador designado pelo sindicato nas unidades de trabalho. Estes quadros deverão ser instalados em locais de grande circulação de funcionários.  
As comunicações escritas serão de inteira responsabilidade dos Sindicatos.

### **5) Questão da mulher**

#### **a) Garantia de descanso remunerado no período de amamentação**

A ECT assegurará à trabalhadora durante a jornada de trabalho, dois descansos especiais de uma hora e 30 minutos cada, para amamentar seu filho, até que este complete 1 (um) ano de idade, podendo prorrogar caso a interessada venha a participar de programa de amamentação implantado pela ECT ou em caso de prescrição médica.

A empregada poderá pleitear um só descanso diário, com duração de três horas, em substituição aos dois descansos especiais, estabelecidos nesta cláusula.

A ECT providenciará transferência provisória, a pedido da empregada que estiver amamentando para o local mais próximo de sua residência, com o objetivo de garantir o efetivo direito desta cláusula.



### **b) Assédio sexual e moral**

Será garantida, a criação de uma comissão de trabalhadoras, eleitas pelas próprias ecetistas, para apurar o assédio sexual/moral, a discriminação e opressão às trabalhadoras na ECT.

A ECT punirá exemplarmente o autor (a) do comprovado assédio sexual praticado nas suas dependências, denunciando inclusive à justiça para melhor juízo e definição de pena garantindo o instrumento de ampla defesa.

A pessoa assediada terá estabilidade durante o período que perdurar a investigação, sendo que, uma vez constatado o fato, a vítima terá sua estabilidade prorrogada por um ano.

Durante a investigação, e mesmo depois de apurado e confirmado o fato, a vítima de assédio sexual/moral não poderá ser transferida do seu local de trabalho, a não ser por livre escolha.

Confirmados os fatos, o assediador deverá ser punido com demissão por justa causa.

A ECT disponibilizará à vítima de assédio sexual/moral total apoio psicológico, mantendo o acusado afastado do convívio da vítima durante as investigações.

Será criada por cada sindicato uma Comissão, com acompanhamento de um representante da ECT, para avaliação e acompanhamento e encaminhamentos das denúncias de Assédio Sexual e moral.

### **c) Adaptação em período de gravidez**

A ECT garantirá, com acompanhamento do sindicato, a transferência imediata da empregada gestante, a partir da confirmação da gravidez, e especialmente aquela da área operacional (Carreiro, Motorista, Motociclista e OTT), para locais de trabalho que preservem o estado de saúde da mãe e da criança.

A licença maternidade será de 12 (doze) meses, podendo a trabalhadora optar por conciliar as férias com o final da licença. Também será mantida sua permanência em serviço interno por mais dois meses para permitir o direito da mãe de prestar assistência integral ao seu filho.

Fica garantida à empregada, durante a licença maternidade, o recebimento de todos os benefícios (vale refeição e vale cesta), inclusive assistência médica.

Será facultada à mulher gestante, decidir o início de sua licença maternidade, não sendo obrigatório o seu afastamento no 8º (oitavo) mês de gestação, conforme previsão da CLT.

O pagamento da trabalhadora em licença maternidade será efetuado pela empresa com repasse do INSS para a ECT.

### **d) Condições de trabalho da mulher**

A ECT garantirá as seguintes condições de trabalho à mulher Ecetista:

#### **a) Banheiros específicos, masculinos e femininos, com adequação para deficientes físicos e com**



*vestiários e ducha higiênica nas unidades de trabalho.*

- b) Fornecimento de uniforme para o sexo feminino diferenciado do sexo masculino, inclusive para gestante, com fornecimento de meias de pressão para prevenção de varizes, conforme prescrição médica.*
- c) O peso máximo para as empregadas movimentarem e transportarem, não poderá ser superior a 06 (seis) quilos.*
- d) A ECT ficará obrigada a criar um sistema alternativo de entrega, porta a porta, que não coloque em risco o trabalhador e nem prejudique o cliente.*
- e) Redução da jornada de trabalho em duas horas para companheiras que estiverem com TPM ou iniciado período de menopausa, mediante prescrição médica.*
- f) A ECT garantirá à empregada o direito de igualdade de exercer a função motorizada.*
- g) Trabalho interno para Carteiro feminino, no mínimo de três dias no seu ciclo menstrual.*
- h) Jornada externa reduzida para as mulheres.*
- e) Licença-adoção*

A ECT concederá 150 (cento e cinqüenta) dias corridos, a título de licença-adoção, aos trabalhadores (as) que adotarem crianças na faixa etária de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos de idade, iniciando-se a contagem do benefício a partir da comprovação oficial da guarda da criança, mesmo que provisória.

## **VI - Relações sociais**

### **a) Cursos e reuniões obrigatórios**

Os cursos e reuniões, cuja presença dos empregados seja obrigatória, por interesse e determinação da ECT, serão realizados no horário de serviço.

A Empresa se obrigará a adequar o local de trabalho para o devido curso.

A ECT ficará obrigada a dar cursos e treinamentos específicos para identificação de cédulas falsas a todos os trabalhadores que trabalham com valores.

A ECT disponibilizará, dentro da jornada de trabalho, tempo aos empregados para que os mesmos possam acessar os computadores nas unidades.

Fica vedado à Empresa qualquer tipo de compensação de horário dos trabalhadores para realização de curso.



### **b) Multas de trânsito**

A ECT pagará as multas de trânsito relativas aos veículos de sua propriedade.

A ECT firmará seguro de vida para motoristas, ajudantes, motociclistas, ciclistas e há quem estiver autorizado a dirigir, e seguro total dos veículos em caso de acidente.

A Empresa, por intermédio de seus prepostos, se responsabilizará junto ao DETRAN pelos pontos atribuídos na carteira de motorista de seus empregados, em razão das infrações de trânsito cometidas durante a jornada de trabalho.

A ECT remanejará para outra função o motorista que ficar com sua carteira suspensa, sendo vedada sua demissão por este motivo, caso tenha sofrido a penalização em serviço, e garantirá que logo após o fim da suspensão que o empregado volte a exercer sua função de motorista.

A ECT se comprometerá a adquirir para sua frota de veículos o seguro total do bem, sendo que o valor da franquia, para o seguro quando necessário será por conta da ECT.

À ECT fica vedada a terceirização, e em particular a terceirização de qualquer veículo ou trabalhador motorizado.

### **c) Transporte noturno**

A ECT garantirá transporte gratuito aos empregados que iniciem seus expedientes a partir das 18:00 (dezoito) horas e os encerrem até às 07:00 (sete) horas do dia seguinte.

### **d) Das garantias ao empregado estudante**

A ECT assegurará aos empregados estudantes as seguintes garantias mínimas:

- a) abono de falta para prestação de exames.**
- b) alteração do horário de trabalho, flexibilizando a jornada de forma que não prejudique seus estudos.**
- c) garantia de estágio curricular na própria Empresa, ou fora dela, de acordo com as necessidades curriculares do curso do funcionário, o qual será liberado para estágio fora das dependências da ECT com ônus para ECT.**
- d) pagamento do vale-transporte no percurso serviço/escola/residência.**
- e) isenção da taxa de inscrição para concurso público, para todos os funcionários da ECT.**
- f) pré-vestibular para todos os trabalhadores e seus dependentes.**
- g) implantação de um terminal de internet em todas as unidades de trabalho de livre acesso a todos os trabalhadores.**
- h) a ECT custerá bolsa integral para estudantes de 1º 2º, e 3º graus, cursos técnicos e profissionais.**



*nalizantes para os trabalhadores e seus dependentes e aos aposentados.*

A ECT concederá a Promoção de Incentivo à Escolaridade (PIE) para todos os seus empregados, com efeitos financeiros retroativos a 01/12/1995, que naquela data atendiam aos critérios fixados no PCCS.

A ECT garantirá a transferência do empregado aprovado em vestibular em outra cidade.

A ECT procurará conciliar as férias repassadas na Empresa ao empregado estudante quando do período de férias escolares.

**e) Dia do ecetista e folga de aniversário**

A ECT concederá em 25 de janeiro “dia do Trabalhador Ecetista” repouso remunerado a toda categoria Ecetista.

Será também considerado repouso remunerado, a data de aniversário do empregado.

**f) Direito a ampla defesa**

A ECT fará processo administrativo de toda e qualquer demissão, assegurando a todos os empregados de seus quadros, em âmbito nacional, de acordo com os artigos 5º e 8º da Constituição Federal, o direito a ampla defesa em processos administrativos, devendo ser assistidos por seus sindicatos e/ou outros órgãos de defesa do trabalhador, garantindo o acesso sem restrições, a todos os documentos para elaboração de suas defesas.

A ECT notificará a entidade sindical, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, da abertura de qualquer processo administrativo. No ato do comunicado de demissão ao trabalhador será garantida a presença de um representante sindical.

Serão consideradas prescritas, para efeito de julgamento nos inquéritos, quaisquer punições anteriores há dois meses, a partir da instauração do processo administrativo.

Os atos considerados políticos não serão considerados como falta grave e não terão efeitos punitivos. A ECT fornecerá cópia dos processos administrativos de todos os empregados aos Sindicatos.

Nos procedimentos Administrativos de apuração e julgamento de supostas faltas cometidas por funcionários (SID, SIE, CIA, etc), a ECT se obriga garantir que o relato da chefia seja anterior ao relato do funcionário, a fim de que este possa se defender.

**g) Acompanhante**

Assegura-se ao empregado(a) o direito à ausência remunerada para levar ao médico, os filhos ou dependentes legais, incapazes e idosos, mediante comprovação de atestado médico no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a consulta médica. O atestado não será considerado absenteísmo. Se o funcionário necessitar se deslocar para localidade acima de 60 Km da sua unidade, fará jus a uma diária para custear despesas extras.



Assegura-se ao empregado o direito à ausência remunerada de até 5 (cinco) dias, o que equivale a 10 (dez) turnos de trabalho, durante a vigência deste Instrumento Normativo, para levar ao médico, dependente(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos de idade, dependente(s) com deficiência (física, visual, auditiva e mental), esposa gestante, companheira gestante, esposa(o) ou companheira(o) com impossibilidade de locomover-se sozinho, por problema de saúde, atestado por médico assistente, e pais com mais de 65 anos de idade. Para todos os casos, será necessária a apresentação de atestado médico de acompanhamento, no prazo de dois dias úteis a partir da data de emissão do atestado. Parágrafo Único - Caso a ausência ocorra em apenas um dos turnos da jornada diária de trabalho, será registrada como ausência parcial para fins de registro de frequência e para efeito do cálculo do saldo remanescente;

#### ***h) Da anistia***

A ECT reintegrará imediatamente todos os empregados que foram demitidos pelos seguintes motivos:

- a) reforma administrativa do Plano Collor;***
- b) Dirigentes e representantes sindicais demitidos;***
- c) Lei Eleitoral;***
- d) Artigo 8 do ADCT-CF/88 – Anistia Constitucional;***
- e) Cipeiros e empregados com contratos suspensos;***
- f) Plano Real.***
- g) Lei 8632/93 Dirigentes e representantes sindicais demitidos.***
- h) contratados por concurso público.***
- i) reintegração dos trabalhadores demitidos por discriminação racial (crime de racismo)***
- j) reintegração dos trabalhadores que foram demitidos por estarem em cargos e ou setores extintos (CST), observando os aspectos elementares: cargos equivalentes, jornadas de trabalho.***
- k) reintegração de demitidos antes, durante e após a greve de 1997 (conforme Lei 11.282).***
- l) reintegrará imediatamente todos os demitidos entre os anos de 2001 a 2012.***

Será garantida a indenização por parte da ECT às famílias dos trabalhadores demitidos, falecidos ou que venham a falecer antes do retorno e da conclusão das ações trabalhistas.

Garantia de prioridade aos empregados demitidos, quando da abertura de vagas.

A ECT cancelará todos os contratos suspensos de dirigentes sindicais.

A ECT garantirá a manutenção de todos os trabalhadores já anistiados – referente ao caput desta cláusula – até que seja concluído o retorno de todos os prejudicados, comprometendo-se, logo após à conclusão, do retorno final dos mesmos - ou a partir do desfecho de cada caso - readaptar aqueles cujas funções ou cargos estejam extintos ou em extinção, indiferentemente do desdobramento de decretos em tramitação ou que venham a tramitar nos poderes legislativo e executivo.

A ECT manterá assistência médica gratuita ao funcionário demitido, sub-júdice, e aos seus dependentes enquanto tramitar a ação.

A ECT regularizará a situação dos empregados anistiados, enquadrando-os no PCCS, levando em consideração seu tempo de casa desde o seu primeiro registro. A ECT transformará todas as readmissões em reintegrações com a volta da matrícula antiga.



Os anistiados não serão prejudicados por leis, decretos ou análises posteriores à sua anistia.

Serão revogadas todas as punições ocorridas a partir de 1988 de todos os trabalhadores que sofrerão punição até a assinatura deste acordo, onde será formada uma comissão da ECT e comissões dos sindicatos/CNA/FENTECT para negociar a revogação das mesmas.

Ficam vedadas as dispensas de empregados contratados por concurso público.

A ECT negociará imediatamente o pagamento dos passivos trabalhistas dos anistiados após 06/10/88, no prazo máximo de 15 dias após a assinatura do presente acordo.

A ECT pagará todos os direitos garantidos em Lei e no Acordo Coletivo, ao anistiado, no ato da assinatura do novo contrato de trabalho.

O trabalhador que trabalhar nos dias de domingo e feriado em horário noturno, terá acréscimo de 350% (trezentos e cinqüenta por cento) sobre a hora diurna.

#### *i) Contratação de funcionários*

A ECT providenciará a contratação imediata de 30 mil funcionários concursados para reposição de trabalhadores demitidos, aposentados, e das vagas hoje ocupadas por terceirizados, SD's, inclusive para aumento do efetivo, em observação ao aumento do volume de serviço, priorizando os trabalhadores demitidos por perseguição política, concursados ou não, com negociação regional. Fim da terceirização com contratação (efetivação) imediata dos atuais terceirizados.

#### *j) Licença sem remuneração*

A pedido do trabalhador, será concedida licença sem remuneração pelo prazo de 2 (dois) anos ou mais, podendo a mesma, ser revogada por igual período.

A ECT terá prazo de até 15 (quinze) dias para conceder a licença solicitada.

## **VII - Condições de trabalho**

#### *a) Fim do desvio de função*

A ECT acabará com o desvio de função.

A função de carteiro e mensageiro motorizado será transformada para motorista e motociclista, incorporando o adicional de função em seu salário.

O operador de empilhadeira, eco-cargo e operador de palheteira, que normalmente está enquadrado na função de Carteiro ou de OTT, fará jus a uma gratificação de função, anotada na CTPS, retroativo ao início da função.



Todos os trabalhadores da área operacional (Motorista, Carteiro, OTT, Operador de Empilhadeira, Eco-Cargo Operador de Palheteira, Atendente Comercial, Operador de Telecomunicações) e Técnicos Administrativos, receberam um adicional de função, valor único nacionalmente tomando-se por base o motorista lotado na cidade de São Paulo/SP.

Será garantida a carteira de habilitação para os empregados que á solicitarem.

A empresa arcará com as despesas para mudanças de categoria das carteiras de todos os funcionários motorizados.

É Vedado o fechamento de malotes, por motoristas e motorizados, sendo específico aos OTT's.

#### **b) Inovações tecnológicas**

A ECT compromete-se a qualificar tecnologicamente seus empregados.

A ECT não demitirá nenhum funcionário em razão das inovações tecnológicas, que serão reaproveitados em outras áreas, em funções e cargos de qualificações correlatas. No caso de aumento da jornada de trabalho, a ECT pagará o valor proporcional ao número de horas acrescidas, que serão incorporadas ao salário do empregado.

#### **c) Registro de ponto**

O registro de presença ao serviço (ponto) será feito exclusivamente pelo empregado.

Fica vedada qualquer interferência de terceiros na marcação do cartão de ponto, em especial no chamado Retorno Atrasado Injustificado – RAI.

A ECT concederá aos empregados uma tolerância de 15 (quinze) minutos após o início da jornada de trabalho.

Em momento algum, sob qualquer alegação ou pretexto, haverá aumento da jornada de trabalho além da jornada de 35 horas semanais, previstas neste acordo.

#### **d) Jornada de trabalho**

Redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução dos salários, (A jornada semanal máxima no âmbito da ECT computando hora extra, será de 35 (trinta e cinco) horas, com sábado e domingo livres, para geração de novos postos de trabalho).

A entrada no serviço nas AC's deverá ser escalonada de modo a permitir sua abertura às 8 (oito) horas e fechamento às 18 (dezoito) horas, bem como, para não se possibilitar a extração da jornada.

A ECT respeitará o real cumprimento da jornada de trabalho e do horário de alimentação.

Jornada de 05 (cinco) horas contínuas para Operadores Telemáticos / Telecomunicações, processamento de Dados e Atendente Comercial e para os OTT's que fazem movimentos repetitivos. Os atendentes que já operam no telemarketing da ECT (CAC) devem poder escolher entre a jor-



nada de 6 ou 7 horas diárias, respeitando uma hora de almoço ou janta.

**e) Excesso de serviço**

Nos CTEs e CTCEs os OTTs que trabalham nas rampas da máquina de triagem poderão ser responsáveis por no máximo quatro direções diferentes. Se uma rampa alertar que a quantidade de encomendas ultrapassou o limite, o trabalhador deve ter condições de esvaziar devidamente a rampa que está superlotada, utilizando os materiais de unitização adequados para isso. Nos CTEs e CTCEs devem ser organizados rodízios de função entre os trabalhadores. Em cada setor deve ser destacado uma quantidade adequada de funcionários para trabalhar apenas na organização dos materiais, deixando o ambiente preparado para a triagem.

**f) Vale transporte e jornada de trabalho “in itinere”**

O vale transporte será rigorosamente repassado, gratuitamente, a todos os empregados, independente da distância domicílio/local de trabalho, até o último dia útil de cada mês.

A ECT, quando fornecer condução em razão da inexistência ou precariedade do transporte público computará na jornada de trabalho do empregado o tempo do percurso entre a sua casa e seu local de trabalho, sem nenhum tipo de restrição.

A ECT fornecerá Ticket Combustível no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), aos trabalhadores que utilizarem condução própria em substituição ao Vale Transporte, conforme opção do empregado.

Caso ocorra atraso na distribuição do vale transporte a ECT indenizará os trabalhadores pelos dias de atraso.

**DA DISTRIBUIÇÃO DOMICILIÁRIA**

A Distribuição Domiciliária de Correspondência será realizada uma única vez por dia, efetuada no período matutino, de 08:00 às 11:30 horas, sendo o expediente vespertino reservado à execução das tarefas preparatórias da entrega externa do dia seguinte, inclusive, à carga regional.

O limite de peso transportado pelo carteiro (a), quer na saída das unidades quer nos depósitos auxiliares não ultrapassará 10% (dez por cento) do seu peso corporal limitando-se 07 (sete) quilos para homem e 06 (seis) quilos para mulheres.

A ECT fornecerá aos Sindicatos documento referente ao peso da bolsa que os carteiros transportam, peso estabelecido atualmente pela empresa, quantidade de objetos manipulados e a quilometragem percorrida nos distritos.

A ECT concluirá o redistrictamento até 60 (sessenta) dias após assinatura deste acordo, que se dará com acompanhamento de uma comissão formada pelos trabalhadores interessados e por um diretor do Sindicato, devendo prever um tempo de percurso de no máximo 90 (noventa) minutos.

A ECT restabelecerá, a partir de 01/08/2012, à volta dos manipulantes de triagem geral II (tg2) e o fim



da manipulação pelos carteiros.

A manipulação não poderá ultrapassar o máximo de 1.200 (um mil e duzentas) correspondências por hora, com 15 minutos de descanso e nem motivar concorrência (GCR) que levem a promoções (o que fere a NR 17).

O empregado da ECT não será responsabilizado por objetos extraviados, danificados, etc, nos Depósitos Auxiliares - DA's e Grandes Usuários - GU's.

O período mínimo de permanência dos carteiros nos distritos será de 01 (um) ano.

O peso dos malotes e encomendas transportados pelos carteiros do CTE/CEE não poderão exceder 10 (dez) kg.

A ECT fornecerá adaptador com garrafas e cantil para água ou bebidas energéticas aos carteiros e motoqueiros, com ônus para Empresa.

Fica garantido que a partir do 1º mês de gravidez até 6 meses após o parto a trabalhadora que tiver atividade externa passará para atividade interna.

Os distritamentos e redistributamentos serão feitos sob controle dos Carteiros, incluindo representação da ECT.

Os trabalhadores ficam desobrigados de fazer a entrega domiciliar no dia de chuva.

Fim dos rodízios e fim das dobras. Fica vedado ao carteiro(a), trabalhar em dois distritos por dia.

O Carteiro(a) deverá ter no mínimo 30 dias de treinamento acompanhado quando da troca para um distrito que ele não conheça.

A colocação de objetos registrados no depósito auxiliar é de responsabilidade da chefia, devendo ser informado ao Carteiro por escrito.

#### ***g) Da transferência para o serviço interno***

Dentro de um critério opcional, ao carteiro com 10 (dez) anos ou mais de entrega domiciliar, fica assegurada a sua transferência para o serviço interno.

#### ***h) Do fim do gerenciamento de competência e resultados – GCR e do SAP***

Será extinto pela ECT o sistema de GCR, SAP ou qualquer outro sistema de mediação ou aferição de tarefas, procedimentos ou resultados individuais ou qualquer outra meta de produção, que gerem concorrência entre os empregados.

Fica proibido, nas dependências da ECT, qualquer tipo de monitoramento dos funcionários por circuito interno de TV, telefone, dentre outros meios opressivos.

#### ***i) Fim do SAP***



### j) Jornada de trabalho para digitadores e trabalhadores em terminais computadorizados

Fica garantida aos digitadores e trabalhadores em terminais computadorizados, a jornada semanal de 30 (trinta) horas.

Será assegurado intervalo de 15 (quinze) minutos para descanso a cada 45 (quarenta e cinco) minutos de trabalho, sem qualquer tipo de compensação (NR 17).

### I) Medidas de segurança

A ECT garantirá a segurança física e psicológica dos empregados e usuários em suas dependências, e se responsabilizará pela vida ou danos causados em caso de assaltos ou furtos, obrigando-se ao pagamento de indenização por morte ou invalidez no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), devendo ainda ser paga uma pensão no valor de 20 (vinte) salários mínimos à(ao) viúva(o) ou aos filhos, enteados e tutelados, se menores de 21 anos.

Os numerários das agências não serão mais recolhidos por funcionários, mas por carro forte ou por serviço especializado da ECT;

Será extinta a entrega de valores pelos carteiros e motoqueiros.

A ECT ficará obrigada a equipar as unidades de trabalho com rampas para deficientes.

### m) Da transferência entre setores

A ECT deve zelar pela transparência do SNT (Sistema Nacional de Transferências), que deve ser levado em consideração apenas e tão somente pela ordem de inscrição do empregado no sistema. Nenhum outro requisito, a não ser a própria disponibilidade de vagas deve interferir no SNT.

Em nenhuma hipótese a ECT poderá transferir um empregado sem o seu prévio consentimento e avisado prazo mínimo de um mês antes da transferência. Em caso de mudança de endereço de setor, cabe somente ao empregado escolha entre permanecer no mesmo setor ou escolher qualquer setor que melhor lhe convenha. A mesma norma vale para a transferência de horário do empregado.

## VIII - Questão racial

### a) Discriminação racial

A ECT assegurará que no âmbito interno e externo de suas dependências não ocorrerá discriminação racial e dará assistência médica, psicológica e jurídica aos trabalhadores que sofrerem discriminação étnica e social, especialmente aos da etnia negra.

A ECT fomentará políticas de modo a permitir que dentre os empregados com cargo de chefia e função de confiança estejam também inseridas todas as etnias.



A FENTECT e os Sindicatos encaminharão denúncias comprovadas de discriminação racial praticada no âmbito da empresa à mesma e em caso de omissão, encaminhará representação ao Ministério Público para apuração de ilícito criminal.

Os Sindicatos criarão comissões regionais de trabalhadores para analisar os casos de discriminação, que serão encaminhados às assembleias específicas para deliberar sobre os infratores.

Será garantida a cota 20% para definição das bolsas de nível superior para minorias, negros e índios.

A ECT apurará os casos de discriminação racial no âmbito da Empresa, conforme descrito acima e também os praticados contra os seus empregados no cumprimento das suas atividades, sempre que a ela forem denunciados.

#### b) Concurso público

A ECT garantirá que nos concursos públicos realizados para preenchimento de seus cargos e funções não haverá qualquer discriminação racial, religiosa ou de orientação sexual, conforme previsão da CF/88, respeitando, outrossim, o percentual de 5% dos cargos destinados aos deficientes físicos.

A ECT garantirá inscrição gratuita em concurso público elaborado por ela para todos os Ecetistas.

### **IX - Disposições gerais**

#### *a) Participação dos trabalhadores no postalis*

A partir da assinatura deste acordo, os trabalhadores da ECT filiados ao POSTALIS, elegerão todos os membros de seu Conselho Curador e fiscal, através de eleição direta entre os 110 mil ecetistas da base).

A ECT proporcionará condições materiais para a realização dessas eleições, cedendo espaços físicos, veículos e liberação de candidatos para divulgarem suas propostas e participarem ativamente do pleito.

Aos trabalhadores, e somente a eles, caberá a definição das regras de atuação nesse processo eleitoral, bem como na administração do Postalis, regras estas que serão definidas em plenária nacional cuja data a ser definida a posteriori, com a participação de representantes Ecetistas de todos os Estados do País.

#### *b) Do Postalis*

A ECT ficará obrigada, ao benefício definido e não a contribuição definida no POSTALIS, que conterá necessariamente cláusulas que garantam a participação dos trabalhadores eleitos democraticamente para administração da instituição, além dos seguintes:

a) cessação dos descontos efetivados pelo POSTALIS aos integrantes do PAA.



- b) cessação dos descontos efetivados pelo POSTALIS após a aposentadoria.
- c) reposição pelo POSTALIS dos expurgos inflacionários (planos econômicos de 87 a 91) feitos na correção da reserva de poupança dos empregados da ECT em atividade e o repasse dessa reposição aos aposentados e aos empregados na ativa que se desfiliaram e retiraram sua reserva de poupança.
- d) reposição da participação contributiva da empresa patrocinadora do POSTALIS (ECT) nas reservas de poupança dos empregados da ECT em atividade (+ ou - 108% plano econômico e R\$ 1,00 x R\$ 1,00) e o repasse do valor dessa contribuição aos aposentados que resgataram suas reservas de poupança.
- e) que o POSTALIS faça o pagamento imediato da complementação de 20% na ocasião da aposentadoria sem que tenha de obedecer à carência de 58 (cinqüenta e oito) anos de idade.
- f) o POSTALIS se adequará à lei do INSS correspondente ao auxílio acidentário de N.º 94 e entrando com a contemplação de 20%.
- g) o funcionário sócio do POSTALIS, demitido e posteriormente reintegrado à ECT, será automaticamente reintegrado aos quadros de sócios do POSTALIS, sem pagamento de jóias.
- h) os funcionários do POSTALIS não poderão concorrer à eleição do POSTALIS, devido não serem sócios do instituto, mas, empregados do mesmo.
- i) o POSTALIS pagará o benefício ao associado imediatamente após a apresentação do CARTÃO DE EXAME DE PERÍCIA MÉDICA, bem como auxílio natalidade, nupcial, funeral e outros.

#### **c) Eleições da Arco**

A ECT garantirá a realização de eleições diretas para os conselhos e diretorias das ARCO's regionais, em prazo não superior a 90(noventa) dias após assinatura deste acordo coletivo, com a participação dos sindicatos na organização das eleições.

#### **d) Aposentados**

Assegura-se aos trabalhadores aposentados os mesmos direitos dados aos da ativa, conforme descrito a seguir:

- a) A ECT incluirá no CORREIO SAÚDE o Ecetista aposentado em data anterior a 01/01/1986 com inclusão de pensionistas.
- b) Será mantido todos os direitos e assistências médicas e odontológicas aos dependentes após falecimento do titular aposentado.
- c) Será garantido o cadastramento no CORREIO SAÚDE ao aposentado afastado por demissão voluntária ou demissão sem justa causa no Correio Saúde;
- d) Será eliminado qualquer prazo que exija o cadastramento do aposentado no Correio Saúde;



e) Todo empregado(a) ao completar 20 anos do efetivo serviço nos Correios receberá três referências salariais a título de progressão e efeito pró aposentadoria;

f) Todo e qualquer tipo de concessão dado aos empregados da ECT em atividade a título de salário e benefícios, será estendido aos aposentados beneficiários da Lei 8.529/0892 e demais aposentados.

g) A ECT concederá aposentadoria imediata aos motoristas, motociclistas e para os trabalhadores da área telegráfica que já completaram 25 anos de serviços trabalhados na referida área (SB40) ou P.P.P.

h) A ECT pagará multa de 40% sobre os depósitos na conta vinculada do FGTS, aviso prévio, 13º salário, férias e demais direitos indenizatórios ao trabalhador que se aposentar.

#### ***e) Cooperativas***

A ECT liberará 10 (dez) Diretores/Conselheiros das cooperativas de crédito dos ecetistas 1(um) dia por semana para se dedicar às questões da cooperativa.

#### ***f) Eleições diretas, em todos os níveis de direção da ECT.***

A ECT realizará eleições diretas para supervisores, chefes, diretores regionais e diretoria central da empresa (incluindo presidente), com o objetivo de democratizar e fortalecer a instituição perante os trabalhadores e à sociedade. Os candidatos concorrentes aos cargos terão que atender às exigências de um relacionamento sadio e conduta correta na Empresa e para com os trabalhadores. Os candidatos eleitos diretamente pelos votos dos trabalhadores em seus locais de trabalho serão avaliados periodicamente pela categoria Ecetista e terão seus mandatos revogáveis, quando a mesma julgar necessário.

#### ***g) Negociação coletiva***

Em caso de ocorrência de fatos econômicos, sociais ou políticos que determinem ou alterem substancialmente, aos trabalhadores caberá a iniciativa de propor revisão do presente Acordo Coletivo, visando ajustá-lo a nova realidade.

#### ***h) Prorrogação, revisão, denúncia ou revogação***

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial, do presente acordo, ficará subordinado às assembleias gerais das respectivas bases sindicais, conforme os estatutos daqueles sindicatos, observando-se a liberdade e autonomia sindical estabelecidas na Constituição Federal em vigor, desde que o ajuste não signifique suprimir ou diminuir os direitos, benefícios, condições ou conquistas dos trabalhadores da ECT, previsto neste acordo.

#### ***i) Penalidades***

Descumprida qualquer cláusula deste acordo pela Empresa, esta pagará ao(s) empregado(s) prejudicado(s) multa diária no valor equivalente a 20% (vinte por cento) sobre cada dia de trabalho deste, enquanto durar a infração.



### j) Extensão do acordo

As claúsulas que compõe o presente acordo deverão ser estendidas aos empregados prestadores de serviços, estagiários, deficientes físicos e outros.

## X - Vigência

Fica estabelecida a data base em 1<sup>a</sup> de Dezembro. As cláusulas desde Acordo valerão a partir de 1º de Agosto de 2012 a 31 de dezembro de 2013.

O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá validade até a assinatura do próximo Acordo.

## XI - Outras reivindicações

01 – Que as refeições no turno III sejam realizadas no mínimo após 03 horas de trabalho para evitar um longo turno ininterrupto de trabalho na madrugada;

02 – Inspeção pelos Cipeiros e Delegados Sindicais dos materiais necessários para a operação nos CTEs e CTCs (CDL, mangas, bases, coletores, etc) na entrada dos turnos, em caso de falta de material o trabalho fica suspenso até solução pela Empresa;

03 – Obrigatoriedade do fornecimento de 01 coletor por Ecetista, nos setores que fazem triagem de envelopes manualmente;

04 – Abertura dos estacionamentos da Empresa para os trabalhadores estacionarem seus carros, Ecetista não é bandido para ser proibido de entrar na Empresa, com seu carro;

05 – Não reconhecimento do MANPES da ECT que fere a legislação vigente, o PCCS e o Acordo Coletivo de Trabalho; que as normas de pessoal só tenham valor quando negociadas através de Acordo Coletivo de Trabalho, seguidas, de Campanhas específicas da base, respaldadas pelas Assembleias Gerais da categoria.

Por motivo de espaço vamos distribuir a proposta de pauta da Corrente Ecetistas em Luta diretamente para os delegados no próprio Conect.



*ECETISTAS EM LUTA*





## CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA (CSD)

### Introdução

Os trabalhadores e trabalhadoras ecetistas identificados com a Corrente **CUT Socialista Democrática/CSD**, corrente presente na direção nacional da Central Única dos Trabalhadores e na direção de inúmeros sindicatos e federações no Brasil, se apresentam à categoria dos Correios com a tese a seguir e convida a todos a lerem, refletirem e apoiarem na luta que é de todos nós.

### I - Conjuntura nacional e internacional

1. O neoliberalismo, como projeto hegemônico, atingiu um patamar de crise sem precedentes em escala internacional. A redução da capacidade de dominação desse projeto está refletida no desgaste da sua legitimidade, na maior fragilidade de direção do imperialismo e na falta de coesão política para apresentar um programa que responda às situações impostas pela da crise mundial.
2. A crise de perspectivas da social-democracia europeia é resultado direto da opção de integração de cunho hegemonicamente liberal. Os movimentos sociais europeus e o sindicalismo, em particular, encontram-se em situação muito defensiva. As mobilizações, cada vez mais crescentes, buscam segurar conquistas históricas e defender-se diante das imposições por ajustes fiscais, por cortes em investimentos sociais e por redução de direitos dos trabalhadores. A esquerda europeia não tem conseguido apresentar-se como alternativa política em seus países, ocorrendo resultados eleitorais favoráveis à direita e consequentes opções ultranacionalistas, xenófobas e até fascistas.
3. A democracia – principalmente as democracias europeias – está fortemente ameaçadas pela ânsia devastadora do capital em busca da sobrevivência do sistema. As soberanias nacionais e o poder decisório dos seus povos são descartados diante da imposição autoritária do centro de poder do mercado europeu. Os novos primeiros-ministros da Itália e da Grécia são oriundos do Banco Goldman Sachs. Não há mais intermediários; agora, a gestão dos governos nacionais é direta dos funcionários do mercado financeiro. Um novo tipo de ditadura do capital tem sido forjado em nome do euro.
4. Por sua vez, o fortalecimento dos movimentos sociais e forças de esquerda na América Latina parece criar um período histórico novo no qual as novas dinâmicas políticas e sociais emancipatórias e as novas agendas progressistas têm sua centralidade imediata no Sul do mundo.
5. O caráter progressista de diversos governos latino-americanos pode ser apresentado pela capacidade de promover a soberania nacional, a democracia popular, a elevação da renda do trabalho e geração de empregos, de ruptura com o neoliberalismo em seu conjunto e de se posicionar criticamente à ordem mundial que levou à mais recente crise econômico-financeira ao redor do globo e no centro do capitalismo desenvolvido.
6. No caso brasileiro, é importante recordar que, quando o comportamento econômico do país estava sob orientação do neoliberalismo, nossa inserção internacional ocorria de forma passiva e subordinada. Com efeito, cada instabilidade externa produzia em nosso país a interrupção da



expansão produtiva, com profundas consequências sociais negativas (desemprego, pobreza, informalidade, redução dos gastos sociais).

7. O crescimento econômico do período neoliberal (anos 1990) manteve-se em 2,3% de média anual do PIB. A opção neoliberal, diante de tal estagnação, foi o ajuste fiscal permanente: contingenciamento do gasto público, privatização do setor produtivo estatal, elevação da carga tributária.

8. O Governo Lula iniciou a transição do neoliberalismo para o modelo próximo ao social-desenvolvimentista. É um novo tipo de desenvolvimento que tem sido gestado. *O Estado passou a fazer parte da solução dos problemas*. Reafirmou-se a soberania nacional, reorientou-se a inserção internacional, formou-se uma significativa reserva cambial, redirecionou-se o comércio externo e foi estabelecida uma dinâmica de cooperação técnica para o âmbito das relações entre os países do Sul. Houve ampliação do gasto social de 19% para 22% do PIB, com a inclusão de mais de um terço da população brasileira em programas de garantia mensal de renda. Os bancos públicos assumiram importante papel com o fornecimento de crédito mais barato e com o financiamento público de obras de infraestrutura social.

9. Há um evidente contraste entre o Brasil da década de 1990 e este que vivemos atualmente. Aquela década viveu um dos piores desempenhos socioeconômicos de todo o século XX.

10. A transição do neoliberalismo para o social-desenvolvimentismo permitiu que o Brasil pudesse iniciar a retomada de uma sociedade salarial. Trata-se de um quadro social fortemente impulsionado pelo avanço do emprego assalariado, especialmente com carteira assinada. O novo ciclo de desenvolvimento nacional permitiu a ampliação generalizada do consumo popular, sobretudo no terço de menor renda.

11. Temos um alvo fundamental a atingir: superar a natureza liberal do Estado brasileiro, que mantém a correlação de forças fortemente favorável à classe dominante.

12. A natureza liberal do Estado brasileiro é formada pelos privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade, patriarcais e racistas, formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral avessos aos princípios republicanos mais fundamentais.

13. A natureza liberal do Estado brasileiro deve ser substituída por outras fundamentações, que permitam construção de um Estado da Solidariedade, Feminista e Multiétnico, orientado pelos valores do socialismo democrático.

14. A eleição da Dilma Rousseff representa a continuidade do projeto político implementado pelo presidente Lula e de um modo geral tem feito opções estratégicas que reforçam a opção de superar a miséria e pobreza extrema e diminuir a desigualdade social, porém ainda assim têm limites e traços pontuais da política neoliberal, tais como o tratamento a greve dos trabalhadores, a recente privatização de aeroportos, reforma da previdência (criação do Fundo de pensão para o servidor público) e a política de combate à crise empregada em 2011, fruto de seu caráter de coalizão e de uma correlação de forças no parlamento que impõe alianças e medidas contrárias ao interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo das instituições públicas. Essa conjuntura apresenta como desafio à FENTECT e aos movimentos sociais a disputa de rumos do Estado.



## II - Organização e estrutura sindical

**Pela aprovação de um programa que unifique as lutas por igualdade em suas dimensões econômica, política e social.**

15. O XI Congresso da FENTECT - CONTECT deve superar as travas impostas pelas disputas internas que visam única e exclusivamente o aparelho sindical e avançar para cumprir o seu papel efetivo, o de ser um fórum de debates e tomada de decisão dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Correios no sentido de construir um plano de lutas combativo e referenciado num programa político de esquerda, capaz de ser executado pelo conjunto da categoria e que unifique numa mesma plataforma as lutas por igualdade em suas dimensões econômica, política e social.

16. Relacionar como partes de uma mesma luta as dimensões econômicas, sociais e políticas, significa consolidar um sindicalismo anti-corporativo e libertário. Desde a sua fundação, a CUT traz para o centro do seu programa a compreensão de que a luta econômica não encerra a luta política. Os ganhos salariais, nesse sentido, não concluem a luta sindical. De outra forma, tais ganhos contribuem para legitimar o questionamento ao imperialismo, à hegemonia capitalista e às diversas formas de opressão.

17. É essa concepção sindical que permite relacionar a luta econômica com a busca de igualdade social e política. O feminismo, a igualdade étnica e a livre orientação sexual não são apêndices do programa, mas partes constitutivas dele, sem os quais as transformações de cunho socialista perdem sua dimensão democrática, porque não é igualitária.

18. A presença massiva das mulheres no mercado de trabalho explicita a tensão gerada pela utilização do tempo das mulheres como um recurso elástico e inesgotável.

19. Políticas afirmativas dos direitos das mulheres, nas dimensões privadas e públicas, devem ser incorporadas à construção feminista deste Estado solidário, rompendo as cadeias opressivas do patriarcalismo. Isso significa, necessariamente, a defesa da autodeterminação e autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas, garantindo o direito ao aborto. Para tanto, este forte estímulo à participação das mulheres na política e na construção partidária e sindical, precisa ser acompanhado de ações afirmativas, transformadas em políticas públicas e adequações das estruturas partidária e sindical, que permitam a responsabilidade do conjunto da sociedade com a reprodução e criação de seus descendentes, deixando de sobrecarregar apenas mães e/ou pais/cuidadores.

20. A formação da sociedade brasileira foi marcada por uma relação assimétrica entre grupos étnico-raciais distintos. Frente à dinâmica de um modelo de produção que durante mais de 300 anos utilizou negros e negras como mão de obra escrava, o desenvolvimento capitalista brasileiro apropriou-se da exclusão social dos negros/as para garantir maior heterogeneidade no interior da classe trabalhadora brasileira. A transição da ordem senhorial escravista para a ordem social competitiva não integrou negros e negras igualmente aos trabalhadores assalariados. Esse processo histórico tem no racismo um importante elemento estruturante nas relações sociais. O racismo objetiva determinar o lugar da população negra na sociedade conferindo desvantagens no acesso aos direitos, subjugando a posições subalternas e negando o acesso a oportunidades.

21. A luta pela institucionalização da igualdade, de fato, dos direitos dos negros e negras e da garantia do exercício pleno da cidadania visando promover novas relações sociais é resultante da



compreensão de uma necessária recomposição política e econômica do Estado a partir do aprofundamento do seu caráter democrático. Superar o racismo, reparar distorções históricas e promover a igualdade entre negros/as e não negros/as resulta da ampla compreensão de que as dimensões classistas e antirracistas são elementos centrais e combinados na luta política que travamos na sociedade.

22. O Brasil deve viver pelos próximos anos uma situação demograficamente conhecida como de oportunidade, na qual o padrão de envelhecimento da população ainda não é dominante, mas o crescimento demográfico já diminui bastante, fazendo com que a grande maioria das pessoas esteja em idade produtiva e possam contribuirativamente para a construção deste gigantesco esforço histórico. O Estado orientado por essa perspectiva deve ampliar a proteção social sobre a imensa massa juvenil, reduzindo a entrada de jovens no mercado de trabalho antes de concluir sua formação acadêmica ou técnico-científica. A emancipação de jovens é a sua não dependência do trabalho para fins de sobrevivência. O Estado deve assumir, assim, a proteção da juventude diante da demanda pela exploração do trabalho juvenil.

23. Este processo de universalização da cidadania no Brasil, programaticamente concebido a partir dos princípios da desmercantilização da vida, da afirmação dos direitos das mulheres, dos LGBTs e dos negros, da conquista da emancipação juvenil, da democracia dos trabalhadores, deve ser concebido como o próprio processo de auto-formação do povo brasileiro.

24. No estabelecimento de políticas sociais compete à FENTECT participar das discussões que apontem alternativas em relação à destruição do meio-ambiente, dos ecossistemas nacionais, a partir da ‘sua venda’ aos grandes produtores rurais e a empresas multinacionais que apenas fazem o extrativismo destruidor. O descuido com o meio ambiente tem levado o Brasil à triste condição de país que perde suas belezas naturais por negligencia política e tragédias ‘naturais’. Essas tragédias impõem aos trabalhadores prejuízos econômicos, perda de familiares e da sua identidade também. O código florestal recentemente aprovado carece de urgente reestruturação!

### III – A FENTECT e a Conjuntura

25. A Federação ao longo de sua história, adequadamente respondeu as diferentes conjunturas. Nos anos 80 soube potencializar a correlação de forças na luta de classe, fazendo avançar a posição dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios.

26. Durante os anos 90, com o avanço neoliberal no Brasil, a Federação construiu uma agenda de resistência. Manteve-se aliançada com os demais setores da classe através da CUT no combate ao programa neoliberal.

27. Entretanto após a posse do governo Lula parcela do movimento sindical não soube identificar o que estava em jogo e se manteve numa postura de jogar trabalhador contra trabalhador. Como se ocupar as funções de gestão na Empresa que é pública, do povo brasileiro, fosse uma traição de classe. Se por um lado uns abandonam as lutas para ter um cargo, ou até “aderem” ao partido do governo – seja lá qual for o governo (federal, estadual ou municipal), por outro lado, o movimento sindical não discute o verdadeiro causador dessa situação: **a inexistência de uma carreira que valorize o trabalhador** e que não sofra influencia externa à do ambiente de trabalho, que garanta a ascensão financeira e profissional



a cada trabalhador pelo seu esforço de construção da empresa brasileira.

28. Enquanto o neoliberalismo sofreu, desde o final do século passado, derrotas importantes em todo o mundo; enquanto a hegemonia norte-americana foi fragilizada e questionada, em todos os cantos do globo, até por países centrais capitalistas; enquanto a China caminhou a passos largos para uma posição de potência econômica/militar; enquanto a América Latina viu ascender Governos antineoliberais em diversos países; enquanto o capitalismo sofre a maior crise de toda a sua história, levando o mundo a uma convulsão econômica; as forças políticas que compõem a FENTECT operam como se estivessem em um ambiente de ascensão do neoliberalismo.

29. A não compreensão de que uma nova hegemonia está em disputa e, portanto, a necessidade de travar uma guerra de posição contra o capital, cristalizando uma correlação de forças favorável à classe operária e seus aliados, em um campo de batalha cuja posição dos exércitos do(a)s trabalhadores (as) estejam em melhores condições ofensivas, levará, necessariamente, à desacumulação de forças, no interior da Federação, orientando-a a um estágio inferior na luta de classes.

30. O momento não é a conciliação em torno da terceirização, mas a exigência do final dela no interior do espaço público; o momento não é a luta apenas por concursos públicos, mas quais devem ser feitos, sob a ótica da classe; o momento não é participar apenas do debate da reforma do estatuto da empresa, mas exigir o imediato fim do poder dos iluminados e maior democracia no interior da Empresa possibilitando o crescimento e participação de todos e todas nas decisões; o momento não é conciliar com setores atrasados da categoria, mas buscar unidade a partir de proposições que levem a categoria para posições de vanguarda no movimento social.

### **III - Relações de trabalho**

31. As discussões sobre relações de trabalho no interior da FENTECT devem se pautar pelo projeto estratégico de construção de uma carreira que organize as relações de trabalho da nossa categoria. Para nós o plano de carreira constitui-se em instrumento de gestão, referenciando o desenvolvimento dos seus integrantes no Plano Estratégico da empresa, que deve ser construído em processo participativo e emancipatório.

32. É a partir da carreira que podemos fazer o debate e construir condições efetivas para a implementação do projeto que queremos construir para uma empresa pública para o público, devendo esse estar estreitamente vinculado à nossa visão de mundo. Sendo assim, queremos recuperar a centralidade da carreira principalmente nas discussões sobre relações de trabalho e terceirização, pois é através dessa centralidade, tendo a concepção de estado e sociedade como pano de fundo é que será possível avançar sobre o economicismo e construir sínteses e unidade para a luta.

33. Para nós da CSD-Correios a carreira deve ser organizada por atividade finalística, macro-cargo único, especialidades hierarquizadas por conceito de classe não restrito ao critério da escolaridade, linearidade na estrutura hierárquica expressando valorização social do trabalho rumo a uma visão de sociedade mais igualitária, desenvolvimento baseado em capacitação e avaliação com viés institucional e de democratização das relações de trabalho, papel do empregado público e visão de Estado prestador prioritário de serviço nas áreas sociais. Essa visão, precisa ser discutida na categoria e desenvolvida para termos unidade em sua conquista.



34. A renovação da categoria, sobretudo a partir de 2011 com o concurso público e ingresso de quase 10mil novos trabalhadores, que chegam desconhecendo a divisão de classe/categoria imposta aos trabalhadores entre pensantes e operacionais, deve ser vista como uma oportunidade em estar discutindo a fundo a melhor carreira para todos.

#### ***IV - Organização dos Trabalhadores – Sindicatos e Federação***

35. Neste congresso da FENTECT e os SINDICATOS filiados muita coisa precisa ser debatida, como a participação, ou não, de algumas correntes políticas, que priorizando sua autoconstrução andam na contra mão dos interesses dos trabalhadores/as,

36. Será necessário estabelecer uma ação forte de informação junto a base da categoria que desmascare os que fazem um único discurso de defensores dos ECETISTAS, que ao levarem à aprovação a desfiliação dos sindicatos à federação estão na prática impondo a divisão dos trabalhadores, o que poderá enfraquecer a luta do conjunto dos trabalhadores/as.

37. Depois do reconhecimento das Centrais Sindiciais por parte da Lei 11.648/2008, apareceram vários “defensores” dos trabalhadores/as neste país a fora; sindicatos sendo fundados em qualquer esquina, assim como novas Centrais Sindiciais. Algumas estão atrás simplesmente do Imposto Sindical, ou seja, dos recursos financeiros descontados anualmente por cada trabalhador de forma compulsória (obrigatória).

38. A CUT é contra o imposto sindical porque desde a sua fundação em 1983, se opõe a esta estrutura sindical, já era obsoleta, e continua sendo, e tendo como base os princípios da liberdade e autonomia sindicais – defendendo a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A CUT nasce combatendo a unicidade sindical e defendendo a liberdade de organização dos trabalhadores/as e autonomia para que possam decidir qual sindicato irá representá-los/las na defesa de seus direitos e como será a sustentação financeira da entidade que escolheram.

39. A CUT lançou no dia 26 de março de 2012 o Plebiscito Nacional sobre o Fim do Imposto Sindical. A coleta de votos vai até o dia 15 de junho e faz parte da Campanha Nacional por Liberdade e Autonomia Sindical – uma bandeira histórica da Central Única dos Trabalhadores. Das cinco centrais sindicais brasileiras reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, a CUT é a única contra o imposto. O plebiscito é para informar a população e dar a oportunidade para que possam dizer sim ou não ao famigerado imposto sindical.

40. Hoje vemos algumas correntes políticas dentro da FENTECT dizendo que esta nossa federação não representa mais os trabalhadores/as ecetistas e justificam com isso a construção de alternativas para os trabalhadores. Alternativa para quê e quem?

41. Infelizmente, alguns trabalhadores que se dizem de esquerda hoje não se entendem e assistimos a práticas de alguns dirigentes sindicais que estão longe de representar de fato os trabalhadores. Não adianta ficar só no discurso, temos que ser diretos com os trabalhadores e mostrar que podemos ser diferentes de tudo que está aí. Isso significa que não podemos ter práticas iguais da direita, igual aos que defendem os interesses do capital. Temos que unificar nosso discurso de esquerda independente



do governo – qualquer que seja - de esquerda ou de direita.

42. É necessário fazer o debate sobre o papel de cada um na luta política. Na esfera pública, o Governo, e os que estão nas funções da defesa do Estado, vão sempre defender o direito do conjunto da população, assim deveria ser, e com isso nem sempre estarão abertos a atender a todos que à ele se insurgem para reivindicar. Significa que governos e dirigentes de empresas públicas colocam sempre todas as ações públicas no mesmo nível de negociação das reivindicações dos trabalhadores. Na esfera privada, os empresários, como patrões que são, defendem os seus interesses de lucros e da mais valia que expropriam dos trabalhadores, para seus interesses individuais ou de classe. É necessário que os/as trabalhadores/as ecetistas entendam as diferenças para que possamos saber como negociar e demonstrar que as reivindicações dos trabalhadores ecetistas trazem como resultado melhorias no serviço público que prestamos à população brasileira.

43. Outro tema importante a ser debatido é a diferença de atuação do Sindicato e do Partido Político. Segundo o importante filósofo italiano, Antonio Gramsci, os sindicatos e demais movimentos sociais são instrumentos políticos importantes e devem ter suas direções disputadas pelos trabalhadores, no entanto eles estão presos aos limites da ordem capitalista, tendo suas reivindicações limitadas, particularizadas de acordo com o objetivo específico de cada movimento. Já o Partido Político tem um papel fundamental no processo de disputa de hegemonia, sendo o principal instrumento de luta contra a dominação burguesa.

44. Portanto, é importante que cada trabalhador tenha sua ideologia, encontre o Partido político que melhor represente suas propostas para mudar o país como um todo. Essa escolha fortalece a democracia que se pauta pela pluralidade partidária e que a cada dois anos apresentam suas propostas para o conjunto da sociedade. Não devemos como trabalhadores nos opor a existência de partidos políticos e nem perseguir aqueles que democraticamente expressam suas escolhas.

45. A organização sindical é importante para a organização da classe trabalhadora e da existência de um instrumento que represente a classe que em alguns momentos terá interesses que podem chocar com outros segmentos e até mesmo do Estado, no caso dos empregados e funcionalismo público. Isso é democracia, isso é disputa política.

46. A CSD Correios defende a unidade dos trabalhadores ecetistas em torno da FENTECT e da CUT numa grande frente em defesa dos trabalhadores/as e de uma pauta unificada de luta e repudiamos as tentativas de ações divisionistas porque setores priorizam a construção partidária à unidade dos trabalhadores.

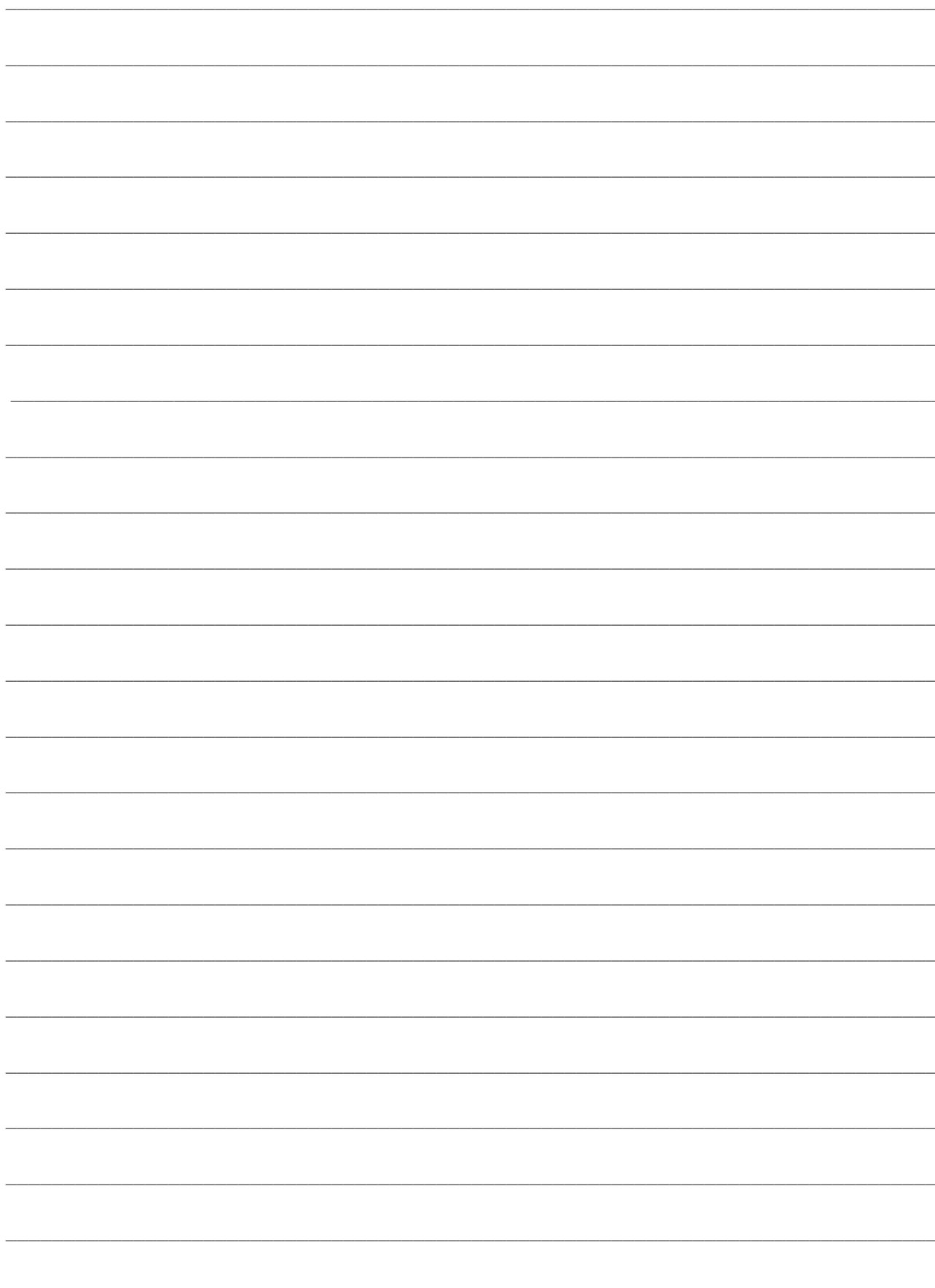
#### ***Alguns itens da Pauta de Campanha Salarial de 2011/2012***

- Piso salarial de R\$ 1.635,00;
- Pagamento das perdas de 1994/2010, de 24,76%;
- Reposição da Inflação;
- Vale alimentação/refeição de R\$ 30,00 e cesta de R\$ 300,00;
- Jornada de 6h já para Atendente;
- Melhores condições de trabalho – locais de trabalho digno; acesso aos sistemas de informação dos direitos e deveres do trabalhador pela internet; equipamentos e condições tecnológicas que auxiliem o desempenho das atividades;
- Participação dos trabalhadores na definição das metas e objetivos a serem alcançados;
- Concurso Público para a contratação de pessoal;



- Constituição de Grupo de Trabalho paritário para no prazo de 6 meses apresentar proposta de Plano de Carreira para todos os trabalhadores/as;
- Imediata suspensão da implantação desse Sistema de Avaliação Produtivo, o SAP;
- Implantação dos mecanismos contra o Assédio Moral e Sexual;
- Contra todas as formas de discriminação;
- Contra as desigualdades sociais, pela redução da fome e da miséria, por emprego e condições dignas de trabalho e por educação, habitação e saúde para toda a população brasileira.







## **Frente Nacional dos Trabalhadores dos Correios (FNTC)**

**Avançar na Luta para Defender os Correios Público e 100% Estatal Em Unidade de Ação, Sem Rabo Preso com o Governo e com a Direção da Empresa.**

**“As pessoas têm medo das mudanças. Eu tenho medo que as coisas nunca mudem”**

**Chico Buarque**

**“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”**

**Rosa Luxemburgo**

### **Apresentação**

Apresentamos aos delegados e delegadas do 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios (XI CONTECT) a tese da **FRENTE NACIONAL DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS (FNTC)**. Nestes marcos, o XI CONTECT se constitui num importante e decisivo momento para a organização nacional dos trabalhadores Ecetistas.

Nosso primeiro objetivo político neste Congresso é a armação da categoria para os duros embates contra os patrões da ECT e do governo, compreendendo este momento político marcado pelo agravamento da crise econômica internacional, em particular no continente europeu, quando os reflexos da crise ainda são limitados no Brasil. Mas, já ocorre um aumento da polarização social e das lutas de resistência no Brasil. O governo segue tendo o apoio da maioria da população, ancorado no crescimento econômico anterior, mas o ascenso sindical iniciado em 2011 prossegue.

O aumento da polarização social tem tido como resposta a repressão aos movimentos sociais, a criminalização das lutas, do povo pobre e das lideranças populares por parte de todos os governos. Portanto, este Congresso está chamado a responder a essa realidade, armando nacionalmente os sindicatos dos trabalhadores dos Correios com um programa de reivindicações específicas da categoria, mas também com um plano de ação comum para as lutas do conjunto da classe trabalhadora.

O nosso segundo objetivo político é seguir no chamado ao fortalecimento da alternativa de direção nacional que estamos construindo pela base da categoria, em oposição nacional a FENTECT: a **FNTC - Frente Nacional dos Trabalhadores dos Correios**. Buscamos a consolidação desta entidade e a incorporação de novos setores da vanguarda lutadora da categoria ecetista, nos separando da FENTECT e de sua política hegemônica ancorada por critérios e métodos estranhos à nossa classe.

A **FNTC**, embora seja uma entidade minoritária, se fortaleceu nas últimas lutas e tem a possibilidade de trazer para os participantes deste Congresso um conjunto de propostas que se expressam



no Plano de Lutas desta tese, para defender os Correios público, 100% estatal, derrotar o SAP e preparar uma campanha de lutas pela anistia dos descontos e da compensação dos dias da greve do ano passado.

Queremos reivindicar o acerto político que foi o processo de discussão que resultou na fundação da **FNTC**. Ao longo dos 03 últimos anos participaram deste processo os SINTECTs de Amazonas, Pernambuco, Paraíba, Piauí, São José do Rio Preto, Vale do Paraíba, a minoria da diretoria do SINTECT-RS e as oposições nos sindicatos de SP, RJ, BSB, SC, PR e CAS. Na 1ª Plenária Nacional realizada nos dias 04 e 05 de fevereiro de 2012 foi eleita sua primeira direção provisória.

A conformação da **FNTC** confirmou-se como acerto político importante, em alternativa ao governismo, aos golpes e traições impostas à categoria pela maioria da direção da FENTECT composta pela ARTICULAÇÃO SINDICAL-CUT/PT e também pela CTB/PCdoB, hoje rachada com um setor a favor de romper e outro contra.

Mas, esse tema é parte do debate que trazemos para este XI CONTECT.

*Com essa disposição e com esses objetivos, apresentamos nossa tese como uma elaboração coletiva, que segue aberta para receber outras propostas e adesões também de outros dirigentes das oposições, direções sindicais e minorias ligadas ou não à FNTC, bem como dos demais trabalhadores e trabalhadoras de base que concordarem conosco.*

## Conjuntura Nacional e Internacional

O 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios (XI CONTECT) se realizará em meio a uma nova situação internacional marcada pela combinação da crise econômica, da Primavera Árabe e da guerra social desencadeada pelos governos europeus contra os trabalhadores e a juventude de seus países, que têm reflexos em todo o mundo e impõe novos e maiores desafios. O aprofundamento da crise econômica imperialista reforça mais que nunca a necessidade de buscar construir a unidade dos trabalhadores reunindo setores no Brasil e em todo o mundo que lutam e resistem contra os efeitos da crise e em defesa dos direitos dos trabalhadores e da juventude.

### **Primavera Árabe: o ascenso das massas do Norte da África e Oriente Médio**

Há mais de um ano se iniciava na Tunísia um enorme e vitorioso processo revolucionário que se alastrou pelo Norte da África e Oriente Médio varrendo ditaduras sanguinárias há décadas no poder. A derrubada do ditador Ben Ali foi o estopim de um processo que se alastrou pelo mundo árabe, abriu uma crise na dominação imperialista numa região estratégica pelas reservas de petróleo e animou novos movimentos em todo o mundo. A revolta das massas árabes contra anos de exploração, miséria e desemprego, agravados pela crise econômica mundial, não pouparon governos fantoches sustentados por décadas pelo imperialismo americano e europeu como Mubarak no Egito, assim como, Kadaf na Líbia, em que se desmascarou o caráter pró-imperialista de seu regime nos últimos vinte anos.

A fim de manter seu domínio na região e deter a ação das massas, o imperialismo apoiou a criação de um governo de “transição” no Egito formado por uma Junta Militar. Na Líbia, além de intervir mili-



tamente procura através do Conselho Nacional de Transição (CNT) também retomar o controle do país. No Iêmen, para pacificar as massas, o governo norte americano costurou acordo junto com a Arábia Saudita que obrigou o ditador Ali Abdullah Saleh a renunciar. Porém, na medida em que esses novos governos não atendem às necessidades fundamentais do povo, rapidamente as massas fazem experiência e perdem ilusões retomando as mobilizações como, recentemente, na Praça Tahir no Cairo, enquanto, segue a luta do povo sírio pela derrubada do ditador Assad.

Sustentamos que não se pode depositar nenhuma confiança no imperialismo nem nos novos governos, seja o de “transição” no Egito ou o do CNT na Líbia. Somente os povos árabes em luta são os únicos que devem decidir sobre seus próprios destinos e que tanto anima mobilizações pelo mundo como do “15-O”, a heróica luta dos estudantes chilenos e dos indígenas bolivianos.

### ***Crise econômica global e crise do imperialismo***

A crise econômica mundial tem causado enormes abalos nos mercados de todo o mundo e nos governos da Europa e EUA. A atual crise é continuidade da crise iniciada em 2008, que tem um novo pico neste momento. Se inicialmente o epicentro da crise estava nos EUA, neste momento, sem dúvidas, é a zona do euro o pólo imperialista mais afetado, onde se inicia uma recessão de conjunto, associada à possibilidade de quebra de grandes bancos e estados. A crise econômica internacional afetou a economia europeia e diminuiu os ingressos de euros dos países mais débeis gerando uma crise das dívidas públicas e uma segunda crise do euro. Os estados começaram a sobreendividar-se, seja para ajudar diretamente os bancos ou para garantir o pagamento das dívidas públicas, que aumentavam aceleradamente em cada refinanciamento pelas altas taxas de juros cada vez maiores, na medida que a classificação das dívidas piorava. Grécia e Irlanda são os primeiros exemplos de um processo que abrange toda a zona do euro e arrasta neste momento economias de países como Portugal, Espanha e Itália. Para preservar o euro, já que sua explosão seria uma “catástrofe” para a economia e as finanças mundiais, as burguesias, especialmente alemã e francesa, exigem a submissão desses países ao FMI e um profundo ajuste fiscal. Os governos de turno adotam tais políticas, que representam a perda de soberania nacional e uma verdadeira “guerra social” aos trabalhadores e a juventude. Assim, para salvar o capital sacrifica-se frontalmente e sem mediações conquistas sociais, condições de vida e direitos dos trabalhadores. O sistema capitalista imperialista já não pode garantir a manutenção de nenhuma dessas conquistas e necessita destruí-las para defender seus lucros e descarregar a crise sobre as costas dos trabalhadores e do povo.

Tudo isso tem provocado uma profunda instabilidade política e social no velho continente e produzido uma situação explosiva como pode se verificar na crescente resistência das massas aos planos de ajustes desde as greves gerais na Grécia, Portugal e Inglaterra, à marcha dos indignados na Espanha e nas derrotas eleitorais do partidos governistas como por exemplo a ocorrida, recentemente, na Alemanha.

A derrota de Nicolas Sarkozy nas eleições presidenciais da França no início de maio, provocou uma grande satisfação entre muitos trabalhadores, não só da França, mas de muitos outros países da Europa. Afinal, foi Sarkozy (ao lado da chanceler alemã Ângela Merkel) o responsável pelos planos de austeridade que impõe uma enorme regressão social para a juventude e a classe trabalhadora europeia.

Tentando desesperadamente restaurar as taxas de lucro dos capitalistas, os governos da Alemanha e França (o eixo da União Europeia) empurram os povos do continente para o caminho da misé-



ria, por meio de demissões, cortes salariais, reforma trabalhista e na Previdência, corte nos orçamentos e o avanço da privatização. A satisfação com a derrota de Sarkozy, portanto, expressa o crescente descontentamento popular em todo o continente contra os planos da “troika” (FMI, Banco Europeu e Comunidade Europeia) e um repúdio aos governos atrelados aos banqueiros.

Entretanto, para capitalizar a insatisfação e vencer as eleições, Hollande apresentou um discurso tentando propagar a idéia de que agora temos de fazer “um pacto para o crescimento”, e “não pensando apenas em austeridade”. Porém, é irrealista pensar que Hollande imprima uma virada dramática em relação à política adotada por Sarkozy. Pelo contrário, há uma continuidade nas medidas que os socialistas e os conservadores juntos se comprometeram, em seus governos alternados, nas últimas décadas. Juntos aplicaram uma política de sustentação da União Europeia, do Euro e das políticas neoliberais anti-operárias.

Portanto, os trabalhadores da França devem confiar em suas próprias forças para defender seus meios de vida contra as demissões e o desemprego. Não há como conciliar as necessidades básicas dos trabalhadores e do povo com o “resgate” dos bancos. Os planos a que condiciona a permanência dos países no Euro e na UE são os mesmos que condenam os trabalhadores e dos setores populares ao empobrecimento e à ruína social. Por isso, a saída para crise é a retirada da França da UE, seguida da nacionalização dos bancos, do monopólio estatal sobre o comércio exterior e controle dos trabalhadores sobre todas as empresas que realizarem demissões.

Nessa esteira, nos EUA, Obama não vive dias melhores. A eclosão e agravamento da crise mundial e seu profundo impacto no coração do imperialismo, frustraram as expectativas no “primeiro presidente negro” o que impediu a superação da crise política aberta com a derrota do imperialismo no Iraque. O capitalismo não é o fim da história, o capital não tem como atender os interesses dos trabalhadores e da juventude, só a luta dos trabalhadores e da juventude de todo o mundo pode construir uma alternativa operária e socialista que garanta emprego, saúde, moradia, educação e transporte digno para todos.

### ***O Brasil não está imune à crise: desaceleração econômica e retomada das lutas operárias***

A economia brasileira ainda não sente com tanta intensidade os efeitos da crise internacional e encerrou o ano de 2011 com crescimento, apesar disso o país não está imune à crise. Há uma desaceleração da economia brasileira como reflexo da crise econômica internacional dentro das particularidades brasileiras. O crescimento do PIB em 2011 ficou próximo de 3,5 % contrariando todas as previsões do governo.

A manutenção pelos governos Lula/Dilma do modelo da economia brasileira como uma plataforma de produção e exportação de commodities para o mundo e automóveis e eletrodomésticos para a América Latina mantém e aprofunda a dependência e vulnerabilidade da economia brasileira aos sobressaltos da crise internacional.

Dante disso, o governo e a patronal já preparam uma série de medidas que representam profundos ataques aos direitos dos trabalhadores e da juventude a fim de se prevenirem de um eventual agravamento e reflexo da crise internacional no Brasil.

O Governo Dilma, aproveitando-se da popularidade de Lula, desde o primeiro momento tratou de dar



continuidade à política de colaboração de classes de seu antecessor. Assim, Dilma não titubeou em relação ao salário mínimo e aos aposentados, fez um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento federal, o maior de toda a história, com grave redução na educação (onde um terço das crianças deixam as escolas sem entender o que lêem (R\$ 3,1 bilhões), por exemplo; e compromete toda a economia brasileira ao destinar para o pagamento da dívida pública 49,15% de todo o orçamento do ano de 2011 e 48% do orçamento de 2012, muito mais do que com investimentos, pagamento do funcionalismo ou previdência social. O governo do PT, no mesmo estilo do PSDB, retomou o programa de privatização com a entrega dos aeroportos à iniciativa privada e segue com a política das reformas sindical, trabalhista e previdenciária. Tramitam ainda no Congresso Nacional diversos projetos de lei que atacam direitos dos servidores públicos e congelam salários. No campo, também não foi diferente. O Congresso Nacional conseguiu piorar ainda mais o novo Código Florestal, que representou um enorme retrocesso na luta ambiental e o fortalecimento do agro-negócio.

Os trabalhadores não se intimidaram e foram à luta. Assim, o primeiro ano do governo Dilma foi marcado também pela retomada das lutas operárias (principalmente nas obras do PAC) e demais setores da classe trabalhadora, com uma maior polarização social, ainda que o governo siga com o controle da situação política do país.

A tragédia ocorrida na região serrana do Rio de Janeiro deixou à mostra o desastre político/eco-nômico/social a que estão submetidos os trabalhadores brasileiros. Após um ano nenhuma casa foi construída na serra, nem tampouco no Morro do Bumba (Niterói/RJ), local de outra tragédia ocorrida no ano anterior. Enquanto isso, para favorecer a especulação imobiliária, o governo e a justiça, numa violenta ação policial, desalojaram os moradores do bairro do Pinheirinho de São José dos Campos/SP, construído desde 2004, no qual habitavam cerca de seis mil pessoas, para deixá-las na rua, ao relento, pois também não há casas para os moradores do Pinheirinho, o que mereceu um amplo repúdio da sociedade brasileira e da comunidade internacional.

A desocupação do Pinheirinho não é um caso isolado. Infelizmente, a realização de megaeventos, como a Copa e as Olimpíadas, está significando mais ataques para os trabalhadores. Os governos federal, estaduais e municipais estão implementando um plano que podemos chamar de contra-reforma urbana. Os governos e empresários, para favorecer a especulação imobiliária, desencadearam uma campanha de higienização (Favela do Moinho, Cracolândia, etc...) a fim de tentar esconder a pobreza.

Neste contexto mulheres e negros são a maioria dos prejudicados. A ineficácia do Programa "Minha casa, Minha vida" está demonstrada. Existe no país um déficit habitacional de 11 milhões de casas e a necessidade de uma reforma urbana que possa dar casas para os necessitados e melhorar a situação caótica nos bairros populares.

A operação realizada pela PM de Alckmin, que contou com blindados, cavalaria, bombas e armas teve requintes de crueldade, que atentam contra os mais elementares direitos humanos: os moradores não tiveram chance de retirar seus pertences, mulheres foram estupradas, se desrespeitou até uma liminar concedida pelo TRF/SP e os líderes do MUST estão sendo perseguidos e ameaçados até hoje. A face repressora do estado se manifesta cada vez mais na constante perseguição e criminalização dos movimentos sociais como ocorrido na prisão arbitrária de manifestantes do ato contra a visita de Obama ao Rio de Janeiro em 2011, na repressão e perseguição na USP, e, mais recentemente, na prisão de líderes e ativista das greves dos PM's e bombeiros dos estados da Bahia e Rio de Janeiro.



O caráter pró-imperialista do governo Dilma se confirma ao manter o Brasil no vergonhoso papel de chefiar as tropas de ocupação do Haiti, que após dois anos do terremoto que matou milhões, continua destruído. As tropas da MINUSTAH reprimem o povo para tentar estabilizar a situação para o novo governo de Martelly, enquanto assiste ao retorno das forças duvalieristas, os macoutes. A decisão do governo brasileiro de limitar a cem o número de vistos aos haitianos, além de inédita e discriminatória, aumenta o desespero daqueles que tentam fugir da situação de miséria e violência a que está submetido o povo haitiano.

Por tudo isso, os trabalhadores e a juventude não podem ter qualquer ilusão ou expectativa em relação ao governo Dilma, que esteve ao longo do ano de 2011 envolvido numa série de escândalos de corrupção que levaram à queda de sete ministros. Tampouco as alternativas da oposição burguesa, como o PSDB, DEM e PPS ou variantes que participam do governo Dilma, como o PSB e PV, são solução. Vide o recente escândalo envolvendo o falso moralista senador Demóstenes Torres com o mafioso Carlinhos Cachoeira; a Delta (construtora que mais recebeu obras dos governos), cujo dono confessa que “bota dinheiro na mão de políticos”, e um sem número de políticos de vários partidos citados na Operação Monte Carlos, da Polícia Federal, que vão desde o DEM, PSDB, PMBD e PP, até o PT, PCdoB e PPS. Por outro lado, não podemos depositar nenhuma confiança na CPI que vai investigar tais denúncias. Collor, por exemplo, faz parte desta CPI.

Neste semestre, as eleições municipais de 2012 possibilitam o debate com os trabalhadores de um programa ou plataforma de reivindicações de nossa classe, de caráter operário e socialista, que deve ser apresentado às candidaturas de uma Frente de Esquerda Socialista que se coloquem na oposição de esquerda ao governo Dilma.

Os trabalhadores e trabalhadoras dos Correios não podem ficar alheios a um momento de debate político e de alternativas para a sociedade. Respeitando a autonomia das organizações sindicais, as mesmas devem intervir junto aos trabalhadores de suas bases e apresentar a sua plataforma de reivindicações. Assim, indicamos aos trabalhadores e aos movimentos sociais a rejeição veemente dos candidatos da oposição burguesa (PSDB e seu bloco) e da base aliada do governo Dilma.

Por isso, este Congresso deve ser um passo importante para avançarmos na organização de base para a luta de nossa classe. E na compreensão, pelos trabalhadores, de que a única saída para que nossa classe seja de fato vitoriosa é a luta direta pela conquista de uma nova sociedade, justa e igualitária, governada pelos trabalhadores: uma sociedade socialista.

### Balanço da direção da FENTECT

No momento em que se realiza este XI CONTECT a atual diretoria da FENTECT completa três anos de mandato. Nestes três anos avaliamos como muito negativa a atuação política desta direção, eleita em 2009.

Como todos têm consciência, há muito tempo a FENTECT não vem atuando em defesa dos interesses de classe dos trabalhadores ecetistas. ***Isso é um fato incontestável!***

Hoje, para manter sua hegemonia na direção da FENTECT e no controle do aparato material e finan-



ceiro, a direção majoritária utiliza-se de métodos que não são da nossa classe. Que vão desde a contratação de bate-paus (lutadores de artes marciais e policiais) para intimidar os trabalhadores de base que participam de seus eventos, até a utilização de agressões físicas, como aquela lamentável pancadaria ocorrida entre os militantes da CUT e da CTB, que resultou numa “guerra de cadeiras”, durante o XXX CONREP, em junho/2011, no luxuoso hotel 4 estrelas Laguna Plaza Hotel. No CONREP anterior, a “Oposição Nacional” teve a impressão de que poderia ganhar as votações no 29º CONREP, como uma suposta maioria. Como já era previsível, a direção majoritária da FENTECT deu um golpe. O evento não aconteceu e foram todos parar na delegacia de polícia. Será sempre assim quando perceberem-se ameaçados de perder o controle da FENTECT.

Nos parece que a suposta “oposição nacional” ainda não aprendeu com aquela lição e se ilude, mais uma vez, de que serão maioria na “nova” direção a ser eleita neste XI CONTECT da falida FENTECT.

**A que ponto chegamos!** Não foi para isso que FENTECT foi fundada em 1989, no calor das lutas, mobilizações e greves que marcaram a década de 80, que levaram a derrubada da ditadura militar. E principalmente das greves do setor de correios a partir do final de 1984, 1985, 1986 e a grande greve de 30 dias de 1988.

A FENTECT foi fundada em base aos princípios da democracia operária, com congressos anuais, comandos de base eleitos em assembleias, diretoria colegiada, proporcionalidade direta e sem delegados natos. E serviu como instrumento de luta e mobilização pelos direitos imediatos e históricos dos trabalhadores dos correios.

Hoje, a FENTECT está totalmente subordinada às decisões dos Correios e ao Governo Dilma e suas políticas privatistas e de ataques aos direitos dos trabalhadores. Porque será que a FENTECT nunca entra com ação judicial contra o governo federal (PCCS, Postalis, MP-532, etc...)? Seria devido ao fato de o Sócio e Presidente do Conselho Jurídico Administrativo do Escritório da caríssima Assessoria Jurídica da FENTECT ser também membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República? Uma ação contra o governo federal patrocinada por este escritório incorreria em conflito de interesses?

Além disso, a FENTECT nada fez contra o veto do PL-372 que reabria os prazos para os anistiados. Mas, funciona como uma agencia de empregos no governo. Hoje, são mais de 600 ex-dirigentes sindicais que abandonaram a representação dos trabalhadores para assumir cargos de gestão na empresa. Da última direção eleita no X CONTECT de 2009, cinco diretores pegaram cargos de gestores, desmoralizando e traindo a luta da categoria.

Para seguir traindo as lutas dos trabalhadores, a direção da FENTECT foi suprimindo a democracia operária em seu estatuto, diminuindo a participação da base e manipulando os resultados das assembleias. ***Efetivamente, hoje a FENTECT é porta-voz do governo e não falará mais em nosso nome.***

No momento que o governo Lula assumiu, muitos acreditavam que os trabalhadores estavam subindo ao poder juntamente com aquele governo. Mas, o que vimos, já em 2005, foram inúmeros ataques, que levaram alguns sindicatos nossos desencadearem, na época, uma forte política de paralisações e protestos envolvendo os setores onde os trabalhadores eram demitidos “Sem Justa Causa”.



Em 2006, juntamente com a forte atuação no campo político e jurídico, conseguimos estabilidade para os Ecetistas pernambucanos, sendo a ECT/DR/PE proibida de demitir “sem motivação” e as reintegrações começaram acontecer.

Em 2007, como reflexo de nossas lutas, conseguimos, em âmbito nacional, uma grande vitória para os Ecetistas em todo país, que foi a Orientação Jurisprudencial nº 247 do TST, que entendeu ser os Correios uma Empresa com prerrogativas de “fazenda pública”. Portanto, não poderia mais demitir os trabalhadores celetistas da ECT “sem justa motivação”.

Em 2008, após duas grandes greves - uma no mês de Abril (09 dias) e outra no mês de Julho (21 dias) – conseguimos arrancar do governo Lula os 30% de Adicional de Risco para os Carteiros e o AAG para os Atendentes Comerciais e no mesmo ano, conseguimos o AAT para os Operadores de Triagem e Transbordo (OTT).

No ano seguinte, 2009, os trabalhadores tiveram que engolir, pela primeira vez na história das negociações coletivas da categoria, um acordo coletivo de dois anos, o famoso **Acordo Bianual** (2009/2011). A assinatura do **Acordo Bianual** foi um dos momentos mais categóricos do fim da FENTECT como uma ferramenta da classe e para a classe. Naquele momento, a maioria da FENTECT (PT/PCdoB) imperou a falta de democracia, o desrespeito aos critérios estatutários, o método das assembleias fantasma convocadas junto com a direção da empresa, etc... Essa traição histórica levou ao surgimento do **BLOCO DOS 17 SINDICATOS** que originou a **FNTC**. Lamentavelmente, ao longo daquele processo promissor, o bloco foi implodido pelos métodos burocráticos e sectários impulsionados pela política ultra do PCO/Ecetistas em Luta, o qual travou a Ação Judicial proposta, pelo seu medo de romper com a FENTECT, da mesma forma como até hoje o SINTECT-MG permanece filiado e sustentando política e financeiramente a CUT. Assim, de forma submissa desenvolvem um papel pró-governista, como uma espécie de quinta coluna da Articulação Sindical e do PT.

No ano passado, 2011, a categoria realizou uma das maiores e radicalizadas greves da história dos Ecetistas. O país parou, mas novamente a FENTECT deu as mãos ao governo Dilma, a ECT e ao TST. Qual foi o resultado? Uma série de ataques articulados contra os trabalhadores, pois mesmo a greve tendo sido considerada “legal”, houve uma série de ataques: desconto de dias no salário; trabalho nos finais de semana para repor dias de greve; intensificação das perseguições nos setores de trabalho; implantação do SAP; PLR rebaixadas; entre outros...

O que foi narrado acima, é um breve histórico das nossas lutas nos últimos 7 (sete) anos e nos perguntamos: Qual a contribuição efetiva da FENTECT para beneficiar os trabalhadores: banco de horas; PLRs de R\$ 40 mil para o patrão e R\$ 800,00 para o peão; juntos com o governo aprovaram o saldamento do Postalis compulsoriamente e implantaram o Postalprev ; as grandes greves traídas”; a ajuda na ascensão de vários ex-dirigentes sindicais à cargos de até R\$ 20 mil reais; na falta de novas contratações; no SAP; e um longo etc...

Foram essas as contribuições da gigante FENTECT? E ainda existem setores da vanguarda da categoria que acreditam que a “FENTECT vai mudar”?

Alguns de nossos sindicatos já se desfiliaram da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e agora, somos chamados a fazer um profundo debate se vale apena continuarmos filiados a uma Federação que está totalmente atrelada ao governo e a direção da ECT.



Os sindicalistas governistas insinuam que vamos ficar “isolados”, como se a negociação “coletiva” dos trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos fosse excluir os Sindicatos que não forem filiados a FENTECT.

Não fomos informados que mudaram as leis, pois na “teoria” desses companheiros seria o patrão que escolheria com quem quer negociar. Esse raciocínio absurdo é expressão do alto índice de atrelamento de parte do setor sindical governista de correios com a ECT.

Ao contrário, por lei (e estamos falando da lei burguesa) a ECT é obrigada a negociar com os sindicatos de primeiro grau, nesse caso com os SINTECTs. Assim, não existe a possibilidade de “ficarmos sem acordo”. Isso é um absurdo, um processo de desinformação consciente que está sendo propagada pelos cutistas do PCO e os sindicalistas governistas, que juntos com a ECT e o governo Dilma querem que os sindicatos continuem filiados a FENTECT por conta da “unidade”. Que “unidade”? Do banco de horas? Das PLR’s rebaixadas? Dos acordos coletivos bianuais? Do SAP? Do Conselho de Administração? Do Vale-Droga que a FENTECT pintou como o “maior benefício aos Ecetistas nos últimos tempos”?

Hoje, com a dinâmica dos fatos, a realidade que se apresenta é nova. E frente a ela e todas as traições, golpes, falta de democracia e truculência ocorridas nos últimos eventos e instâncias da FENTECT – fatos que poderão reproduzir-se durante a construção e realização do XI CONTECT – já alertávamos que estava colocada como possibilidade real a ruptura de entidades sindicais antes do XI CONTECT.

***Por estes e outros motivos, reafirmamos que chegou a hora de romper com a FENTECT, com Governo Dilma e a com a direção dos Correios!***

Ao contrário do que muitos afirmam, não queremos fazer uma simples ruptura e ponto final. Nem tampouco, nos acomodar na oposição permanente, como expressam alguns com variadas formas de acomodação, diante da “impossibilidade de mudar essa relação estável” da FENTECT. Alguém já nos disse que as revoluções são impossíveis até que se tornem necessárias. A ruptura que queremos fazer na FENTECT se traduz numa verdadeira revolução no movimento sindical dos trabalhadores dos Correios. É uma necessidade imediata e de futuro da nossa categoria. Para ao invés de manter os privilégios materiais decorrentes do processo de burocratização da sua camada dirigente, possa trazer todas as formas de benefícios para a coletividade da categoria e não apenas para sua cúpula dirigente.

Sabemos que já houve e haverão mais outras iniciativas de ruptura com a FENTECT. A exemplo dos SINTECT/RJ e SINTECT/SP. Mas, para serem coerentes, as diretorias dos sindicatos de São Paulo e Rio de Janeiro, que estão rompendo com a FENTECT, devem romper também com o Governo Dilma e com a direção da ECT.

Romper com a FENTECT também deve ser seguido de uma ruptura com a direção dos Correios, exigindo que os ex-dirigentes sindicais vinculados à CTB e ao PCdoB entreguem seus cargos de gestão na ECT.

Se fossem coerentes, os companheiros deveriam romper com a FENTECT para construir uma outra federação em base aos princípios da democracia operária, com congressos anuais, comandados de base eleitos em assembleias, diretoria colegiada, proporcionalidade direta e sem delegados natos. E não uma outra FENTECT.



A luta pela construção de uma verdadeira alternativa de lutas, independente dos patrões do governo e da direção dos Correios, passa por uma imprescindível discussão e a tomada desta decisão junto com os trabalhadores em cada local de trabalho, na base da categoria em assembleia geral.

Apesar de opinarmos que as decisões das diretorias dos sindicatos de São Paulo e Rio de Janeiro de romper com a FENTECT, deveriam ser submetidas às assembleias de base, nossos militantes nestas bases não estão participando deste XI CONTECT como delegados. Em momento algum faremos qualquer tipo de aliança ou unidade de ação em relação a defesa da falida FENTECT.

Todas as iniciativas da **FNTC** estão a serviço da ruptura com a FENTECT. Nossa participação no XI CONTECT está condicionada à construção de um **Plano de Lutas Unitário**, que se coloque na campanha salarial, na luta contra a privatização, para derrotarmos o SAP e o conjunto de ataques que estão colocados pelo governo contra a classe trabalhadora e os ecetistas.

***Propomos também a aprovação de uma campanha salarial unificada, com pauta, data indicativa de greve e mesa de negociação única de todos os sindicatos do país, em unidade de ação para a luta da categoria.***

Trazemos aos participantes do XI CONTECT o debate sobre a necessidade de que essa campanha salarial unificada seja construída pela base da categoria, em cada local de trabalho e pelos sindicatos, pois a prerrogativa de negociação e assinatura de acordos coletivos de trabalho pertence aos sindicatos. ***Por isso, diferente dos outros anos, nossos sindicatos não darão essa autorização para FENTECT ou seu Comando de Negociações.***

Vamos eleger um novo Comando Nacional de Mobilização e Negociação, diretamente nas instâncias de base da categoria, composto por companheiros provados na luta, que não se vendam para o governo e a direção da empresa, em troca de cargos, como fez nos últimos anos os dirigentes sindicais da CUT e CTB.

Para que todas as negociações estejam subordinadas às mobilizações, caberá a este novo Comando Nacional de Mobilização e Negociação pautar e se colocar a frente das lutas contra os ataques do governo aos direitos, ações, mobilizações e greves da categoria, bem como contra as iniciativas privatizantes materializadas na Lei 12.490/2011, resultante da MP 532 aprovada pelos parlamentares do PT e PCdoB.

#### ***PLR 2011 – O pior acordo da história***

Segundo a direção da ECT o lucro líquido dos Correios de 2011 foi de R\$ 883 milhões, e foram repassados para o governo R\$ 358 milhões. Foram destinados para pagamento da PLR-2011, apenas R\$ 88.605 milhões.

O lucro dos Correios em 2011 foi maior que o de 2010, mas a direção da ECT já havia falado que a PLR deste ano seria menor que aquela paga no ano passado. Segundo a Comissão de Negociação da ECT os valores seriam aproximadamente de R\$ 770,00 para a grande maioria dos trabalhadores. Descontando os R\$ 500,00 que foram adiantados em dezembro/2011, recebemos na 2ª parcela da PLR-2011, um valor médio de apenas R\$ 267,00.



Os valores ainda poderiam ser menores, se a direção da empresa aplicasse todos os critérios aceitos com a assinatura da maioria da Comissão de Negociação da FENTECT, que condicionava o pagamento da parcela corporativa de 30% do montante da PLR.

Segundo, ainda, as declarações da direção da empresa os critérios não foram alcançados. O que é um absurdo, pois foi o período quando mais a categoria produziu com árduo trabalho. Com isso, os valores foram pagos de forma “proporcional” aos resultados alcançados destes critérios INACEITÁVEIS.

Todos lembram que durante as negociações os sindicatos filiados a FNTC não aprovaram a assinatura deste Acordo de PLR. Defendemos uma **PLR LINEAR, igual para todos e sem metas**. Mas, infelizmente, os demais representantes da FENTECT, ligados a CUT e CTB, preferiram assinar um cheque em branco para a direção da empresa e a categoria recebeu uma merreca de PLR. **Mais um gol contra da FENTECT!**

Na primeira semana de maio/2012, foi realizada uma reunião entre a comissão de negociação de PLR da FENTECT e a direção dos Correios com a participação de um representante da área financeira dos Correios, para que a empresa desse esclarecimentos sobre o repasse de **R\$ 963 milhões referentes ao lucros de 2008**, feito pela empresa ao governo no ano passado (valores estes que não apareceram no Balanço Financeiro da empresa do ano passado para pagamento da PLR). Conforme já prevíamos, o representante da área financeira dos Correios esclareceu que foi a partir da mudança da lei postal transformando os Correios para S/A. Segundo ele, pela Lei das S/A é estabelecido que todo o lucro obtido pelos Correios que não tiver destinação de investimentos na previsão orçamentária, a partir de agora deverá obrigatoriamente ser repassado para o governo. Disse ainda que na primeira assembléia de acionistas que foi realizada no ano passado, que teve como participante a Procuradoria da Fazenda Nacional, a mesma decidiu que o valor de lucro de 2008 no valor R\$ 848 milhões (que com a correção chegou a R\$ 963 milhões) deveria ser repassado para o governo, conforme previsto na Lei das S/A.

Segundo a empresa este dinheiro havia sido aprovado para pagamento da dívida do rombo do saldamento Postalis e que o governo entendeu que como o valor a ser pago pelos Correios ao Postalis ter sido parcelado em 18 anos, o dinheiro aprovado deveria ser repassado para a União.

## Propostas de Plano de Ação e de Lutas

Este Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios deve reafirmar a busca da **unidade de ação** como um objetivo permanente de nossa categoria na defesa dos direitos e da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

**A FNTC não poupará esforços para construir mobilizações COM UNIDADE PARA A AÇÃO,** com todos os setores que se disponham, e não hesitará em denunciar todo e qualquer ataque desferido pelos patrões e pelos governos contra a nossa classe e fará um chamado permanente às direções majoritárias do movimento sindical dos correios e de outros setores da classe trabalhadora brasileira, para que rompam com o governo e suas políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores, somando-se à luta.



Neste sentido, entendemos que agora e nos próximos meses a prioridade para a categoria deva ser a ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA SALARIAL – 2012 e não a eleição do Conselho de Administração da ECT.

Pois, sob o argumento de uma suposta “democratização” da ECT a direção majoritária da FENTECT (*Articulação/CUT e CTB*) busca mais uma forma de estreitar a sua relação de parceria e de conciliação de classe com o governo e a direção da ECT.

Como se não bastasse a presidente da república, o ministro das comunicações e o presidente dos Correios serem todos membros do partido que se diz “dos trabalhadores”, ainda dizem precisar de um “representante” dos trabalhadores no Conselho de Administração da empresa para buscarem uma “democratização” na ECT. Além destes, o presidente da ECT ainda tem como chefe de seu gabinete um dirigente da executiva nacional da CUT - central “única” e “dos trabalhadores”- membro da ***ARTICULAÇÃO SINDICAL***.

Falemos a verdade: alguém acredita nesse argumento falacioso de busca de democratização?

No dia 16 de março foi publicada no site da FENTECT uma notícia dando conhecimento da solenidade de posse de engomadinhos numa comissão eleitoral paritária entre FENTECT e ECT. Representando a FENTECT estão quatro de seus dirigentes: dois membros da ***ARTICULAÇÃO***; um membro da ***CTB*** e um membro do ***PSOL***. Essa comissão terá a tarefa de organizar o pleito do Conselho de Administração patronal.

Eles tiveram o prazo de 120 dias para a realização da eleição e divulgação do resultado. Ou seja, será em julho de 2012, mês que antecede a nossa data-base. Em vez de estar organizando uma forte campanha salarial, para termos um bom acordo coletivo de trabalho, após a realização do XI CONTECT, a direção majoritária da FENTECT estará priorizando o pleito do conselho de administração patronal. ***Dá pra aceitar mais isso?***

Após todo esse esforço em “busca da democratização”, após eleito *o conselheiro “representante dos empregados” não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado “o conflito de interesse”*. É exatamente isso que impõe a Lei 12.353/2010, sancionada pelo ex-presidente Lula no apagar das luzes de seu segundo mandato em dezembro de 2010.

Enquanto isso, a categoria continuará sofrendo em nível nacional com a brutal sobrecarga de trabalho, com a compensação forçada dos dias da greve, assédio moral do SAP, assaltos nas agências e nas ruas, etc...

Exigimos que a direção majoritária da FENTECT rompa com essa parceria de conciliação com o governo e direção da empresa e se coloque a frente das lutas mais sentidas da nossa classe.

***Nesse sentido, nossa proposta é que os participantes do XI CONTECT discutam e aprovem uma plataforma de lutas como prioridade, considerando os seguintes elementos de avaliação:***

a) A greve nacional dos trabalhadores dos correios, ocorrida na campanha salarial 2011, foi a maior



greve nacional da categoria em termos qualitativos e quantitativos;

- b) Com essa greve a categoria ecetista aprofundou sua experiência com o PT e o governo Dilma, derrotando sua política de reajuste salarial zero e arrancando aumento real de salário;
- c) A representação da **FNTC** no comando nacional de negociações, desde o início, não capitulou às propostas econômicas rebaixadas do governo;
- d) A **FNTC** foi a única organização política que atuou na perspectiva da luta contra a MP-532 casada com a campanha salarial como uma só campanha;
- e) Mesmo com todas as adversidades da greve e das ameaças patronais e do governo, de forma consciente a vanguarda lutadora da categoria ecetista se enfrentou contra o TST, tribunal este que de forma reacionária contribuiu muito com os ataques do governo Dilma, descontando 07 (sete) dias da greve e impondo compensação integral dos demais dias;
- f) Os sindicatos ligados a **FNTC** foram a vanguarda da campanha salarial 2011 e da greve.

### **Nossas propostas:**

1. Boicote ao processo eleitoral do Conselho de Administração da ECT e prioridade na preparação da Pauta Nacional de Reivindicações e do Calendário de Lutas da Campanha Salarial 2012;
2. A aprovação de um plano de defesa dos lutadores da categoria e de combate aos ataques do governo e do TST ao direito de greve e de autonomia e liberdade de organização sindical;
3. A aprovação de uma Campanha Nacional e de uma Ação Judicial pela devolução dos dias descontados da greve de 2011, bem como pela anistia dos dias compensados até 1º de julho de 2012, com o respectivo pagamento dos dias trabalhados;
4. Não ao acordo da PLR junto com a Campanha Salarial. Além disso, **devemos reivindicar que 25% dos R\$ 963 milhões (ano 2008), seja pago imediatamente como PLR**. Já que o governo pegou este dinheiro, temos que exigir que seja pago os 25% a título de PLR, pois este dinheiro foi parte do lucro da empresa e não recebemos a PLR compatível com este repasse ao governo. Ao fazermos as contas daria um valor aproximado de **R\$ 240 milhões** para pagamento de PLR.

### **Sobre o SAP:**

- a) A mudança da Lei 508/69 por meio da Lei 12.490/2011 visa enquadrar os Correios na Lei das Sociedades Anônimas, com o fim de impor um controle mais rígido dos Correios como empresa e principalmente atacar os direitos dos trabalhadores;
- b) O centro dos ataques aos trabalhadores está na mudança das relações de trabalho na ECT, especialmente no que tange ao fim da proibição da demissão imotivada (OJ 247) e a instituição do SAP (Sistema de Acompanhamento da Produtividade);



c) O SAP aprofunda o assédio moral aos trabalhadores, criando bases jurídicas e materiais com vista a possibilitar e legalizar a demissão dos trabalhadores;

d) O SAP vai agravar profundamente a situação dos trabalhadores vítimas de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

### Nossas propostas:

1) A produção de cartilhas, Jornais Especiais, Adesivos, Cartazes e outros materiais para explicar detalhadamente aos trabalhadores sobre os desdobramentos das mudanças nos Correios, notadamente a Lei 12.490/11 e o SAP;

2) A incorporação ao plano de lutas da campanha salarial 2012 a luta pela revogação da Lei 12.490/11;

3) A orientação aos trabalhadores para que não assinem nenhum documento dando aceite a qualquer processo de avaliação de desempenho ou produtividade, notadamente o SAP, na medida em que o mesmo gera prova contra os próprios trabalhadores, assim como não servir de testemunha contra aqueles trabalhadores porventura prejudicados pelo SAP;

4) A organização de um conjunto de documentos com vista a orientar a atuação dos Delegados Sindicais, Cipeiros e ativistas nos locais de trabalho;

5) Que as direções dos sindicatos de trabalhadores dos Correios promovam o imediato ingresso de ações contra o Assédio Moral Coletivo promovido pelo SAP, bem como se incorporem nas atividades de luta em apoio às vítimas de acidentes de trabalho;

6) Que as direções dos sindicatos de trabalhadores dos Correios incorporem no Plano de Lutas da Campanha Salarial , um ***Dia Nacional de Lutas contra o SAP***.

### PROPOSTAS GERAIS:

a) Por um Plano econômico dos trabalhadores, aumento geral de salários e garantia de recomposição automática para evitar as perdas, salários dignos para todos;

b) Pela redução e congelamento dos preços, tarifas e aluguéis;

c) Pela redução da jornada de trabalho para 36 horas sem redução salarial;

d) Salário mínimo conforme o cálculo do DIEESE;

e) Pela estabilidade no emprego: fim da demissão imotivada (aplicação da Convenção 158 da OIT). Fim da informalidade do trabalho. Medidas que impeçam a demissão imotivada; Emprego para todos e todas;

f) Defesa da aposentadoria, pela recomposição do valor das aposentadorias: reajuste das aposentadorias igual aos reajustes do salário mínimo; fim do fator previdenciário;

g) Defesa dos direitos trabalhistas e sociais;



- h) Defesa dos serviços públicos: saúde, educação, moradia, transporte, saneamento, lazer etc;
  - i) Contra a terceirização nas empresas privadas e no serviço público;
  - j) Estatização do sistema financeiro;
  - l) Reforma urbana, com investimento público em habitação, sob controle dos trabalhadores. Abaixo a expulsão das comunidades ameaçadas de despejo pelos governos e a polícia. Apoiamos o direito de autodefesa das comunidades ameaçadas;
  - m) Reforma agrária com o fim do latifúndio e do agronegócio, políticas públicas, apoio técnico e financiamento para o pequeno produtor rural;
  - n) Em defesa do meio ambiente. Contra a construção de Belo Monte e a transposição do rio São Francisco
  - o) Contra a criminalização do movimento social. Em defesa do direito de lutar. Em defesa do direito de greve dos trabalhadores e dos dirigentes das lutas presos e perseguidos. Apuração e punição imediata dos assassinatos dos dirigentes dos trabalhadores rurais;
  - p) Desmilitarização das polícias militares e corpos de bombeiros, vetando seu uso na repressão aos trabalhadores e aos movimentos populares;
  - q) Punição aos assassinos e torturadores do regime militar;
  - r) Contra a privatização dos aeroportos. Reestatização das estatais, começando pelos Correios, Vale do Rio Doce, siderúrgicas, teles, Embraer e aeroportos privatizados;
  - s) Não pagar a dívida pública interna e externa para ter 10% do PIB já para educação e 6% do PIB para a saúde. Valorização do funcionalismo público. Pelo fim da DRU e contra o corte das verbas sociais do orçamento;
  - t) Pelo direito à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho;
  - u) Pelo estabelecimento do debate sobre o fim do Imposto Sindical. Da maneira como o debate está colocado pela CUT, serve apenas uma maneira de encobrir a real intenção da CUT: aprovar a reforma sindical do governo federal;
  - v) Contra todas as formas de opressão às mulheres, negros e homossexuais e demais setores oprimidos, Salário igual para trabalho igual. Creches para as famílias trabalhadoras. Abaixo a violência policial contra os negros nos bairros pobres. Pela criminalização da homofobia;
  - x) Todo apoio à revolução árabe. Todo apoio à luta do povo sírio contra a ditadura de Assad;
  - z) Todo apoio às lutas dos trabalhadores europeus contra os planos de austeridade!
- a.1) Fora as tropas brasileiras do Haiti;
  - b.1)- Pela unidade da luta internacional dos trabalhadores;
  - c.1)- Nenhuma confiança no governo Dilma, governadores e prefeitos;
  - d.1)- Por um governo dos trabalhadores;
  - e.1)- Por uma sociedade socialista.

## ***Propostas de campanhas centrais para o próximo período***

No momento em que fechamos essa tese não temos como prever a dinâmica das lutas ao longo do ano e as tarefas que estarão colocadas na conjuntura de realização deste Congresso. No entanto, queremos apontar alguns eixos que deverão nortear as atividades dos sindicatos dos trabalhadores dos Correios, no próximo período e a construção de suas ações:

### ***1. Unificação das lutas e fortalecimento do espaço de unidade de ação***

Ainda que os efeitos da desaceleração da economia brasileira não tenham afetado os grandes empresários e banqueiros, que seguem ganhando rios de dinheiro, os patrões e os governos já



endurecem o jogo com os trabalhadores, negando as reivindicações das categorias e, no caso dos governos, acenando com reformas e projetos de lei que atacam os direitos de nossa classe. O espaço de unidade de ação tem sido um palco importante para a construção de ações unitárias, envolvendo os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas, dos setores privado e público, movimentos populares e estudantis. A FNTC buscará fortalecer esse fórum unitário e construir todas as ações comuns que forem possíveis, cabendo aos delegados e delegadas presentes ao Congresso definir as ações do próximo período, de acordo à realidade colocada.

## ***2. Unificação das campanhas salariais do segundo semestre de 2012***

Os trabalhadores dos Correios, petroleiros, bancários, metalúrgicos, do processamento de dados, eletricitários e outras categorias tem suas datas-bases concentradas entre setembro e novembro. A FNTC buscará unificar essas lutas em calendários e iniciativas comuns, como forma de pressionar os patrões e os trabalhadores alcançarem suas reivindicações.

## ***3. Campanha contra a criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e suas lideranças***

A proximidade dos megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, no Rio de Janeiro, já desencadearam uma onda de ataques às comunidades, através de remoções forçadas de comunidades e um processo de “higienização” social dos centros urbanos, para favorecer a especulação imobiliária. Os confrontamentos tendem a aumentar e a resistência será necessária para evitar novos ataques aos trabalhadores e comunidades pobres. Muitas lideranças estão ameaçadas de morte ou sofrendo processos judiciais.

De outra parte, há um ataque generalizado ao direito de greve dos trabalhadores, que se manifesta nos interditos proibitórios e nas multas impostas aos sindicatos, nos processos administrativos e demissões de dirigentes sindicais e ativistas com estabilidade no emprego.

Esse cenário impõe a necessidade de uma retomada vigorosa das iniciativas de defesa dos trabalhadores, de suas lideranças e organizações sindicais e populares.

## ***4. Campanha pelo direito à organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho***

A organização de base, em sentido amplo nos locais de trabalho deve ser um dos temas prioritários a ser escolhido para esse Congresso, cujos eixos são:

- Defesa do direito político dos trabalhadores à constituírem suas organizações de base nos locais de trabalho;
- Combate às perseguições e criminalização dos ativistas e grevistas;
- Fomentar as iniciativas institucionais pela regulamentação do direito à organização nos locais de trabalho, estreitando taticamente contatos com a OAB, MPT e ainda junto ao Poder Legislativo.

## ***5. Derrotar a reforma sindical e trabalhista***

Nesse momento está em discussão no Congresso Nacional a retomada das reformas sindical e trabalhista, através da PEC 369, que unifica vários projetos e possui três dimensões: dar poder de negociação para federações e centrais em substituição aos sindicatos, prevalência do negociado sobre o



legislado e regulamenta o direito de greve, de maneira restritiva.

Durante nossa greve do ano passado e diante nossa ousada disposição de luta, vimos o próprio presidente do TST reivindicar a necessidade da reforma sindical e trabalhista. Por isso, os sindicatos de trabalhadores dos Correios devem assumir essa como uma campanha fundamental no próximo período.

#### **6. Campanha contra todas as privatizações**

É urgente e necessário lançar uma campanha contra todas as privatizações do governo Dilma e dos governos estaduais. O PT se igualou ao PSDB também nessa matéria e através das PPPs, da abertura de capital das estatais e outras manobras, planeja um plano ousado de privatizações no próximo período, desnacionalizando a economia e entregando as riquezas sob controle do estado ao capital privado nacional e internacional.

#### **7. A organização de base e a luta pela democracia operária nos sindicatos**

O movimento surgido das mobilizações de massas em nosso país no final da década de 1970, ao mesmo tempo em que trouxe milhares, talvez milhões de trabalhadores aos sindicatos existentes, demandou mudanças profundas na estrutura herdada de Getúlio Vargas. Tratava-se de um movimento de luta contra os patrões (e a ditadura) na defesa dos interesses dos trabalhadores. Chocava-se, portanto, com a estrutura de organização sindical existente, que era voltada para a colaboração de classes. A frase que marcou em grande medida o processo de construção da CUT em seu início – “CUT pela base” – era uma expressão dessa demanda, por um sindicalismo controlado pela base e a serviço de suas lutas, no lugar da estrutura controlada pela cúpula e alheia às demandas dos trabalhadores que tínhamos então.

Estas mudanças na estrutura de organização e representação sindical em nosso país nunca aconteceram. Essencialmente temos hoje a mesma estrutura de então. E isto se constitui em uma contradição importante para os socialistas, e todos que defendam um projeto transformador para o nosso país, capaz de libertar os trabalhadores da exploração e opressão que sofrem sob o capitalismo.

De certa forma iniciamos este debate na FNTC, com a necessidade do combate a burocratização dos sindicatos. Estamos dando os passos iniciais, mas ainda estamos muito aquém do que é necessário e possível. E não temos como ir à fundo nesta luta, na democratização da vida sindical, sem que os trabalhadores estejam organizados na base. Por isso tomamos este tema com destaque agora.

#### **8. Organização de base: democratizar os sindicatos e estimular a autodeterminação dos trabalhadores**

Sabemos das limitações que a realidade atual da luta de classes impõe a uma maior participação dos trabalhadores em suas entidades. Mas sabemos que, com um esforço consciente e sistemático da militância socialista que atua nos sindicatos é possível organizar uma parcela ampla de vanguarda em uma rede de organizações dentro das empresas.

Isso pode se dar através do fortalecimento da organização de delegados sindicais dentro dos Correios, dos representantes dos trabalhadores nas CIPAs, etc., etc. Não importa a forma. Importa



que é possível organizar centenas, talvez milhares de ativistas dentro da ECT. E que passem a atuar sindicalmente, de forma consciente, junto ao seu sindicato local. Essa pode e deve ser uma base importante para impulsionar a revolução que precisamos fazer na estrutura sindical, no sentido da sua democratização.

No entanto, para que a organização de base possa ser este ponto de apoio importante para democratizar a vida sindical, é importante que ela esteja integrada ao processo de discussão e deliberação dos sindicatos. Isso implica na constituição de instâncias nos SINTECTs (conselhos de representantes, por exemplo, ou mesmo comissão salarial, comando de greve eleito na base, etc.) que permitam integrar estes ativistas ao sistema de decisões. Nesse processo é muito importante o diálogo e a colaboração permanente da diretoria dos SINTECTs com estes trabalhadores organizados na base. E levar a sério a premissa de que queremos construir “com eles”, e não “no lugar deles” as lutas e atividades do sindicato. Este aspecto é importante não apenas porque fortalece a luta e melhora a capacidade de decisão da entidade. É dessa forma que os trabalhadores - na luta sindical e no controle da sua organização sindical – aprendem lições valiosas para os confrontos de classe que terão para transformar a sociedade em que vivemos, e para governar o país, na sociedade socialista que queremos construir. Nossa estratégia – colocar fim ao capitalismo para construir uma sociedade livre de toda forma de exploração e opressão – não sobrevive em um ambiente sem democracia operária, sem a participação e a autodeterminação dos trabalhadores.

### ***Organização de base para fortalecer a luta dentro dos Correios.***

Alem de possibilitar a democratização da vida sindical, a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho potencializa a sua capacidade de luta em defesa de seus direitos e de seus interesses. Dentro da ECT há uma verdadeira epidemia de doenças ligadas ao trabalho, com milhões de trabalhadores vitimados pela LER/DORT, problemas na coluna, mutilações, depressão, e um longo etcetera. Isso sem falar nas centenas de milhares que tem suas vidas ceifadas em acidentes de trabalho.

Da mesma forma explodem cotidianamente dentro da ECT uma infinidade de conflitos entre os interesses dos gestores e dos trabalhadores: salário baixo, falta de equiparação salarial, desrespeito a direitos trabalhistas, constante descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho ou ainda as situações de assédio moral e sexual, principalmente contra as mulheres ecetistas e terceirizadas.

Enfrentar toda essa situação apenas através de uma ação sindical que chega até a porta da empresa é muito difícil, quase impossível. É necessária uma ação sistemática, cotidiana, dentro de cada local de trabalho dos Correios.

A direção da ECT e o governo disputam a consciência dos trabalhadores com os sindicatos. Atuam para transformá-los em aliados da empresa e usam para isso vários instrumentos, como agora na eleição no Conselho de Administração da ECT.

Outra expressão desta disputa se dá em situações em que os gestores, com ameaças de punições, levam alguns trabalhadores a considerar que é melhor abrir mão de direitos e aceitar a redução de direitos. Ou então convencem os trabalhadores de que os governos devem repassar verbas públicas (retiradas da educação, saúde etc.) para ajudar os empresários. Ou ainda as duas coisas juntas. É preciso derrotar estas ideologias, e para isso a existência da organização de base é fundamental.



### ***Os obstáculos que enfrentamos não são absolutos***

Há obstáculos importantes pelo caminho, que precisamos considerar. A situação da luta de classes e seus reflexos na consciência da nossa classe; a repressão e perseguição por parte dos patrões; e ainda a repressão e perseguição promovida pelas burocracias sindicais. Tudo isso oscila em função das variações da própria situação política, mas é preciso ter clareza disso, para não ter uma visão “facilista” do desafio que temos pela frente. Ainda assim não consideramos que temos explorado todas as possibilidades que estão colocadas pela realidade, mesmo com os obstáculos relacionados. Basta ver os exemplos das conquistas que tivemos em várias campanhas salariais, em que conquistamos o direito de eleger delegados sindicais nos setores de trabalho. Pela negativa, temos o não aproveitamento dos espaços abertos pelas CIPAs para organizar os ativistas nos locais de trabalho. E não o fazemos por problemas da nossa atuação, que se traduz na acomodação e burocratização dos dirigentes dos sindicatos.

***É preciso reverter este quadro tomando a organização de base como prioridade, aproveitando os processos de luta.***

Os momentos de mobilização dos trabalhadores são os mais propícios para avançar na organização de base. Surgem mais ativistas e é maior o interesse em participar e em ser mais ativo na luta. Por outro lado, a luta impõe uma relação de forças melhor frente aos patrões. É preciso tomar como uma regra o esforço para que, nas nossas campanhas salariais, se constituam comandos eleitos na base que dirijam a campanha junto com a diretoria do sindicato. É preciso constituir comandos de greve com a participação dos ativistas de base da categoria. É preciso colocar como um ponto fundamental da lista de reivindicações de qualquer luta, o direito de eleger representantes dos trabalhadores.

Há ainda a possibilidade de desenvolver trabalhos organizando espaços e atividades que envolvam os setores oprimidos que compõem a classe, como as mulheres, negros e homossexuais.

### ***A natureza da organização de base que defendemos***

Trata-se de organização para a luta, independente dos patrões, dos governos e do Estado, e não para a colaboração de classes, para a parceria com as empresas, como faz a direção da FENTECT. A organização de base deve ser também autônoma em relação aos partidos e grupos políticos.

***A relação da organização de base com o Sindicato. Autonomia frente ao sindicato (não deve ser subordinada à direção da entidade) com participação efetiva nas instâncias de decisão da entidade.***

Nossa opinião é que devemos lutar por uma organização dentro da ECT que seja de todos os trabalhadores, e subordinada somente a eles. Autônoma, sem vínculos de subordinação em relação ao sindicato (à diretoria da entidade). Esta afirmação não deve nos levar a perder de vista que, diante da situação atual, qualquer avanço na organização de base já seria importante. Neste sentido a conquista de delegados sindicais e o espaço possibilitado pela existência das CIPAs é outro processo que não podemos deixar de explorar.

Defendemos a autonomia da organização de base em relação ao sindicato, mas não a autonomia do sindicato em relação à base. Portanto, a autonomia da organização de base em relação à diretoria do sindicato não quer dizer que ela não tenha papel nas instâncias de decisão da entidade.



Dadas as características da estrutura sindical vigente, seria muito progressivo que estes representantes de base, junto com cipeiros, e a própria diretoria da entidade, compusessem uma instância de deliberação do sindicato, como um *Conselhão de Representantes (composto por delegados sindicais, cipeiros eleitos pelos trabalhadores, dirigentes do sindicato, de federações e centrais sindicais)* por exemplo. Esta instância estaria hierarquicamente acima da diretoria do sindicato e abaixo da assembléia e do Congresso da entidade.

### ***Os cuidados com o papel das CIPAs***

Já afirmamos que as CIPAs podem ser um meio de desenvolvêrmos a organização de base nas empresas. Isto está correto, trata-se de um espaço que deve ser utilizado, mas, por outro lado, a defesa da saúde e segurança no trabalho não está desvinculada da luta geral dos trabalhadores contra a exploração do capital (afinal, é daí que vêm os ataques à saúde e à segurança do trabalhador).

Mas isso não pode nos levar a desprezar a importância do papel específico das CIPAs. mais ainda na atualidade, em que os processos de produção e de trabalho dentro dos Correios sacrificam ao extremo a saúde e a segurança do trabalhador, em nome do aumento da produtividade e do baixo custo da mão de obra. É preciso então dar atenção à preparação dos Cipeiros, à sua formação política, mas também à formação técnica para que ele possa desenvolver bem esta tarefa.

### ***A atribuição negocial da organização de base***

Acreditamos que essa função possa ser atribuída a uma organização de base, desde que se delimite bem o papel de cada instância de organização dos trabalhadores no processo de negociação e contratação coletiva de trabalho. Não há problema que a organização de base negocie com a ECT acerca de problemas relativos à situação concreta da empresa, desde que estas negociações fiquem limitadas ao local, que é o que está na legislação trabalhista, não se admitindo utilizar da negociação direta com essas organizações para o rebaixamento de direitos.

Organização de base e democracia nos sindicatos são parte do programa contra a burocracia sindical. A organização de base também é tarefa das oposições sindicais, fortalece sua luta para conquistar a direção da entidade e é também uma bandeira programática importante no combate a burocracia sindical.

## ***As várias dimensões da luta para fazer avançar a organização de base***

### ***Na nossa prática cotidiana na luta para incorporar este direito aos contratos coletivo de trabalho***

É preciso tomar este tema com prioridade em todas as atividades que desenvolvemos em nossa atuação sindical. Há um item que precisa ser obrigatório no planejamento de todas estas atividades: quantos ativistas vamos organizar?

Não podemos continuar a dar importância apenas para as reivindicações econômicas que norteiam



a luta. Devemos e vamos lutar pela proteção legal ao direito de organização no local de trabalho (via legislação ou acordos coletivos), mas não devemos condicionar a estas garantias a realização deste trabalho cotidiano. Quanto mais organizados estivermos nos locais de trabalho, mais força teremos para conquistar este direito, na lei, ou nos acordos coletivos.

Em todas as mobilizações dos trabalhadores dos correios (nas campanhas salariais, mas não só) devemos introduzir esta reivindicação para ser negociada com a ECT. O objetivo é não abrir mão e ampliar no acordo coletivo de trabalho o direito de os trabalhadores elegerem seus representantes nos locais de trabalho (incluindo aí o direito à estabilidade no emprego dos representantes eleitos, as suas atribuições, e as condições para que possam dar conta destas atribuições, como tempo livre, etc...).

***Por uma Campanha Nacional pelo Direito de Organização nos Locais de Trabalho, trata-se de um direito democrático do qual não podemos abrir mão.***

Há quase trinta anos a luta dos trabalhadores e jovens brasileiros puseram fim ao regime militar que governava o Brasil desde 1964. É verdade que as conquistas democráticas fruto desse processo foram e são muito importantes para toda a população brasileira. Mas também é verdade que esta mesma ditadura segue forte e firme dentro das fábricas e das empresas do setor privado em todo o país. A Constituição Federal garante o direito à eleição de representante dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados. No entanto, por falta de regulamentação, este direito nunca saiu do papel.

Não temos nem podemos disseminar a ilusão de que seja possível atingirmos um regime de democracia verdadeira, de liberdade sindical plena para os trabalhadores nos marcos dessa sociedade de classes em que vivemos. Seja qual for o regime, enquanto houver capitalismo estaremos sempre submetidos a uma ditadura de classe. Mas isso não pode nos levar a deixar de denunciar a opressão que os trabalhadores sofrem dentro das empresas. E menos ainda, a deixar de lutar para que seja regulamentado o direito de eleger representante no local de trabalho, como diz a CF e por ampliar a liberdade de organização dentro dos locais de trabalho. Não podemos aceitar como natural essa situação. Trata-se de um direito democrático dos trabalhadores que está sendo desrespeitado. E toda conquista que tivermos aí, acumulará para o futuro, para as mudanças de fundo que queremos fazer nessa sociedade.

### ***A importância da formação sindical e política***

A formação dos ativistas é decisiva para dar condições políticas e consistência ideológica atuação sindical e a luta dentro da empresa, para ajudar os ativistas enfrentar e superar os desafios e pressões que implicam a atuação numa organização de base. O ILAESE, por exemplo, vem desenvolvendo uma experiência muito positiva de formação sindical e política, pode ser um instrumento valioso para tanto.

### ***Organização de base dos servidores públicos***

Até a Constituição de 1988, nós os trabalhadores dos Correios e do serviço público éramos proibidos de organizar sindicatos, o que não evitou que fizéssemos muita luta sindical com as *Associações de Empregados*, inclusive dirigindo greves e mobilizações de milhares, ao arrepio dos limites legais do estado burguês. As associações de servidores nasceram com objetivos assistencialistas e recreativos, sofreram uma mutação na esteira da luta contra a ditadura e se transforma-



ram em organizações combativas e com democracia interna. A conquista do direito à sindicalização e a consequente inserção no ordenamento varguista de organização sindical, com a criação de federações e confederações, não mudaram a organização dessas entidades.

A marca predominante das organizações sindicais dos servidores ainda são os mecanismos de participação da base nas estruturas dos sindicatos e federações; a forma colegiada, sem a hierarquia presidencial; eleições diretas para as diretorias, com proporcionalidade, a cada dois anos. Parte importante das entidades limita o número de mandatos a uma reeleição consecutiva, possui instâncias horizontais, núcleos ou seções sindicais, conselhos de representantes, deliberativos ou consultivos, Congressos e plenárias regulares além, evidentemente, das assembléias de base.

Apesar disso, o formato de organização não impede a burocratização, embora constituam importantes inibidores ao uso dos sindicatos em privilégios para as direções. As disputas entre as correntes políticas, salutar e necessária, muitas vezes assume proporções de verdadeiras travas ao funcionamento da entidade e, não raro, são utilizadas para desrespeitar as decisões das instâncias de base, como se repete com frequência na FENTECT.

A proporcionalidade deveria servir para fortalecer os sindicatos e a federação como organização de frente única de toda a classe e não como mero loteamento de espaço entre correntes políticas.

### ***Unidade e apoio ao Movimento Popular***

Muitos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios são base das organizações de luta por terra e moradia em nosso país. Isso ocorre porque a exploração da classe trabalhadora desenvolve um grande contingente de trabalhadores desempregados e trabalhadores informais que, por essa condição, se organizam nos movimentos de luta por moradia ou por terra. Isso se relaciona ao fato de que sob as condições atuais de exploração da classe trabalhadora, fica cada vez mais difícil qualquer governo orientado pelas regras do capital conceder qualquer direito social básico, como terra e moradia. Essa realidade atinge também os trabalhadores formalmente inseridos no mercado de trabalho.

Assim como a luta contra o machismo, o racismo e a homofobia. A Campanha nacional “Trabalho Igual, Salário Igual”, é uma grande comprovação de que a luta dos setores oprimidos pode ser uma luta classista a ser tomada pelos sindicatos de trabalhadores dos correios.

### ***Organização da luta específicas das Mulheres***

A organização e a luta das mulheres dos Correios enfrentou os desafios colocados diante de uma candidatura majoritária feminina (2010) e depois o primeiro governo de uma mulher no país (2011). Acreditamos que a postura feminista e classista mais coerente deva se a demonstração que não basta ser mulher, que é necessário defender a classe trabalhadora. A prova disso é o próprio balanço do primeiro ano do governo Dilma, em que os programas de combate à violência não avançaram. Faltam 70 mil creches no país, mas o governo Dilma só construiu 39.

A participação nos atos do Dia 8 de Março, com intervenções classistas também devem ser parte da nossa participação efetiva nas lutas das mulheres. E a FENTECT? O que fez no Dia 8 de março passado?



### *Organização da luta específicas de Negros e Negras*

Também na luta contra o racismo, a FNTC reivindica o cumprimento de um papel importante para demonstrarmos que a luta contra a opressão racial é parte fundamental da luta da classe trabalhadora. A exigência de cassação do mandato de Bolsonaro, por exemplo, assim como as denúncias dos casos de racismo sofridos devem ser parte das ações dos nossos sindicatos e movimentos de negros e negras, apresentando uma opinião de raça e classe diante desses fatos absurdos.

A luta pela titulação das terras quilombolas e o consequente combate ao governo Dilma que essa batalha envolve devem ser parte de nossas ações concretizadas em encontros quilombolas, como o ocorrido no Rio Grande do Sul. O dia 20 de Novembro, tal como foi marcado nos anos 2010 e 2011, por manifestações em todo o país com iniciativas como a Marcha da Periferia, tradicional no Maranhão, que em 2011 foi realizada em 6 estados, deve ser sempre repetido.

A unidade com as organizações e movimentos classistas de luta contra a opressão, ao contrário de diluir o caráter de classe de nossos sindicatos para nos aproximar das camadas mais exploradas da juventude pobre, negra, das mulheres e LGBTs.

Em alguns momentos, inclusive, esses temas tomam uma dimensão social mais ampla. Diante disso, nossos sindicatos devem fazer uma propaganda ampla de sua política para esses setores e para toda a sociedade, reafirmando a necessidade de uma aliança estratégica com os trabalhadores para o combate às mazelas do capitalismo.

Essa experiência precisa seguir e ser aprofundada, com o apoio de todos os sindicatos dos trabalhadores dos Correios aos setores oprimidos e suas organizações classistas. **Rumo a sociedade Socialista!**

Fortaleza/CE, junho de 2012

**Assinam esta tese:**

**Diretoria do SINTECT/Amazonas;**

**Diretoria do SINTECT/Pernambuco;**

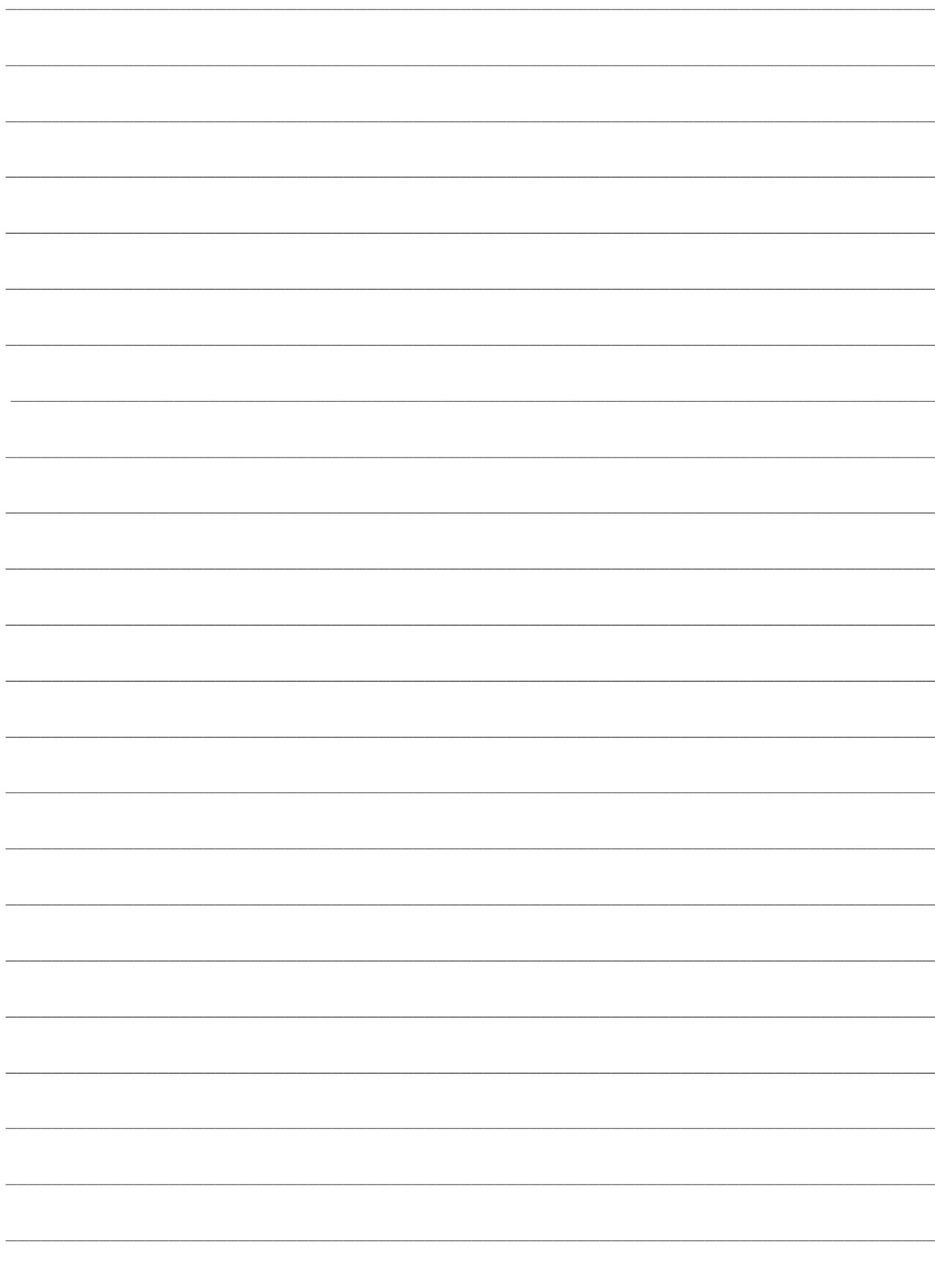
**Diretoria do SINTECT/Vale do Paraíba;**

**Diretoria do SINTECT/São José do Rio Preto;**

**Uilson, Sérgio, Teixeira e Sebastião, diretores do SINTECT/Piauí;**

**Emanuel, Carcará, Miro, Patinha, Vandacira e Tavares, diretores do SINTECT/Paraíba;**

**Oposição Sindical/Paraná; Oposição Sindical/Brasília; Oposição Sindical/Campinas; Oposição Sindical/São Paulo; Oposição Sindical/Rio de Janeiro; Oposição Sindical/Santa Catarina; Oposição Sindical/Mato Grosso do Sul.**





## Intersindical

### Conjuntura Internacional

O coração do sistema capitalista volta a pulsar e as aparências continuam a enganar. A indústria nos EUA alavanca. O PIB americano cresceu 2,5% no último trimestre, o dobro do registrado nos três meses anteriores. Na primeira semana de março os pontos na Bolsa de Valores de Nova York dispararam a níveis só vistos um pouco antes do último período de crise em 2008.

Diferente do que tentam fazer crer, não é o comércio que determina se uma economia está ou não em crise, mas a *produção real de valor* nas linhas de produção mundiais. As balanças comerciais são apenas expressão do processo. As exportações nesses últimos 3 anos tiveram seu nível menor nos três primeiros trimestres de 2009 (auge das medidas impostas pelo Capital para sair da crise), já em 2011 ultrapassaram esse nível e continuam aumentando.

As grandes empresas para além de se recuperarem, aumentem a produtividade e consequentemente os lucros do Capital. Consequentemente, os governos das grandes potências na Europa impõem aos demais pesados pacotes e reformas.

#### *Os Estados Nacionais transformam a dívida privada em dívida pública*

Não é a toa que países como Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda estão transformando a dívida privada em dívida pública. Os governos desses países investem pesado para socorrer indústrias, bancos, seguradoras. E essas medidas geram uma alta fatura a ser cobrada dos trabalhadores: cortes nos serviços públicos básicos, controle de uso do papel higiênico para as crianças nas escolas publicas da Espanha, corte de ambulâncias gratuitas em bairros mais distantes de Portugal, congelamento de salários do funcionalismo público, reformas para aumentar a idade para aposentadoria, novas leis que permitem reduzir salários e direitos muito pesadamente na Grécia, mas seguida por outros países...

Esses são alguns exemplos do movimento do Estado na expressão dos governos, que para se livrar da dívida do Capital mira suas armas contra os trabalhadores. Não há prolongação da crise de 2007/2008, o Capital está a todo vapor.

#### *Das mobilizações fragmentadas, a luta de classes*

É preciso manter e ampliar o processo de organização dos trabalhadores a partir da base da classe. Na Europa as greves gerais se ampliam, várias mobilizações de trabalhadores acontecem nos EUA, coração do sistema capitalista. Em outras partes do mundo, como na China as greves se intensificam, na Índia greve geral exigindo salário mínimo, direitos básicos e fim das contratações precárias.

## CONJUNTURA NACIONAL



## **O Brasil tentando ocultar o real: a mentira sobre a desindustrialização**

O Capital instalado no Brasil com a devida ajuda do governo Dilma e da maioria das centrais sindicais, tenta embarcar nos efeitos do que acontece na Europa, para tentar impor medo à classe trabalhadora e um novo ciclo virtuoso de mais exploração. Isso tem se expressado nos últimos meses na tentativa de um novo pacto social com a mentira sobre a desindustrialização.

### **Desindustrialização onde?**

A burguesia nacional definiu seu espaço no capitalismo mundial: o de ser subordinada e feliz, e assim tem sido. Empresas com sedes aqui como Gerdau, Embraer, Vale, Usiminas a maior parte delas vendedoras de bens de capital produzidos pelos trabalhadores a custas de arrocho salarial e ritmos intensos de produção, estão com seus produtos em várias partes do mundo. Vendem ao Império e também vendem às economias dominadas.

As multinacionais instaladas no País seguem ampliando suas plantas, justamente aquelas que segundo afirmam os porta vozes do Capital não estão nada bem, como por exemplo, as montadoras. A Toyota se mantém na região de Campinas na cidade de Indaiatuba e está concluindo as obras para começar a operar em Sorocaba, a General Motors coloca os trabalhadores em férias coletivas, demite, para depois contratar pelo piso salarial. Exemplos que na expressão podem parecer localizados, mas são exemplos das empresas de ponta, que mostram a fórmula de como manter e ampliar os lucros. Empresas como a Bosch no setor de autopeças fecharam o ano com os maiores lucros registrados em sua história, ou outras como a espanhola CAF voltada para o setor de transporte ferroviários, que mantém uma planta na região de Hortolândia e ao mesmo tempo amplia a produção no país de origem, pois o momento possibilita aumentar seus lucros impondo aos espanhóis salários menores, condicionados ao desemprego no país que já passa de 20%.

### **Nada como um PAC e uma COPA para turbinar os lucros da construção civil:**

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que acelera de fato os lucros do Capital, é uma festa para as empresas do ramo da construção civil: recebem investimentos do governo, pagam salários arrochados e impõe péssimas condições de trabalho aos operários. Entre os que surfam nessa onda está Eike Batista, já em sétimo lugar no ranking dos mais ricos do mundo. Sua empresa EBX faz parte do complexo de indústrias que vão se beneficiar com o Porto de Açu em São João da Barra/RJ. Juntos Eike e a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (órgão ligado ao governo) intimidam os moradores que resistem em deixar o pedaço de chão onde vivem. Para os trabalhadores dessas empresas a mesma regra: arrocho e condições de trabalho cada vez piores.

Tem mais festa para o Capital: Copa em 2014, Olimpíadas em 2016 e milhares de Pinheirinhos pelo país afora: trabalhadores expulsos do pedaço de chão onde vivem, trabalhadores submetidos às pés-simas condições de trabalho e salários abaixo da fome nas obras dos grandes eventos para o Capital. Para os trabalhadores: envolvimento e ataque aos direitos

Vivemos num país onde o Capital seja ele de origem nacional ou vindo de fora, sempre teve, ao modo de cada governo, suas necessidades atendidas, desde a infra-estrutura para se instalar até as demandas de expansão, reformas, isenções, financiamentos.



Nessa fase do ciclo, o governo federal entra no jogo mais uma vez para fornecer investimento público pesado: mais 30 bilhões para o BNDES para facilitar investimentos a empresas privadas, cortes de impostos para fabricantes de máquinas, autopeças, pneus e têxteis. Dilma chamou na semana de 20 de março os representantes das grandes indústrias e bancos no País, a agenda: “livrar as empresas do sofrimento, garantindo muito investimento e reformas que reduzam o custo Brasil,” leia-se: a força de trabalho no Brasil está muito cara, segundo o Capital.

***Através do singular para tentar ocultar o universal:***

O objetivo maior dos empresários é, através de exemplos da periferia das empresas, justificar uma desindustrialização que não existe, pois as grandes sejam elas de bens de capital ou bens de consumo: VÃO MUITO BEM OBRIGADO!

***E ao falar de dívidas. Estamos cada vez mais endividados como classe.***

O salário não dá conta de pagar as despesas básicas para sobrevivência. Então nada como um endividamento como classe, para pagar o fogão, a geladeira, a casa, o carro que aumenta a cada dia e, ocultados como consumidores, temos prazos maiores para pagar a dívida produzida pelo Capital e financiada pelo Estado.

Como o salário não cobre nem as despesas básicas, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) entra para pagar parte das dívidas. Nós trabalhadores, produzimos mais, o Capital aumenta seus lucros e o nosso adoecimento, com a imposição de metas, aumento da intensidade a novas formas de organizar o trabalho. Em contraposição ao nosso endividamento aumenta a riqueza parasitária do capital financeiro.

## **REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO, NOSSA CONCEPÇÃO E PRÁTICA.**

A classe trabalhadora a cada momento histórico se coloca em movimento e constrói as formas e instrumentos para sua organização e luta. Portanto nossa luta não começa e nem termina no ciclo que se fecha no Brasil, ela vem antes de nossa conformação como classe e acentua-se a partir disso. Uma luta que não começa e nem termina nos limites geográficos do País.

A construção da CUT é fruto das intensas lutas e das formas organizativas que nossa classe foi capaz de realizar. Devemos isso aos que vieram antes de nós e nos deixaram uma contribuição nada pequena. As lutas dos indígenas e negros, contra opressão e a escravidão. Já na fase capitalista a garra e determinação dos Anarquistas e em seguida dos que se organizavam no Partido Comunista.

Herdeiros dessas lutas no final da década de 70, a classe trabalhadora mais uma vez se coloca em movimento. Greves gerais contra o arrocho salarial, as péssimas condições de trabalho e contra a ditadura militar se alastram pelo país inteiro e os trabalhadores das mais diversas categorias se colocam em luta. É nesse intenso ascenso da luta de classes que construímos a CUT.

Uma central que nasce com a classe a partir de suas lutas, afirmando a independência em relação aos patrões, governos e autonomia em relação aos partidos, uma CUT pela base, que lutava pelo



fim da estrutura sindical oficial e do imposto sindical, rompendo o corporativismo avançando numa luta do conjunto da classe trabalhadora.

Mas na década de 90, a mudança de rumo na central começa com força total. A central nascida com a classe bem antes do Congresso que reuniu mais de 5 mil delegados vindos da base, em 1983, passa a privilegiar as representações dos sindicatos, tanto que o famoso congresso no Anhembi/SP ocorrido em 1991 terá pouco mais de 1.500 delegados.

A CUT estava deixando de ser a Central com a classe, para ser a Central pela classe. Mais do que a representação formal ganhar espaço em detrimento da ação a partir da base, uma nova formulação se consolida na CUT. Ao invés de enfrentar o Capital e trabalhar para acentuar a luta de classes, essa nova concepção busca o *pacto* com o Capital mediado pelo Estado. Ao invés de avançar no acúmulo de forças para destruir a sociedade de classes, agora a tentativa é “humanizar” o capital.

Nada melhor do que conhecer a história, para não ser enganado por aqueles que tentam ocultar a realidade das coisas. Mais do que uma disputa em relação à proporcionalidade, que significava garantir a presença do conjunto das organizações que construíram a CUT nos espaços de direção, a grande batalha no Congresso de 91 foi tentar manter os princípios e as ações que fundaram a Central.

A década de 90 será o momento onde o Capital aproveitando-se de mais uma de suas crises cíclicas, implementará uma reestruturação produtiva que além das demissões, reorganizará o processo produtivo com a polivalência, a terceirização, a precarização ainda maior das condições de trabalho. Mas junto a isso sua forma de frear a luta dos trabalhadores mesclará a repressão às mobilizações ao mesmo tempo em que disputará com os sindicatos e demais movimentos a consciência da classe.

A maioria da direção que se consolida dentro da CUT nesse período lança uma nova formulação e a coloca em prática: dirigirá a classe em direção a *conciliação* com o Capital. A partir daí: câmara setorial no ABC, tentativa de pacto social com os patrões mediados por Collor, aceitação da reforma da previdência de FHC (trocando tempo de serviço por tempo de contribuição) comissões tripartites, onde direitos serão reduzidos com anuência da central, dinheiro do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) dentro da central.

Com isso a Formação, que era um instrumento para potencializar o saber e a luta dos trabalhadores, se transforma num espaço de formar “bons negociadores” capazes de mediar com os patrões e os governos. Também se transforma no espaço para enganar os trabalhadores com os cursos de qualificação profissional afirmando ser esse o caminho para que o desempregado volte a ter emprego.

Portanto é falso afirmar que os problemas na CUT começam com a chegada do PT na presidência da República. As políticas gestadas no PT e implementadas pela CUT, a partir do final da década de 80 e durante toda a década de 90 fizeram com que a Central que nasceu com os trabalhadores hoje faça contra os trabalhadores.

Durante o governo Lula vamos ver mais do que dependência, mas sim aliança e submissão ao governo. Reforma da Previdência que atacou o funcionalismo, tentativa de reforma sindical e trabalhista com o objetivo de centralizar as decisões nas centrais sindicais e não respeitar as decisão da base, para flexibilizar e eliminar direitos. Marchas a Brasília dizendo reivindicar aumento do salário mínimo que nada mais eram que um momento de confraternização com o governo federal.



E como se não bastasse, em 2007, o governo Lula no mesmo dia em que dá um tapa nos trabalhadores do comércio liberando o trabalho aos domingos em todo o território nacional, também envia projeto de lei garantindo reconhecimento legal às centrais sindicais, mantendo o imposto sindical e garantindo uma fatia do mesmo às centrais, medida que visa a destruir a organização dos trabalhadores na base e manter submissas aqueles que se aliaram aos patrões e seu Estado.

A partir desse cenário, precisamos retomar as tarefas abandonadas propositalmente pelos instrumentos que nasceram com a classe e depois se viraram contra ela. Precisamos retomar as ações nos locais de trabalho, moradia e estudo a organização da luta para enfrentar o Capital e seu Estado. A organização dos trabalhadores deve ser desde o seu início independente em relação aos patrões e governos e autônoma em relação aos partidos. Precisamos recuperar a Formação dos trabalhadores como arma que potencializa nossa organização e luta, além de ajudar a restabelecer a solidariedade ativa da classe para além das cercas das categorias e nações. Precisamos voltar a lutar para além das questões imediatas da classe, colocando a necessidade de uma outra sociedade, socialista.

### ***Conjuntura do trabalho dos correios***

Em nossa categoria, as derrotas impostas no governo FHC são aprofundadas dia-a-dia pelo governo do PT. Sob as barbas de Lula, tivemos vários ataques aos direitos do trabalhadores, como a implementação fraudulenta e impositiva do PCCS/2008, que ao invés de ser um instrumento para melhorar as condições de trabalho, promover o aumento real no salário dos trabalhadores e possibilitar a ascensão profissional dos trabalhadores de base, fez foi retirar ou rebaixar direitos já garantidos pelo PCCS/1995, como por exemplo a redução do valor do “step” de 5 para 2,32%. Antes disso já havíamos sofrido com o golpe do Postalis em que o dinheiro contribuído pelos trabalhadores para o fundo de previdência que era administrado não se sabe por quem, simplesmente desapareceu e na hora de cobrir o rombo colocaram tudo na contados trabalhadores com o saldamento do Plano BD e a imposição do PostalPrev.

Com a conivência das Centrais Sindicais como CUT e CTB - as campanhas salariais têm sido um fracasso para os trabalhadores e um prato cheio para o governo explorar ainda mais nossa força de trabalho, visto que a ECT vem batendo ano após ano recordes de faturamento. Quem não se lembra do golpe do Acordo bi anual imposto para evitar o desgaste do PT nas eleições de Dilma em 2010. E a PLR? Todo ano nos empurram goela abaixou uma merreca e dividem a maior fatia do bolo com uma meia dúzia de gerentes. Temos que brigar por aumento real de salário, pois quem gera toda a riqueza desta empresa são os trabalhadores de base.

Além dos baixos salários que o governo Dilma paga aos trabalhadores a exaustão da jornada não nos permite aproveitar adequadamente a companhia da família e filhos, pois os trabalhadores precisam cumprir a função que antes era feita por dois ou mais companheiros de trabalho, o que tem provocado o adoecimento da categoria. Os carteiros sofrem com várias doenças, como lesões de joelho, coluna, ombro, além do stress psicológico decorrentes da sobrecarga de trabalho e cobrança abusiva de metas. Os OTT's trabalham em ambientes insalubres, manuseando objetos insalubres, sem qualquer tipo de proteção além da pressão constante para atingir metas absurdas de triagem. Os atendentes, com a criação do banco postal, acumulam a função de bancários numa jornada de 8 horas diárias, sem qualquer aumento no quadro de trabalhadores e o pior, vêm correndo risco de morte com os freqüentes assaltos que ocorrem país afora devido ao grande volume de dinheiro movimentado nas agências do Banco Postal. Além disso, os trabalhadores não receberão nenhum centavo do milionário contrato de correspondente bancário firmado entre a



ECT e o Banco do Brasil.

O governo do PT, desde a gestão de Lula sempre tratou com desrespeito e truculência as greves realizadas pelos trabalhadores dos Correios. Prova disso foi o corte do vale alimentação/refeição imposto pelo governo aos grevistas durante a greve dos 21 dias pelos 30% de periculosidade para os carteiros. Agora no Governo Dilma recorrem à Justiça burguesa para barrar o movimento dos trabalhadores e nos impõem uma derrota histórica obrigando os trabalhadores a repor os dias de paralisação, além do desconto nos salários.

Não bastasse tudo isso, o governo Dilma aponta cada vez mais para a privatização dos Correios. O déficit proposital de 30.000 trabalhadores faz com que caia a credibilidade da ECT perante à população. Agora, com a aprovação da lei (12.490/2011) advinda da Medida Provisória 532, Dilma tem portas abertas para concretizar a privatização. Ainda temos a implantação do SAP (Sistema de Avaliação de Produtividade) ou “Sistema de Assédio ao Peão” onde o governo Dilma implementa uma política de terrorismo psicológico e de pressão constante com a imposição de metas absurdas, que tem por objetivo perseguir e demitir os trabalhadores concursados, visando ampliar cada vez mais a terceirização e atacar os direitos dos trabalhadores. Ou seja, FHC privatizava sem aviso prévio já o Governo do PT nos Correios implementa a terceirização antes do golpe final da privatização.

Enquanto isso acontece contra os trabalhadores, os Sindicatos que são dirigidos pela maioria da CUT o que reina é a submissão ao governo, como no Mato Grosso onde aprovaram com o apoio da chefia o acordo bianual e no Paraná onde o coordenador ao sair do Sindicato para assumir cargo de chefia nos Correios, impôs um diretor de sua turma como “novo” coordenador sem aprovação do conjunto da diretoria e da categoria.

### ***Construir um novo caminho: Pela base e com independência de Classe***

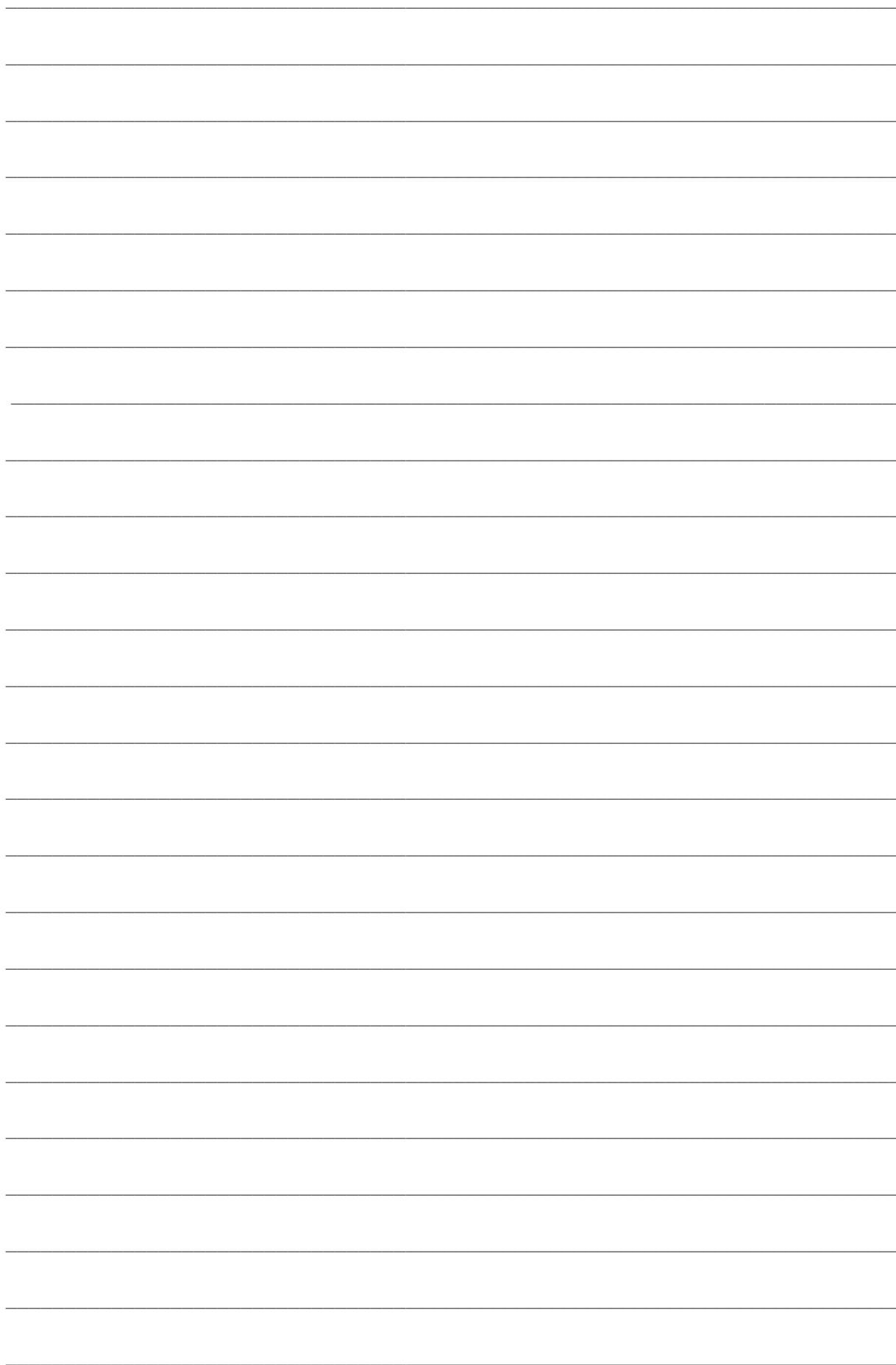
Com a conjuntura colocada e com os golpes que os trabalhadores vêm recebendo dia após dia daqueles que dizem defendê-los, mas que na realidade jogam junto com o governo, fica cada vez mais evidente a necessidade de reorganizar o movimento sindical de luta, autônomo e independente em relação aos patrões, governos e aos partidos políticos, que atue com a classe e não somente em seu nome, recuperando a atuação a partir dos locais de trabalho. É nesse sentido que construímos a INTERSINDICAL-Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora que organiza sua ação junto à classe trabalhadora. Sabemos que não é o caminho mais fácil, (como o caminho da criação de “novas” centrais sindicais que não construídas com a classe, mas em seu nome) mas é o que tem que ser percorrido para garantir a retomada das conquistas da classe trabalhadora. Somos uma organização sindical nacional presente em várias categorias e ramos de atividade que se organiza a partir da base e na luta contra o Capital e seu Estado, um instrumento que está contribuindo nesse novo ciclo que se inicia na reorganização do movimento da classe por nenhum direito a menos e para avançar em novas conquistas.

### ***Assinam essa tese os companheiros do:***

Sindicato dos Trabalhadores nos Correios de Campinas e região  
Oposição Voz da Base – dos trabalhadores nos Correios de Mato Grosso  
Oposição Resistência com a Base- dos trabalhadores nos Correios do Paraná



INTERSINDICAL







## **Movimento de Resistência e Luta dos Trabalhadores nos Correios (MRL)**

### **1. APRESENTAÇÃO O QUE É O MRL**

Nos últimos anos, a disputa interna entre correntes políticas externas por ocupação de espaço junto à categoria Ecetista tem provocado o afastamento dos trabalhadores das atividades dos Sindicatos, não só em razão da perda de prioridade das questões próprias do calendário de lutas da categoria, mas também pelas ações de uns tentando inviabilizar o trabalho de outros, tudo concorrendo para o prejuízo do Movimento Sindical, dentro dos Correios.

Em contraposição a esse quadro, vemos crescer na categoria ecetista do lado patronal uma organização anti-sindicalmeticulosa mente treinada para destruir os Sindicatos de luta e que como estratégia básica, lança mão da cooptação de ex-sindicalistas considerados como a vanguarda do Movimento Sindical que cooptados desconsideram todo o seu histórico político ideológico Sindical voltado para a classe trabalhadora, com a justificativa de que estando na gestão dos Correios poderão implementar um projeto político-ideológico dos trabalhadores dentro da Empresa o que na prática não tem acontecido.

Hoje, mais do que nunca, as correntes majoritárias que comandam a FENTECT têm levado os líderes de tais correntes a abandonar as bandeiras de lutas históricas, da categoria em prol de interesses pessoais ou político-partidários, com o apoio de tais correntes, o que o MRL desde a sua construção na década de 1990 condena, tanto que expulsou dos seus quadros, seus ex-membros que optaram por participarem da gestão da Empresa.

Acreditamos que o Movimento Sindical deva sempre discutir a política governamental, porém sem jamais abrir mão de sua autonomia frente aos partidos políticos e aos patrões cumprindo o papel representativo de defesa dos interesses dos trabalhadores.

### **ORIGEM**

O MRL – Movimento de Resistência e Luta dos Trabalhadores dos Correios, nasceu da necessidade de fazer o Movimento Sindical da categoria, retomar a sua origem, lá década de 80 quando as forças externas colocavam seus recursos à disposição da luta dos trabalhadores ecetistas e ajudavam a organizar as campanhas, cuja temática interna mobilizava intensamente os trabalhadores levando-os a luta e, consequentemente à conquistas históricas.

### **ESSÊNCIA**

A essência do MRL é a defesa incondicional dos direitos dos trabalhadores Ecetistas e a organi-

**MRL**



zação do Movimento Sindical da categoria voltada prioritariamente para esse objetivo. Somos uma corrente suprapartidária, onde as questões de organização da luta dos trabalhadores são sempre nossas prioridades. Buscamos priorizar sempre o trabalhador dentro da ferrenha luta de classes, fortalecendo os mesmos contra o sistema capitalista globalizante que procura sobreviver diante das crises oriundas do próprio capitalismo, explorando a mão de obra operária através do seu instrumento vital de sobrevivência que é o lucro.

Nós do MRL entendemos que o Trabalhador Ecetista, enquanto cidadão, deve ter garantido o seu direito à informação, a exercer livremente a sua opção política e a participar da atividade sindical sem qualquer tipo de repressão, independentemente da sua condição social, religiosa, opção sexual ou cor da pele.

Acreditamos que a unidade dos trabalhadores e consequente fortalecimento dos mesmos somente se dará, quando resgatarmos a nossa autonomia e independência sindical, quando a parte representativa dos trabalhadores, hoje submissa aos partidos aos quais são ligados, se convencerem que independente do partido que estiver no governo, o papel do Movimento Sindical e da classe trabalhadora é movimentar todas as estratégias e mecanismos de luta, em busca de justiça social com igualdade de direitos e distribuição de renda ou seja, quando os partidos políticos cumprirem o seu papel e não mais quiserem ser donos do Movimento Sindical fazendo dos Sindicatos e das Federações instrumentos de uso político partidário. Neste sentido:

- *A FENTECT e os SINDICATOS são entidades que devem estar a serviço dos trabalhadores e resistir, sempre, à investida de atrelamento ao Estado e a Empresa. A nossa sustentação financeira tem que continuar sendo baseada na contribuição voluntária de cada Ecetista.*
- *O projeto antagônico entre a classe trabalhadora e patrões (Socialismo x Capitalismo) já desmonta qualquer parceria. Não nos interessa dar qualquer tipo de estabilidade ao capital, em ao seu sistema. Devemos resgatar a nossa identidade nos colocando sempre claramente como oposição sistemática a política burguesa.*
- *Entendemos que o Sindicalismo combativo, frente a um governo que se diz democrático e que se diz dos trabalhadores, tem grandes desafios a cumprir, pois o Movimento Sindical tem um importante papel como parte construtiva desse governo que ajudamos a eleger. O MRL entende entretanto ser um grande equívoco achar que devemos proteger este governo a qualquer custo, porque ajudamos a Elegê-lo, fechar os olhos às contradições governamentais, ou até mesmo imaginar que elas agora serão poucas é um claro indicio de atrelamento que só nos fragilizará. Por isso, mas ainda, faz-se necessário afirmar nossa autonomia e termos nossos próprios parâmetros de avaliação dos rumos do Governo. É o que pretendemos consolidar neste XI CONTECT.*

## 2. CONJUNTURA INTERNACIONAL: A CRISE CONSTANTE

A funcionalidade do sistema Capitalista através da atuação do capital financeiro e especulativo internacional, gerou para o próprio sistema, crises política e econômicas em espaços curtos e contínuos que antes eram difíceis de serem imaginados. Portanto, a crise do sistema capitalista iniciada em 2008 nos Estados Unidos, motor do sistema capitalista internacional, hoje se encontra instalada nos países da União Europeia, de forma bastante violenta na Grécia, Espanha e Portugal. A Europa como um todo sofre os reflexos da crise que contribui para a regressão das atividades industriais de todo o continente.



Para debelar a crise gerada pelo próprio sistema capitalista, as instituições governamentais a serviço das grandes multinacionais e bancos, como o FMI e Banco Mundial entram em cena. Como garantia fazem com que governos atingidos pela crise sacrificuem a sociedade, através de Cortes no orçamento da educação, da saúde, redução de salários, de aposentadorias do funcionalismo público e redução de benefícios sociais, ataques diretos a direitos sociais e reformas na previdência como o aumento da idade mínima para aposentadorias.

O aumento da exploração da força de trabalho é apresentado, portanto, como alternativa para o fim da crise juntamente com a política armamentista controlada pelas grandes potências tendo como representante maior os Estados Unidos cuja as práticas políticas do seu presidente Barack Obama nada difere das implementadas por Bush no que tange às agressões aos povos e nações.

É o que vemos no Oriente Médio através do Estado de Israel, parceiro incontestável dos Estados Unidos que fomenta uma guerra contra o direito palestino de viver e retornar para a própria terra de seus antepassados. Na América, as bases militares instaladas como na Colômbia ameaça a soberania do povo colombiano impossibilitando-os de decidir o seu próprio destino.

Entretanto, a classe trabalhadora e a sociedade com um todo não estão alheias aos acontecimentos e em defesa do que até aqui conquistaram através de muitas lutas, se organizam e resistem a este ataque imperialista. É o caso da Grécia, França, Espanha, Portugal que através de greves gerais e mobilizações dos trabalhadores se recusam a pagar o preço da crise com a perda de direitos duramente conquistados.

Exemplos não faltam de mobilização mundo afora. É o caso do norte da África, especificamente no Egito onde o povo retoma sua mobilização quando percebe que a instalação de uma Junta Militar está dando continuidade no governo deposto de Hosni Mubarak. Outro caso é o da Tunísia onde fica cada vez mais vivo o processo de revolução proletária colocando a burguesia daquele país na defensiva.

Portanto, o papel das organizações de trabalhadores incluída, evidentemente, as Sindicais não é carregar o peso da falência do sistema financeiro para os grupos capitalistas e especuladores que criaram a atual crise que empurra o mundo ao desastre.

Os Sindicatos, a FENTECT, a CUT devem defender com unhas e dentes o que até aqui foi conquistado e recusar terminantemente a política de ajuste proposta pelo FMI, mantendo, sempre, sua independência diante dessas instituições e governos.

Cabe a nossa Federação, abraçar também a luta dos povos irmãos. É o caso do Haiti que sofrendo a ocupação militar por parte de tropas da ONU, comandadas pelo Brasil, além de ter sofrido com o terremoto do inicio de 2010, os ciclones do fim do ano e agora a cólera, tem suas mobilizações reprimidas pelas tropas, que são a garantia do odiado atual governo corrupto e vendido, que preparou a fraude eleitoral em meio aos escombros de um país destruído. **"PELA RETIRADA DAS TROPAS DA ONU DO HAITI. QUE OS SOLDADOS BRASILEIROS VOLTEM PARA CASA."**

### 3. A CONJUNTURA NACIONAL

O Estado brasileiro neste momento em que o capitalismo passa por uma intensa crise originária



no centro do sistema financeiro, tem uma grande oportunidade de romper de vez com as ações neoliberais que causam tantas desgraças à população mundial, especialmente a brasileira. Os analistas que traçam diagnósticos sobre a crise econômica mundial são unânimes em afirmar que ela será duradoura e seus efeitos serão devastadores. Indicadores sociais e os índices de desemprego sofrerão consideráveis modificações de forma negativa.

Mas uma questão permanece. As esquerdas, desde a derrota do comunismo, não conseguiram apresentar uma proposta alternativa a esse modelo já rejeitado pela sociedade. O máximo que a esquerda vê na crise mundial é a necessidade de fortalecimento do Estado, alternativa que a direita não oferece resistência. O Estado se tornou o pilar de sustentação financeira da iniciativa privada para garantir os grandes lucros. É certo que se os trabalhadores não participaram desse jogo, então não podem ficar com o prejuízo da crise, provocada pelo próprio sistema capitalista. O fato é que o capitalismo está se reorganizando e aperfeiçoando ainda mais o processo de acumulação do lucro e de exploração da mão de obra.

O Brasil além dos reflexos da crise internacional vê-se as voltas com mais uma crise política e administrativa. Apesar de a propaganda governista insistir na idéia que o Brasil esta navegando em uma grande onda de desenvolvimento, fica bastante fácil observar os enormes buracos na estrutura do “projeto de país”. Isso fica mais evidente com os sucessivos cortes no orçamento, desta vez de mais de 50 bilhões planejados para o ano de 2012 que certamente já está repercutindo na saúde, na educação, nos serviços públicos em geral, e principalmente refletirá diretamente nas negociações de salários dos funcionários públicos pais afora. Apesar do aprofundamento da crise mundial o governo brasileiro não admite os efeitos desta crise aqui no Brasil. Mas, a situação que o Brasil se encontra atualmente abre um tremendo paradoxo na medida em que se apresenta como a 7<sup>a</sup> economia do mundo. Em contraposição, no ranking mundial em termos de distribuição da renda é a 10<sup>a</sup> pior distribuição. No tocante aos Direitos Humanos sustenta o 73º lugar.

Por outro lado, na classe media, onde está situada grande parte do funcionalismo público, o discurso ideológico de desenvolvimento e progresso econômico vai fincando raízes, com a maioria das pessoas totalmente incapaz de perceber as fragilidades. É fato que a CLASSE C aumentou, é fato que o poder de compra de muitos brasileiros subiu, mas tudo isso esta condicionado a uma bolha de crédito que pode estourar a qualquer momento. Desde o inicio do Governo Lula que o crédito bancário foi liberalizado, vejam o empréstimo consignado e as famílias têm entrado de cabeça nessa bola de neve. Cria-se uma falsa idéia de poder de consumo, cujo lastro não encontra dimensão na realidade, pois encobre um país inteiro de endividados.

Assim com os olhos velados pela ilusão do consumo, a sociedade brasileira acaba afundando no discurso conservador da luta aparente contra a corrupção saudando a dança dos ministros que caem por meia pataca, enquanto os grandes banqueiros e donos de multinacionais, que comandam as obras do PAC, continuam mandando no país, recebendo polpudas verbas via BNDES, para seguir enriquecendo, explorando os trabalhadores, e montando esquemas fraudulentos que incluem desde ladrões pé de chinelo, juntam a si vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, aglomeram procuradores chefes do ministério público e chegam até as cadeiras do Senado Federal.

No meio do terror que coloca em risco a vida de milhares de pessoas, o Governo Federal segue apostando na maquiagem do país para receber a Copa e as Olimpíadas. As operações de “limpeza” dos morros, das periferias não encontram obstáculos na burocracia estatal. Passa-se por cima de tudo, sem



dó ou piedade. Tudo para atender aos indicadores da FIFA. Até a privatização dos aeroportos, setor estratégico de um país, foi levado a cabo sem qualquer alarde por parte do Movimento Sindical como um todo. Tudo aconteceu nas salas acarpetadas sem o grito da população que sequer consegue entender a importância que tem um aeroporto para a soberania de um país. Milhões e milhões de reais seguem escorrendo para obras privadas, e a população sem saúde nem educação e é quem vai pagar por tudo isso. Enquanto isso o Governo e o Partido dos Trabalhadores, se desdobra para renomear ou maquear o termo privatização, privatiza, mas argumenta que não é privatização é concessão.

O ano está passando e, pelo visto, não promete grandes alterações, a menos que a crise que se expressa na Europa e nos Estados Unidos entre em definitivo pelas frestas do crescimento alardeado por Dilma Rousseff. E quando ela aqui se instalar, é certo que sobrará para os trabalhadores, como esta acontecendo mundo afora. Assim, o nosso grande desafio é a partir deste XI CONTECT refazer a luta construindo uma forte Campanha Salarial no sentido de buscar a unidade da categoria na base como forma de dar conta dos problemas que se anunciam.

#### **4. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: A CUT QUE QUEREMOS**

MRL

No dia 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe trabalhadora – CONCLAT, em meio à ditadura militar, mais de cinco mil homens e mulheres, vindos de todas as regiões do Brasil, lotaram o galpão da extinta Companhia Cinematográfica Vera Cruz, imprimindo um capítulo importante na história. Nascia ali a Central Única dos Trabalhadores. A maior e mais atuante Central Sindical do País até hoje.

Tempos difíceis em que a ditadura torturava, com a falta da democracia, falta de respeito à constituição, perseguição política, repressão e censura, a CUT nasce com a proposta de defender a liberdade e autonomia Sindical, com o compromisso de que os trabalhadores têm o direito de decidir livremente a sua organização, lutando pela sustentação da unidade e consciência política dos trabalhadores.

##### **A CUT -INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES.**

Para levar adiante as lutas em defesa dos direitos e conquistas, a classe trabalhadora criou um instrumento nacional há 28 anos. Para nós, a defesa da conquista da luta de classe que é a CUT é uma questão central. Ainda mais num momento em que a pressão dos capitalistas com apoio dos governos visa desnaturar as Instituições Sindicais, transformando-as em “parceiras” de seus planos de destruição de direitos e de postos de trabalho, e assim prolongar a existência do sistema capitalista que empurra a humanidade à barbárie. Constatamos que esta ofensiva destrutiva exerce pressão em todas as organizações e é complementada por uma política divisionista que, no Brasil, tem como alvo a CUT.

Assim, veio somar-se à política sectária da CONLUTAS e da INTERSINDICAL a criação da CTB, pregando também a desfiliação de Sindicatos da CUT, além da ação de pelegos (Força sindical, UGT, Nova Central) que gostariam de atrair nossa Central para um terreno de colaboração de classes e preservação da estrutura, contra a qual a CUT nasceu.



A defesa da CUT implica o resgate dos princípios e compromissos de seus Estatutos: Independência diante dos patrões e governos; Autonomia diante dos partidos políticos; Luta pela liberdade e Autonomia dos Sindicatos; Luta pela unidade dos trabalhadores baseada na vontade soberana das bases, Contra a “unicidade” imposta pelo Estado; Luta por uma sociedade sem explorados e exploradores.

Defender e reforçar a CUT, é avançar na Liberdade e Autonomia Sindical, com uma campanha nas bases pela ratificação da Convenção 87 da OIT, que, uma vez transformada em lei, enterrará o Imposto Sindical e a Unicidade imposta pelo Estado. A Lei 1990 não reconheceu as centrais sindicais para a contratação coletiva, e hoje ela é agarrada pelas centrais pelegas para eternizar o Imposto Sindical e a Unicidade. A saída positiva é a batalha pela Convenção 87, princípio estatutário da CUT.

#### **A FENTECT NO FORTALECIMENTO DA CUT**

O MRL defende a permanência da filiação da FENTECT à CUT. Entendemos porém ser urgente o retorno da CUT aos seus princípio como Central atuante e batalhadora, que mostre realmente o seu compromisso com a classe trabalhadora. Não podemos deixar que a CUT continue paralisada, perdendo Sindicatos históricos que não concordam com a atual posição defendida pela maioria da direção da Central Única dos Trabalhadores.

Devido a este marasmo, vemos nascer outras centrais. Mas qual central de fato representa os trabalhadores? Àquela que nasceu há mais de 27 anos e foi decisiva na construção das mudanças que este país precisava ou essas que nasceram da sede de abocanhar parte do Imposto Sindical?

O que podemos ver é uma divisão da classe trabalhadora, devido ao esquerdismo que na prática não consegue organizar seus trabalhadores. Com esse cenário, a direita vai se organizando. Precisamos de fato colocar a CUT no cenário atual e resgatar a sua história e seus princípios de defesa de toda classe trabalhadora.

*Defendemos a manutenção da filiação da FENTECT à CUT bem como defendemos que todos os Sindicatos da categoria Ecetistas também sejam filiados à Central Única dos Trabalhadores, mas não podemos deixar de fazer nossas críticas as direções, que tentam desvirtuar a real razão da existência da CUT, qual seja a defesa dos interesses do operariado.*

#### **5. MULHERES ECETISTAS**

Em todo mundo, são inegáveis os avanços que asseguram cada vez mais direitos às mulheres. Porém é inegável que as desigualdades entre homens e mulheres ainda estão longe de serem superadas. As mulheres ainda seguem ocupando lugares de menor prestígio na sociedade. Apesar do permanente discurso onde mulheres e homens são iguais, as mulheres continuam sempre com pequenos espaços. Profissionalmente continua massiva a ocupação dos cargos de maior expressão por homens. Na esfera política, as mulheres não representam 10% do número de parlamentares e no Movimento Sindical a situação também não é diferente. A discussão das cotas fica apenas no papel, pois na prática ainda não se consolidou.

No Brasil, podemos afirmar que com a criação da SPM (secretaria de políticas para as mulheres) a pau-



ta da igualdade de gênero e o fim de todas as formas de violência contra as mulheres passou a ter lugar de destaque. Ações afirmativas como o lançamento do Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, ganharam força e assegurou verbas para investimentos em ações de enfrentamento à violência. Áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura tiveram prioridades, como forma de permitir às mulheres romperem com o ciclo da violência.

A Lei Maria da Penha foi um marco na história contra a violência. Apesar disso a sua implementação ainda está muito aquém das necessidades das mulheres. A legislação precisa ser mais enérgica, os juízes precisam de fato, entender que nenhuma forma de violência deve ser tolerada. É necessária também uma maior estrutura nas delegacias especializadas, seja física ou psicológica, com a permanente presença de psicólogos e assistentes sociais para atender as vítimas de violência.

No âmbito dos Correios, a situação não é diferente. Não existe na Empresa nenhuma política de igualdade entre homens e mulheres. Pelo contrário, o que vemos são cada vez mais barreiras para a ascensão ou mesmo de oportunidades de entrada na Empresa. Para começar, as regras do Concurso Público, especificamente sobre os testes físicos, praticamente inviabiliza a entrada de mulheres no cargo de carteiro. Internamente o Assédio Moral e Sexual tem sido cada vez mais freqüente, e a ECT prefere fechar os olhos para esta situação e não implementar uma política que possa, de fato, impedir este tipo de violência e punir os envolvidos. Os direitos conquistados, como o reembolso creche, auxílio babá e a ampliação da licença maternidade estão, a todo o momento, sob ameaça. Exames necessários à garantia da saúde da mulher são cada vez mais difíceis de serem realizados. Os cargos de maior expressão, em sua grande maioria são exercidos por homens e os PSI's fraudulentos não permitem uma verdadeira concorrência.

A Lei Maria da Penha precisa ser fortalecida e de fato se tornar punitiva para aqueles que perpetuam e perpetraram a violência. A desriminalização do aborto ainda está longe de ser definida dentro da sociedade, embora o STF recentemente tenha dado um passo muito importante quando julgou a questão da realização do aborto em embrião sem cérebro. Uma verdadeira política de saúde para as mulheres passa a ser uma bandeira a ser levantada pelo Movimento Sindical, levando-se em consideração o aumento da AIDS entre as mulheres e também a distribuição gratuita pelos SUS de métodos contraceptivos.

Estes desafios nos impõem uma responsabilidade, a maior delas é colocar em prática ações que promovam de fato, o exercício do poder por parte das mulheres, ações que interfiram diretamente nos padrões machistas da sociedade, iniciativas que garantam o acesso da mulher a seus direitos seja profissional, político ou sindical. Esta é a forma que teremos que buscar no sentido de garantir uma verdadeira sociedade, onde homens e mulheres sejam de fato iguais. Assim lutamos:

- Por igualdade de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho;
- Punição exemplar para todos que praticarem atos de violência contra a mulher;
- Formação de uma Comissão investigativa na ECT para apurar e punir o Assédio Moral e Sexual;
- Cumprimento de Cotas;
- Revisão imediata dos critérios adotados pela ECT nos testes físicos.

**“NOSSAS VITÓRIAS SÓ NÃO SÃO MAiores QUE OS NOSSOS DESAFIOS”.**

MRL



## 6. POR UM PCCS DOS TRABALHADORES

Ao longo de quase 17 anos, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da ECT vem seguindo em processo lento, onde desde o PCCS de 95 até meados de 2007 não havia avançado em nada. Lembramos que o PCCS de 1995 foi implantado sem a anuência dos trabalhadores, portanto sendo aplicado unilateralmente causando prejuízos imensos ao longo do tempo aos trabalhadores, principalmente aos de base e com menores salários. O MRL sempre presente e objetivando dar fim a estes desmandos através de seus representantes, busca ser participativo colaborando na tentativa de criar um novo PCCS que venha atender aos anseios da categoria. Portanto, nosso trabalho tomando como base o PCCS de 1995, procura levar em consideração todas as distorções verificadas daquele ano até os dias de hoje. Assim, cabe ressaltar que a partir do PCCS de 1995 implantado unilateralmente vimos surgir o “Trem da Alegria”, a Curva de maturidade, a FAG, a Remuneração Singular e etc. Isto sem falar que a partir de 2003, intensificou-se as indicações políticas, onde todas estas pessoas, muitos oriundos do próprio Movimento Sindical, passaram a ganhar altos salários e obtiveram cargos sem ter a sua devida competência ou mérito. Sabendo que o PCC e PCCS anteriores a 95 já traziam prejuízos significativos e conscientes desta situação, o MRL participou ativamente através de seus militantes na elaboração de uma proposta de um PCCS dos trabalhadores com o objetivo de discutí-lo com a ECT. Dado o início de discussão, por um curto período, logo por parte da Empresa não houve interesse em progredir nas negociações. Coincidência ou não foi o período em que vários dirigentes sindicais foram brindados com cargos de gestão na ECT, inclusive membros da comissão de PCCS de correntes majoritárias na FENTECT.

Passado este momento de 2003 a 2007, só no ano de 2008 houve realmente interesse por parte da ECT em discutir este plano, pois em virtude de seus planos de terceirizações (atividade transporte) quebra de monopólio postal, GTI e uma provável privatização, o PCCS seria imprescindível. Neste PCCS estava previsto o cargo amplo onde a figura histórica do carteiro seria extinta e também extinguir-se o cargo de OTT, atendente comercial, motoristas e mais de 26 cargos extintos no PCCS 95 configurando o chamado Agente de Correios, onde todos fariam de tudo na ECT ao bel prazer dos gestores. Neste momento, numa luta dos trabalhadores que já haviam realizado duas greves muito próximas uma da outra fizeram mais um movimento paredista de 21 dias pelos 30%, para os carteiros a título de periculosidade, PLR, renegociação PCCS e também Postalis. Sabendo-se que a ECT já tinha aprovado seu caderno de PCCS de maio 2008, cheio de desgraças para os trabalhadores, com anuência do Departamento de Controle das Estatais-DEST e do Ministério das Comunicações, tal PCCS tinha mecanismos de demissões, banco de horas, terceirizações e a maioria dos itens regidos pelo “MANPES” manual que a Empresa muda a hora que bem entende sem a participação dos trabalhadores. A partir do acordo de 19/07/2008 entre a ECT, Ministério das Comunicações, FENTECT e TST, ficou decidido que no PCCS 2008, os pontos negociados e considerados convergentes seriam implantados e os pontos divergentes iriam para o TST. A partir daí houve uma série de reuniões entre representantes da Empresa e da FENTECT. Reuniões estas que realmente passaram a ter efetivamente alguns avanços a partir do de outubro de 2008, findando-se em 19/12/2008, pois passaram a ter componentes com poder de decisão, culminando com um acordo parcial onde os trabalhadores técnica e juridicamente conseguiram exterminar com o fantasma do cargo amplo nas suas descrições e arquiteturas de seus cargos e missão como, por exemplo: agente de correios, atividades de carteiro, OTT, atendente comercial e suporte. Quanto ao transporte não houve acordo bem como, a tabela salarial que se tornaram pontos inegociáveis por parte da ECT, no entanto a Empresa desconsiderando as atribuições de cada atividade está forçando atendentes de todo o país principalmente nas cidades com menos de cinco mil habitantes a fazerem além do atendimento também a distribuição. Cabe salientar que os avanços conquistados foram:



- Retirada da demissão por justa causa por duas avaliações negativas;
- Retirada da atividade horista;
- Acompanhamento direto dos trabalhadores do PCCS, tanto na implantação do plano, bem como na sua revisão, considerando 12 meses na implantação e 18 meses para revisão.
- Suprimidas as cláusulas de terceirizações;
- Suprimidos os pontos regulados pelo “Manpes” adicionais.

Entretanto, por sua vez, ficaram pontos pendentes que por sugestão do próprio RH da ECT, na época o senhor Pedro Magalhães Bifano seriam discutidos a seguir, tais como:

- Recrutamento Interno
- Matriz de desenvolvimento,
- Reenquadramento funcional e salarial.
- Progressão por Incentivo Escolar
- Cargos de seis horas: Operadores telegráficos como o enquadramento destes trabalhadores.
- Funcionários que estão em efetivo deslocado
- Funcionários em situação de restrição: não reabilitados
- Dimensionamento de pessoal
- Critérios de avaliação do desempenho – GCR
- Problemas na implantação do Plano
- Adicional de Mercado

O MRL dará continuidade à luta pela reabertura das negociações cujas ações no campo jurídico são: Formular documentos junto ao TST com atas e cartas comprovando o descumprimento do acordo de 19/07/2008, bem como, protocolar os mais de 20.000 termos de oposição ao PCCS 2008 no TST. E no campo político iremos continuar resistindo a estes desmandos que, oriundos do capital estrangeiro especulativo com interesses outros, visam acabar com a ECT, que é 100% nacional e que proporciona o maior número de empregos no país. Não podemos de forma alguma dar esta questão por encerrada enquanto não se discutir o S do termo PCCS. Item que a Empresa nem cogita discutir. Enfim, dentre outras bandeiras não vamos abrir mão de um PCCS que venha discutir uma tabela salarial justa, uma vez que em nenhum momento a Empresa aceitou discutir o S de salário embutido na sigla PCCS, principalmente para a base da categoria. Lutaremos pelo fim das terceirizações (transporte e Mots) como também por um R.I. justo sem indicações e feito por empresas imparciais.

MRL

## 7. QUEREMOS PL E NÃO PLR.

### PORQUE DEFENDEMOS PL E NÃO PLR?

Gostaríamos de comunicar a todos os congressistas que o MRL, desde a implantação da PLR pela ECT, vem defendendo a Participação nos Lucros sem o Resultado, a razão é simples: o fator RESULTADO dá margem para a Empresa manipular junto ao DEST, órgão que controla as estatais, a divisão do Lucro. Nesse caso queremos dizer que a ECT é uma Empresa pública, sem fins lucrativos, e que vem, há vários anos consecutivos, obtendo lucro que é o resultado do esforço de seus trabalhadores.

Parte desse lucro é revertido pela ECT, para as questões sociais, em benefício da população, com



benefícios como a Carta Social, o patrocínio do atletismo nacional, do Futsal, da Natação, etc. A outra parte é nossa proposta que seja repassada aos trabalhadores da ECT de forma linear, ratificando o que já foi aprovado em vários fóruns da nossa categoria e que não foi acatado pelas forças políticas majoritárias da nossa Federação.

Sendo assim, definimos que, a partir de agora, só defenderemos a Participação nos Lucros -PL, sem Resultados – R, e de forma linear para todos os trabalhadores da ECT, por entendermos que todos, de forma igual, contribuem para o bom lucro da nossa Empresa.

Outro ponto que entendemos ser preciso avançar é na forma de distribuição, não dá para engolir este disparate de que está sendo justo a cúpula da Empresa ganhar 5 vezes mais que um trabalhador de base.

A proposta do Movimento de Resistência e Luta dos Trabalhadores dos Correios a ser apresenta neste XI CONTECT é a seguinte:

- Que a participação dos trabalhadores seja apenas nos lucros da ECT, sem resultados;
- Distribuição igualitária dos lucros da ECT;
- Fim do GCR e do SAP como mecanismo de avaliação dos trabalhadores/as;
- Participação efetiva dos trabalhadores/as no controle financeiro da ECT.

## 8. POSTALIS

O Postalis foi criado em 26 de fevereiro de 1981 sem o aval dos trabalhadores, sendo imposto aos funcionários, obrigando-os a assinar a ficha de filiação. Com a obrigatoriedade de se filiar, o nosso fundo de pensão foi ganhando corpo, se fortalecendo a cada ano, com muito dinheiro em caixa.

No entanto, começaram as aplicações bancárias mal feitas, a compra de bens de forma equivocada e as falcatrusas. O rombo na instituição começou a aflorar, pois o caminho estava livre para os diretores do Postalis, indicados pela Empresa, sem a presença dos trabalhadores para fiscalizar.

Até hoje não temos participação igualitária na diretoria do fundo de pensão. A ECT continua indicando quatro diretores enquanto os eleitos são apenas três representantes. Assim as decisões são todas a favor da Empresa. Não podemos deixar isso continuar. Temos que acabar com a enganação. Apresentam uma eleição dita democrática, para dizer que estão democratizando o fundo de pensão para os trabalhadores, e não é a realidade.

Os trabalhadores só começaram a saber dos problemas do Postalis quando os jornais começaram a noticiar os rombos do Fundo de Pensão. Os trabalhadores ainda hoje têm a dúvida: para que serve o fundo de pensão? É tão importante para a sua aposentadoria que vem contemplar com a suplementação, também no caso dos auxílios doença, natalidade, nupcial, entre outros? Neste caso com o BD Benefício Definido é mais democrático, pois o trabalhador contribui em uma única conta junto com todos os trabalhadores, como a Previdência Social.

Hoje novamente, para a tristeza dos trabalhadores, no Postalis, com seus diretores ditadores, a Empresa



impõe o Postalprev goela abaixo, sem a participação dos trabalhadores. Mais uma vez nós saímos perdendo com o modelo de CD Contribuição Definida, onde o trabalhador contribui numa conta única e é administrada pela Empresa, contra os trabalhadores. Isso não pode acontecer de novo.

O MRL é contra todas essas imposições aplicadas pelo Postalis, e quer, junto com os delegados do XI CONTECT aprovar uma proposta na qual os Sindicatos e a FENTECT lutem para podermos reverter essa arbitrariedade imposta pela ECT, fazendo com que a adesão ao Postalis seja opcional, como já acontece por exemplo com os petroleiros.

O Postalprev foi criado em 2005, já prejudicando toda uma massa de trabalhadores que ingressavam na Empresa, pois neste modelo de previdência na forma de Contribuição Definida -CD, você sabe quanto vai contribuir, mas não sabe quanto vai receber quando aposentar-se. Bem diferente do plano anterior, que você sabia quanto contribuiria e tinha um benefício garantido e definido, quando aposentasse. Com a criação do Postalprev foram subtraídos alguns benefícios, como os auxílios nupcial, funeral, natalidade, reclusão por doença, etc. e principalmente, retirou o benefício mínimo de 20%, que garantia à grande massa trabalhadora, que tem os menores salários, alguma suplementação.

A Direção da FENTECT, já naquela época deveria ter levantado uma campanha contra o fechamento do nosso antigo plano, porém nenhuma ação neste sentido foi desencadeada. Somente, no segundo semestre de 2007, quando a Direção da Empresa fez um seminário para os então conselheiros, com a participação de três diretores da FENTECT, anunciando o seu modelo que passaria a vigorar para todos os trabalhadores é que a FENTECT fez seu próprio seminário em Praia Grande com a participação de toda sua diretoria, que em parte ficou prejudicado visto que foi levado palestrantes da Global Previ, responsáveis pela divulgação do plano do Instituto, ou seja, sempre na defesa do modelo a ser implantado, deixando as questões relevantes que o Movimento Sindical era contrário à parte. Mesmo assim eles não conseguiram convencer os trabalhadores e na conclusão do seminário todos os dirigentes da FENTECT ficaram conscientes de que o saldamento era uma roubada e que o Postalprev não seria bom para os trabalhadores.

Após este seminário aconteceram vários fóruns da categoria, que deliberaram por resoluções contrárias ao saldamento proposto e ao próprio Postalprev e o desencadeamento de várias denúncias contra o golpe que o Postalis estava consolidando junto aos trabalhadores.

Com a ajuda da ANAPAR foi elaborado um documento onde o Movimento Sindical apresentava suas propostas para mudança do Plano CD e adequações no Plano BD, deixando claro que éramos contrários ao fechamento do Plano em vigor e também propostas de mudanças estatutárias, o que garantiria uma maior participação dos trabalhadores na administração do Instituto.

Mesmo com este documento protocolado, a Direção do Postalis juntamente com a ECT, ignoraram todo o Movimento Sindical e em Fevereiro de 2008, os “donos” do Postalis e da ECT, cumpriram a promessa e fizeram o Saldamento do Plano BD Benefício Definido empurrando goela abaixo o seu novo Plano do CD Contribuição Definida. Sem nenhuma discussão com os trabalhadores e com o Movimento Sindical, a direção da ECT impôs a sua política autoritária, com o saldamento compulsório do nosso fundo de pensão. Neste momento várias ações foram protocoladas, impedindo o saldamento compulsório, muitas tiveram êxito, porém hoje, apenas 07 Sindicatos no país ainda detêm liminares impedindo o saldamento. Em uma campanha forte e de alto custo A ECT e os gestores do Postalis, conseguiram impor sua política nefasta ao conjunto da classe trabalhadora, que sem ver, por parte da Direção majoritária da FENTECT, uma iniciativa



forte para contrapor esta ação, ficaram reféns da opressão imposta pelos ditadores e a maioria aderiu ao Postalprev.

Na contramão do processo, o que vimos foi a maioria da colegiada, ter como prioridade a eleição do Postalis, deliberando inclusive, que somente Diretores da Federação poderiam ser candidatos, escolhendo mais uma vez nomes que compõem a majoritária da FENTECT em detrimento à minoria que se opôs a este encaminhamento. Assim para os “gestores, até então donos da FENTECT” virarem conselheiros do Postalis, se tornou uma questão de honra, e não mediram esforços, sem nenhuma aprovação financeira para fazer a sua campanha viajaram o país, gastaram mais de 100 mil reais da Federação para serem eleitos. E depois de serem eleitos não se afastaram dos seus cargos na Federação. Aprovaram no colegiado que mesmo licenciados deveriam permanecer participando das reuniões do colegiado para “contribuírem” no processo.

Temos que nos perguntar: são mesmo eles nossos representantes? Nós do MRL acreditamos que não, pois não temos vistos ações concretas destes ex-sindicalistas no intuito de realmente defender os interesses da categoria Ecetista dentro da direção do Postalis, ao invés disso já houve reunião onde deliberaram que os trabalhadores que ainda não aderiram ao Postalprev, o façam. Esta deliberação da maioria do colegiado só vai ajudar a Empresa que apesar de ter conseguido a adesão da maioria dos participantes para o Postalprev, ainda enfrenta a resistência de mais de sete mil trabalhadores que não aceitam o golpe imposto e exigem uma ampla campanha contra aqueles que estão trazendo prejuízos e à categoria e ainda temos 07 sindicatos que representam mais de seis mil trabalhadores, com liminares que garantem a manutenção do plano anterior.

O MRL entende ser fundamental uma análise neste XI CONECT, da atual situação que passamos, é uma responsabilidade de todos os delegados participantes deste Congresso. A orientação de adesão mesmo antes de termos negociado questões prioritárias deliberadas em fóruns da categoria é um desrespeito a todos que ajudam a construir o Movimento Sindical. Não ter feito um questionamento firme quanto ao déficit hoje existente no Postalprev de um bilhão de quatrocentos milhões de reais, o mesmo existente à época do saldamento, é um erro gravíssimo, porque o próprio instituto já afirmou que ele existe, alegando ter ocorrido um “erro atuarial” da firma contratada à época, a Stea. Quem será responsabilizado por este “erro”?

Precisamos levantar uma ampla campanha de denúncias contra os desmandos da Direção do Postalis e da ECT; continuar impetrando ações contra o saldamento; exigir dos Conselheiros eleitos que realmente cumpram o seu papel e defendam o interesse da classe trabalhadora, pois vejamos: ***o que mudou no Postalprev para que o movimento nacional levante uma campanha de adesão?***

Precisamos neste momento dizer à Direção do Postalis e da ECT que não aceitaremos mais golpes, que exigimos respeito e queremos uma verdadeira negociação, garantindo-se os direitos para todos os trabalhadores e não apenas para aqueles que sempre ganharam os mais altos salários, como vem acontecendo dentro da Empresa.

***“POR UM POSTALIS DEMOCRÁTICO E TRANSPARENTE”***

## 9. SAÚDE DO TRABALHADOR



A ECT preocupa-se somente com as consequências do absenteísmo e não com as causas. Tanto é que não elabora políticas de prevenção. Sabe-se que os principais motivos geradores de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, estão relacionados às péssimas condições de trabalho e sobrecarga.

Estudos comprovam que o diagnóstico preventivo, em muitos casos, a ginástica laboral, ou mesmo natação, reduzem consideravelmente a incidência de patologias, tais como: Tendinites, Bursites, Hérnias de Disco, Esporão de Calcâneo, Desvios de Coluna, Varizes etc.

O MRL defende ser de extrema urgência, a formação de uma Comissão Multidisciplinar composta por Médicos do Trabalho, Técnicos em Medicina e Segurança do Trabalho, Engenheiros do Trabalho, Cipeiros, com a representação Sindical, para acompanhar as situações geradoras de problemas de saúde nos trabalhadores além de buscar saná-las. Outra possibilidade real de diminuir a exposição dos Trabalhadores aos riscos, seria através da CIPA, entretanto, a ECT não respeita as NRs (NORMAS REGULAMENTADORAS), de tal modo, que tanto nas eleições como nos relatórios emitidos pelos Cipeiros, (REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES), há indícios de manipulação de omissão na apuração e elucidação dos encaminhamentos que manifestam as dificuldades nos locais de trabalho.

É relevante salientar, que o aumento das demandas, sem aumentar o efetivo de pessoal, leva a ECT a realizar constantemente cursos para ensinar seus gestores a motivar os Trabalhadores mesmo eles trabalhando muito e ganhando pouco, que nada mais é, do que um método macabro de pressão psicológica. Ao ser promovido a um cargo de chefia, o novo gestor recebe da ECT, um crachá e um chicote. (A MAIORIA USA OS DOIS).

Decididamente, estes fatores estão contribuindo na perda da dignidade e nos conduzindo ao “sucateamento humano”, tornando-se, cada vez mais claro, que para a ECT, o “TER é mais valioso que o SER”. O resultado dessa irresponsabilidade é a mutilação de um imenso contingente de companheiros (as), principalmente Carteiros (as), OTTs e atendentes comerciais”em processo de reabilitação, ou com problemas físicos e psicológicos.

Os Redistributamentos, com acompanhamento dos Trabalhadores e da representação Sindical, certamente contribuiriam na diminuição da sobrecarga de trabalho. Não é de hoje que a ECT faz SD – Sistema de Distritamento, deliberadamente e quando este apontam a necessidade de mais carteiros a Empresa não põe em prática tais SDs. É necessário suprir imediatamente as vagas existentes, pois, comprovadamente, o excesso de peso transportado diariamente pelos (as) Carteiros (as), os DAs e o uniforme inadequado, também contribuem, em muito, nas dificuldades cotidianas. Vale lembrar, que a cada acordo coletivo, a ECT argumenta que está estudando o problema da falta de pessoal, contudo, entra ano e sai ano, a demanda cresce e nem sequer as vagas em aberto são supridas, o que demonstra um total desrespeito e enrolação com seus trabalhadores.

É profundamente lamentável, a postura da Empresa em relação aos empregados que passaram por processo de reabilitação. Desde junho de 2005, a ECT não acata orientação médica e nem dos peritos do INSS. Após tornar quase inválidos inúmeros trabalhadores, recusa-se a homologar as reabilitações já concluídas e certificadas pelo INSS, para a Área Administrativa, única função que preservaria o pouco de saúde que lhes resta. Além disso trabalhadores que perderam parte considerável de sua capacidade laborativa, diariamente sofrem discriminações. Portanto, exigimos a imediata homologação das reabilitações já concluídas e o cumprimento das decisões médicas de acordo com laudos periciais para as futuras reabilitações.



Tais atitudes, demonstram claramente que a intenção da Empresa é não reabilitar para a função indicada, ou seja, não cumprir a determinação médica e sim, na pior das hipóteses, remanejar o Trabalhador para onde lhe convém. Para a ECT, não importa se o trabalhador não possa levantar peso ou fazer movimentos repetitivos, o que importa é onde ela poderá usá-lo melhor.

## 10. CAMPANHA SALARIAL

Diferentemente do MRL, que é uma corrente suprapartidária, alguns partidos políticos organizados na categoria, tornaram os Sindicatos uma correia de transmissão de suas legendas e tentam dividir a categoria, gastando o tempo disponível na construção partidária, esquecendo o objetivo maior: a melhoria da condição de vida dos trabalhadores.

As campanhas salariais dos últimos anos, mostraram claramente o quanto parte do Movimento Sindical necessita rever seus conceitos e de fato fazer o combate direto com a direção da Empresa e o Governo, pois como ficou evidente em 2011, quando algumas direções Sindicais quiseram fugir da luta, em tais situações os trabalhadores já não aceitam mais esse tipo de atitude e atropelam estes Sindicalistas, como ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro. Com essa postura entreguista de certos pseudo Sindicalistas, quem sai favorecida é a direção da ECT, que está investindo na formação das chefias com a tática de combater a Organização Sindical, cometendo todo tipo de prática anti-sindical. Precisamos combater e extirpar do Movimento Sindical, correntes políticas que se elegem como representantes dos trabalhadores e depois se tornam representantes do Governo, em um processo de subserviência vergonhoso.

Como podemos constatar, os trabalhadores têm respondido ao chamado, mas há insegurança quanto à representação sindical, inclusive em grandes centros como: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Outro fator é a pauta de reivindicações, que é muito extensa e com propostas repetitivas, que não representam de fato os anseios da própria categoria, que servem para “encher lingüística” e impede o andamento das negociações, dando à ECT a oportunidade de divagar e enrolar no atendimento das reivindicações que realmente interessam aos trabalhadores.

Devido ao discurso sobre a crise econômica, que o governo omite quando lhe é conveniente e admite sempre que falamos em aumento salarial para os trabalhadores, o processo de negociação nos últimos quatro anos tem sido complicado e em 2012 o cenário não nos mostra que será fácil negociar, pois o governo, desde já, está alardeando que esse ano não é para os trabalhadores pedirem aumento salarial e sim manter os empregos. Mesmo negando a crise, não resta dúvida que a direção dos Correios vai querer aproveitar a situação para arrochar ainda mais os salários dos ecetistas. Para nos fortalecermos será necessária uma grande unidade na luta. Precisamos rever a redação da nossa pauta, buscando enxugar pedidos assistencialistas que só servem para desmoralizar os trabalhadores e tirar o foco do que realmente exigimos: **Salário justo e condições de trabalho dignas**. É necessário que o jurídico da FENTECT, responsável pelo acompanhamento das negociações, esteja mais presente, analisando as redações e dando um parecer técnico, para evitarmos novos prejuízos.

A tentativa de quebra do monopólio, o GTI e a não contratação de funcionários, o concurso de 2011 só repõe as vagas perdidas com o Programa de Demissão Voluntária de 2010, são questões que estão na ordem do dia, e o desafio do Movimento Sindical é a luta e mobilização da categoria em defesa da



Empresa Pública e de Qualidade e também pela valorização dos nossos esforços.

### **COMANDO DE NEGOCIAÇÃO**

Diante do quadro exposto acima que entendemos que temos que eleger um comando de negociação com condições reais de negociar, e não meros representantes das correntes políticas. Nos últimos anos elegemos representantes que o que menos fizeram foi negociar. Pois a alguns diretores da Federação, num processo irregular manipula as negociações. Na maioria das vezes em favor do patrão, de forma que as negociações ocorrem mais em surdina e nos corredores do que na mesa de negociações. Isso ocorre por falta de conhecimento das pessoas que foram eleitas para negociar, não fazendo cumprir a vontade da base pela qual foram eleitos.

***“Para que nossa campanha salarial seja vitoriosa, defendemos o retorno da nossa data base para dezembro.”***

### **11. BALANÇO DA FENTECT**

Avaliar a atual Direção da FENTECT se torna quase que impossível, já que com as mudanças estatutárias dos últimos Congressos, descaracterizou a Diretoria Colegiada. A centralização das decisões em 07 membros, a chamada Comissão Permanente inviabilizou reuniões ampliadas e tirou o direito de 06 diretores participarem das decisões do movimento que os elegeu. Um retrocesso que nós do MRL, já criticávamos. O processo democrático quer dizer ampliação dos debates.

O lema de que a negociação é o melhor caminho, inverteu a lógica do Movimento Sindical, e com isto, várias derrotas nos foram impostas, como a PLR e o PCCS. A defesa intransigente do Governo, feita pela corrente majoritária da Federação, colocou o Movimento Sindical refém da política da ECT. Acreditamos e defendemos a bandeira dos trabalhadores, pois entendemos que o Governo e os partidos políticos é quem deve estar a serviço da classe trabalhadora.

A falta de um projeto político discutido com todas as forças que compõem o Movimento Sindical dentro dos Correios a nível nacional tem impedido uma unificação da nossa categoria. Nesta gestão a discussão da privatização dos Correios se aflorou, a criação do GTI, a aprovação da medida provisória 532 e a retomada do processo de cooptação de lideranças Sindicais pela direção dos Correios, deveria ter sido amplamente combatida pela Federação, mas as forças majoritárias insistiram na conveniência. Assim ao invés de combater tais atitudes, aproveitando-se da saída de membros do MRL, para a gestão da Empresa, membros que após assumirem cargos de gestão foram expulsos do grupo, a corrente majoritária maquinou acordos em surdina com a CONLUTAS e com a CTB deixando assim nossa Corrente que comanda cinco Sindicatos comprometidos com a luta, totalmente sem representação na direção da FENTECT.

A falta de uma política definida quanto à falta de segurança nas Agências dos Correios que operam o banco postal deixou os trabalhadores à mercê dos bandidos, pois as Agências em nível nacional se tornaram um alvo fácil, uma vez que não há qualquer dispositivo de segurança.

A falta de revisão do contrato com a Assessoria jurídica tem agravado a cada dia. Os golpes que ECT tem dado aos trabalhadores não tem se refletido em ações judiciais que de fato busquem a garantia de direitos.

MRL



A falta do jornal da Federação, que neste mandato não houve nenhum, está levando o movimento ao total descrédito junto à categoria. Um posicionamento firme e uma análise fiel da conjuntura que vivemos é que apresenta à categoria a Federação que os dirige. Apesar de o site ter sido uma ferramenta de informações, o mesmo se limita a repassar dados que a maioria dos Sindicatos já distribuem. Não que não seja importante, mas entendemos que um não pode substituir o outro.

Quanto à questão financeira, mais uma gestão onde a aplicação dos recursos não é discutida com a colegiada. O fato dos recursos terem aparecido nos momentos necessários, não significa que estão devidamente corretos. A critica não vem no sentido de acusar, mas sim de buscar a garantia do direito que a colegiada tem de intervir no planejamento financeiro.

Quanto à eleição para representação nos Conselhos do Postalis, a única lição que podemos tirar é que o Movimento Sindical tem força, mas quanto à forma que o processo se deu dentro da Federação foi algo que está longe de ser chamado de democracia. Se tivéssemos unificado e lançado candidatos de todas as forças, poderíamos ter elegido mais trabalhadores e hoje termos mais poder, porém o risco não poderia ser corrido, já que os interesses políticos já estavam desenhados.

O saldo final desta atual gestão da FENTECT é tenebroso, um Acordo Bienal e um Dissídio Coletivo, forçado pela base da categoria, pois a direção da FENTECT em coro com a direção dos Sindicatos maiores queria a todo custo entregar a Campanha Salarial 2011/2012, mas os trabalhadores preferiram a luta até a última instância, a entregarem os pontos no meio da batalha.

Poderíamos, com certeza, termos avançado mais. E neste XI CONTECT, mais do que eleger a direção da Federação, faz-se necessário a retomada das lutas históricas dos trabalhadores. É necessário a construção de um projeto que possa nortear as discussões da próxima gestão. Criar mecanismos que rompam com o atrelamento hoje existente da nossa Federação com o Governo, com os partidos políticos e com a Empresa. Temos que reaver a nossa autonomia e resgatar nossas bandeiras que sempre colocaram a categoria como uma das mais combativas. Não podemos ser reféns de projetos pessoais e isto só será possível com o fortalecimento da base, resgatando a credibilidade do nosso movimento, tendo como convicção que somente na luta alcançaremos as vitórias.

- *Por uma Federação independente dos partidos políticos e dos patrões;*
- *Participação da Colegiada no planejamento financeiro;*
- *Fortalecimento da Diretoria Colegiada e o fim da comissão permanente;*
- *Revisão do Contrato Jurídico;*
- *Jornal periódico;*
- *Banco Postal, lutar pela segurança dos trabalhadores e exigir o rompimento do contrato com o Banco do Brasil e que os correios venha a gerir o Banco Postal;*
- *Lutar pela imediata revisão nos critérios dos concursos públicos para a contratação de trabalhadores com a participação dos trabalhadores.*

## 12. POLÍTICAS PERMANENTES

### PLANO INTERNO



- Gestão financeira e das secretarias planejadas e verdadeiramente colegiadas, acompanhadas de supervisão periódica;
- Respeito à base e aos fóruns da categoria, com o fim dos conchavos;
- Seminários e encontros de formação;
- Nova sistemática de plantão, que antecipe as demandas;
- Prática política de renovação contínua, como mecanismo de inserção da base e oxigenação do movimento sindical;
- Fortalecimento da luta por um PCCS dos trabalhadores;
- Realização de campanha contra a privatização/reestruturação dos Correios.
- Em defesa dos Correios público e de qualidade.
- Combate ferrenho ao SAP -Sistema de Avaliação da Produtividade

## NO PLANO EXTERNO

- Nenhuma demissão e volta de todos os demitidos dos planos econômicos e lutas da categoria;
- Redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, sem bancos de horas fim das horas extras;
- Confisco do dinheiro da especulação para investimentos na produção;
- Combate à pobreza e a concentração de renda, com destaque para a elevação da massa salarial e a recuperação dos serviços públicos;
- Reforma agrária, com ênfase ao latifúndio e a democratização da posse da terra;
- Fim do processo de desestatização, com auditoria sobre as privatizações realizadas e os encaminhamentos das medidas cabíveis, incluindo reversões;
- Defesa dos direitos existentes e conquistas de mudanças democráticas nos vários níveis, das relações de trabalho à esfera política, mais em geral, passando pelo fim do oligopólio nos meios de comunicação e pelo combate a todas as formas de discriminação e opressão.
- Acesso a serviços públicos, gratuitos e com qualidade, em especial saúde e educação;
- Eliminação da exploração do trabalho infantil;
- Aumento real do salário mínimo;
- Defender os trabalhadores e suas organizações da crise do capitalismo;
- Ampla campanha pelo Fim da Violência contra a Mulher;

MRL

## 13. QUESTÃO RACIAL

### A LIBERTAÇÃO QUE NÃO ACONTECEU DE FATO

Ao longo de 500 anos de história do Brasil, pelo menos por 400 anos praticou-se um nefasto sistema escravocrata e que produziu “no Brasil a forma mais perversa de racismo que existe no mundo”. Tal afirmativa dita e repetida diversas vezes por lideranças do movimento negro chega a ser espantosa para a sociedade brasileira, que desde o final do século XIX, acostumou-se a se representar por meio da falsa imagem de um paraíso racial.

O mito da democracia racial, que se supõe existir no Brasil foi, é provavelmente, um dos mais poderosos mecanismos de dominação ideológica já produzida no mundo. Apesar de toda crítica que a ele tenha sido feita, até então, permanece bastante atual e recorrente. Por meio dele ressalta-se o caráter miscigenador da sociedade brasileira: um povo mestiço, misturado, tolerante. Dissemina-se amplamente a idéia de que o preconceito existente no Brasil é apenas social, e que não existe



nenhum viés racial.

Fica a seguinte pergunta: o Brasil é mesmo uma democracia racial? Por que os negros, mesmo representando maioria da população, não aparecem nos principais postos de comando do país? Diga-se: empresas, política, igreja e principalmente onde se produz e se difunde o conhecimento as Universidades, onde já é difícil ser aluno imagine ser comando? Não é que os negros não querem estudar. Continuam enfrentando as mesmas dificuldades herdadas das mazelas centenárias da escravidão.

Falando de história, a lei áurea trouxe em seu contexto a libertação dos escravos. A princípio a idéia de liberdade parecia ser maravilhosa. Entretanto, se pararmos para pensar, percebe-se que na verdade não houve liberdade. Os negros foram expulsos das senzalas e abandonados a sua própria sorte. Mesmo após a assinatura da lei em 1888 pela princesa Isabel. O Estado falhou ao não implantar políticas públicas para inclusão dos negros, recém libertados, na sociedade brasileira enquanto cidadãos. Ao contrário do que aconteceu com os imigrantes brancos.

Por esse motivo não podemos aceitar o discurso de que no Brasil existe uma democracia racial, ou não existe racismo. A verdade é que o Brasil tem uma dívida histórica com a população negra. Desde a colônia, apoiou ações coletivas contra os negros, implantou e legitimou a escravidão, atacou quilombos e perseguiu negros fugitivos. Além disso, proibiu com leis que negros estudassem e possuíssem terras. Substituiu a mão de obra escrava por imigrantes brancos, deixando os negros sem escola, casa, saúde e trabalho, etc.

Ainda hoje é leniente diante do racismo. Os exemplos clássicos são os programas de televisão que impunemente atacam as religiões de matizes africanas, desrespeitando a população negra e sua cultura.

Concentramos o segundo maior contingente de negros do mundo, perdendo apenas para a Nigéria. Segundo o IBGE a população brasileira é composta por 47% de negros, ou seja, aproximadamente 90 milhões de pessoas se declaram ser negros. É um contingente de homens e mulheres maior que muitas populações de vários países do mundo. Há uma enorme sub-representação da população negra nas instituições públicas brasileiras. Esse quadro foi constituído historicamente pelos sucessivos governos, para beneficiar uma pequena elite branca.

Somente a organização dos negros, ocupando espaços do debate políticos: partidos, federações, sindicatos, associações, igrejas, etc., que através de muita pressão, pode fazer com que o Estado implante ações eficazes para resolver de vez a desigualdade vergonhosa.

Não existe coisa mais cínica quando meios de comunicação fazem editoriais e comentários raivosos para dizer que no Brasil não existem desigualdade entre negros e brancos. Afirmam que o racismo não existe e que políticas afirmativas só servem para dividir o Brasil e acentuar o preconceito. Até parece piada de mau gosto. É só perguntar para esses senhores “comunidades brancas” se seus antepassados foram escravos trazidos a força de suas terras, retirados do convívio de seus familiares e perderam seus sobrenomes, proibiram suas manifestações religiosas, não respeitando a dignidade.

O mais triste de tudo isso é que, como no tempo da senzala, há negros oportunistas que querem aparecer na televisão, afirmando que são contra as políticas afirmativas. Dizendo que os negros têm que esperar o Estado criar condições para todos, esquecendo que a libertação aconteceu em 1888, época em que a burguesia já tinha o mesmo discurso. Não entendem que esse discurso é só para manter os



negros como subclasse social e reafirmar a denominação branca, pois sabe que os negros saíram em desvantagem e esses políticos não vão querer que os negros saiam da base da pirâmide.

A implantação das cotas nas universidades não significa que queremos complacência ou privilégios. O que exigimos é igualdade de condições, pois não há como se ter igualdade comparando com quem saiu 500 anos na frente. No caso das cotas, o tratamento igual é o desigual. Nesse sentido, consideramos as cotas como políticas de ações afirmativas, assim denominadas e tem como objetivo afirmar a pluralidade social, reduzir as desigualdades prejudicadas pelas ações e omissão do Estado e da sociedade. A necessidade das cotas para negros nas universidades, eximida do princípio da temporalidade, não se propõe a aplicação de cotas para a eternidade. Se elas não forem necessárias como dizem alguns segmentos da sociedade influente, ao longo do tempo, elas por si só serão extermínadas.

Nessa conjuntura, as cotas são necessárias para abrir o debate e para nos conhecermos e trazer a flor da discussão do racismo e do preconceito, fazendo com que os negros conheçam a sua verdadeira identidade. Acima de tudo, corrigir um pouco da dívida com quem construiu ao longo de muitos anos as riquezas do país.

A falácia de que no Brasil não tem desigualdade entre negros e brancos é, no mínimo, duvidar da inteligência, de qualquer cidadão de bom senso, seja ele negro, pardo, amarelo, indígena ou branco. Se olharmos os morros e favelas nas grandes cidades e na outra ponta, Judiciário, Senado, Câmara dos deputados, Assembléias Legislativas, Câmara de Vereadores, nos altos escalões das Empresas públicas e privadas, etc., entenderemos que essas distorções só podem começar a serem corrigidas com o acesso ao ensino superior, nem que seja através das cotas. Em quase 120 anos nada foi feito para a inclusão dos negros na sociedade, não podemos esperar mais 120.

MRL

Para entender essas constatações não precisamos ir muito longe é só olhar para dentro dos Correios. Fica bem claro que não existe um negro nos postos de comando, mesmo nos Estados que a maioria é composta por negros, mostrando que os negros são aproveitados apenas nos serviços braçais. Não queremos a liberdade pela metade. Queremos participar das riquezas e do poder.

A libertação não foi uma bondade dos brancos. Ela foi conquistada pela luta daqueles que nem sabiam que era a luta, por mais que a história “oficial” esconda.

*“Existo e resisto, mesmo que isso desagrade a alguns, não sumi no ar e nem desapareci como desejavam, meu lar é a favela, o quilombo, o mangue, a periferia. Depois de séculos, ainda ressoa em meu peito os tambores ancestrais de liberdade na mãe áfrica. Aprendi a lutar e vivo. Descobri que cada novo dia, traz uma nova luta e com orgulho e com raça digo sou negro”*  
*(Poesia de Santino Sebastião da Silva)*

## 14. ANISTIA

Dificilmente consegue-se descrever com exatidão, os momentos constrangedores de profundo desespero por que passam pais e mães de famílias com a crueldade do desemprego. Diante da intransigência de quem move o capitalismo sangrento, para cima dos (das) trabalhadores (as), nós do MRL achamos com toda certeza, que o Movimento Sindical, através de todos os mecanismos que se possa lançar mão, tem a obrigação de manter num primeiro plano de lutas a questão da



busca incessante pela Anistia, para todos e todas que foram danosamente saqueados (as) do sagrado direito de prover seu sustento e de suas famílias de forma correta, digna e honesta.

Testemunhamos que, mesmo em momentos de vitórias conseguidas com muito esforço, muita busca de apoio em diversas direções da sociedade, os efeitos da Anistia, em momentos chegam tarde, pois após longos anos de luta e confrontamentos, devido a falta de estrutura financeira, prática e psicológica, famílias inteiras, desmoronam, dos laços o que sobram são cinzas, só saudades que serão carregadas em corações dilacerados por momentos cruciais de nossas vidas.

Ainda em tempo, para alguns e algumas, o resultado da busca incansável pela Anistia, traz um sentimento altamente positivo para os (as) beneficiados (as), e este sentimento, felizmente age de forma renovadora que transforma as relações no entendimento, e faz-nos confiar ainda mais na força do Movimento Sindical. Felizes, aqueles (as), que como sobreviventes de uma poderosa explosão gigantesca, conseguem forças, para continuar milagrosamente agindo em prol de outros (as), e não sentem que também estão feridos (as), e continuam em busca de sobreviventes. Viva a COMISSÃO NACIONAL DE ANISTIA DA FENTECT.

## 15. MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

### PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES

Parágrafo 1º -O CONTECT será constituído:

Por delegados (as) de base eleitos (as) pelos Sindicatos filiados, em assembléia geral, na proporção de um (um) delegado (a) para cada 200 (duzentos) trabalhadores na respectiva base territorial, ou fração superior a 100(cem), assegurado a mínimo de 5 (cinco) delegados (as) de base para cada Sindicato filiado;

“Os delegados eleitos obrigatoriamente deverão ser compostos de no mínimo 50% de trabalhadores de base, que não sejam parte integrante das diretorias de sindicatos filiados.”

### NA SEÇÃO II -CONREP:

Parágrafo 1º -Os CONREP's serão compostos por delegados (as) eleitos (as) em assembléia geral na proporção de um (h) delegado (a) para cada 300 (trezentos) trabalhadores na base territorial do Sindicato filiado ou Oposição reconhecida.

“Os delegados eleitos obrigatoriamente deverão ser compostos de no mínimo 50% de trabalhadores de base, que não sejam parte integrante das diretorias de sindicatos filiados.”

### SEÇÃO III – PLENÁRIA NACIONAL

Art. 31 -A Plenária Nacional será composta por delegados (as) eleitos (as) em assembléia geral na proporção de um (um) delegado (a) para cada 500 (quinhentos) trabalhadores na base do Sindicato filiado ou Oposição reconhecida.

### CAPÍTULO VI – COMANDO NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Art. 62, Parágrafo 1º – Para que o comando de mobilização assine qualquer acordo ou instrumento coletivo de trabalho, faz-se necessária a aprovação do referido instrumento por 20 (vinte) dos Sindicatos filiados, em Assembléias gerais convocada para este fim, sendo que o sindicato não poderá realizar nova Assembléia para deliberar sobre o mesmo tema.



## CAPÍTULO VII -ELEIÇÕES

Art. 65 – As eleições serão realizadas no Congresso, a cada 2 (dois) anos.

Art. 70 – A votação será feita de cédulas e depositadas em urnas sem identificação, garantindo, assim, o sigilo do voto.

Art. 71 – O preenchimento dos cargos da diretoria colegiada e do conselho fiscal dar-se-ia pelo processo da proporcionalidade qualificada.

**CONTECT 2012 – MRL SEMPRE**

**MRL**



